

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
da Defesa e da Segurança

LEONARDO FARIA DE MATTOS

O BRASIL E A ADESÃO AO TRATADO DA ANTÁRTICA:
uma Análise de Política Externa no Governo Geisel

Niterói, RJ
2015

LEONARDO FARIA DE MATTOS

**O BRASIL E A ADESÃO AO TRATADO DA ANTÁRTICA:
uma Análise de Política Externa no Governo Geisel**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Estudos Estratégicos.

Orientador: Prof. Dr. Jorge Calvario dos Santos.

**Niterói, RJ
Universidade Federal Fluminense
2015**

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M444 Mattos, Leonardo Faria de.

O Brasil e a adesão ao tratado da Antártica: uma análise de política externa no governo Geisel / Leonardo Faria de Mattos. – 2015.

242 f.

Orientador: Jorge Calvario dos Santos.

Dissertação (Mestrado em Estudos Estratégicos) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Estudos Estratégicos, 2015.

Bibliografia: f. 229-242.

1. Antártica (Região). 2. Política externa. 3. Brasil. 4. Geopolítica. 5. Processo decisório. I. Santos, Jorge Calvario dos. II. Universidade Federal Fluminense. Instituto de Estudos Estratégicos. III. Título.

CDD 327

LEONARDO FARIA DE MATTOS

O BRASIL E A ADESÃO AO TRATADO DA ANTÁRTICA: uma análise de política externa no governo Geisel.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST) da Universidade Federal Fluminense (UFF), como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Estudos Estratégicos.

Aprovada em 6 de fevereiro de 2015.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Jorge Calvario dos Santos
Orientador - UFF

Prof. Dr. Vágner Camilo Alves
Examinador interno - UFF

Prof^a. Dra. Rejane Pinto Costa
Examinadora externa - ESG

Ao Deputado Federal e Professor Eurípides Cardoso de Menezes
e à Professora Therezinha de Castro,
por terem acreditado e defendido suas ideias de maneira tão apaixonada
sobre a importância da presença brasileira na Antártica,
somente tendo o melhor para o Brasil como seus objetivos maiores.

AGRADECIMENTOS

São tantos a quem agradecer, que sei que cometerei algumas injustiças, mas tentarei.

Ao meu orientador, Professor Jorge Calvario dos Santos, pela maneira sempre amiga e profissional com que me distinguiu, fazendo desse desafio um caminho bem mais fácil de ser trilhado.

Ao Professor Vágner Camilo Alves, não apenas como coordenador da Pós-Graduação em Estudos Estratégicos (PPGEST), mas principalmente por ter me acompanhado nesta jornada a partir da qualificação do meu projeto.

Aos Professores do Instituto de Estudos Estratégicos da Universidade Federal Fluminense (INEST-UFF), a quem dedico especial agradecimento ao Prof. Eurico de Lima Figueiredo, diretor de nosso Instituto, por todo o conhecimento transmitido e inúmeras demonstrações de apreço por mim. Também meus agradecimentos à Graça Reis, que sempre esteve pronta a me ajudar com as burocracias acadêmicas.

Aos Amigos da Turma PPGEST 2013, Ana, Diego, Eduardo, Emir, Enio, Flávia, Marcelo, Pedro, Tito e Thiago, por termos formado essa Turma tão unida e tão amiga.

Aos Amigos da Escola de Guerra Naval, pelo apoio desde o primeiro minuto em que decidi entrar para o mestrado, em particular ao Almirante Reginaldo Reis, Chefe do Departamento de Ensino e ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) José Cláudio Oliveira.

Às Professoras Mônica Heinzemann e Patrícia Braga, pela leitura de minhas minutas e sugestões de fontes durante a fase de pesquisa.

Ao Amigo Wilson Soares, pela leitura atenta do meu trabalho, oferecendo sugestões importantes que muito me ajudaram.

Ao Amigo Vianney Cardoso de Menezes, por ter me disponibilizado a vasta documentação pessoal de seu pai, o Deputado Eurípides Cardoso de Menezes.

Ao Diplomata Felipe Ferreira, outro apaixonado pela Antártica, por ter gentilmente compartilhado seu valioso arquivo referente ao tema.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Serviço de Documentação da Marinha, Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha e da Biblioteca da Escola de Guerra Naval, pelo valioso material primário disponibilizado para minha pesquisa e atenção a mim dispensada.

À minha esposa, Viviana, e filhos, Pedro, Juliana e João, pelo amor incondicional e por terem me apoiado em mais este desafio, compreendendo os muitos momentos de ausência e as eventuais demonstrações de “desespero acadêmico”.

A minha mãe, Natércia, pelo incansável amor e pela sede de sempre buscar o conhecimento. A minha irmã, Renata, e sobrinhos, Maria Cecilia e Vitor, pelo carinho e torcida para que este dia chegasse com êxito.

Ao meu sogro, Ivan Arêas, pelo apoio e incentivo, com especial agradecimento pelo incansável suporte nas leituras e sugestões em todo o mestrado.

RESUMO

Em 16 de maio de 1975, o Presidente Ernesto Geisel decidiu pela adesão do Brasil ao Tratado da Antártica. Analisar o processo de tomada de decisão que levou o Presidente a concordar com a adesão foi o objetivo geral deste trabalho, cuja metodologia de pesquisa qualitativa foi a escolhida, a partir de extenso uso de fontes primárias. Como referencial teórico, foram utilizadas algumas ferramentas conceituais da Análise de Política Externa, partindo-se do pressuposto de que ações em política externa são resultado da interação tanto dos fatores sistêmicos como dos domésticos, considerando-se os agentes como o ponto de interseção entre determinantes materiais e ideacionais. Nesse sentido, o trabalho faz um estudo das idéias dos principais geopolíticos brasileiros quanto ao tema antártico, com especial atenção para o trabalho de Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro, e Meira Mattos. Dois fatores sistêmicos mais relevantes para a tomada de decisão são trabalhados, o fator Argentina, com seu histórico peso na política externa brasileira, e a crise do petróleo de 1973, que impactou fortemente a economia brasileira. Como fatores domésticos foram avaliados: a atuação do Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes, entusiasta do tema e seguidor das ideias de Therezinha; a influência das ações do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos; e o perfil dos três agentes chave para a tomada de decisão: o próprio Presidente Geisel, seu Chanceler Azeredo da Silveira e seu Chefe da Casa Civil, Golbery. A principal conclusão foi que a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica foi fruto de um processo decisório em que os fatores sistêmicos e os ideacionais tiveram papel igualmente relevante, em que pese a questão da possível autorização para exploração mineral na Antártica pareça ter sido o principal motivo para Geisel ter se decidido pela adesão. Dentre as principais contribuições que este trabalho oferece, destacam-se a melhor compreensão do processo decisório em política externa no Governo Geisel e o aperfeiçoamento dos estudos sobre a importância estratégica da Antártica para o Brasil.

Palavras-chave: Antártica. Política externa brasileira. Geopolítica. Processo de Tomada de Decisão.

ABSTRACT

On May 16, 1975, President Ernesto Geisel decided to adhere the Antarctic Treaty. The objective of this work is to analyze the decision making process that led to the country's entry in that Treaty. As theoretical reference Foreign Policy concepts were utilized, taking into consideration that actions taken in that area are a result of the interaction between systemic and domestic factors. Moreover this paper describes the work of Brazil's most renowned names in geopolitics, paying particular attention to the studies of Golbery do Couto e Silva; Therezinha de Castro, a great supporter of the Brazilian presence in Antarctica; and Meira Mattos, with his own ideas regarding the country's potential. The last chapter brings the analysis of two systemic factors highlighted as the most relevant, the Argentina factor, with her historic relevance in Brazil's foreign policy and the oil crisis of 1973, which resulted in a high increase on gas prices. As domestic factors were evaluated the performance of Congressman Euripides Cardoso de Menezes, theme enthusiast and follower of Therezinha's ideas, as well as the influence of the Brazilian Institute of Antarctic Studies. At the end, an overlook on the profile of the three historical figures considered key to this study: President Geisel, his Chancellor Azeredo da Silveira and his Chief of staff Golbery. Brazil's entry in the Treaty was the result of a decision-making process in which the systemic factors and the idealized ones had a relevant role, the possibility of exploring the mineral resources in the area seems to be what tipped the balance in favor of the treaty. This paper offers a better view and understanding on some of Geisel's foreign policy decisions and it also highlights the strategic importance of Antarctica to Brazil.

Key words: Antarctica. Brazilian Foreign Policy. Geopolitics. Decision-Making Process.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADESG	Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra
AGI	Ano Geofísico Internacional
ALALC	Associação Latino-Americana de Livre Comércio
APE	Análise de Política Externa
API	Ano Polar Internacional
ARENA	Aliança Renovadora Nacional
ATCM	Reunião Consultiva do Tratado da Antártica
BNDE	Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAMLR	Convenção para Conservação dos Recursos Marinhos Vivos da Antártica
CCAS	Convenção para Conservação das Focas Antárticas
CEBAC	Comissão Executiva Brasil-Argentina de Coordenação
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina
CEPEN	Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNRS	<i>Centre National de la Recherche Scientifique</i>
COMNAP	<i>Council of Managers of National Antarctic Programs</i>
CONANTAR	Comissão Nacional para Assuntos Antárticos
COPRAN	Comissão Organizadora do Programa Antártida
CPDHC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CRAMRA	Convenção para Regulação de Atividades sobre Recursos Minerais Antárticos
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DAC	Departamento de Atividades Culturais
DHN	Diretoria de Hidrografia e Navegação
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EACF	Estação Antártica Comandante Ferraz
ECEME	Escola de Comando e Estado-Maior do Exército

EM	Exposição de Motivos
EME	Estado-Maior do Exército
EMFA	Estado-Maior das Forças Armadas
ESANTAR	Estação de Apoio Antártico
ESG	Escola Superior de Guerra
EUA	Estados Unidos da América
FAB	Força Aérea Brasileira
FEB	Força Expedicionária Brasileira
FEBRABAN	Federação Brasileira das Associações de Bancos
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FIESP	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
FRONAPE	Frota Nacional de Petróleo
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
GT	Grupo de Trabalho
GTI	Grupo de Trabalho Interministerial
IAATO	Organização Internacional de Operadores de Turismo Antártico
IANTAR	Instituto Antártico Brasileiro
IBEA	Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IHGB	Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INEST	Instituto de Estudos Estratégicos
IOUSP	Instituto de Oceanografia da Universidade de São Paulo
ISA	<i>International Studies Association</i>
JK	Juscelino Kubitschek
LGGE	<i>Laboratoire de Glaciologie et Géophysique de l'Environnement</i>
MAST	Museu de Astronomia e Ciências Afins
MB	Marinha do Brasil
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OEA	Organização dos Estados Americanos
OLP	Organização pela Liberação da Palestina
ONG	Organização não Governamental

ONU	Organização das Nações Unidas
OPA	Operação Pan-Americana
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
OPERANTAR	Operação Antártica
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PETROBRÁS	Petróleo do Brasil S/A.
PIB	Produto Interno Bruto
POLANTAR	Política Nacional para Assuntos Antárticos
PPGEST	Pós-Graduação em Estudos Estratégicos
PROANTAR	Programa Antártico Brasileiro
PSD	Partido Social Democrata
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
RI	Relação Internacional
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
SCAR	<i>Scientific Committee on Antarctic Research</i>
SCSN	Secretaria do Conselho de Segurança Nacional
SDM	Serviço de Documentação da Marinha
SECIRM	Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
SNI	Serviço Nacional de Informações
SPRI	<i>Scott Polar Research Institute</i>
STF	Supremo Tribunal Federal
TIAR	Tratado Interamericano de Assistência Recíproca
UDN	União Democrática Nacional
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNASUL	União de Nações Sul-Americanas
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i>
UNIBANCO	União de Bancos Brasileiros
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

SUMÁRIO¹

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 Elementos metodológicos.....	21
1.2 Objetivos.....	21
1.2.1 Objetivo geral.....	21
1.2.2 Objetivos específicos.....	22
1.3 Objeto do estudo.....	22
1.4 Justificativa.....	22
1.5 Hipóteses.....	24
1.6 Metodologia.....	25
2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS	28
2.1 Análise de política externa.....	29
2.2 Decisão em política externa no Governo Geisel.....	39
2.3 O poder das ideias.....	45
2.4 Considerações.....	49
3 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A ANTÁRTICA	51
3.1 Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951).....	54
3.2 Mario Travassos (1891-1973).....	57
3.3 Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980).....	59
3.4 Golbery do Couto e Silva (1911-1987).....	63
3.5 Therezinha de Castro (1930-2000).....	68
3.6 Carlos de Meira Mattos (1913-2007).....	73
3.7 Considerações.....	79
4 O INTERESSE NA ANTÁRTICA	81
4.1 Dos primeiros exploradores ao Tratado da Antártica.....	82
4.1.1 Os primeiros indícios e o interesse comercial.....	82

¹ Este trabalho foi revisado de acordo com as novas regras ortográficas aprovadas pelo Acordo Ortográfico assinado entre os países que integram a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), em vigor no Brasil desde 2009. E foi formatado de acordo com a ABNT NBR 14724 de 17.04.2011.

4.1.2 As primeiras expedições científicas.....	85
4.1.3 A Era Heroica e os territorialistas.....	88
4.1.4 O Pós-Segunda Guerra: EUA e URSS na Antártica.....	91
4.1.5 O Ano Geofísico Internacional.....	95
4.2 Do Tratado de 1959 à Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) de 1983.....	99
4.2.1 Poucos avanços nos anos 1960.....	100
4.2.2 Exploração vs. conservação.....	102
4.3 O Brasil e a Antártica.....	105
4.3.1 Da expedição de Saldanha da Gama ao Ano Geofísico Internacional.	106
4.3.2 O AGI, o primeiro brasileiro na Antártica e a Nota Diplomática de 1958.	116
4.3.3 A ciência brasileira e os militares chegam à Antártica: os anos 1960..	122
4.3.4 Enfim, a adesão: os anos 1970.....	125
4.3.5 A primeira expedição e a mudança de <i>status</i> para membro consultivo.	129
4.3.6 Trinta anos do Brasil na Antártica (1984-2014).....	132
4.4 Considerações.....	137
5 O PROCESSO DECISÓRIO ATÉ A ADESÃO.....	142
5.1 O ambiente internacional.....	143
5.1.1 O Fator Argentina.....	144
5.1.2 A crise do petróleo de 1973.....	157
5.2 A construção das crenças causais.....	164
5.2.1 A atuação do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes.....	164
5.2.2 O Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos.....	177
5.3 Os decisores em política externa no Governo Geisel.....	184
5.3.1 O Presidente.....	185
5.3.2 O Ministro das Relações Exteriores.....	204
5.3.3 O Chefe da Casa Civil.....	212
5.4 Considerações.....	217
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	220
REFERÊNCIAS.....	229

1 INTRODUÇÃO

Em 1º de dezembro de 1959, o Tratado da Antártica era assinado em Washington, D.C., por 12 países - África do Sul, Argentina, Austrália, Bélgica, Chile, Estados Unidos da América (EUA), França, Japão, Noruega, Nova Zelândia, Reino Unido e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). O Brasil, governado pelo Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), não estava entre os participantes das tratativas. Na época do convite para participar da conferência², os EUA, que eram os anfitriões, alegaram que o Brasil não tinha, até então, realizado alguma pesquisa ou mesmo instalado estações científicas na Antártica³, o que era verdade. Dos 12 países participantes, sete já haviam formalmente reivindicado território naquele continente, incluindo os dois sul-americanos desse “clube”, sendo que a Argentina já possuía uma estação meteorológica permanentemente guarnecida desde 1904⁴.

Um continente maior do que o Canadá; com elevado potencial de riquezas minerais, incluindo o petróleo; que se defronta com os três grandes oceanos do planeta, em especial duas rotas marítimas importantes para o comércio exterior brasileiro – a rota do Cabo e a que passa pelo estreito de Drake, que também poderiam se tornar ainda mais importantes para o tráfego marítimo internacional se algum incidente interromper o tráfego pelos canais do Panamá e Suez –; fundamental para o clima, em especial dos países do Hemisfério Sul; e ainda sem

² O presidente Eisenhower enviou o convite em 2 de maio de 1958. No dia 3 emitiu uma nota aos demais países explicando o motivo do convite somente aos 11 países. Essa nota está disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=11370>. Acesso em: 09 jan. 2014.

³ Alguns autores consideram o continente como sendo “Antártida”, mas para este trabalho será usado o termo mais encontrado e utilizado pelos principais autores que tratam do tema, que é “Antártica”, de raiz grega, como o Ártico, que se originou de *Arktikos* (Ursa, a estrela que na Antiguidade guiava os navegantes para o Norte). *Anti-Arktikos* significa oposto ao Arktikos. Therezinha de Castro, Eurípedes Menezes, o Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos, o diplomata Felipe Ferreira, entre outros, empregaram o termo “Antártica”, em vez de “Antártida”, em seus livros. O sítio do Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) também assim denomina aquele continente, disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/proantar.html>. Acesso em: 15 dez. 2014.

⁴ A Base Órcadas foi estabelecida pela Armada da Argentina na Ilha Laurie, Arquipélago das Órcadas do Sul, em 22 de fevereiro de 1904, sendo considerada a mais antiga presença permanente do homem dentro da área do Tratado da Antártica, ao Sul da latitude 60°S. Dados sobre a presença argentina na Antártica estão disponíveis em: <http://www.dna.gov.ar/DIVULGAC/ARGANT.HTM>. Acesso em: 10 dez. 2014.

um ordenamento jurídico internacionalmente aceito não foi objeto de real interesse da política externa do Brasil até a década de 1970.

No dia 16 de maio de 1975, o Presidente Ernesto Geisel (1974-1979), seguindo recomendação do Ministério das Relações Exteriores, em exposição de motivos do Chanceler Azeredo da Silveira (1974-1979), decidiu pela adesão ao Tratado da Antártica, passando a integrá-lo como membro aderente sem direito a voto nas deliberações. Em agosto daquele mesmo ano criou-se um grupo de trabalho interministerial, sob a coordenação do Ministério das Relações Exteriores, com o propósito de reunir subsídios para a formulação de uma política nacional relativa ao assunto e propor as primeiras medidas concretas para a atuação brasileira na Antártica. Somente em 1981 o governo decidiu ativar o Programa Antártico e iniciar os preparativos para a realização da primeira expedição brasileira ao Sexto Continente, o que somente iria se efetivar no verão de 1982/83, já no governo do Presidente João Figueiredo (1979-1984).

Em setembro de 1983, o Brasil foi aceito como membro consultivo aderente, com direito a voto, após ter realizado sua primeira expedição, com os navios “Barão de Teffé”, da Marinha do Brasil, e “Professor W. Besnard”, da Universidade de São Paulo. Essa expedição tinha, entre outros propósitos, realizar o reconhecimento hidrográfico e escolher o local mais favorável para a primeira estação científica brasileira. Em fevereiro de 1984 foi inaugurada a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Em 2014, 55 anos após a conferência de Washington, D.C., 29 países são membros consultivos do Tratado, incluindo os cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas, e outros 21 já aderiram, mas ainda não possuem o caráter consultivo por não terem presença e programa de pesquisa regular naquele continente.

Mas o que levou o Presidente Ernesto Geisel a decidir pela adesão ao Tratado naquela ocasião? A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica é o objeto desta dissertação.

Para apresentar o desenvolvimento da pesquisa realizada, o presente trabalho foi dividido em seis capítulos.

Além desta introdução, no segundo capítulo, a intenção é iluminar o objeto desta pesquisa com as abordagens teóricas da Análise de Política Externa (APE), em três blocos distintos. No primeiro será feita uma apresentação panorâmica da APE, “hoje um campo de estudos bem consolidado dentro da grande disciplina das Relações Internacionais” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p.40) como um importante modelo analítico para se estudar a política externa de determinado Estado. No caso, trata-se do Governo de Ernesto Geisel, partindo “do pressuposto de que [...] a política externa é resultado da dinâmica interativa entre os ambientes doméstico e internacional” (FIGUEIRA, 2011, p. xi).

Nesse bloco será explorado com mais profundidade o livro “*Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*” da professora Valerie Hudson. A autora traz um histórico sobre a APE, ressaltando que a principal contribuição dessa disciplina para o estudo das Relações Internacionais é “identificar o ponto teórico de interseção entre os dois determinantes mais importantes do comportamento dos Estados: os fatores material e ideacional” (HUDSON, 2007, p. 7). E conclui com uma afirmação relevante para o desenvolvimento deste estudo: “E esse ponto de interseção não é o Estado, mas seus tomadores de decisão” (2007, p. 7). Em seguida, a autora traz, no cap. 2 - *The Individual Decisionmaker: The Political Psychology of World Leaders* -, uma análise sobre o papel do decisor individual⁵ no processo de tomada de decisão em política externa, valioso para a análise da APE no Governo Geisel.

Ainda nesse primeiro bloco, será explorado o artigo “Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos”, das professoras Monica Salomon e Letícia Pinheiro, de 2013. As autoras, além de fazerem uma síntese sobre a evolução da APE de maneira geral e a relação desta com as três matrizes teóricas das Relações Internacionais (realismo, liberalismo e construtivismo), trazem a perspectiva do desenvolvimento da disciplina no Brasil, identificando duas lacunas “que precisam ser prontamente preenchidas [...] a influência da opinião pública na formulação e conteúdo da política externa brasileira [e] aos estudos centrados no líder” (SALOMON;

⁵ Que a professora Letícia Pinheiro (2000) chama de “líder predominante”.

PINHEIRO, 2013, p. 52). Neste último ponto, esta dissertação procura dar sua contribuição, ao dedicar boa parte do cap. 5 à análise do Presidente Geisel.

A tese sobre os processos de tomada de decisão na política externa do Governo Geisel (*Foreign Policy Decision-Making under the Geisel government: the President, the military and the foreign ministry*), formulada pela professora Letícia Pinheiro, em 1995, será o foco do segundo bloco teórico desta pesquisa, a fim de melhor compreender o processo de tomada de decisão em assuntos de política externa daquele governo. Pinheiro faz sua análise do período, empregando a metodologia estudo de caso para três decisões específicas vivenciadas na política externa de Geisel: a primeira, sobre a decisão de o país de se abster na votação da Organização dos Estados Americanos (OEA) em relação às sanções contra Cuba, em novembro de 1974 e julho de 1975; a segunda, sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em agosto de 1974; e a terceira, sobre o reconhecimento da independência de Angola em dezembro de 1975.

O terceiro bloco de sustentação conceitual do segundo capítulo será sobre o poder das ideias, sendo estas entendidas como convicções de indivíduos, que são elementos importantes nas decisões em política externa, tendo como trabalho central o livro de 1993, editado pelos professores Judith Goldstein e Robert Keohane, "*Ideas & Foreign Policy: beliefs, institutions and political change*". Dos artigos contidos nessa obra, especial atenção para o dos próprios Goldstein/Keohane: "*Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework*". Tal formulação será útil para melhor compreender a contribuição do pensamento geopolítico brasileiro, apresentada no cap. 3, em especial da Professora Therezinha de Castro. E também para o entendimento do esforço de alguns entusiastas pela presença brasileira na Antártica, como foi o caso do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes e dos membros do Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos (IBEA), que serão vistos com mais detalhes no cap. 5.

Com o objetivo de verificar possíveis influências entre os atores envolvidos na decisão pela adesão ao Tratado da Antártica, o terceiro capítulo tratará dos principais pensadores geopolíticos brasileiros, suas ideias e a relação destas com

os interesses brasileiros no Sexto Continente. Serão avaliados desde o Professor Everardo Backheuser, considerado o precursor dos estudos geopolíticos no Brasil, preocupado com a verdadeira conquista do espaço brasileiro e com a ocupação, proteção e desenvolvimento de suas fronteiras, até o General Carlos de Meira Mattos, defensor do “Brasil Potência”, pensando o país fora do espaço geográfico sul-americano. Também serão considerados Delgado de Carvalho, reconhecido historiador e geógrafo, mestre de Therezinha de Castro e Golbery do Couto e Silva, a quem dedicou seu livro de 1967; o Marechal Mario Travassos, que juntamente com Backheuser foi um dos primeiros a publicar sobre geopolítica no país.

Além disso, serão considerados os próprios Therezinha de Castro e Golbery, importantes geopolíticos brasileiros da segunda metade do século XX. A primeira, a grande entusiasta entre os acadêmicos, pela presença brasileira na Antártica desde um primeiro artigo publicado em 1956, na revista do Clube Militar, até seu livro de geopolítica antártica, lançado em 1976. E Golbery, um dos articuladores intelectuais do regime militar, Chefe da Casa Civil de Geisel. Assim, ressalta-se a correlação entre esses autores e como suas ideias podem ter influenciado a decisão de aderir ao Tratado da Antártica.

Para esta dissertação foram consultados livros de todos os geopolíticos mencionados, bem como obras que pretendem analisar esses geopolíticos, como é o caso do livro do Professor Jorge Freitas, de 2004, “*A Escola Geopolítica Brasileira*”. Neste é feita uma síntese do pensamento de diversos geopolíticos brasileiros, com ênfase para três que são destacados no presente trabalho - Golbery, Therezinha de Castro e Meira Mattos. Para Freitas (2004, p. 114):

Os geopolíticos brasileiros têm a consciência de que o Brasil possui todas as condições para desempenhar um papel de primeira grandeza no sistema das relações internacionais” e que no nível da grande estratégia brasileira adotada para o Atlântico Sul “a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica [...] é vista por alguns analistas como coroação do esforço intelectual de Therezinha de Castro.

Em seguida, no cap. 4 é feita uma síntese do interesse sobre o continente antártico, desde os primeiros exploradores, no final do século XVIII, interessados,

principalmente, na caça às baleias e focas, passando pelas primeiras expedições científicas no final do século XIX, pela corrida para o Polo Sul, no início dos XX, até a celebração do Tratado, de 1959, ao final do Ano Geofísico Internacional (1957/58). Segue-se com o Tratado até o início da década de 1980, período que traz o aumento das discussões sobre exploração mineral no continente em constante disputa com aqueles voltados para a importância da preservação ambiental.

Também no cap. 4 serão descritos os principais fatos relativos ao interesse brasileiro na Antártica, desde a primeira expedição científica brasileira a regiões subantárticas, em 1882/83, em que o Brasil contribuiu com as pesquisas mundiais relativas à observação do trânsito de Vênus pelo disco solar. Relacionam-se os primeiros brasileiros em território antártico no final dos anos 1950, a presença até os nossos dias, quando o Brasil tenta reconstruir a Estação Antártica Comandante Ferraz, após o incêndio de fevereiro de 2012. A bibliografia selecionada para esse capítulo é extensa, mas pode-se destacar o livro do professor David Day, “*Antarctica*”, de 2013, que traz um relato cronológico e detalhado do interesse pelo continente, e o “*The History of the International Polar Years*”, de 2010, editado pelas Professoras Susan Barr e Cornelia Ludecke (2010). Dele foram retirados importantes relatos sobre o Primeiro Ano Polar (1892-83) e sobre o Ano Geofísico Internacional (1957-58). Essas obras são importantes para melhor se compreender a presença do homem no Sexto Continente, antes da adesão do Brasil ao Tratado.

Para os interesses brasileiros, a bibliografia utilizada também é extensa, com destaque para a obra da professora Therezinha de Castro, de 1976, “*Rumo à Antártica*”, o primeiro livro de geopolítica antártica editado no Brasil. Realça-se, ainda, o livro do diplomata Felipe Ferreira, de 2009, “*O Sistema do Tratado da Antártida: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*”, talvez o mais completo trabalho em língua portuguesa sobre o Tratado da Antártica e os interesses brasileiros. E abordam-se artigos de periódicos nacionais sobre o interesse brasileiro naquele continente, dos jornais O ESTADO DE SÃO PAULO e O GLOBO; bem como documentos primários conseguidos junto à Fundação

Getúlio Vargas, ao Ministério das Relações Exteriores, ao Comando da Marinha e ao arquivo pessoal do Deputado Federal Eurípides Cardozo de Menezes.

Os principais decisores em política externa do Governo Geisel, ele próprio, o Chanceler Azeredo da Silveira e o Chefe do Gabinete Civil, Golbery do Couto e Silva, serão destacados no cap. 5, bem como a análise dos demais fatores internos e externos abordados na hipótese formulada para esta pesquisa. Esse capítulo mostra os elementos externos que podem ter influenciado a decisão de Geisel, incluindo uma análise dos impactos da crise do petróleo de 1973 para o Brasil, principalmente a partir da obra do jornalista Alberto Tamer, de 1980, "*Petróleo: o preço da dependência*". Nesta, o autor faz um relato pormenorizado do tema da dependência brasileira ao petróleo e as crises mundiais de 1973 e 1979. Refere também as relações entre o país e a Argentina no período, cujo foco principal era a questão envolvendo a construção da hidrelétrica de Itaipu. A fonte principal dessa questão é o livro do Professor Moniz Bandeira, de 2010, "*Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul (da Tríplice Aliança ao Mercosul)*", no qual é mostrado com riqueza de detalhes como o relacionamento entre os dois países foi mudando ao longo do século XX até chegar à década de 1970, momento histórico que mais interessa para o objetivo deste trabalho.

Complementando as informações colhidas no livro do Professor Bandeira, a dissertação de mestrado do Professor Matias Spektor, de 2002, "*Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)*". Nessa dissertação o autor assume a premissa de que o Brasil havia ultrapassado, em termos de poder nacional, a Argentina, e que não havia mais sentido o país ter tanta preocupação com o que os argentinos viriam a pensar de determinadas atitudes brasileiras em política externa. Essa premissa, como será visto neste trabalho, foi marcante na postura do Ministro das Relações Exteriores, mas não exatamente assim com o Presidente Geisel, que mostrou ainda considerar outros aspectos da conjuntura argentina, quando postergou a decisão pela adesão ao Tratado.

Em seguida serão vistos dois fatores internos, também considerados relevantes para compor a moldura que envolveu a adesão ao Tratado em 1975. Primeiro, foi a atuação do Deputado Federal pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA)⁶, Eurípides Cardozo de Menezes. Influenciado pela Professora Therezinha de Castro, fez diversos pronunciamentos no Congresso Nacional favoráveis à presença brasileira na Antártica, bem como palestras, inclusive na Escola Superior de Guerra (ESG), onde cursou em 1972, e artigos publicados em periódicos na primeira metade da década de 1970. Além do livro sobre interesses no Sexto Continente, de 1982, este trabalho faz uso de extenso arquivo pessoal cedido pela família do Deputado, especialmente para esta pesquisa, incluindo cópia de documentos do governo e cartas trocadas com autoridades da época.

O segundo fator interno de influência na questão da adesão, que será apresentado neste trabalho, é a criação, em 7 de setembro de 1972, do IBEA, por engenheiros, cientistas e militares, no Rio de Janeiro, cujo principal objetivo era organizar a primeira expedição científica, de caráter particular, ao “continente branco”, com recursos de doações. Isso acabou não ocorrendo, pois o governo federal não atribuiu o título de instituição de utilidade pública federal ao Instituto. O IBEA somente veio a obter esse reconhecimento do governo em novembro de 1981, quando o Brasil já estava preparando sua primeira expedição oficial. A mobilização da opinião pública em torno do tema, que esse grupo de brasileiros provocou, acabou gerando a determinação, por parte do Presidente Médici, para que a Marinha não apoiasse a referida expedição, como comprova documento do Secretário do Conselho de Segurança Nacional (CSN) ao Ministro da Marinha, em outubro de 1972, ainda no Governo do Presidente Emilio Médici (1969-1974).

Sobre o IBEA, foram as principais fontes de informação: o livro do Professor Aristides Coelho, de 1983, *“Nos confins dos três mares... a Antártida”*, que foi o primeiro diretor científico do Instituto e posteriormente seu presidente; os arquivos do Deputado Eurípides; e algumas reportagens de jornais da época, bem como

⁶ A ARENA, que passou a ser o partido apoiado pelo governo militar, foi fundada em abril de 1966, após o fim do multipartidarismo no Brasil, com o Ato Institucional nº 2 e o Ato Complementar nº 4, de outubro e novembro de 1965, respectivamente. O Movimento Democrático Brasileiro (MDB), fundado também em 1966, passou a ser o único partido de oposição no Brasil.

documentos primários dos Governos Médici e Geisel. Para a parte que trata dos principais decisores - Geisel, Azeredo da Silveira e Golbery -, foram consultados, além dos documentos oficiais disponíveis principalmente nos arquivos do Itamaraty e da Fundação Getúlio Vargas: o livro depoimento “*Ernesto Geisel*”, lançado em 1997, organizado pelos Professores Maria Celina D’Araujo e Celso Castro; o livro organizado pelo professor Matias Spektor, lançado em 2010, “*Azeredo da Silveira, um depoimento*”, com a compilação de depoimentos do Chanceler Azeredo da Silveira, após seu período no Governo Geisel, contemplando não apenas sua atuação como Chanceler, mas também sua carreira diplomática até aquele momento; e o livro do jornalista Elio Gaspari, “*A Ditadura Derrotada: O Sacerdote e o feiticeiro*”, edição de 2014, contendo detalhado material sobre Geisel e Golbery, em particular sobre os anos da Presidência do primeiro.

Nas considerações finais, uma síntese das conclusões parciais de cada capítulo, tentando comprovar a hipótese de que o Presidente Geisel pessoalmente assumiu a decisão, mas influenciado por seu Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, e por seu Ministro-Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva, além de um conjunto de fatores conjunturais externos e internos que também contribuíram para a decisão naquele momento.

1.1 Elementos metodológicos

Por tratar-se de um trabalho acadêmico, destacam-se a seguir os seguintes elementos metodológicos que foram aplicados nesta pesquisa.

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar o processo de tomada de decisão na política externa do governo Ernesto Geisel e identificar como ocorreu a mudança no posicionamento do Brasil em relação à Antártica.

1.2.2 Objetivos específicos

- a) Entender a relação do Brasil com a Argentina para avaliar até que ponto a mesma influenciou na mudança de posicionamento do Brasil pela adesão ao Tratado da Antártica.
- b) Verificar até que ponto o impacto do chamado “choque do petróleo”, ocorrido em 1973, quando o Brasil era fortemente dependente da importação desse produto, pode ter influenciado na decisão pela adesão ao Tratado, em 1975.
- c) Identificar as teorias dos principais geopolíticos brasileiros para contribuir com a melhor percepção sobre a importância estratégica da Antártica para o Brasil, indicando possíveis influências do que esses geopolíticos disseram sobre os decisores envolvidos com o presente estudo.
- d) Analisar o relacionamento do Presidente Geisel com seu Ministro de Relações Exteriores e com seus assessores mais próximos, em especial o Chefe da Casa Civil, General Golbery, a fim de concluir sobre quem efetivamente influenciava nas decisões sobre a política externa brasileira no período estudado.

1.3 Objeto do estudo

O objeto deste trabalho é a “Adesão do Brasil ao Tratado da Antártica”. Como moldura temporal para balizar a pesquisa mais aprofundada, foi escolhido o período entre o pronunciamento do Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes, no Congresso Nacional, em 28 de novembro de 1970, até a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, em 16 de maio de 1975, sem deixar totalmente de lado o período anterior, importante para o entendimento do caminho percorrido até o momento da adesão ao Tratado, propriamente dita.

1.4 Justificativa

A escolha deste tema decorre da constatação de que a Antártica é um assunto ainda relativamente pouco discutido no Brasil, em especial pela academia. Nos cursos de altos estudos realizados na ESG, na Escola de Guerra Naval e no

Instituto Rio Branco, ainda é possível encontrar alguns trabalhos sobre o tema. Mas nas universidades, muito pouco é produzido. Em pesquisa realizada no sítio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em maio de 2013, foram encontradas 373 teses ou dissertações, cadastradas a partir de 1987, utilizando a palavra "Antártica" como referência de busca. Destas, apenas nove abordavam as áreas do Direito, Geografia, Relações Internacionais ou Ciência Política. E nenhuma destas nove estudou especificamente o momento da adesão ao tratado pelo Brasil, como é o caso deste trabalho. A grande maioria dos trabalhos é das áreas de Oceanografia, Biologia, Meteorologia e Geofísica. Ou seja, pouco se escreve e se discute na Academia sobre a Antártica em termos de interesse estratégico para o Brasil (BRASIL, 2013a).

Outro aspecto que reitera a relevância do tema é que a nova versão da Política Nacional de Defesa (BRASIL, 2012), aprovada pelo Congresso Nacional em setembro de 2013, incluiu a Antártica no chamado "entorno estratégico brasileiro", o que não constava nas versões anteriores (1996 e 2005). Pode-se inferir, a partir dessa mudança no documento de mais alto nível sobre defesa, que o governo brasileiro passou a atribuir mais peso à Antártica entre as áreas geográficas de importância para o Brasil.

A população mundial encontra-se em crescimento, com previsão de atingir 9,5 bilhões de pessoas em 2050, com as camadas sociais mais pobres de diversos países aspirando ao mesmo nível de bem-estar dos mais desenvolvidos. Essa necessidade acabará demandando maior quantidade de energia, de minerais estratégicos, de alimentos e, por que não dizer, também, de água. E de onde sairão esses recursos naturais?

Tal disputa poderá, como já ocorreu em tantas outras por recursos entre os Estados (como na partilha do continente africano no final do século XIX), redundar em conflitos armados e, em especial, pela ocupação física do território antártico. O aumento do interesse pelo Oceano Ártico⁷, não apenas em termos de novas

⁷ Em 1º de dezembro de 2014, a Rússia ativou o Comando Estratégico Conjunto do Ártico, "a fim de assegurar seus interesses estratégicos naquela região". Além de forças terrestres e aéreas, o

rotas de navegação, mas também em termos de exploração de seus recursos naturais, dá indícios do que pode vir a ocorrer na Antártica num futuro não muito distante.

Nenhum dos sete países que já haviam reivindicado territórios na Antártica, antes da assinatura do tratado em 1959, abriu mão de seus direitos até o momento. Muitos deles, como é o caso da Argentina e da Austrália, já reivindicaram a extensão de suas respectivas plataformas continentais à Comissão de Limites da Plataforma Continental da Organização das Nações Unidas (ONU), considerando a Antártica como parte do seu território⁸.

Mesmo que o Brasil mantenha seu posicionamento a favor da preservação da Antártica, livre da exploração mineral, nada impede que outros Estados tentem romper com essa posição ambientalista em favor de seus interesses.

Entretanto, julga-se que o país precisa debater com mais profundidade o tema Antártica, não apenas do ponto de vista da pesquisa científica (fenômenos climáticos, biologia, oceanografia, entre outros), mas também do ponto de vista da sua defesa e segurança. E é nesse contexto do debate que se considera importante a participação de toda a sociedade, principalmente por meio dos Institutos e Centros de Estudos Estratégicos.

1.5 Hipóteses

Para este estudo, a hipótese central que será ou não confirmada é que uma combinação de fatores, internos e externos, influenciou o Presidente Geisel na adesão ao Tratado da Antártica.

novo comando contará com a Esquadra do Norte, a mais importante esquadra russa, com sede em Severomorsk. Mais dados sobre a criação desse novo comando disponíveis em: http://itar-tass.com/en/russia/766076_ Acesso em: 10 dez. 2014.

⁸ Todas as submissões de extensão de plataforma continental relativas a territórios reivindicados na Antártica não foram consideradas pela comissão, com base no artigo IV do Tratado da Antártica. Detalhes sobre as submissões de extensão da plataforma continental dos países podem ser encontrados em: http://www.un.org/depts/los/clcs_new/clcs_home.htm. Acesso em: 12 dez. 2014.

Entre os fatores externos considerados, o primeiro teria sido o efeito da crise do petróleo de 1973 e a expectativa de uma possível decisão, por parte dos países signatários do Tratado, pelo início das prospecções minerais naquele continente. O Brasil importava 80% do petróleo que consumia nessa época e o aumento dos preços do barril, que quadruplicaram no mesmo ano, teve forte impacto na economia brasileira. O posicionamento da política externa brasileira em relação à Argentina seria o segundo fator externo. O Chanceler de Geisel, Azeredo da Silveira, tinha sido anteriormente Embaixador em Buenos Aires e, convencido de que o vizinho não representava mais uma ameaça ao Brasil, mudou a postura brasileira de evitar problemas com seu vizinho, para uma mais assertiva, em prol dos interesses brasileiros, entre eles a presença do Brasil na Antártica. Entretanto, ao longo do trabalho, será mostrado que essa nova postura não foi adotada imediatamente pelo Presidente. A primeira exposição de motivos sugerindo a adesão ao Tratado da Antártica foi encaminhada pelo Itamaraty em 28 de maio de 1974. Somente em setembro, quatro meses depois, Geisel se posicionou e exarou um despacho de que não seria um momento adequado para a adesão e que o tema deveria ter sua discussão postergada. Apenas em maio de 1975 Geisel decidiu pela adesão.

Como fatores internos, inicialmente a mudança de posicionamento dos geopolíticos brasileiros cujas preocupações, até então voltadas para a ocupação dos grandes vazios geográficos e para o desenvolvimento econômico, se abriram para pensar o “Brasil Potência”, olhando para fora e buscando ocupar seus espaços no sistema internacional. O segundo fator teria sido a influência da atuação do Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes. A partir de seu discurso em 28 de novembro de 1970, passou a defender a presença brasileira no continente antártico e a criação em 7 de setembro de 1972 do IBEA, formado por cientistas, intelectuais, militares e outros membros da sociedade civil, cujo objetivo principal era realizar a primeira expedição científica à Antártica.

1.6 Metodologia

O trabalho envolveu, basicamente, a dimensão política com dois focos. No interno, principalmente, a figura do Presidente da República e demais elites

brasileiras, em especial as políticas, diplomáticas e intelectuais (na figura dos geopolíticos, do Deputado Eurípides e dos membros do IBEA, que serão apresentados). Em sua dimensão externa, analisando o cenário internacional e os interesses sobre o continente antártico, além dos fatores que porventura possam ter influenciado a decisão pela adesão ao Tratado.

Quanto aos fins, a pesquisa foi explicativa, buscando compreender o porquê de certas situações. Quanto aos meios, identificou-se a necessidade de realizar pesquisas documentais e bibliográficas. Visando capturar o movimento decisório brasileiro no tocante à Antártica, a metodologia considerada como a mais adequada foi a qualitativa, amplamente baseada em elementos históricos, estejam eles em relatos de indivíduos (biografias de vários atores envolvidos com o período) ou de instituições, e em documentos oficiais.

Para se interpretar o conteúdo dos textos selecionados para esta pesquisa, foi escolhida a metodologia de análise de conteúdo, que segundo Sá-Silva, Almeida e Guindani (2009, p. 11), “consiste em relacionar a frequência da citação de alguns temas, palavras ou ideias em um texto para medir o peso relativo atribuído a um determinado assunto pelo seu autor”.

Não foram consideradas variáveis rigidamente definidas, e sim foi feita a opção pela utilização de categorias de análise para a leitura, como: análise em política externa; processo de tomada de decisão; geopolítica brasileira; história do interesse internacional e brasileiro pela Antártica; política externa brasileira com ênfase nas relações com a Argentina; Governo Geisel; e Crise do Petróleo. Esse conjunto de categorias foi sendo modificado ao longo do estudo, a partir do “confronto constante entre empiria e teoria” (SÁ-SILVA; ALMEIDA; GUINDANI, 2009, p. 12).

De acordo com o Professor Umberto Eco (2012), uma boa tese deve seguir as seguintes etapas em sua elaboração: o plano de trabalho, a pesquisa bibliográfica, a coleta de documentação e a execução do texto. Nesse sentido, foram empregados os seguintes procedimentos para a condução do estudo:

- a) A delimitação do objeto de estudo como sendo a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica e o período a ser examinado com maior profundidade, de 1970 a 1975, com ênfase no Governo do Presidente Ernesto Geisel (em particular, os dois primeiros anos de 1974 e 1975);
- b) a pesquisa bibliográfica e documental com o desenvolvimento da técnica de fichamento (separando em fichas de leitura e de citações) adequada ao objeto desta pesquisa. No caso da documental, amplamente utilizada nesta pesquisa, a análise foi ainda mais cuidadosa, tratando-se de textos que não passaram por nenhum tratamento científico anteriormente;
- c) visita às bibliotecas físicas e virtuais sobre o tema, como foi o caso do Arquivo Histórico do Itamaraty em Brasília, da Escola Superior de Guerra, do Serviço de Documentação da Marinha, do Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha, da Biblioteca da Escola de Guerra Naval, e do Centro de Pesquisas e Documentação da Fundação Getúlio Vargas, onde foi possível consultar inúmeros documentos pertinentes ao tema produzidos por diversos órgãos do governo federal. A possibilidade de se conseguir documentos que eram considerados sigilosos e que pelo tempo decorrido já foram desclassificados trouxe elementos importantes para esta pesquisa;
- d) revisão bibliográfica do tema em fontes diversas: livros, artigos, resenhas, textos científicos disponíveis *on-line*, pesquisas científicas correlatas, etc. Não foram pesquisados apenas livros específicos sobre a Antártica, mas também livros que melhor explicassem o momento político que o Brasil vivia, principalmente nos governos dos Presidentes supramencionados; os sobre o pensamento geopolítico brasileiro; a respeito da história da política externa do Brasil com a Argentina; bem como sobre os impactos da crise do petróleo de 1973; e
- e) análise dos resultados visando, principalmente, responder à Questão de Pesquisa e validar a Hipótese formulada.

2 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

Em um regime de exceção, como era o brasileiro por ocasião da adesão ao Tratado da Antártica, em 1975, o dirigente supremo, no caso o Presidente da República, assume pessoalmente as decisões envolvendo o país, incluindo as de política externa. Entretanto, mesmo ele, independentemente de características pessoais, é influenciado por elementos externos e internos, sejam pessoas ou eventos que o levam a decidir por determinada linha de ação. Para melhor compreender a conjuntura que envolveu a decisão de Geisel, escolheu-se para esta dissertação lançar mão da Análise de Política Externa (APE), com especial atenção para aquelas que tratam das variáveis ideacionais como ferramenta conceitual.

Inicialmente será feita a apresentação da APE, mostrando como ela se desenvolveu, incluindo as abordagens clássicas dessa subdisciplina e sua agenda mais contemporânea de pesquisa. Considera-se que a APE tem como objeto o estudo da política externa de determinados governos, em particular seu processo de tomada de decisão e as ações efetivamente realizadas. Sua proposta contribuiu para iluminar os dois primeiros anos de execução da política externa no Governo Geisel, em especial a decisão sobre a adesão ao Tratado da Antártica, objeto deste trabalho.

Em seguida, será apresentada uma síntese da argumentação utilizada pela Professora Letícia Pinheiro para explicar como foi o processo de tomada de decisão em política externa no Governo Geisel, em particular o papel dos principais atores envolvidos, tendo como referência sua tese de 1995, que analisa três diferentes decisões em política externa ocorridas durante aquele governo.

Por fim, serão apresentados alguns autores que trataram da importância das ideias em política externa, considerando o relativo peso que os intelectuais tiveram no processo de decisão para a adesão do Brasil ao Tratado.

2.1 Análise de Política Externa

A política externa é pública, mas com a particularidade de ser aplicada externamente ao território do Estado em si. Mesmo “implementada fundamentalmente fora das fronteiras do Estado, a política externa resulta e promove arranjos institucionais-burocráticos domésticos diversos, bem como articulações políticas internas de variadas dimensões” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 41). Por ser uma política pública, as autoras também alertam sobre a importância das demandas e conflitos entre os diferentes grupos domésticos com interesse na questão, por ocasião do processo de elaboração e implementação da referida política externa.

Segundo Alves (2007, p. 25): “a política externa é um dos ramos da política estatal mais interessantes e complexos. Isso porque ela tem como característica singular o fato de ser influenciada tanto por condicionantes políticos nacionais como internacionais”.

A APE tem como objeto o estudo da política externa de governos específicos e é considerada, atualmente, um campo de estudos ou uma subdisciplina de Relações Internacionais⁹. Teve seu início, segundo Salomon e Pinheiro (2013), a partir do artigo dos professores Richard Snyder, Henry Bruck e Burton Sapin, “*Decision-Making as an Approach to the Study of International Politics*”, de 1954¹⁰. Para eles, a política externa é um produto de decisões e a maneira como essas decisões são tomadas afeta substancialmente seu conteúdo.

⁹ Segundo Walter Carlnaes (2002 *apud* SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 42), “ainda em meados dos anos 1970 a APE era percebida nos Estados Unidos mais como uma subárea da [política pública] do que [das relações internacionais]”.

¹⁰ O artigo foi impresso e distribuído avulsamente pela Universidade de Princeton, ganhando mais publicidade quando saiu como um dos ensaios do livro *Foreign Policy Decision-Making*, editado pelos mesmos autores, em 1962. Para Valerie Hudson (2012, p. 13-14), outros dois trabalhos também devem ser considerados como marcos fundadores da APE, como subdisciplina das Relações Internacionais: o *Pre-theories and Theories of Foreign Policy*, de James Rosenau, de 1966; e o *Man-Milieu Relationship Hypotheses in the Context of International Politics*, de Harold e Margaret Sprout, de 1957, onde “sublinharam a importância das percepções e interpretações acerca do contexto internacional dos indivíduos e grupos na APE” (MILANI; PINHEIRO, 2013, p.13).

Ou seja, a política externa deveria ser investigada a partir do suposto de que ela se constitui essencialmente de uma série de decisões tomadas por um ou mais indivíduos chamados decisores; que esses decisores agem de acordo com a definição que fazem da situação; e que essas decisões não surgem pura e simplesmente a partir dos estímulos externos, mas são sim processadas por um mecanismo dentro do Estado (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 43).

A partir desse artigo, a APE assumiu duas linhas distintas. A que teve proeminência nos 20 anos iniciais foi a linha da Ciência Política behaviorista¹¹, pelo projeto do Professor James Rosenau¹², de desenvolver uma política externa comparada. Esta se propunha a desenvolver uma “grande teoria” da política externa, que pudesse explicar qualquer política externa e até de poder prever determinadas ações de qualquer país. Em 1966, Rosenau, em seu artigo “*Pre-theories and Theories of Foreign Policy*”, publicado como capítulo do livro “*Approaches to comparative and international politics*”, editado por Robert Farrell, lança a *eight-column matrix*. Nesse artigo correlaciona cinco variáveis com oito tipos de países, modelo que levaria ao interesse por parte de outros acadêmicos. Tal linha, em razão da disputa de poder entre os EUA e a URSS (período da Guerra Fria de 1947 a 1989), teve grande subsídio do governo norte-americano (Departamento de Estado e de Defesa, principalmente), incluindo um projeto chamado *Inter-University Comparative Foreign Policy*, envolvendo 20 diferentes acadêmicos e 10 universidades dos EUA. Segundo seu idealizador:

¹¹ Segundo Figueira (2011, p. 21): “A escola behaviorista busca trazer para análise das relações internacionais os instrumentais teóricos, estatísticos e as funções da Matemática e da Economia para explicar a dinâmica das relações internacionais; utiliza-se de pesquisas quantitativas para a derivação de análises correlacionais”.

¹² James N. Rosenau (1924-2011), considerado um dos *founding fathers* da APE, foi professor emérito e diretor da Escola de Relações Internacionais da *University of Southern California*, tendo lá permanecido de 1973 a 1992, quando passou a lecionar na *George Washington University* até 2009. De 1984 a 1985 foi presidente da *International Studies Association*. Em artigo de 1989, *The Scholar as an Adaptive System*, Rosenau rejeitou o projeto de Política Externa Comparada e deu maior foco aos estudos da influência de atores específicos, como os líderes, pequenos grupos, grupos de interesse (como as Organizações não Governamentais - ONGs), etc. Em 1990, lançou *Turbulence in World Politics*, no qual traz um conceito de *postinternational politics* para reforçar o argumento de que outras dimensões surgiram para desafiar a tradicional relação entre Estados como sendo a mais importante no contexto das relações internacionais. Em seu último livro, *People Count: The Networked Individual in World Politics*, de 2007, Rosenau faz uma explícita defesa de que o mundo não deve ser entendido pela “relação entre seus Estados”, mas como a relação entre “seus indivíduos cada vez mais interconectados”. No prefácio do livro *Foreign Policy: theories, actors and cases*, de 2012, Rosenau ressalta a importância cada vez maior das redes sociais e das ONGs, usando como exemplo os eventos relacionados com a chamada “Primavera Árabe” (2011), ocorrida em países do Oriente Médio e Norte da África. Como o prefácio foi escrito em 2011, antes de seu falecimento, os editores dedicaram o livro a ele.

A matriz surgiu dentro do ambiente em que o campo de estudos estava naquela época. Era um período onde a comparação estava bastante em voga e pareceu para mim que o fenômeno política externa era motivo de uma análise comparativa como todos os outros processos políticos [...] mas pareceu-me claro que a *pre-theory* teve uma excelente aceitação, não apenas porque os estudos comparativos estavam na moda, mas em razão de outros motivos [como, por exemplo] ela possibilitava uma forma de analisar casos de políticas externas já ocorridos bem como fazer previsões sobre o futuro posicionamento externo de determinados países [...] ela possibilitava uma forma de juntar política externa com política interna sob o mesmo guarda-chuva analítico [...] E em terceiro lugar, ressaltava a importância do emprego da metodologia dos estudos de caso¹³ como base para se analisar, comparar e se interpretar a política externa de determinado Estado (ROSENAU, 2011 *apud* SMITH; HADFIELD; DUNNE, 2012, p. v, tradução nossa).

Mas acabou fracassando, pois seus objetivos foram considerados “inatingíveis”, considerando-se que “o estudo das sociedades humanas exige métodos diferentes dos da física” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 44). Ganhou força a outra linha mais plural, de “médio alcance sobre fenômenos muito mais restritos” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 44), que incorporava elementos de outras disciplinas, sem a pretensão de se construir uma teoria geral de política externa. O foco passou a ser nos atores específicos, como os líderes, pequenos grupos, organizações burocráticas, grupos de interesse, etc. Os fatores internos passaram a ter mais interesse nas explicações para determinadas posições em política externa dos Estados (SALOMON; PINHEIRO, 2013).

Em 1988, o conceito de “jogo de dois níveis”, uma metáfora para explicar a relação entre o nível internacional e o doméstico em Análise de Política Externa, ganhou destaque no trabalho de Robert Putnam (1988), “*Diplomacy and Domestic Politics: the Logic of Two-Level Games*”¹⁴.

¹³ Como fez a professora Leticia Pinheiro em sua tese de 1995, que será vista adiante.

¹⁴ Considerado por Alves (2007, p. 44-45) “o primeiro trabalho a sugerir a validade de integrarem-se os dois níveis de análise em um único relato analítico sobre política externa [...] O decisor central tem posição única nessa integração interno-externo, uma vez que ele é o único a ter acesso às negociações e poder de ação nas barganhas efetuados nos dois níveis”.

No nível nacional, os grupos internos buscam conquistar seus interesses pressionando o governo a adotar políticas que lhes sejam favoráveis, e os políticos buscam ganhos de poder construindo alianças com esses grupos. No nível internacional, governos nacionais buscam maximizar suas habilidades de satisfazer as pressões domésticas, enquanto minimizam as consequências adversas de eventos externos. Nenhum desses dois jogos pode ser ignorado pelos decisores centrais (PUTNAM, 1988, p. 434, trad. nossa).

Em relação às matrizes teóricas das Relações Internacionais, segundo Salomon e Pinheiro (2013), a APE, embora tenha na matriz liberal sua “base de sustentação”, não desconsidera a contribuição da linha realista, que valoriza os fatores sistêmicos na explicação da política externa dos Estados. No realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979), que se tornou a corrente predominante do pensamento realista a partir do final da década de 1970, os fatores domésticos não interessam como variáveis explicativas na Análise de Política Externa dos Estados. Para Waltz, apenas a distribuição de poder entre as principais potências do sistema internacional seria o fator relevante da política internacional, ao lado da ausência de um governo central para estabilizar a anarquia entre os Estados. Ele não tinha interesse em explicar políticas externas dos Estados, individualmente. Já os autores do realismo neoclássico, surgido no final dos anos 1990, tinham a intenção de “construir uma teoria realista da política externa” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 46). E explicavam que sua teoria continuava sendo realista, pois “a variável independente [...] é a preocupação dos Estados, pela posição relativa que ocupam na distribuição de poder internacional” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 46).

Já para os liberais, o indivíduo, atuando em instituições, seria o principal agente de mudança no sistema internacional e a cooperação é possível. “Nas explicações liberais [...] as variáveis internas carregam quase todo o peso da explicação” (SALOMON; PINHEIRO, 2013, p. 45). Um dos autores liberais contemporâneos, Andrew Moravcsik (2008), procurou formular uma teoria mais ampla, tentando incluir diferentes correntes liberais como as ideacionais, institucionais e econômico-comerciais. Além disso, Moravcsik mantinha a ênfase nas variáveis internas, mas também considerando as variáveis sistêmicas como importantes para uma teoria de Relações Internacionais.

Já a contribuição construtivista surgiu a partir da própria definição da mesma: “uma teoria social mais ampla que pode ser aplicada ao estudo da política internacional” (SALOMON; PINHEIRO, p. 47). O foco dos construtivistas não era os Estados, mas “as próprias ideias (normas, identidades, interesses)”. As duas principais convergências entre a APE e o construtivismo eram a influência dos enfoques sociocognitivos (com elementos da Sociologia, Psicologia Social e da Psicologia Cognitiva) e “a importância que ambos atribuem à ação dos agentes na política internacional” (SALOMON; PINHEIRO, p. 47).

Uma das inovações da APE era, então, passar a considerar os fatores internos, sem menosprezar os sistêmicos. Cabe, portanto, ao analista a decisão sobre qual dos fatores, se externo ou interno, será preponderante numa determinada postura em termos de política externa de um Estado, sem se deixar prender em qualquer das teorias tradicionais de RI, como se pretendeu fazer neste trabalho.

De acordo com Alves (2007), um mesmo fenômeno pode ser visto por mais de um nível de análise.

Cada nível apresentará informações que, a despeito de serem muitas vezes pouco importantes para a decisão específica que se está estudando, têm grande poder explicativo em relação a um ou mais fenômenos correlatos àquele objeto de estudo [...] Nenhum nível de análise é superior, do ponto de vista teórico e metodológico, ao outro, e o cientista social deve-se esforçar para adotar o nível que lhe renderá mais dividendos em relação ao específico problema que se lhe apresenta como objeto de estudo (ALVES, 2007, p. 26).

Em relação ao Brasil, segundo Fonseca Jr. (1989 *apud* SILVA, 1998, p. 140), dois modelos de Análise de Política Externa surgiram nas décadas de 1950/60:

No modelo de “nação incompleta”, que tem por substrato teórico as teorias marxistas do imperialismo e a teoria da dependência, a ênfase recai sobre o caráter dependente de nossa economia e sua inserção periférica no sistema capitalista mundial [...] O segundo modelo, o do “baluarte do Ocidente”, tem por base teórica o paradigma realista e sua concepção do sistema internacional como arena anárquica de Estados soberanos acima dos quais não paira nenhuma autoridade, e onde a cooperação entre estes só pode ocorrer de forma “*ad hoc*”. Esse modelo foi desenvolvido, fundamentalmente, pelo pensamento geopolítico, concentrando seu foco analítico nos conflitos estratégicos que moldam a estrutura do sistema internacional para, a partir daí, derivar estratégias de ação diplomática fundadas na noção de uma “aliança especial” com os EUA.

Já Lima (1992 *apud* SILVA, 1998, p. 139) considera um terceiro modelo, que é a fundição da “matriz realista aos conceitos cepalinos de centro/periferia e de desenvolvimento desigual e combinado da economia capitalista mundial”¹⁵. Silva (1998) identifica o surgimento, na década de 1970, de novos estudos sobre política externa no Brasil, simultaneamente a um processo de diversificação e autonomização da própria ação diplomática brasileira. Assume como premissa que o país, ainda periférico no sistema internacional, poderia ter uma política externa mesclando elementos de dependência e/ou autonomia. Esses novos estudos, segundo Silva (1998, p. 140), destacam:

O grau de complexidade presente nos processos de formulação e implementação de nossa diplomacia, evidenciado seja no plano dos condicionamentos internos (demandas da política econômica, disputas entre agências burocráticas, interação entre atores estatais e não estatais) ou externos (grau de “permissibilidade” ou rigidez do sistema internacional). Nesse sentido, as explicações monocausais foram, de modo geral, abandonadas, cedendo lugar a um universo crescente de variáveis explicativas.

A APE tem como foco explicar as decisões e o comportamento de determinados Estados. O fio condutor é a necessidade de entender não somente por que os líderes tomam as decisões que tomam, mas também como e por que determinados condicionamentos nos campos interno e externo, além de oportunidades, afetam suas escolhas. A análise do processo de tomada de decisões, assim como o impacto relativo de vários fatores sobre o mesmo, é o ponto central quando se trata de explicar a política externa dos Estados (SALOMON; PINHEIRO, 2013).

Segundo Hermann (2001, p. 48):

¹⁵ Esse terceiro modelo, segundo Lima (1992 *apud* SILVA, 1998, p. 139), teve origem em trabalhos de Hélio Jaguaribe (1958) e de Araújo Castro (1982). A Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), órgão das Nações Unidas, foi criada em 1948, e, segundo Pinheiro (2013a, p.162), “foi fundamental para a formação de uma reflexão autóctone e para a construção de uma identidade latino-americana, estimulando a atuação coletiva”.

Mesmo que estejamos conscientes de que o processo de escolha pode não ser uma ocorrência clara, que decisões-chave e aqueles que as tomam são restritos pelos insumos disponíveis, e que a aplicação subsequente de uma decisão pode levar à distorção, o conhecimento de como as decisões são tomadas é uma poderosa fonte para o entendimento do que entidades complexas, tais como governos, fazem. Aprendendo sobre como são tomadas as decisões de política externa, podemos obter informações sobre as intenções e estratégias dos governos e como as definições sobre uma determinada situação são traduzidas em ação (trad. nossa)¹⁶.

Considerando que a APE dá ênfase ao processo decisório, o agente e não a estrutura é o elemento central. Ela vai além dos estudos das estruturas governamentais, permitindo um olhar em indivíduos, burocracias e instituições na formulação da política externa de um país (VIANA, 2011). Dessa forma, no cap. 5, a figura do Presidente Geisel, bem como de seu Ministro de Relações Exteriores e do Chefe da Casa Civil serão apresentados sob o enfoque das decisões em política externa, em especial sobre a adesão ao Tratado. Serão também consideradas as atuações do Deputado Eurípides Menezes e do IBEA, no sentido de influenciar a política externa de Geisel para o Sexto Continente.

Milner (1997) afirma que a política interna e as relações internacionais estão inexoravelmente interconectadas e que a situação interna molda o comportamento do Estado nas relações externas. Segundo Viana (2011, p. 17), outros teóricos também “defendem que existe uma influência recíproca entre a política doméstica e as relações internacionais (MORAVCSIK, 1993; PUTNAM, 1988, p. 427)”. A crise mundial do petróleo de 1973 impactou significativamente a balança de pagamentos do Brasil, contribuindo para o aumento da inflação no país em 1974. Essa desestabilização da economia nacional resultou numa medida concreta em termos de política externa, que foi a representativa aproximação diplomática brasileira com os países árabes exportadores de petróleo, como será mostrado no cap. 5.

¹⁶ “Even though we are aware that the actual process of choice may not be a clear occurrence, that key decisions and those who make them are constrained by available inputs, and that subsequent implementation of a decision may lead to distortion, knowledge about how decisions are made is a powerful source of insight into what complex entities, such as governments, do. By learning about how foreign policy decisions are made, we gain information about the intentions and strategies of governments and how definitions of the situation are translated into action.”

A possibilidade de ser admitida a prospecção mineral na Antártica, incluindo o petróleo, pode ter influenciado Geisel em sua decisão pela adesão ao Tratado, a fim de não ficar de fora de uma possível partilha daquele continente. A preocupação do governo brasileiro em relação a um possível agravamento das relações com a Argentina, instáveis por causa da construção da hidrelétrica de Itaipu, muito provavelmente influenciou na cautela de Geisel quanto à decisão de aderir ao Tratado da Antártica. Como será visto no mesmo capítulo, o Chanceler Azeredo defendia a posição de desconsiderar o que os argentinos viessem a pensar em relação à política externa brasileira, em especial no embate sobre o aproveitamento dos rios de curso sucessivo, mas a demora de Geisel em aceitar a proposta de seu Chanceler, pela adesão, levou na direção de que o Presidente tinha essa preocupação. Ou seja, uma decisão em política externa influenciada por outro tema da agenda externa do país.

Salomon e Pinheiro (2013) identificaram duas lacunas que precisariam ser mais bem estudadas em termos da APE no Brasil. Uma, em relação à influência da opinião pública na formulação e conteúdo da política externa brasileira; e a outra, a respeito do estudo centrado no líder, considerando o caráter de certo centralismo nos Presidentes brasileiros¹⁷. No presente trabalho, pretende-se, em parte, também explorar essas duas lacunas. Sobre a primeira, Ariane Figueira (2011, p. 170-172) considera que:

¹⁷ Edmundo Campos Coelho, em seu livro de 1976, assim comenta sobre a atração exercida pelos personalismos na política brasileira: “Nem mesmo as Forças Armadas estiveram imunes ao complexo messiânico [procura permanente da personalidade salvadora, do homem forte, do líder carismático] da sociedade civil. Aí o messianismo criou, ou tentou criar, em regime de urgência, homens providenciais: Juarez Távora, Eduardo Gomes [...] Esperam-se milagres do liberalismo de Castelo Branco, do “humanismo” de Costa e Silva, da feição popular de Médici. E quantas virtudes já não se têm louvado na personalidade do Presidente Geisel?” (COELHO, 2000, p. 165).

A influência a ser exercida pela opinião pública em processos de tomada de decisão é um debate antigo entre cientistas políticos [...] Embora um dos pressupostos da democracia seja a incorporação das aspirações dos cidadãos nas decisões políticas, muitos autores consideram que a opinião pública é irracional, volátil e apaixonada, sendo facilmente manipulada por interesses de minorias organizadas e que, portanto, não deve participar ou influenciar em processos decisórios [...] Como aponta Pierre Bourdieu, a opinião pública é manipulada pelos meios de comunicação de massa [...] No Brasil, as discussões sobre o tema têm sido realizadas mais no âmbito da influência exercida pelos meios de comunicação na política [...] Quando o tema é a correlação entre a política externa e opinião pública, é ainda mais raro encontrar análises que se disponham a esse desafio. [concordando com o que mencionou Salomon e Pinheiro] Carlos Faria [...] justifica o fato como a manifestação do baixo apelo que temas da política externa brasileira apresentavam para a sociedade até os anos 1980, tendo em vista que estavam concentrados principalmente em questões da alta política, como segurança nacional.

Embora não seja conhecida alguma pesquisa de opinião ou um estudo específico para saber o que o público em geral pensava sobre a presença brasileira na Antártica, para este trabalho foram levantadas diversas citações de editoriais e reportagens dos jornais O GLOBO (1956; 1973a; 1973b; 1973c; 1974a; 1974b; 1974c; 1974d; 1974e) e O ESTADO DE SÃO PAULO (1974a; 1974b), em especial dentro da moldura temporal escolhida, que foi de 1970 a 1975. O intuito é mostrar que o tema ganhou mais destaque na mídia a partir do pronunciamento do Deputado Eurípides Menezes, em novembro de 1970, e da criação do IBEA, em setembro de 1972. Aqui, seguindo o mencionado anteriormente por Figueira: muito mais como uma possível influência nos decisores do que retratar “as aspirações dos cidadãos” em relação à importância da Antártica para o Brasil.

Da mesma forma, sobre a segunda lacuna mencionada por Salomon e Pinheiro (2013), também será apresentado o perfil do Presidente Geisel e dos demais atores envolvidos nas decisões de política externa, o Chanceler Azeredo da Silveira e o Ministro Golbery, constante no cap. 5. A importância do estudo do perfil do líder, ainda mais no caso de Geisel, é ressaltada por Hudson (2007), que defende que além do regime político no qual o país está inserido, o interesse do líder na política externa também conta na hora de se analisar o peso de suas decisões em questões internacionais. Além de o Brasil estar passando por governos autoritários, onde o Congresso atuava subjugado, Geisel demonstrava ter interesse por política externa.

Também como será visto no cap. 5, o Presidente, de marcante personalidade, tinha vasta experiência na alta administração, o que é considerado por Margaret Hermann (1984 *apud* HUDSON, 2007) uma das variáveis relevantes, já que líderes com relativo treinamento diplomático tendem a participar de forma mais ativa na condução da política externa de seu país. Considerando já ter sido o Presidente Geisel, adido do Exército junto à Embaixada do Brasil no Uruguai, Chefe do Gabinete Militar do Presidente Castello Branco e presidente da Petrobras, pode-se encaixá-lo nesse perfil.

Outra condição citada por Hudson (2007) é quando o líder se vê diante da insuficiência de informações prestadas por seus assessores. Segundo a autora, nessas situações o líder é obrigado a ter mais participação ainda no processo de decisão. Geisel, ao receber a primeira exposição de motivos de seu Chanceler sugerindo a adesão ao Tratado, em maio de 1974, somente exarou parecer postergando a referida adesão em setembro. E somente em maio do ano seguinte convenceu-se de que era o momento. As insuficientes informações prestadas por seu Chanceler a respeito do impacto que essa decisão poderia ter nas relações com a Argentina, cuja questão da hidrelétrica de Itaipu era o tema recorrente da pauta internacional dos dois países naquele período, pode ter sido a causa para a relativa indecisão do Presidente, como será apresentado no cap. 5.

Esta dissertação, de certa maneira, também contribui para o estudo da influência das ONGs nas decisões de política externa dos Estados, já que no cap. 5 será apresentado o papel do IBEA no processo decisório de Geisel em relação à adesão ao Tratado. Segundo Figueira (2011, p.160-161), ONGs são:

Organizações voluntárias formadas por indivíduos ou grupos que contam com um documento constituinte e uma sede. [...] Esses atores são constituídos por meio de relações sociais não reguladas pelos Estados e suas interações desenvolvem-se à margem das relações de poder que caracterizam as instituições estatais [...] há muitos anos se observam grupos da sociedade civil organizando-se em torno de problemáticas e agindo em contextos específicos [...]

Para o caso da influência das ONGs na política externa brasileira, Figueira (2011) ressalta dois tipos específicos, as de caráter ambiental, preocupadas com a preservação de reservas naturais, como é o caso da Amazônia, bem como as de

direitos humanos, em especial durante o período do regime militar de 1964 a 1985. Nos dois casos, a autora destaca a atuação centralizadora do Ministério das Relações Exteriores brasileiro, pois nem a opinião pública, os movimentos sociais ou o Legislativo tinham força contra os governos militares.

No caso do meio ambiente, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) procurou fortalecer a correlação entre o meio ambiente e o desenvolvimento, tentando jogar a culpa maior nos países desenvolvidos, maiores poluidores do planeta. O IBEA, que tinha como objetivo principal a realização da primeira expedição brasileira à Antártica, por entender a importância daquele continente para o Brasil, também teve sua iniciativa cerceada pelos governos militares, que não tinham interesse numa expedição de caráter privado à Antártica, pois a mesma poderia comprometer as relações com a Argentina, que se preocupava com as ideias de alguns geopolíticos brasileiros em relação à presença brasileira naquele continente.

2.2 Decisão em política externa no Governo Geisel

Por este estudo ter o foco numa decisão em política externa do governo brasileiro, quando o Presidente Ernesto Geisel decidiu aderir ao Tratado da Antártica, em maio de 1975, foi selecionada como uma das referências teóricas para esta dissertação a tese defendida em 1995 na *London School of Economics*, da professora Letícia Pinheiro¹⁸, com o título de “*Foreign policy decision-making under the Geisel Government: the president, the military and the foreign ministry*”. Esse trabalho, publicado em inglês, como na tese original, pela Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), em 2013, permite uma análise comparativa do caso da decisão pela adesão ao Tratado da Antártica, também ocorrido no governo Geisel, com os casos abordados na tese em tela, todos ocorridos nos dois primeiros anos do governo Geisel (1974-75): o primeiro, sobre a decisão do país de se abster na votação da OEA em relação às sanções contra Cuba, em

¹⁸ Pinheiro, segundo Lima (*apud* PINHEIRO, 2013b, p. 34, trad. nossa), “é uma das mais competentes internacionalistas de sua geração [...] inicialmente na Fundação Getúlio Vargas e em seguida no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica (PUC)-Rio, ela teve e ainda tem papel fundamental na institucionalização da subdisciplina de análise de política externa no Brasil.”

novembro de 1974 e em julho de 1975 (cap. 4, da tese); o segundo, sobre o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China, em agosto de 1974 (cap. 5, da tese); e o terceiro caso, sobre o reconhecimento da independência de Angola em dezembro de 1975¹⁹ (cap. 6, da tese).

Em seu trabalho, Pinheiro considera que, mesmo num regime autoritário, o governante supremo, no caso o Presidente da República, não deve ser considerado um ser “monolítico”. A autora reconhece a existência de um pequeno grupo, chamado por ela de “unidade de tomada de decisão”, formado por elementos do governo próximos do Presidente (“*inner circle*”), que influenciavam no processo de tomada de decisão, inclusive em política externa. Pinheiro desmitifica a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como elemento central que orientaria a tomada de decisão em política externa²⁰. Dos casos apresentados em seu trabalho, todos envolvendo regimes de orientação comunista, o de Angola, de acordo com Lima (*apud* PINHEIRO, 2013b), foi o mais significativo. Isso porque Geisel e Silveira tiveram que manipular algumas informações sobre a presença de tropas cubanas naquele país, a fim de conseguir a concordância por parte dos

¹⁹ Mesmo tendo seu processo de tomada de decisão ocorrido no mesmo período, em toda a sua tese, Pinheiro apenas menciona a adesão ao Tratado da Antártica uma única vez, na p. 126, e como um dos exemplos de tentativa de aproximação dos demais países da região, juntamente com o Tratado de Cooperação Amazônica de 1978. A autora não elabora por que considerou a adesão ao Tratado como uma aproximação aos países vizinhos. Como está descrito adiante nesta dissertação, durante o governo Geisel, e mesmo no de seu antecessor, Médici, todos os documentos do Governo sobre o possível interesse na Antártica eram classificados como secretos, e nenhum tipo de “aproximação aos vizinhos” ocorreu naquele governo em função da adesão brasileira.

²⁰ No capítulo 2 de sua tese, onde trata mais especificamente sobre o papel da DSN, Pinheiro, citando Stepan (1973), argumenta que após o golpe de 1964, “o velho profissionalismo voltado para a guerra e a neutralidade na política por parte dos militares foi substituído por um novo profissionalismo mais preocupado com as questões de segurança interna e com o desenvolvimento nacional” (2013b, p. 70, trad. nossa) e que as duas razões para o pensamento de que a ESG e a DSN influenciavam diretamente nas decisões da política externa brasileira seriam a presença de Golbery no governo (com seu histórico profissional ligado à ESG e às suas ideias), bem como a “deificação” da própria DSN. Pinheiro admite a influência de Golbery em termos de política externa no governo Geisel, até mesmo por seus atributos intelectuais reconhecidos por seus artigos de geopolítica, e considera que o mito da influência da ESG no governo seria pela ligação automática que a mídia fazia entre o chefe da Casa Civil e aquela Escola. Ela cita como exemplo, na página 78, o fato de que a ESG e os “seguidores” da DSN eram contra o restabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular da China. Sobre o segundo ponto, a “deificação” da DSN, a autora defende a tese de que na verdade a mesma servia mais como uma “orientação geral” e não como um dogma a ser rigidamente seguido, e que no governo Geisel isso ficou mais evidente, como, por exemplo, nos três casos analisados pela autora em sua tese onde um governo autoritário de orientação anticomunista como o Brasil, em prol do objetivo maior do desenvolvimento econômico aceitou reconhecer o governo comunista de Angola e de restabelecer relações diplomáticas com o governo comunista da China.

setores mais conservadores do governo para o reconhecimento da independência do país.

Igualmente ressaltado pela autora foi a grande sinergia entre o Presidente e seu Chanceler, com o primeiro dando grande respaldo político ao segundo nos temas de política externa - conceito conhecido como *Foreign Policy Executive*, que será ampliado mais à frente -; bem como a prévia experiência em assuntos internacionais dos dois, no caso de Geisel, sua presidência na Petrobras (1969 a 1973), e quanto a Silveira, suas diversas posições no exterior em sua carreira diplomática. Essa experiência prévia, segundo Pinheiro, permitiu que ambos iniciassem suas gestões convencidos da importância de serem realizadas mudanças na postura externa do país²¹, em função das alterações que estavam ocorrendo no cenário internacional. Pinheiro cita a crise do petróleo de 1973, a recessão mundial e a *détente*²² entre EUA e URSS. Essa nova postura em termos de política externa foi chamada, logo no início, por Geisel, de “pragmatismo responsável” e será aprofundada no cap. 5.

Pinheiro trata o tema sob o guarda-chuva conceitual do segundo nível de debates (“*level-of-analysis debate*”) entre o Estado e suas burocracias, teoria surgida a

²¹ Pinheiro emprega o conceito de *Foreign Policy Redirection* para trabalhar essa mudança de posicionamento na política externa do governo Geisel em relação às anteriores. A autora usa como referências teóricas os artigos de K.J. Holsti, *Restructuring Foreign Policy: a neglected phenomenon in foreign policy theory*, capítulo do livro *Why Nations Realign*, editado também por Holsti, e publicado em 1982; e de Charles F. Hermann, *Changing Course: When Governments choose to redirect Foreign Policy*, de 1990. Hermann era o presidente da *International Studies Association* (ISA, 1989-90) e na introdução menciona que o mesmo foi uma edição de um discurso feito por ele em março de 1989, na convenção anual da ISA. O artigo já considera o cenário de incerteza mundial daquele ano em razão das mudanças no panorama da Guerra Fria, após a queda do muro de Berlim em novembro de 1989 e saída das tropas soviéticas de países do Leste europeu. Hermann lança uma proposta de modelo para se entender as decisões que levam os governos a mudarem suas políticas externas. Inicialmente, divide os tipos de mudanças em 4: *adjustment changes* (pequenas mudanças, mas sem mudar o “como” e o “para que”); *program changes* (objetivo permanece, mas muda o “como”); *problem/goal change* (mudança no objetivo a ser alcançado, o que altera o “como” e o “para que”); *international orientation changes* (grande mudança que muda a política externa do país, os objetivos e os métodos para se alcançar os novos objetivos). Hermann dá como exemplo dessa última a mudança mais radical dos EUA após a derrota do Vietnã, quando assumiram uma postura internacional de não intervenção com tropas, o que só veio a mudar no governo Reagan, com a invasão de Granada. No caso do Pragmatismo Responsável de Geisel, pode-se dizer que foi um *program change*, pois o objetivo de se alcançar o desenvolvimento do Brasil se manteve, apenas o “como” atingi-lo é que muda, considerando-se a possibilidade de o Brasil tomar atitudes na área internacional fora dos padrões que vinha tomando antes, como foi o caso do reconhecimento diplomático de Angola, mesmo com o viés comunista de seu novo governo.

²² Período de distensão entre norte-americanos e soviéticos de 1967 a 1979 (NYE, 2009).

partir do artigo do Professor J. David Singer, “*The Level-of-Analysis Problem in International Relations*”, publicado em 1961²³, e do livro “*Explaining and Understanding International Relations*”, dos Professores Martin Hollis e Steve Smith, de 1990²⁴, ambos referências teóricas de sua tese.

Em sua conclusão, Pinheiro ressalta a estreita relação entre Geisel e Silveira, bem como um relativo distanciamento deles das variáveis externas, que possibilitaram que as questões ideológicas como a oposição ao comunismo, “uma ideologia totalmente oposta à posição da conservadora doutrina militar brasileira da época” (PINHEIRO, 2013b, p. 63), não prejudicasse as decisões “pragmáticas” de sua política externa, preocupada com os temas relacionados ao desenvolvimento do Brasil, como ficou exposto na tese, especialmente nos casos da aproximação com a China e o reconhecimento de Angola (PINHEIRO, 2013b). No caso da adesão, objeto desta dissertação, essa “estreita ligação” não impediu que Geisel postergasse sua decisão, possivelmente em razão das incertezas em relação à Argentina, mostrando possuir, nesse caso específico, uma outra percepção do peso do vizinho para a política externa brasileira, diferentemente de Silveira.

A Professora Maria Regina Soares de Lima assim descreve a importância da tese de Pinheiro, no prefácio que escreveu para essa edição da FUNAG:

Seu trabalho é pioneiro na literatura brasileira, analisando o processo de decisão em política externa e, em particular, de um governo autoritário, muito mais opaco para ser analisado pela sociedade e pelos especialistas em política externa (LIMA *apud* PINHEIRO, 2013b, p. 32, trad. nossa).

Em artigo publicado em 2000, com o título “*Unidades de Decisão e Processo de Formulação de Política Externa durante o Regime Militar*” (GUILHON, 2000),

²³ No artigo, publicado como capítulo do livro editado pelos professores Klaus Knorr e Sidney Verba, *The International System: Theoretical Essays*, Singer considera dois níveis de análise, o Sistema Internacional e o Nacional (PINHEIRO, 2013b).

²⁴ O primeiro nível de debates analisa a interação do Sistema Internacional com os Estados; o segundo, entre os Estados e suas Burocracias; e o terceiro, entre as Burocracias do Estado e seus Decisores (nível do indivíduo).

Pinheiro sintetiza suas ideias, aplicando de maneira resumida a sua proposta de análise para todos os governos militares ocorridos de 1964 a 1985.

Segundo Pinheiro (2000, p. 452), as pesquisas sobre o processo decisório na época do regime militar eram inibidas por uma:

Crença num suposto consenso entre as principais forças políticas e econômicas quanto às orientações gerais de política exterior; o papel aparentemente hegemônico desempenhado pelo Itamaraty, que fez com que a maioria dos analistas acreditasse que a política externa brasileira era conduzida com grande autonomia por essa agência, o que os liberava de uma investigação mais criteriosa sobre atores participantes do processo; e, finalmente, a impossibilidade de acesso a fontes privilegiadas de pesquisa que permitissem ao analista a abertura da chamada caixa preta.

Neste estudo, a disponibilidade de novas fontes primárias para consulta, a partir de documentos tornados ostensivos, além de biografias de atores envolvidos com o Governo Geisel, começando pelo depoimento do próprio Presidente no livro de 1997, organizado pelos Professores Maria Celina D'Araújo e Celso Castro, todos posteriores à tese de Pinheiro, possibilitaram outras conclusões para o caso da adesão ao Tratado da Antártica.

Analisando o que escreveram alguns autores sobre o tema, Pinheiro (2000) salienta a figura do Presidente da República, o CSN e o Itamaraty nesse papel de unidade final do processo decisório em política externa nos governos militares. No caso do Governo Geisel, o CSN foi relativamente pouco convocado para opinar em reuniões plenárias. E quando o era, já havia sido feita articulação para que os votos convergissem para o do Presidente, assessorado pelo Ministro de Relações Exteriores (PINHEIRO, 2000).

Outro ponto enfatizado por Pinheiro (2000, p. 453) é a definição de que deverão ser considerados “decisores, única e exclusivamente, os chamados funcionários de governo. Nenhum cidadão privado, não importa quão poderoso, deverá ser tratado como decisor, a menos que este esteja, na ocasião, à frente de uma agência federal”. Por isso a escolha neste trabalho para se analisar apenas Geisel, Azeredo da Silveira e Golbery, como será visto no cap. 5.

Pinheiro (2000) afirma que nos estudos de formulação de política externa são identificados os seguintes tipos de atores como sendo os mais recorrentes: líder predominante; grupo; e múltiplos atores autônomos. O **líder predominante** trata-se de um único indivíduo que detém o poder de escolher uma linha de ação e de fazer valer sobre seus opositores. O que define o grau de vulnerabilidade é a maior ou menor sensibilidade desse líder para considerar e acolher opiniões alheias. O **grupo** é um conjunto de indivíduos, todos pertencentes a uma mesma estrutura organizacional, que coletivamente escolhe determinada linha de conduta. A vulnerabilidade é a maior ou menor propensão desse grupo ao consenso. No que se refere a **múltiplos atores autônomos**, tem-se um conjunto de indivíduos ou grupos que não consegue separadamente adotar uma linha de ação sem a aquiescência dos demais. O grau de vulnerabilidade é determinado pelo impasse.

Para o caso do governo Geisel, Pinheiro (2000, p. 463) considera que “a categoria *foreign policy executive*²⁵, que designa a relação de extrema proximidade entre o Presidente e seu Ministro do Exterior, melhor define o padrão de formulação da política externa”.

Na análise efetuada por Pinheiro (2000), a classificação de líder predominante não se aplica exatamente ao Governo Geisel, pois não leva em consideração a “simbiótica relação” entre ele e seu Chanceler. Tampouco é o caso das categorias de grupo ou múltiplos atores. Os atores que poderiam receber uma dessas classificações, segundo Pinheiro (2000) - o Serviço Nacional de Informações (SNI), chefiado pelo General João Figueiredo, e o Conselho CSN, secretariado pelo General Hugo Abreu - não se encaixavam nas respectivas definições. O primeiro havia perdido grande parte de sua autonomia no Governo Geisel e estava mais preocupado com as questões de segurança interna do que com a política externa (PINHEIRO, 2000). O CSN, como já mencionado, não se reunia com frequência. As consultas “costumavam ter o formato de questionários

²⁵ Esse conceito já aparece na tese de Pinheiro, em 1995, e vem de um trabalho publicado por seu orientador, o professor Christopher Hill, em 1991, para explicar a relação existente entre os primeiros ministros britânicos e seus ministros de relações exteriores entre outubro de 1938 e junho de 1941.

escritos, cujas respostas, conforme reportado, eram virtualmente dadas, donde se explica a recorrente unanimidade das decisões” (PINHEIRO, 2000, p. 465). Outro possível grupo para receber essas classificações era o chamado “palaciano” ou “Ministros da Casa” (GOES, 1978), que era formado pelo Chefe da Casa Civil, pelo Chefe da Casa Militar, que também era o Secretário do CSN, pelo Secretário de Planejamento e pelo Chefe do SNI. Mas mesmo tendo contato diário com o Presidente, as decisões em política externa não eram tomadas sem a consulta do Chanceler Azeredo da Silveira. Segundo Pinheiro (2000), somente Golbery emitia opiniões sobre política externa, em especial sobre temas ligados à América Latina. As pesquisas efetuadas em fontes primárias para esta dissertação comprovam a relevância de Golbery para os assuntos de política externa.

Embora Pinheiro (2000 e 2013b) tenha dado grande ênfase à estreita relação entre Geisel e Silveira para os assuntos de política externa, este trabalho mostrará que, para o tema da adesão ao Tratado da Antártica, isso não ocorreu. Silveira apresentou sua primeira exposição de motivos em maio de 1974, Geisel exarou que o assunto deveria aguardar para um momento mais oportuno, somente em setembro. E a decisão pela adesão, concordando com a proposta de seu Chanceler somente aconteceu em maio de 1975.

2.3 O poder das ideias

Sobre o papel fundamental das ideias, que passaram a ser mais consideradas no final do século XVIII e início do XIX:

Seres humanos são caracterizados por ideias, não por instintos. O poder das ideias é a coisa mais poderosa existente entre os seres humanos²⁶. Se a hora de certas ideias chegou, esse poder assume proporções fantásticas. A difusão de ideias, direcionadas, num meio previamente trabalhado, pré-condicionado, tem enorme poder de influência, de interferência e de definição do rumo que o pensamento deve tomar, conseqüentemente direcionando a história. As ideias têm grande poder sobre a realidade. Adquirem a realidade, impõem-se e podem modificar o rumo da história (SANTOS, 2000, p. 175).

²⁶ No prefácio do *The Power of Ideas* (2013, p.xiii), coletânea de artigos do professor Isaiah Berlin, assim se manifestou Avishai Margalit: “*Isaiah Berlin believed that ideas have power, and that words are not ‘mere words’. Ideas, at least some ideas, are ‘matter from the heart’ and not just from the head*”. A determinação com que a professora Therezinha de Castro e o Deputado Eurípedes defenderam a ideia da presença brasileira na Antártica, que será tratado nos próximos capítulos, corrobora com esse pensamento do professor Berlin.

Para Hudson (2007, p. 7), a mais importante contribuição da Análise de Política Externa para a teoria de Relações Internacionais era “a identificação do ponto de interseção entre os dois mais importantes determinantes do comportamento dos Estados: os fatores materiais e os ideacionais”. E esse ponto de interseção não era o Estado, mas seus decisores. De acordo com a autora, os Estados não eram o foco da atenção para se entender a política externa, pois seriam “abstrações [...] somente seres humanos podem ser verdadeiros agentes” (2007, p. 6).

Segundo Viana (2011), o fim da Guerra Fria (1989) trouxe uma corrente de autores e trabalhos sobre o papel dos “fatores ideacionais” em política internacional, já que, *a priori*, as explicações de cunho materialista da teoria realista não eram suficientes para explicar, por exemplo, a queda da União Soviética, considerando todo o aparato militar, armas convencionais e nucleares, que esta ainda possuía quando o regime se esfacelou. Essa corrente foi seguida por críticas de vários autores, que colocaram em dúvida a capacidade explicativa dessa abordagem.

O artigo dos Professores Goldstein/Keohane, “*Ideas and Foreign Policy: An Analytical Framework*”, de 1993, foi escolhido como a referência central desta parte do trabalho. A partir dele será investigada a possível influência dos intelectuais, no caso os geopolíticos, mas não apenas esses, sobre Geisel; seu assessor direto para política externa, Azeredo da Silveira, o Ministro das Relações Exteriores; e seu Ministro-Chefe da Casa Civil, Golbery do Couto e Silva. No artigo, os autores propõem uma estrutura analítica dividida em três tipos distintos de crenças:

- a) As visões de mundo (“*world views*”), que contribuem para a criação das identidades e definem preferências. As religiões proveem visões de mundo, bem como a racionalidade científica e o conceito westfaliano de soberania. Nesse caso, as ideias teriam o seu mais amplo impacto na ação do homem;
- b) as crenças baseadas em princípios (“*principled beliefs*”), ou crenças principistas, que estabelecem critérios para se distinguir o certo do errado, o justo do injusto e unificar percepções. Possíveis alterações nos

princípios, bem como mudanças nas visões de mundo, impactam a ação política; e

- c) crenças causais (“*causal beliefs*”), que atuam como guias de como atingir determinados objetivos (JESUS, 2009; SARAIVA, 2012; VIANA, 2011).

Os autores consideram que o primeiro passo para o analista é identificar as ideias e, em seguida, os impactos das mesmas, quer seja em ações efetivas em política externa ou em mudanças institucionais. Segundo Viana (2011, p.26): “as ideias reduzem o número de alternativas a serem consideradas, não apenas conduzindo a ação por caminhos determinados, mas também obscurecendo outros caminhos da visão dos agentes”. No cap. 3 as ideias em relação ao “Brasil Potência” e sobre a presença brasileira na Antártica serão identificadas. Nos cap. 4 e 5 serão vistos os impactos nos agentes, que levarão à decisão pela adesão.

O Professor Diego de Jesus (2009, p. 504-505) entende que os fatores ideacionais têm tido cada vez mais relevância nos debates de política externa, em razão de inúmeros especialistas na subárea de Análise de Política Externa concluírem que as ideias podem:

- 1) ter impacto sobre o conteúdo e os rumos de políticas externas ao oferecer mapas que ampliam a clareza dos atores sobre objetivos ou a relação entre meios e fins em condições de incerteza, afetar resultados de situações estratégicas em que não há um único equilíbrio e generalizar padrões de comportamento quando incorporadas em instituições (enfoque neoinstitucional²⁷);
- 2) regular o comportamento político dos Estados e construir suas identidades e interesses de política externa, de forma que tais fatores ideacionais podem ser vistos como endógenos à interação. Os ambientes em que os atores estão envolvidos podem ser concebidos como ideacionais em vez de apenas materiais e constituir as propriedades básicas desses atores. O significado de forças materiais também pode depender de ideias compartilhadas (enfoque construtivista); e
- 3) ser entendidas como construções de práticas discursivas relacionadas à formulação e à execução da política externa e, assim, legitimar o poder e a soberania e perpetuar a marginalização e a exclusão da diferença (enfoque pós-estruturalista).

²⁷ Este é o enfoque principal dos professores Goldstein e Keohane (1993, p. 13,20), que chamam de “*Ideas as Road Maps*”. Não é intenção deste trabalho discutir o neoinstitucionalismo e suas diferentes interpretações, até porque não foi identificado nas pesquisas iniciais que a influência da ideia da presença brasileira na Antártica tenha de alguma forma se tornado institucionalizada, nem mesmo no Itamaraty, de onde surgiu a exposição de motivos sugerindo a adesão ao Presidente.

Como será apresentado no cap. 4, sobre os interesses dos Estados pela Antártica, o Brasil até a década de 1950 não revelara interesse por aquele continente. A partir de então, nos primeiros artigos em revistas e jornais, o tema começou, ainda que timidamente, a fazer parte do debate nacional. Na década de 1960, o tema ficou um tanto que adormecido. A convicção de que o Brasil deveria estar presente na Antártica ganhou força a partir do início da década de 1970, com as inúmeras entrevistas e discursos em plenário do Deputado Eurípides Menezes, que tinha na Professora Therezinha de Castro seu grande suporte teórico, bem como com a criação do IBEA, em 1972.

Na definição proposta por Goldstein e Keohane (1993), a crença de que o Brasil teria direito a estar presente na Antártica pelo critério da defrontação²⁸ pode ser classificada como causal, pois contribuiu para que o país pleiteasse um território naquele continente, caso houvesse uma partilha internacional. Essa concepção, inicialmente, pode ter contribuído para a decisão em aderir ao Tratado, até mesmo para poder participar das reuniões que decidiam sobre o destino daquele continente. Os autores reconhecem que os atores envolvidos com as decisões em política externa continuam se comportando de maneira racional, mas a qualidade das ideias disponíveis devem ser analisadas, desde que contribuam para clarear princípios e concepções de relações causais. Ou seja, a ênfase é dada nos efeitos dessas ideias, não exatamente nas suas fontes ou no seu processo de constituição (JESUS, 2009; VIANA, 2011).

No cap. 3 deste trabalho a mudança do pensamento geopolítico brasileiro será vista como forma empírica de apresentar um possível conjunto de ideias que possa ter contribuído para a decisão pela adesão ao Tratado. Até a década de 1950, a maioria das ideias lançadas pelos geopolíticos ia na direção da necessidade de o Brasil ocupar seus próprios espaços nacionais, principalmente

²⁸ Esse critério foi proposto pela primeira vez pelos professores Delgados de Carvalho e Therezinha de Castro em artigo publicado na Revista do Clube Militar, em abr./jun. de 1956. Ele é baseado na “teoria dos setores” usada pelo senador canadense Pascal Poirier, em pronunciamento ao Senado canadense em fevereiro de 1907, para defender o direito do seu país por todas as terras existentes entre o limite norte de seu litoral até o Polo, delimitados pelas linhas que passam pela região mais a leste e a mais a oeste do país. Pela proposta de Therezinha, o Brasil teria direito ao território na Antártica correspondente aos meridianos que passam pela Ilha Martim Vaz e pelo Arroio Chuí. O país, oficialmente, nunca reivindicou território na Antártica.

povoando suas fronteiras terrestres na região amazônica. A partir dos escritos de Meira Mattos, Therezinha e Golbery, passou-se a considerar um “Brasil Potência”, extrapolando os limites do território nacional. Já no cap. 5 será mais bem visto o empenho do Deputado Eurípides Menezes em defender a presença brasileira no Sexto Continente, bem como a atuação do IBEA que, a partir de sua fundação, em 1972, passou a propugnar pela realização da primeira expedição científica à Antártica.

Alguns críticos consideram que os estudos sobre os impactos dos fatores ideacionais em política externa ainda estão pouco desenvolvidos e que um dos problemas é que “as análises ideacionais não proveem evidência empírica convincente de que as ideias afetem os resultados políticos” (VIANA, 2011, p. 20). Mas como disseram os professores Goldstein e Keohane (1993, p. 30): “como acadêmicos, nós devotamos nossas vidas a criar, refinar e aplicar ideias. Se nós realmente acharmos que as ideias são irrelevantes, nossas vidas como cientistas sociais seriam irrelevantes”.

2.4 Considerações

Na primeira parte do capítulo, o objetivo foi apresentar uma síntese da subdisciplina Análise de Política Externa e sua característica central, que é considerar não apenas os fatores domésticos, bem como os sistêmicos. Também foi incluída uma breve abordagem sobre as três principais matrizes teóricas das Relações Internacionais e uma parte do que já foi escrito por alguns acadêmicos brasileiros sobre o assunto. Salomon e Pinheiro (2013), em seu artigo-síntese sobre o tema, detectaram duas lacunas nos estudos da APE no Brasil. Uma, a respeito da influência da opinião pública na formulação e conteúdo da política externa brasileira; e a outra, em relação ao estudo centrado no líder. Nesta dissertação pretende-se, parcialmente, também explorar essas duas lacunas, em particular a última, considerando o peso da figura do Presidente Ernesto Geisel nas decisões de política externa de seu governo. Nesse mesmo artigo as autoras valorizam uma postura neutra por parte dos analistas em política externa, não presos a “determinismos das teorias tradicionais das RIs” (SALOMON; PINHEIRO 2013, p. 47), posicionamento também adotado neste trabalho.

A seguir foi analisada a tese da Professora Leticia Pinheiro, de 1995, sobre o processo de tomada de decisão em política externa do governo Geisel, na qual autora estudou três situações distintas nos dois primeiros anos daquele governo, moldura temporal coincidente com a desta dissertação. O reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China, o reconhecimento da independência de Angola e o voto neutro na OEA em relação ao embargo comercial à Cuba foram três eventos ocorridos em 1974 e 1975, os dois primeiros anos do presidente Geisel. Pinheiro evidencia em sua tese a importância do estreito relacionamento entre o Presidente Geisel e o Chanceler Azeredo da Silveira, correlacionada com o conceito de “*Foreign Policy Executive*” de Christopher Hill como a característica mais relevante do processo decisório em política externa naquele governo.

Em seguida, o foco foi na teoria do Poder das Ideias em Política Externa. Essa ferramenta é usada para tentar compreender até que ponto a mudança no pensamento geopolítico brasileiro - de um modelo mais preocupado com a ocupação do território nacional transitando para outro em que o Brasil deveria assumir um papel de maior protagonismo no cenário internacional, a ideia do “Brasil Potência”. Bem como o papel do Deputado Eurípides Menezes e do IBEA como possíveis influências tanto na decisão de Azeredo da Silveira em submeter à exposição de motivos sobre a adesão ao Tratado da Antártica, como sobre a concordância por parte de Geisel.

3 O PENSAMENTO GEOPOLÍTICO BRASILEIRO E A ANTÁRTICA

A geopolítica, cujo termo foi criado pelo cientista político sueco Rudolf Kjellén (1864-1922), em 1916²⁹, já foi considerada uma disciplina bastante controversa. Muitos intelectuais a correlacionaram com as ações nazistas, influenciados pelas ideias do General do Exército Alemão Karl Haushofer (1869-1946), diretor do Instituto de Geopolítica de Munique³⁰, que defendia o conceito de “*Lebensraum*” (espaço vital), cunhado inicialmente pelo geógrafo alemão Friedrich Ratzel (1844-1904), em 1901, no ensaio “*Der Lebensraum Eine biogeographische Studie*”. Nesse ensaio ele visualizava o direito de um Estado de buscar novos espaços geográficos em proveito das necessidades de sua população. Segundo Mello (1999, p. 73): “estigmatizada no segundo pós-guerra como ‘geografia do nazismo’, a geopolítica tornou-se matéria de acirradas polêmicas e controvérsias no interior de um seletos e fechado círculo de intelectuais”.

Mas a partir dos anos 1970, principalmente na França, houve um renascer da disciplina que, hoje em dia, aparece mencionada com frequência em livros e artigos de diversos intelectuais.

Segundo definição do Professor Everardo Backheuser (1879-1951), considerado por Mafra (2006, p. 26) o precursor da geopolítica no Brasil: “geopolítica é a política feita em decorrência das condições geográficas [...] não é parte ou capítulo ou parágrafo da ciência Geografia, mas da ciência Política.”

As variadas interpretações levaram, segundo Mafra (2006), à formação de três correntes ou escolas geopolíticas: uma chamada de escola determinista, outra de escola possibilista e a terceira de escola da geopolítica integralizada.

²⁹ O termo “geopolítica” surgiu pela primeira vez no livro “O Estado como Forma de Vida”, do original sueco “*Staten som Lifsform*”, de Rudolph Kjellén (CASTRO, 1996, p. 22). O livro foi traduzido para o alemão em 1917 com o título “*Der Staa als Lebensform*”.

³⁰ O Instituto, que ficava dentro da Universidade de Munique, surgiu a partir da Associação de Estudos de Geopolítica criada por Haushofer em 1931, naquela universidade (TOSTA, 1984, p. 63).

A geopolítica determinista, também conhecida como escola alemã, criada com base nas ideias de Ratzel³¹ e Kjellén, superestima a influência dos fatores geográficos estáveis – espaço e posição – sobre a política. Foi a base das ideias de autores como o inglês Halford Mackinder (1861-1947) e o norte-americano Alfred Mahan (1840-1914), especialmente sobre os conceitos de “espaço” (sua extensão, suas características físicas, seu clima, etc.) e de “posição” (onde esse espaço se situa no planeta). E também considerou a importância da proteção das linhas de comunicação marítimas e dos apoios logísticos avançados para qualquer poder naval, amplamente defendidos por Mahan, “pai fundador do poder marítimo” (MAFRA, 2006).

Já a escola possibilista, ou escola francesa, com o geógrafo Paul Vidal de la Blache (1845-1918), pregava que o homem seria um ser ativo e transformador do meio físico, não aceitando a ideia de “fatalismo geográfico” da escola determinista. Teve como seguidores os também franceses Jean Brunhes (1869-1930) e Camille Vallaux (1870-1945), além do norte-americano Isaiah Bowman (1878-1950) (MAFRA, 2006). Segundo Bowman (*apud* CASTRO, 1999, p. 26): “nunca uma civilização declinou por estarem exauridas as possibilidades da Terra”.

A terceira escola geopolítica, a integralizada, segundo Mafra (2006, p. 60),

Buscava integrar as duas outras [...] Seus principais adeptos são o professor Nicholas John Spykman e o engenheiro aeronáutico Alexander Seversky [...] Trata-se de uma escola de pensamento mais moderna, preconizando que a Geopolítica deveria levar em conta também o ar, além da terra e do mar e, obviamente, o homem. Admitia, também, a importante influência da ciência e da tecnologia.

Esse arcabouço teórico da geopolítica, como mencionado, justifica o interesse de países por novos territórios, no caso deste estudo, pela Antártica, que possui uma área só inferior em extensão à Rússia, com grandes reservas de minerais estratégicos e que defronta os três grandes oceanos do planeta, incluindo duas passagens de grande importância para o comércio marítimo mundial, a Passagem

³¹ Mafra (2006, p. 58) salienta que “embora surgida com base nas ideias de Ratzel, este famoso geógrafo alemão não se reconhecia como um determinista”.

de Drake, entre o Atlântico Sul e o Pacífico Sul, e a Rota do Cabo, entre o Atlântico Sul e o Índico. Ou seja, com o olhar da escola determinista, espaço e posição. Como será visto no cap. 4, na primeira metade do século XX o Reino Unido, juntamente com suas então colônias, Nova Zelândia e Austrália, tentavam garantir para si mais de 2/3 do continente antártico. Depois da partilha da África no final do século XIX, pelas principais potências europeias, a Antártica era o último espaço físico no planeta ainda sem definição de soberania. Observando a questão do interesse pelo Sexto Continente pela lente da escola possibilista, pode-se considerar que as severas condições ambientais daquele continente não seriam obstáculo para a presença do homem, caso viesse a ser do seu interesse, seja para as pesquisas científicas puras, seja para a exploração econômica das riquezas naturais lá existentes, o que ainda não ocorreu por imposição do Protocolo de Madri³².

Como seria de se esperar, as ideias desses autores influenciaram os geopolíticos brasileiros. Segundo Costa (2010, p. 181-182):

Não foram os geógrafos os que produziram a geopolítica brasileira - diversamente do que ocorreu no exterior - [...] Os mais completos estudos a respeito foram produzidos particularmente pela ciência política [...] Dentre esses, merecem destaque os trabalhos de S. Miyamoto e L. Mello, que produziram as primeiras análises críticas exaustivas sobre essa vertente do pensamento político brasileiro [...] Tanto Miyamoto como Mello identificam fortes influências de Ratzel, Kjellen, Mackinder e Spykman, principalmente nos estudos de E. Backheuser, M. Travassos, L. Rodrigues e Golbery, entre outros.

Miyamoto (1995) divide a mudança do pensamento geopolítico brasileiro em cinco fases: a) a primeira contempla os estudos dos anos 1920 e 1930, em que aqui neste capítulo serão sintetizadas as ideias de Everardo Backeheuser e Mario Travassos; b) a segunda etapa, que mantém Backeheuser e Travassos, além de Delgado de Carvalho, abrange o período da Segunda Guerra Mundial, segundo Miyamoto, com trabalhos mais academicamente rigorosos dos que os da primeira fase; c) a terceira surge com a criação da ESG (1949) e Golbery foi o escolhido

³² O Protocolo de Madri ou Protocolo do Meio Ambiente foi assinado pelos membros consultivos do Tratado da Antártica em 1991 e entrou em vigor em 1998. Nele está previsto, entre outros pontos, que a exploração mineral na Antártica para fins comerciais está proibida. Até 2048, 50 anos depois de ter entrado em vigor, este protocolo somente poderá ser alterado pelo voto de todos os membros consultivos do Tratado.

para aqui ser tratado, não apenas pela repercussão de suas ideias geopolíticas, mas por sua posição de influência junto ao Presidente Ernesto Geisel; d) a quarta fase refere-se ao período dos governos militares pós-64, tendo sido escolhidos para este trabalho as ideias e primeiros escritos de Meira Mattos e Therezinha de Castro; e) a quinta fase, nominada por Miyamoto, dos anos 1980 e 1990, não será abordada aqui, já que se refere a um período posterior à adesão ao Tratado da Antártica ocorrido em maio de 1975.

O propósito deste terceiro capítulo, dialogando com a concepção sobre o poder das ideias em política externa, já vista no capítulo anterior, é buscar em seis dos principais autores geopolíticos brasileiros o que porventura tenham escrito sobre a Antártica em relação ao Brasil. Mas, principalmente, suas respectivas visões sobre as prioridades geopolíticas para o país, pois seus trabalhos podem ter influenciado os decisores na adesão ao Tratado em 1975, objeto deste estudo.

3.1 Everardo Adolpho Backheuser (1879-1951)

O professor Backheuser nasceu na cidade de Niterói-RJ, em janeiro de 1879, formado em Engenharia pela então Escola Politécnica do Rio de Janeiro, Professor de Mineralogia na mesma escola, de 1914 a 1925. Desde cedo mostrou pendor para os estudos ligados à Geografia - sua tese na Politécnica para o título de catedrático, em 1918, tinha o título de “A faixa litorânea do Brasil meridional”³³. Uma de suas preocupações era com a qualidade do ensino no país, tanto que, em 1924, juntamente com Delgado de Carvalho, foi um dos fundadores da Associação Brasileira de Educação, onde exerceu diversos cargos até romper com o grupo, em 1931, por algumas diferenças ideológicas. Em 1926 criou, também com Delgado de Carvalho - os dois também eram professores do Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro -, o Curso Livre de Geografia Superior para formação de docentes em Geografia, ambos preocupados com a modernização do ensino da disciplina no Brasil (ANSELMO; BRAY, 2002).

³³ Uma das paixões de Backheuser também era o jornalismo político, onde começou nos anos 1894/95, tendo, inclusive, sido redator-chefe, em Niterói, “de outra folha nacionalista [...] Chamava-se [...] O Brasileiro [que] viveu pouco, teve tiragem limitada e escassos leitores” (BACKHEUSER, 1994, p. 194).

Ratzel, geógrafo alemão, era seu maior inspirador intelectual³⁴. Seguindo seus principais conceitos, Backheuser foi autor de diversos livros, artigos em revistas especializadas e jornais onde se destacaram os estudos sobre política de fronteiras. Sobre a importância delas, afirmou:

A quem cabe, no Brasil, o desempenho dessa nobre tarefa [vivificação das fronteiras]. Por mais melindrosas que sejam as susceptibilidades de autonomia municipal e estadual nos regimens federativos é fora de dúvida caber ao Poder Federal a regularização das funções com o mundo exterior. Ora, não há órgão mais essencialmente voltado para o exterior do que as fronteiras, como deixamos claro em considerações anteriores. Logo, o que com elas diga cai imediatamente dentro da esfera federal (BACKHEUSER, 1952, p. 264).

Suas ideias foram tão bem aceitas, que no próprio Governo de Getúlio Vargas foram criados territórios federais em vários pontos da área fronteira, como foi o caso de Fernando de Noronha, em 1942; e do Amapá, Roraima, Rondônia, Ponta Porã e Foz do Iguaçu, em 1943. A possibilidade de desagregação político-territorial do Brasil era motivo de grande atenção nos trabalhos do autor (MATTOS, 2002).

Sobre a importância de Backheuser para os estudos geopolíticos brasileiros, Costa (2010, p. 187) reconhece que:

Os analistas, em geral, concordam que um dos mais destacados pioneiros na área foi E. Backheuser, autor de vários ensaios no gênero, sendo que os principais foram reunidos em dois trabalhos - "A Estrutura Política do Brasil", de 1926 e "Problemas do Brasil - Estrutura Geopolítica. O Espaço", de 1933.

Meira Mattos o considera "o teórico da geopolítica brasileira, [que] deu-lhe um método, sistematizou-a" (2002, p. 61).

Backheuser também criticava duramente o federalismo no Brasil, propondo uma redivisão em 64 unidades, agrupadas em 16 estados e seis territórios, sem prender-se, com algumas exceções, a limites naturais. Com essa proposta, o autor objetivava reduzir o peso político das oligarquias regionais e aumentar a

³⁴ "Ratzel (1844-1904) é de fato uma gigantesca figura de sábio que marcou pelo seu gênio, todo um setor humano [...] foi também, pode-se afirmar, o pioneiro maior da Geopolítica, embora sem utilizar essa expressão" (BACKHEUSER, 1952, p. 51).

força política do poder central. Sobre a localização da capital federal no Rio de Janeiro, ele defendia a mudança para uma região central do país, a fim de promover a integração nacional, além de proteger o centro do poder de ataques externos, seguindo o já previsto na Constituição de 1891 (COSTA, 2010).

Em 1945, Backheuser lecionou a disciplina Geografia Política no Instituto Rio Branco, inaugurado em 18 de abril daquele ano³⁵. Em 1947, prefaciou o livro de outro geopolítico, o Brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues³⁶ (1896-1957), “Geopolítica do Brasil”. Em 1948, criou e foi professor da disciplina Geopolítica, no Instituto de Direito Comparado da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, onde já lecionava Geografia. O conteúdo dessa disciplina foi transformado em livro pela Biblioteca do Exército, com o título de “Curso de Geopolítica Geral e do Brasil”, lançado em 1952, logo após a morte do autor. No prefácio, Backheuser (1952) formula e responde o seguinte questionamento:

Quando houver de ser generalizado no Brasil o ensino de Geopolítica, em que faculdade superior deverá ser inserida a respectiva cadeira? [...] onde for feita a formação de estadistas, ou seja, portanto, nas Faculdades de Ciências Políticas. Em quatro outras não ficaria, porém, mal colocada: nas de Direito, nas de Engenharia, nos cursos de Geografia e História das Faculdades de Filosofia, bem como nas Escolas Técnicas de Estado Maior.

Não há registros de Backheuser ter ministrado aulas ou palestras nas Escolas de Altos Estudos Militares, mas na época de seus primeiros escritos geopolíticos surgiu um oficial do Exército Brasileiro que, segundo Meira Mattos (2002, p. 61), aplicava suas ideias “com mestria no diagnóstico de nossas potencialidades”.

³⁵ Informação consta no Anuário do Instituto Rio Branco de 1951 (BRASIL, 1951, p. 44). A primeira turma do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata somente teria início em 1946, mas no Anuário consta que Backheuser foi professor em 1945 de um “curso de extensão sobre Geografia política e econômica do Brasil e da América Latina”, junto com os professores Raja Gabaglia e Afonso Várzea.

³⁶ O Major-brigadeiro Lysias Augusto Rodrigues nasceu em 23 de junho de 1896, tendo sido promovido a aspirante na Escola de Realengo em 1918. Ganhou seu brevê de aviador no posto de capitão do Exército Brasileiro, em 1927. Além de reconhecido geopolítico, o Brigadeiro Lysias Rodrigues também foi pioneiro do Correio Aéreo Nacional e é um dos patronos do Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (2014), galeria formada por grandes vultos já falecidos da aviação brasileira

3.2 Mario Travassos (1891-1973)

O marechal Mario Travassos nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 20 de janeiro de 1891, filho do General Silvestre Rodrigues da Silva Travassos. Ingressou na Escola de Guerra de Porto Alegre, em 1908, tendo sido promovido a aspirante em 1911. Foi bastante ligado ao ensino no Exército Brasileiro, onde foi instrutor da Escola Militar do Realengo e comandante dessa mesma escola em 1943. Foi o primeiro comandante da Escola Militar de Resende, em 1944, que passou a ser chamada de Academia Militar das Agulhas Negras a partir de 1951. De 1944 a 1945, o já Coronel Travassos participou da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Promovido a General de Brigada após o término da Segunda Guerra, passou para a reserva em 1952, quando foi promovido a Marechal.

O primeiro livro do Marechal Travassos foi lançado ainda como capitão do Exército Brasileiro, em 1931, com o título “Aspectos geográficos sul-americanos” (reeditado em 1935 com o nome de “Projeção Continental do Brasil”), prefaciado por Pandiá Calógeras³⁷, que afirmou:

Li e reli meditadamente os “Aspectos Geográficos Sul-Americanos”. Com a maior insistência recomendo seu estudo aos nossos homens de governo (*sic*). Nesse opusculo (*sic*) se agitam os mais graves problemas da existencia (*sic*) e do desenvolvimento das nações do continente, os assuntos mesmos da verdadeira Política, com maiúscula [...] Leiam-no os estudiosos, os que teem (*sic*) responsabilidade de govêrno (*sic*). Como eu, ao finalizar, o releirão. Nele todos os homens de boa fé acharão o que aprender (CALOGERAS, 1931 *apud* TRAVASSOS, 1933, p. 7).

Foi, por muitos autores, considerada a primeira obra de geopolítica publicada no país e, segundo Meira Mattos (2002, p. 56):

[...] lançou os fundamentos da Geopolítica brasileira para a primeira metade do século XX. Com clarividência e nitidez invejáveis, Mario Travassos traçou os grandes rumos de uma política nacional destinada a nos levar à posição de maior potência sul-americana.

³⁷ João Pandiá Calógeras (1870-1934), engenheiro e político, foi o único civil a exercer o cargo de Ministro da Guerra no período republicano. Foi ministro de 1919 a 1922, no governo de Epitácio Pessoa. Apoiou o golpe de Estado dado por Getúlio Vargas em 1930. Elegeu-se Deputado Constituinte em 1933. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras. Acesso em: 17 jul. 2014 (CPDOC, 2014a).

Esse livro também foi, segundo Freitas (2004, p.17), “inspirador próximo dos programas de Getúlio Vargas (sobretudo da célebre Marcha para o Oeste³⁸).”

Travassos lançou seu segundo livro, “Introdução à Política de Comunicações Brasileiras”, prefaciado por Gilberto Freyre³⁹, em 1941, atualizando e complementando as ideias já expostas no “Projeções”.

Nesses seus trabalhos sugeriu ampla integração entre as redes de transporte, incluindo a ferroviária, a aérea e a hidroviária. Os portos brasileiros do Sul e Sudeste tendo acesso viário ao oceano Pacífico, interligando diferentes áreas produtivas, incluindo de seus vizinhos Paraguai e Bolívia. Uma das consequências imediatas dessa concepção seria a retirada do protagonismo da Argentina do escoamento da produção agrícola da bacia dos rios Paraguai, Uruguai e Paraná e sobre aqueles países mediterrâneos. O corredor de exportação dos produtos paraguaios pelo porto de Paranaguá pela rodovia BR-277, inaugurada em 1969, ligando esse porto a Foz do Iguaçu é oriundo dessa concepção de Travassos. Já a interligação com o Pacífico, segundo o autor, deveria ser realizada pelo território boliviano, aproveitando as passagens (nudos) na Cordilheira dos Andes. Ele considerava a Bolívia, pelo seu posicionamento central e sem saída para o mar, um potencial para conflitos entre Argentina e Brasil, disputando qual dos dois seria mais influente no país andino. Travassos chamou o triângulo formado pelas cidades bolivianas de Sucre-Cochabamba-Santa Cruz de La Sierra como o pivô geográfico sul-americano (MARTINS, 2011; MATTOS, 2002).

³⁸ A chamada “Marcha do Oeste” foi lançada em 1940 por Getúlio Vargas em discurso proferido por ocasião da inauguração de Goiânia-GO. Consistia de uma série de medidas para incentivar a ocupação do interior do país, como a construção de cidades e estradas. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Brasilia/ConquistaOeste>. Acesso em: 10 ago. 2014 (CPDOC, 2014b). Também foi o título do livro de Cassiano Ricardo, lançado em 1940, “Marcha para oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil”. Sobre esse tema ver em Gomes (2013, p. 41-89).

³⁹ Gilberto de Mello Freyre (1900-1987) foi um importante cientista político e historiador brasileiro que chegou a exercer um mandato como Deputado pelo estado de Pernambuco. Foi partidário do movimento que derrubou o Presidente João Goulart em 1964. Quarenta anos depois de prefaciado o livro de Travassos seria orientador do doutorado do general Carlos de Meira Mattos. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gilberto_freyre. Acesso em: 10 ago. 2014 (CPDOC, 2014c).

Segundo Freitas (2004, p. 17): “Travassos preconizava a necessidade de adoção, pelos poderes públicos, de uma estratégia de interiorização política, econômica e demográfica (atenuadora do vazio populacional)”.

Seus livros, além de influenciar as gerações dos anos 1930 a 1950 no Brasil, foram traduzidos para o espanhol e amplamente debatidos entre vários países sul-americanos, em especial na Argentina. Suas propostas de integração viária foram quase todas implementadas.

Muito influenciado pelas ideias de Travassos, Meira Mattos (2002, p. 68-70) afirmou:

Tivemos o nosso patriotismo eletrizado pela leitura de Travassos sobre a geografia sul-americana, os antagonismos em confronto, a posição do Brasil nesse contexto geográfico, as sugestões sobre uma política de comunicações e de transportes que nos trouxesse para a situação inequívoca de principal poder continental [...] O capitão de 1931 sonhou com um Brasil potência continental. Nós lhe pedimos licença para sonhar agora com um Brasil potência mundial.

A pertinência de mencionar Travassos neste trabalho, já que não há registros de ele ter escrito nada sobre a relevância da presença brasileira no continente antártico, é reconhecer a influência que as suas ideias tiveram sobre os atores envolvidos no processo de adesão ao Tratado. Ao idealizar o Brasil “potência continental”, Travassos abriu as portas para a corrente de pensamento geopolítico, por um Brasil maior, fora do espaço geográfico da América do Sul. A participação no grupo de Estados que decidem sobre os destinos do continente antártico, portanto, está dentro dessa forma de pensar o posicionamento do Brasil.

3.3 Carlos Delgado de Carvalho (1884-1980)

Nasceu em 10 de abril de 1884, em Paris, onde seu pai era o representante diplomático brasileiro. Delgado teve apurada formação em Ciências Humanas, iniciando com Letras na Universidade de Lyon e Direito na Universidade de Lausanne. Sua pós-graduação em Ciências Sociais foi na *École Libre des Sciences Politiques* de Paris e na *London School of Economics*. Mudou-se para o

Brasil em 1906, onde veio a assumir uma coluna sobre Política Internacional no Jornal do Comércio do Rio de Janeiro. Seu primeiro livro, intitulado “*Um Centre Économique au Brésil - l'Etat de Minas*”, elaborado a partir de um trabalho escrito para seu doutorado na *l'École des Sciences Politiques*, foi publicado na França em 1908. Seu segundo livro, “*Le Brésil Meridional*”, sua tese na mesma escola, foi traduzido e lançado no Brasil em 1910. Em 1913, escreveu “*Geographia do Brasil*”, considerado por Miyamoto (1995), juntamente com “Introdução à Geografia Política”, de 1929, os dois livros desse autor que marcam a primeira fase do pensamento geopolítico brasileiro. Delgado de Carvalho “alterou radicalmente a forma de abordar a Geografia - até então preocupada apenas com o simples arrolamento de dados - [...] por muitos chamado de pai da Geografia moderna no Brasil” (MIYAMOTO, 1995, p. 57).

Como docente, em 1920, tornou-se professor de Sociologia no Colégio Pedro II, tendo sido, por curto período, diretor dessa instituição de ensino; também na década de 1920 foi professor da Escola de Intendência e de Estado-Maior do Exército.

Em 1936 tornou-se professor de História Contemporânea da Universidade do Distrito Federal e, a partir de 1939, de História Moderna e Contemporânea da antiga Universidade do Brasil (atual Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ). Após a sua aposentadoria dessa Universidade, aceitou, já com 70 anos, em 1954, a cadeira de História Diplomática no Instituto Rio Branco, cujas aulas foram transformadas no livro “História Diplomática do Brasil”, lançado “com grande sucesso” em 1959. De 1954 a 1960, também foi professor no curso de Jornalismo da Faculdade Nacional de Filosofia (ALMEIDA *apud* CARVALHO, 2004, p. 21-22).

Delgado fez parte da fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), estando lá cedido pelo Ministério da Educação, a partir de 23 de março de 1937. O primeiro presidente do IBGE foi José Carlos de Macedo Soares, que viria a ser o primeiro Chanceler do Governo Juscelino, de 1956 a 1958, e de acordo com o relato de Eurípides Cardoso teria convocado Delgado e Therezinha, entre

outros, para reuniões no Itamaraty, em 1956 e 1957, para conhecer mais sobre o tema “Antártica”.

Foi homenageado por Golbery no livro lançado em 1967, com a seguinte dedicatória: “Ao ilustre Mestre Professor Delgado de Carvalho, homenagem sincera de quem se orgulha de intitular-se discípulo seu”. Segundo Miyamoto (1995, p. 57): “Há mesmo fortes indícios de que a maior obra de Golbery do Couto e Silva é, em muitas partes, baseada nas ideias expostas por Delgado de Carvalho em seus inúmeros trabalhos.”

Delgado também foi professor conferencista por muitos anos na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, por onde passaram nomes como Ernesto Geisel e o próprio Golbery.

Analisando seus escritos, pode-se afirmar que Delgado teve duas fases. A primeira, até a década de 1950, quando deu mais ênfase aos estudos da Geografia pura, sendo uma referência nacional nessa disciplina. Na segunda fase, já apresenta algumas ideias geopolíticas, como foi o caso de três trabalhos com sua ex-aluna Therezinha de Castro: “A Questão Antártica”, publicado na revista do Clube Militar, em 1956; o artigo “Geografia Política e Geopolítica”, no Boletim Geográfico nº 133, também de 1956; e no “Atlas de Relações Internacionais” do IBGE, de 1960. Neste último, Delgado merece o seguinte comentário do então presidente do IBGE, Jurandyr Pires Ferreira, no prefácio (1960, p. XI):

O Atlas que ora se apresenta tem um valor muito expressivo para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [...] É ele a primeira grande publicação de geopolítica realizada no Setor de Geografia Internacional, recentemente criado no Conselho Nacional de Geografia [...] o espírito penetrante e a larga visão do eminente Prof. Delgado de Carvalho, focalizam o quadro das relações internacionais. Sua companheira de trabalho a geógrafa Therezinha de Castro segue-lhe os passos com notável discernimento e elevado critério.

Em 1959, no livro “História Diplomática do Brasil”, Delgado, em seu preâmbulo (CARVALHO, 2004, p. xix), já afirma: “Estamos em vésperas de nos tornar uma Grande Potência e, nestas condições, de ocupar no mundo uma posição que

acarreta pesadas responsabilidades”. Embora não apresente no livro concepções geopolíticas propriamente ditas, o trecho anterior já denota a preocupação do autor com o Brasil assumindo uma nova postura no cenário internacional. Eram os anos de Juscelino e o seu “Plano de Metas”, com o início da indústria automobilística brasileira e a construção de Brasília.

Em 1971, já com 87 anos, ele lançou o livro “Relações Internacionais”, logo adotado pelas escolas de Estado-Maior das Forças Armadas, entre outras instituições de ensino superior. Cabe ressaltar que a primeira graduação em Relações Internacionais no Brasil somente teria início em 1974, na Universidade de Brasília, o que confere ao livro de Delgado de Carvalho caráter de ineditismo sobre o tema no país. É um livro didático, sem abordar especificamente a política externa brasileira. Termina com um capítulo sobre “Questões do Tempo Presente”, que contém temas como a bipolaridade entre os EUA e a URSS, o processo de descolonização, explosão demográfica, organizações internacionais, etc. Nas palavras do próprio autor, na introdução do livro (CARVALHO, 1971, p. 7):

No presente trabalho procurei fazer um primeiro esboço das principais feições que levam a uma interpretação sóbria do tempo presente. Não creio que a um professor de 87 anos seja aconselhável tentar uma integral exposição de um assunto novo.

Sobre a Antártica propriamente dita, Delgado dedica apenas um parágrafo de seu livro. Comenta sobre a celebração do Tratado em 1959 e sobre alguns de seus artigos. Nele também consta a incorreta interpretação de que o Tratado expiraria em 1991, o que, como será mais bem visto no cap. 4, não procede, bem como um questionamento sobre o que poderia vir a ser o pseudonovo Tratado a ser celebrado após 30 anos de vigência do primeiro: “Um novo regime de relações internacionais que os continentes ainda não conseguem alcançar estará para ser adotado no Polo Sul?” (CARVALHO, 1971, p. 261).

Prefaciou, também, o primeiro livro brasileiro de Geopolítica Antártica, o “Rumo à Antártica”, da Professora Therezinha de Castro, lançado em 1976. Aqui, Delgado coloca-se mais na posição de historiador, e não de geopolítico, pois não assume

claramente a coautoria da “Teoria da Defrontação”, juntamente com Therezinha. Nas palavras do próprio:

Desde 1956, quando várias nações se preparavam para o Ano Geofísico Internacional, a Professora Therezinha de Castro lançava na Revista do Clube Militar - nº 146, a ideia de uma partilha da Antártica, segundo o critério da defrontação. Em 1960, no Atlas de Relações Internacionais do então Conselho Nacional de Geografia (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), a referida professora, além de três artigos sobre a questão, traçou um mapa da defrontação na Antártica [...] *Rumo à Antártica*, da Professora Therezinha de Castro, é, pois, o primeiro livro em português sobre este importante assunto de grande atualidade e interesse. Por isso, brasileiro nenhum deve ficar alheio à evolução da questão [...] (CARVALHO, 1975 *apud* CASTRO, 1976, p.5).

O próprio Eurípides, no livro de 1982, cita que o primeiro artigo de Therezinha, de 1956, foi sobrescrito por Delgado para prestigiar sua aluna na Universidade do Brasil, atual UFRJ. Ou seja, em relação aos interesses brasileiros na Antártica, Delgado foi muito mais um incentivador de Therezinha do que propriamente autor de alguma concepção geopolítica em relação àquele continente (MENEZES, 1982).

Mas como visto nessa seção, Delgado de Carvalho teve grande importância para o ensino da Geografia no Brasil e, por que não dizer, dos fundamentos para os escritos geopolíticos produzidos num primeiro momento, pensando a integração territorial e posteriormente já se permitindo pensar em um protagonismo do país no cenário internacional. A presença brasileira na Antártica vai no sentido dessa segunda fase e Delgado, mesmo indiretamente, teve importância na formação do pensamento daqueles que estavam na posição de influenciar na decisão pela adesão.

3.4 Golbery do Couto e Silva (1911-1987)

Golbery nasceu na cidade de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, em 21 de agosto de 1911. Foi declarado aspirante em dezembro de 1930, tendo sido o primeiro colocado entre todas as Armas. Entre 1941 e agosto de 1943, ainda como capitão, cursou a Escola de Estado Maior do Exército, juntamente com os irmãos Orlando e Ernesto Geisel. De 1944 a 1945 participou da Força Expedicionária Brasileira na Itália. Esteve na Escola Superior de Guerra de março de 1952 a

novembro de 1955⁴⁰, onde voltou a encontrar Geisel, que cursou em 1953 e permaneceu no corpo de oficiais em 1954. Golbery publicou um primeiro livro em 1955, “Planejamento Estratégico”, que viria a ser uma referência no assunto tanto para a ESG como para as demais escolas de Estado-Maior.

Golbery faz a seguinte dedicatória no livro: “Aos brilhantes companheiros de estudos e de fecundos debates em três anos inesquecíveis 1952-53-54” (SILVA, 1955, n/d). Nele, percebe-se Golbery mais preocupado com a necessidade do desenvolvimento do Brasil, reconhecendo claramente a condição de país subdesenvolvido.

[...] e não indagamos sequer se, para os países subdesenvolvidos como o nosso, a braços com dificuldades de toda ordem para sair do círculo vicioso da produção estrangulada por falta de equipamentos de base e da carência de capitais para novas inversões pela própria insuficiência da produção - a pobreza econômica perpetuando a pobreza, como assinala Nurske⁴¹ - será possível desencadear o tão almejado processo autoacelerador do desenvolvimento, sem recorrer a um planejamento racional sob a égide do Estado (SILVA, 1955, p.25).

O livro traz inúmeros conceitos que seriam incorporados nos cursos da ESG, como os de conceito estratégico nacional, hipóteses de guerra, avaliação estratégica da conjuntura nacional e internacional, objetivos nacionais permanentes, objetivos nacionais atuais, etc. O de áreas estratégicas é particularmente interessante para o caso da Antártica, pois é assim definido: “são as zonas geopolíticas de maior sensibilidade onde se irá aplicar a Política de Consecução dos Objetivos Nacionais Atuais” (SILVA, 1955, p. 88). Esse conceito se aplica à Antártica como uma “zona geopolítica de maior sensibilidade”, pelas riquezas minerais lá existentes, pelo seu posicionamento defrontando todos os três principais oceanos e por ainda não ter a sua soberania plenamente resolvida,

⁴⁰ Golbery fez o curso de 1952 e permaneceu na ESG como instrutor até o final de 1955. Consta que foi o autor do Manifesto dos Coronéis, de fevereiro de 1954, assinado por 82 coronéis e tenentes-coronéis do Exército com críticas ao governo do Presidente Vargas. Seu comandante na ESG, de dezembro de 1952 a agosto de 1954, foi o general Juarez Távora, que após a ESG foi o chefe do Gabinete Militar do governo Café Filho (1954-55) e disputou a Presidência contra Juscelino, em outubro de 1955, e perdeu. Juarez seria ministro no governo do Presidente Castello Branco (GASPARI, 2014).

⁴¹ Ragnar Nurkse (1907-1959): economista da escola desenvolvimentista, nascido na Estônia, que trabalhou na Liga das Nações por 11 anos, e foi professor das universidades de *Columbia* e de *Princeton*. Seus trabalhos principais foram sobre o círculo vicioso da pobreza nos países subdesenvolvidos (CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA, 2014).

sendo uma área geográfica onde se deve aplicar a Política de Consecução dos Objetivos Nacionais.

Em outra parte do livro, chama a atenção a passagem em que Golbery fala de poder:

De qualquer forma, porém, poder-se-á até - e é mesmo um dever moral imperativo que Bertrand Russel nos aponta - envidar todos os esforços no sentido de salvar, pela humanização do Poder, o futuro da democracia e da humanidade, mas nunca se deverá esquecer que, tal como reconhece o eminente filósofo inglês, "o conceito fundamental da ciência social é o poder, da mesma forma que a energia é o conceito fundamental da física" (SILVA, 1955, p. 225).

E fechando seu primeiro livro, Golbery faz uma breve ponderação prospectiva sobre um possível papel do Brasil, no caso de as superpotências nucleares se atacarem e se destruírem mutuamente, grande preocupação mundial nos anos da Guerra Fria (1947-1989):

E se o Brasil subsistir em segurança neste golfo excêntrico do Atlântico Sul, poderá bem ser destino seu recolher a herança de cultura de uma civilização portentosa que se tenha esvaído na loucura da guerra, cumprindo-lhe então, por sua vez, aquela missão histórica que tem cabido a muitos outros povos no evoluir impassível dos séculos, em que todos são - já nos disse Lucrecio - "como corredores olímpicos passando de mão em mão o facho luminoso da vida" (SILVA, 1955, p. 288).

Como será visto no próximo capítulo, em março de 1955, quando o então Tenente-Coronel Wladimir Bouças, do Estado-Maior do Exército (EME), fez um estudo sobre a importância da presença brasileira na Antártica, encaminhado à Secretaria Geral do CSN (BOUÇAS, 1956), Golbery ainda se encontrava na ESG. Quando foram publicados os artigos no jornal O GLOBO, em fevereiro de 1956, e o de Therezinha e Delgado na revista do Clube Militar, em junho do mesmo ano, também defendendo a presença brasileira no continente antártico, Golbery já se encontrava no EME⁴², onde permaneceu até setembro de 1960. Não foram encontrados indícios documentados de ter Golbery tomado conhecimento desse

⁴² Assumiu funções no EME em março de 1956, mês em que foi promovido a coronel. Foi uma nova oportunidade para trabalhar junto com Geisel, pois este foi o encarregado da Seção de Informações do EME, de 1957 a 1960 (GASPARI, 2014).

tema ou mesmo qual seria o seu posicionamento sobre os interesses brasileiros na Antártica, naquele momento.

Em 1967, já como Diretor do Serviço Nacional de Informações (1964-67), lançou um segundo livro, “Geopolítica do Brasil”. Na verdade, como deixa claro o autor logo na introdução, a obra é uma coletânea de “palestras e ensaios” escritos por ele entre os anos de 1952 e 1960. Foi dedicado ao Professor Delgado de Carvalho e tem como autor da nota introdutória o Embaixador Afonso Arinos de Mello Franco, Chanceler durante o governo do Presidente Jânio Quadros (janeiro a agosto de 1961), período em que Golbery foi o chefe de gabinete do CSN.

No texto “Aspectos Geopolíticos do Brasil”, escrito em 1952, contido no livro de 1967, Golbery já deixa clara a proposta por ele denominada “a grande ideia de manobra geopolítica”, cuja preocupação maior é com a integração do território brasileiro e sua segurança:

1º - articular firmemente a base ecumênica da nossa projeção continental, ligando o Nordeste e o Sul ao núcleo central do país; ao mesmo passo que garantir a inviolabilidade da vasta extensão despovoada do interior pelo tamponamento eficaz das possíveis vias de penetração; 2º - impulsionar o avanço para noroeste da onda colonizadora, a partir da plataforma central, de modo a integrar a península centro-oeste no todo ecumênico brasileiro; e na 3º - inundar de civilização a Hileia Amazônica, a coberto dos nódulos fronteiriços, partindo de uma base avançada constituída no Centro-Oeste, em ação coordenada com a progressão E-O segundo o eixo do grande rio (SILVA, 1981, p. 46-47).

Nessa análise de 1952, Golbery deixa claro que a maior desvantagem do Brasil naquele momento era a sua “quase completa dependência do petróleo estrangeiro” (1981, p. 53)⁴³. Essa deficiência, como será visto no cap. 5, pode ter contribuído para acelerar a decisão pela adesão ao Tratado da Antártica, após a grave crise do petróleo de 1973, quando o Brasil ainda importava cerca de 80% do petróleo que consumia.

⁴³ A Petróleo do Brasil S/A (PETROBRÁS) foi criada em outubro de 1953, pelo Presidente Getúlio Vargas.

Logo a seguir, Golbery dá uma pista de que o Brasil não precisaria ansiar por outros territórios, quando afirma que “somos uma nação territorialmente realizada, satisfeita com o patrimônio que detemos à custa de antigos conflitos a que não nos pudemos furtar e de uma atuação diplomática perseverante e clarividente” (SILVA, 1981, p. 134).

Em outro ensaio escrito em 1959, também constante no livro de 1967, Golbery assim insere a Antártica na sua concepção de Segurança do Ocidente:

O conjunto triangular da América do Sul, da África e da Antártida de fato constitui a retaguarda vital de todo o mundo do Ocidente. Qualquer penetração importante, aí, de um inimigo comprometerá certamente todo o sistema defensivo do mundo ocidental, sobretudo porque tornará, desde logo, extremamente vulneráveis as comunicações marítimas e aéreas, de que o Atlântico Sul é o palco insubstituível e a Antártida, o ferrolho - “decisiva plataforma recuada das comunicações marítimas e aéreas do Ocidente”, como bem assinala o Almirante Lepotier (SILVA, 1981, p. 191).

Após o período no Governo Castello (1964-67), Golbery voltou a ser protagonista na cena política brasileira quando assumiu como Chefe da Casa Civil de Geisel em 1974. Mas nos dois primeiros anos, de 1974 e 1975, que interessam para esta pesquisa, não há registros de textos ou mesmo pronunciamentos de Golbery que possam indicar algum viés geopolítico. Portanto, a possível atuação, influenciando Geisel na decisão sobre a adesão ao Tratado, será vista no cap. 5.

Meira Mattos, em seu último livro, de 2002, assim sintetiza a obra de Golbery como geopolítico:

A partir da década de 1950, a inteligência de Golbery do Couto e Silva formulou propostas geopolíticas que vieram a coincidir com os dois surtos desenvolvimentistas que levantaram o otimismo nacional, a fé nos destinos de grandeza do Brasil - o período juscelinista e o do “Brasil Grande” da primeira fase dos governos da Revolução, de 1964 a 1980 [...] A atenção maior, mais uma vez, foi para a imensa área interior e, nesta, a Amazônia [...] Golbery propôs a articulação diplomática de sólida aliança hemisférica, nela indicando, como polo importante as boas relações com os Estados Unidos (MATTOS, 2002, p. 79).

Como geopolítico, Golbery foi considerado um dos três mais importantes do Brasil, juntamente com Therezinha e Meira Mattos, pelo professor da

Universidade Técnica de Lisboa, Jorge Manuel da Costa Freitas, no livro “A Escola Geopolítica Brasileira”.

[...] muitas das sementes lançadas por Golbery frutificaram. Atribui-se-lhe uma influência no mínimo indireta no esforço de interiorização e vertebração do Brasil, sendo exemplos demonstrativos a política seguida pelos sucessivos governos militares de construção de uma rede de estradas estratégicas para o surgimento de polos de desenvolvimento no interior; o aproveitamento dos recursos hídricos do país mediante a construção de enormes centrais hidroelétricas, assim como o incentivo à navegação interior [...] Em suma, pode dizer-se que o esforço de incorporação à economia nacional brasileira dos imensos territórios de Mato Grosso, Amazônia, Rondônia, Pará, Goiás (além de outros estados anecumênicos) teve do autor em análise uma contribuição à sua medida (FREITAS, 2004, p. 62).

Embora em seus textos publicados Golbery não declare ser favorável à presença brasileira na Antártica, os vários indícios mencionados levam à conclusão de que os escritos geopolíticos de Golbery tiveram sim alguma influência. Isso porque se num primeiro momento não se deu mais importância para a Antártica, pois a prioridade era o interior, com o maior desenvolvimento econômico do país, a partir do final da década de 1950, já foi possível pensar numa postura de maior relevância do Brasil no cenário internacional.

3.5 Therezinha de Castro (1930-2000)

A professora Therezinha de Castro foi a grande defensora da presença brasileira no Sexto Continente entre os acadêmicos, com a sua chamada “Teoria da Defrontação”. Na sua concepção, beneficiaria não apenas o Brasil, mas também outros países sul-americanos, que passariam a ter direito a territórios naquele continente (Argentina, Brasil, Chile, Equador, Peru e Uruguai teriam direito, de acordo com essa teoria).

Therezinha nasceu na cidade do Rio de Janeiro, em 22 de dezembro de 1930, filha do General Fabio de Castro. Em 1954 formou-se em História e Geografia (na época ainda eram feitas como graduação única) na Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro. Um dos seus professores era Delgado de Carvalho, com quem foi trabalhar no Conselho Nacional de Geografia do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

(IBGE), logo em seguida à formatura. Lá no IBGE ainda trabalharia com o Major Octavio Tosta, outro entusiasta e estudioso de Geopolítica⁴⁴. Além do IBGE, também foi professora no Colégio Pedro II por 28 anos e, já aposentada, foi de 1993 até o seu falecimento, no ano 2000, membro do Corpo Permanente da Escola Superior de Guerra, como Adjunta da Divisão de Assuntos Internacionais. Sobre ela, Meira Mattos (2002, p. 79) assim se expressou em seu último livro:

A Professora Therezinha de Castro foi uma pesquisadora incansável e uma lutadora obstinada pela aceitação de suas propostas geopolíticas. Deixou dezenas de livros, realizou centenas de conferências no Brasil e no exterior e produziu um milhar de artigos. Foram trinta anos (décadas de 1970-90) de infatigável produção intelectual. Dos muitos temas que tratou destacaram-se: a necessidade de uma estratégia brasileira de presença ativa no Atlântico Sul, para isto a importância de participarmos da ocupação da Antártica [...] Falecida em fevereiro do ano 2000, a Professora Therezinha pôde ver suas antecipadas ideias geopolíticas aceitas nos projetos de governo, tal como a instalação da estação brasileira na Antártica.

Em relação a um dos seus temas preferidos, a presença do Brasil na Antártica, Therezinha teve dois momentos singulares. O primeiro, logo após se formar, quando escreveu artigo para a Revista do Clube Militar, em 1956 (que também foi publicado no Boletim Geográfico), intitulado “A Questão da Antártica”, em coautoria com seu mestre Delgado de Carvalho. Nessa obra defende, pelo critério da defrontação, a reivindicação de território na Antártica.

Brasil, Argentina e Chile poderiam defender, juntos, o direito ao território que lhes toca por defrontação [...] Seria aconselhável que o Ministério da Marinha fizesse na região Antártica o mesmo que fez na Ilha de Trindade, no fim do século passado (1895). Isto é, reconhecer e, na medida do possível, ir ocupando o território de defrontação que nos caberia a leste do meridiano de Tordesilhas [...] já é tempo do Brasil tratar de uma questão que outros países estão resolvendo individualmente [...] A República da Argentina [...] já estabeleceu sete estações geofísicas, a Grã-Bretanha, cinco; o Chile, três; os Estados Unidos, duas; e nós, nenhuma (CARVALHO; CASTRO, 1956, p. 190 e 194).

Em 1957, também na Revista do Clube Militar, publicou o artigo “Antártica, o assunto do momento”. Neste, detalha o que estava previsto para a Marinha do

⁴⁴ Tosta lançou em 1984 seu livro “Teorias Geopolíticas”, com prefácio de Therezinha de Castro, que o considera “Mestre e Amigo” e que foi ele “quem me levou aos estudos iniciais da Geopolítica”. Tosta dedicou seu livro a Golbery, “meu preclaro mestre de Geopolítica”. Como tenente-coronel, Tosta cursou a ESG, em 1962.

Brasil realizar no Ano Geofísico Internacional (AGI) em termos de pesquisas, as reivindicações de território já feitas até aquele momento e reforça a proposta de aplicar a “Teoria da Defrontação”, dessa vez, com benefícios para vários países sul-americanos. “Reivindicemos o nosso quinhão na Antártica! [...] Unamo-nos aos países sul-americanos, Argentina, Chile, Equador, Peru e Uruguai em torno do direito de defrontação” (CASTRO, 1957, p. 69).

Segundo Eurípides Menezes, durante os anos de 1956 a 1958, Therezinha, Delgado, entre outros, participou de várias reuniões no Itamaraty, a convite do Chanceler Macedo Soares (1956 a 1958), para tratar do tema “Antártica”. E que:

Apesar de ser a mais jovem dentre os componentes do grupo, era Therezinha de Castro a mais incisiva em defender a ideia de que o Governo deveria, sem mais delongas, assinar o decreto de anexação do território defrontante pelos meridianos de Martim Vaz e do Arroio Chuí (MENEZES, 1982, p.17).

Em 1960, organizou, também com Delgado de Carvalho, o “Atlas de Relações Internacionais” do IBGE, tendo o capítulo XL como título “A Antártica”, com basicamente as mesmas informações contidas no artigo publicado em 1957 e com um mapa daquele continente, na página 159, destacando o setor que corresponderia ao Brasil, caso fosse aplicada a sua “Teoria da Defrontação”. Apenas nos últimos três parágrafos Therezinha altera o conteúdo no artigo de 1957, comentando sobre a realização da conferência em Washington. Ressalta a ausência do Brasil e que “dois pontos apenas tiveram o apoio dos congressistas: o da cooperação internacional no que diz respeito à investigação científica do continente e o da proibição do uso da região para fins militares” (CARVALHO; CASTRO, 1960, p. 158).

A última página do Atlas contém alguns artigos traduzidos do Tratado da Antártica, mas sem muitas considerações. A importância da inclusão desse capítulo no Atlas e, em especial, do mapa é que a publicação em um órgão do governo brasileiro, diretamente subordinado ao Presidente da República, conferia ao tema dos interesses brasileiros na Antártica caráter oficial distinto dos artigos publicados por Therezinha em 1956 e 1957.

Depois de uma década sem trabalhos registrados sobre aquele continente⁴⁵, Therezinha, ao regressar de uma bolsa de estudos em Portugal, presenteou o Deputado Eurípides Menezes, em novembro de 1970, com um exemplar do Atlas Histórico Escolar do Ministério da Educação (5ª edição), organizado também por ela e Delgado de Carvalho. O Atlas ainda não tinha sido liberado para distribuição, por dúvidas sobre a conveniência de sua publicação com o mapa contendo o setor brasileiro na Antártica, segundo o critério da defrontação. Não está claro no livro de Eurípides e tampouco é mencionado no de Therezinha de 1976, mas subentende-se que ela esteve com o Deputado justamente para convencê-lo da importância da publicação do Atlas com esse referido mapa, já que era ele o presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados. Como será visto no cap. 4, em 28 de novembro de 1970, em “sessão conjunta do Congresso Nacional, presentes 45 senadores e 210 Deputados federais e esposando a tese da defrontação e dos direitos do Brasil na Antártica, proferi sobre o assunto o meu primeiro discurso” (MENEZES, 1982, p. 22).

Em 1972, Therezinha integrou a primeira diretoria do IBEA, assunto que será ampliado no cap. 5. Até a adesão, em 1975, Therezinha ainda publicou artigos sobre o tema em revistas e jornais, sempre defendendo a importância da presença brasileira naquele continente.

Em 1976, lançou o primeiro livro em língua portuguesa exclusivamente sobre a geopolítica da Antártica, o “Rumo à Antártica”, com prefácio do seu mestre Delgado de Carvalho⁴⁶.

⁴⁵ Na edição de 11 de junho de 1967, do Jornal “Diário de Notícias”, p. 4, consta a transcrição de uma carta de Therezinha ao Diretor do Jornal, Dr. João Portella Dantas, elogiando artigo publicado naquele jornal, em 28 de maio de 1967, sob o título “Antártica Brasileira”. “O Brasil de tantos problemas precisa despertar para mais este, de importância vital num futuro bem próximo [...] parabéns ao “Diário de Notícias” que através de seu dinâmico Diretor - João Portella Dantas - está fazendo renascer o ‘slogan’ - também temos direitos na Antártica”. Na carta, ela também reitera sua ideia sobre a defrontação considerando os meridianos que passam por Martim Vaz e o Arroio Chuí e discorda da “tese pioneira do já falecido Joaquim Ribeiro” que defendia a defrontação, mas usando o meridiano de Tordesilhas. O Diário de Notícias do Rio de Janeiro foi fundado em 1930 e teve sua última edição em 1976. A coleção do jornal está disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional: <http://hemerotecadigital.bn.br>. Acesso em: 10 set. 2014.

⁴⁶ Sobre este livro, há uma “boneca” original pronta para impressão, também chamada de “Rumo à Antártica”, mas com dupla autoria, Therezinha de Castro e Eurípides Cardoso de Menezes, que foi obtida junto ao filho do ex-Deputado, Sr. Vianney Cardoso de Menezes, que cedeu diversos

Em 1975, finalmente, aderiu o Brasil ao Tratado da Antártica, quando já havia 19 anos que a Professora Therezinha de Castro estudava a questão [...] Rumo à Antártica [...] é, pois, o primeiro livro em português sobre este importante assunto de grande atualidade e interesse [...] brasileiro nenhum deve ficar alheio à evolução da questão cuja exposição é tão claramente apresentada pela abalizada patricia (CARVALHO, 1975 *apud* CASTRO, 1976, p. 5-6).

No livro, além de detalhada análise das características geográficas do continente, a Professora Therezinha apresenta sua concepção geopolítica em relação à importância da Antártica para o Brasil, advogando a adoção da chamada “Teoria da Defrontação” para justificar a parte daquele continente que poderia ser reivindicada pelo Brasil. Apresenta também um histórico sobre as atividades de outros países, em especial daqueles que reivindicaram formalmente território antes da celebração do Tratado de 1959. Na época acreditava-se que os interesses de prospecção mineral na Antártica poderiam levar à partilha do continente e o Brasil tinha que estar presente. Therezinha dedicou algumas páginas ao papel do Deputado Eurípides Menezes na luta pela presença brasileira na Antártica, tanto em pronunciamentos formais no Congresso, como em inúmeras palestras e artigos para periódicos nacionais, incluindo em seu livro a íntegra do último pronunciamento do Deputado, em 28 de novembro de 1974, sua despedida do parlamento brasileiro, após não ter sido reeleito pela Guanabara (CASTRO, 1976).

O livro, a partir do seu lançamento em 1976, tornou-se uma referência quase que obrigatória para todos os trabalhos referentes à Antártica, que vieram a ser escritos.

Em 1982, Eurípides lançou seu próprio livro, “A Antártica e os Desafios do Futuro”, e o dedicou à “Therezinha de Castro, que no nº 142, de abril de 1956, da Revista do Clube Militar, desfraldou a bandeira dos direitos do Brasil na Antártica” (BRASIL, 1960).

documentos de seu pai para esta pesquisa. Nessa minuta, o prefácio também é de Delgado de Carvalho, mas com texto diferente do publicado no livro de 1976 e datado de 23 de setembro de 1971. O trabalho, em linhas gerais, também possui pequenas diferenças do de 1976. Pelo conteúdo, bem como pela data do prefácio, foi finalizado entre abril e setembro de 1971.

No livro “A Escola Geopolítica Brasileira”, o Professor Jorge Freitas assim destaca o pioneirismo de Therezinha:

[...] a vasta obra de Therezinha de Castro não só reflete alguns dos principais denominadores comuns a essa corrente [pensamento geopolítico brasileiro] como, de igual modo, tem um caráter inovador em certas áreas de análises. Nessa última ordem de ideias, avulta o pioneirismo intelectual demonstrado em 1956 e prosseguindo em seguida sobre a questão antártica, destacando-se aí a intuição demonstrada pela autora numa temática, na época, longe de constituir a ordem do dia dos estudos geopolíticos (FREITAS, 2004, p. 111).

Não foram encontrados registros se Ernesto Geisel e Azeredo da Silveira eram conhecedores da obra de Therezinha ou se concordavam com as suas proposições, mas os escritos da professora, bem como as diversas palestras realizadas nas escolas de Estado-Maior, influenciaram, decisivamente, o movimento dos intelectuais que queriam ver o Brasil na Antártica.

3.6 Carlos de Meira Mattos (1913-2007)

Meira Mattos, natural de São Carlos, São Paulo, nasceu em 23 de julho de 1913. Iniciou sua carreira militar no Exército Brasileiro em 1933, como cadete na Escola Militar de Realengo, tendo saído aspirante em 1936. Participou, já como capitão, da campanha brasileira na Itália de 1944 a 1945, quando, inclusive, recebeu a medalha “Estrela de bronze” do Exército Norte-Americano por “serviço meritório de apoio ao combate”, já que chegou a exercer a função de oficial de ligação entre o Estado-Maior da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o comando do 4º Corpo do V Exército dos EUA. Meira Mattos era “homem de confiança” do General Mascarenhas de Moraes, com quem servia, antes de ir para a Itália, na Segunda Região Militar, em São Paulo. Ao regressar da Guerra, fez o curso de Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército⁴⁷.

Entre as funções que Meira Mattos exerceu no serviço ativo, duas merecem atenção. A primeira, no Governo do General Castello Branco (1964-67), que já o

⁴⁷ Os dados bibliográficos da vida de Meira Mattos foram retirados de Freitas (2004); Fontoura. General Carlos de Meira Mattos: perfil e obra (*apud* MATTOS, 2011, p. 13) e da página do Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais (CEPEN) de Portugal, disponível em: <http://politicasnacionais.org/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

conhecia desde os tempos da Escola Militar de Realengo e da FEB⁴⁸, foi a de Subchefe do Gabinete Militar da Presidência da República, cujo chefe era o então General Ernesto Geisel (1964-67). Geisel considerava Meira Mattos “um homem inteligente, culto e hábil” (GEISEL *apud* D’ARAUJO; CASTRO , 1997, p. 188), e o indicou para ser nomeado Interventor no Estado de Goiás, cargo que exerceu de novembro de 1964 a janeiro de 1965. Em seguida, ao regressar para suas funções no Gabinete Militar, surgiu a questão da República Dominicana, para onde foi enviado como comandante do destacamento brasileiro na Força Interamericana organizada pela OEA para estabilizar a situação no país caribenho. Em 1967, cursou a Escola Superior de Guerra, ainda como coronel. Foi promovido a General de Brigada em março de 1968. De maio de 1969 a fevereiro de 1971 foi o comandante da Academia Militar das Agulhas Negras, cargo já ocupado pelo próprio Presidente da República, o General Médici, de março de 1963 a maio de 1964.

Na outra função aqui destacada pode ter influenciado de alguma forma o processo que deveria garantir ao Brasil um papel mais relevante em relação à governança da Antártica, que foi a de Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de janeiro de 1974 a julho de 1975 (últimos meses do governo Médici e primeiros anos de Geisel). Já como General de divisão (promovido em novembro de 1973), após regressar dos EUA, foi o vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa (o primeiro brasileiro a exercer esse cargo desde a criação do Colégio, em 1962), indo para a reserva em 1977.

A partir desse momento, Meira Mattos decidiu dedicar-se mais ao mundo acadêmico, doutorando-se em Ciência Política pela Universidade Mackenzie, em São Paulo. Seu orientador foi o historiador e cientista político Gilberto Freyre (que em 1942 prefaciou o segundo livro do inspirador de Meira Mattos, o General Mario Travassos). Sua tese de doutorado, transformada em livro, foi lançada em 1984, com o título “Geopolítica e Trópicos”. Em toda a sua carreira acadêmica, Mattos veio a publicar mais de 10 obras, além de ser conferencista da ESG e das demais

⁴⁸ Depoimento do General Carlos de Meira Mattos em 2003, para o programa “Memória Política” da TV da Câmara dos Deputados Federais. Transcrição disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>.

escolas de Estado-Maior. Seu último livro foi “Geopolítica e Modernidade”, lançado em 2002.

Veio a falecer em janeiro de 2007. Nesse mesmo ano, a ESG resolveu editar uma publicação especial, com o título “O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra”, contendo os nove artigos que ele lançou na revista da Escola entre os anos de 1990 e 2004. No prefácio, o Professor Severino Cabral, membro do Corpo Permanente da ESG, afirma: “A morte de Carlos de Meira Mattos, aos 93 anos, retirou do convívio dos intelectuais e pensadores, ou simplesmente brasileiros com a responsabilidade de pensar o Brasil, um dos mais ilustres estudiosos do grande país continental da América do Sul” (ESG, 2007, p.11).

A obra intelectual de Meira Mattos e suas concepções não ficaram restritas ao território brasileiro. Além de ter vários livros traduzidos para o inglês e principalmente para o espanhol, um grupo de intelectuais portugueses e brasileiros decidiu criar em Portugal, em janeiro de 2008, o “Centro de Estudos de Políticas e Estratégias Nacionais General Carlos de Meira Mattos” (CEPEN, 2014). Em 2011, a Fundação Getúlio Vargas, em parceria com a Biblioteca do Exército, lançou três volumes contendo nove de seus livros, especificamente sobre Geopolítica, o que reforça o reconhecimento da importância da sua obra para o pensamento estratégico e geopolítico brasileiro. Por tudo isso, o Exército criou com seu nome o “Instituto Meira Mattos”, em setembro de 2012, órgão da estrutura organizacional da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército voltado para os estudos em ciências militares e defesa, além de incentivar mais integração entre civis e militares ligados a essas áreas do conhecimento.

O General Carlos de Meira Mattos surgiu como um nome de cada vez maior peso entre os que “pensam o futuro do Brasil”, a partir do final da década de 1950, quando ministrava geopolítica na Escola de Estado-Maior da Aeronáutica. Seu primeiro livro, “Projeção Mundial do Brasil”, publicado em 1960, pode ter contribuído para as formulações políticas e decisões governamentais, no que concerne ao posicionamento ante o Tratado da Antártica.

Nesse livro de 1960, interessante observar a visão de Mattos sobre a importância da “vertente atlântica da África” para a defesa do Brasil, chegando a afirmar que se “uma potência militar hostil ao Brasil ocupar a costa atlântica da África, em qualquer ponto desde o Marrocos até a União Sul-Africana, começaremos a sentir, no nosso país, um clima de inquietação [...] sem precedentes” (MATTOS, 2011, p. 45). Considerava os países africanos banhados pelo Atlântico altamente importantes para o Brasil, pois poderiam ser a primeira etapa de uma ofensiva soviética contra os EUA, passando pelo Norte e Nordeste brasileiros. Afirmava, ainda, que as linhas mestras da política externa de qualquer país baseavam-se nas “raízes históricas da formação da nacionalidade, nas servidões geográficas do território e nas aspirações autênticas do povo” (MATTOS, 2011, p. 55). E, sobre o caso brasileiro, destacou que:

[...] as linhas mestras de nossa política exterior podem se sintetizar os seguintes conceitos: fidelidade ao Ocidente; fortalecimento do pan-americanismo; formulação de uma doutrina construtiva de comunidade luso-brasileira; aproximação política, econômica e cultural com as novéis [novas] nações africanas, particularmente com as da vertente atlântica (MATTOS, 2011, p.60).

Nesse trecho, constata-se a preocupação com duas vertentes, a criação de uma comunidade dos países de língua portuguesa e a aproximação com os países africanos, em particular os banhados pelo oceano Atlântico. A primeira veio a concretizar-se somente em 1996, com a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), no governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003). A segunda vertente teve início com a intensificação diplomática com os países africanos, ainda no governo Médici; com o reconhecimento da independência de Guiné Bissau (1974), Angola (1975) e Moçambique (1975) no Governo Geisel; com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em 1986; e, posteriormente, no Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003-2011), com a abertura de diversas representações diplomáticas naquele continente (CERVO; BUENO, 2012).

Ainda no “Projeção”, de 1960, Meira Mattos é claro na sua proposta para o “Brasil Potência”:

Estamos transformando este país grande num grande país. Essa obra de transformação deve ficar consolidada dentro do período atuante de uma geração. Neste mundo de foguetes e de satélites, quem não andar depressa será ultrapassado e irremediavelmente envolvido. A hora é dos fortes e resolutos (MATTOS, 2011, p. 82).

Um segundo livro sobre o tema foi o “Geopolítica e Destino”, lançado em 1975, portanto, no limite do espaço temporal deste trabalho, considerando a adesão ao Tratado da Antártica em maio do mesmo ano. Meira Mattos chegou a comentar a adesão, quando tratou dos escritos geopolíticos de Therezinha, mas sem se posicionar claramente, favorável ou não, quanto à presença brasileira naquele continente: “A Profa. Theresinha (*sic*) de Castro acaba de rejubilar-se com a vitória de suas ideias. O governo do Brasil, afinal, decidiu assinar o tratado que lhe dará direito de participação nas atividades científicas na Antártica” (MATTOS, 2011, p. 150-151). Também evidenciou a relação entre as ideias geopolíticas, a ESG e os rumos dos governos militares pós-1964:

Em 1949, com a criação da Escola Superior de Guerra, o pensamento político brasileiro começou a se estruturar em bases realísticas e científicas. É a ESG responsável por uma doutrina política essencialmente brasileira, fundamentada na dinâmica da aplicação do poder nacional [...] Incorporou a ESG, no realismo de sua doutrina, os valores geopolíticos que vinham sendo levantados por todos aqueles que a precederam como instituto superior de altos estudos [...] **De 1949 a 1964, durante 14 anos, a ESG não teve influência maior nas decisões de governo** [...] Quando veio a Revolução de 1964 a doutrina na Escola Superior de Guerra já estava formulada e exercitada em termos laboratoriais e escolares. Foi fácil para o Chefe da Revolução, o Presidente Castelo Branco e seus principais assessores, Golbery, Ernesto Geisel, Juarez Távora, Cordeiro de Farias⁴⁹, todos ex-militares, participantes ativos na formulação dessa doutrina, pois todos haviam pertencido aos quadros da ESG, transferirem para a prática governamental a doutrina formulada durante 14 anos no casarão do Forte São João (MATTOS, 2011, p. 144-145, grifo nosso).

Aqui, talvez, uma explicação para a recepção dada ao relatório do grupo de trabalho da ESG, de 1957, favorável à presença do Brasil na Antártica, que será apresentado no cap. 4 deste trabalho, que não teve eco no governo federal.

⁴⁹ Golbery, que foi o primeiro chefe do Serviço Nacional de Informações no governo Castello, cursou a ESG em 1952 e lá permaneceu como instrutor até 1955. Geisel, que foi o chefe do Gabinete Militar de Castello, cursou a ESG em 1953. Cordeiro de Farias, Ministro do Interior no Governo Castello, foi o primeiro comandante da ESG, de 1949 a 1952. Juarez Távora, Ministro dos Transportes de Castello, foi o segundo comandante da ESG, de 1952 a 1954. Sobre os comandantes e concludentes dos cursos da ESG, ver em: <http://www.esg.br/>.

Entre o “Projeção Mundial do Brasil” (1960) e o “Geopolítica e Destino” (1975), Meira Mattos escreveu sobre sua experiência na República Dominicana e sobre o golpe militar de 1964, mas em termos de trabalho acadêmico de geopolítica, o primeiro livro já traz sua marca, com o conceito de “Brasil Potência”. O Professor Wanderley Messias da Costa fez a seguinte crítica a esse conceito defendido por Meira Mattos:

[...] a geopolítica dos anos 1970 elabora um discurso de tipo triunfalista, a ideia do Brasil-Potencia [...] O seu maior representante dessa fase foi, sem dúvida, o General Meira Mattos, cujos principais trabalhos foram publicados entre 1975 e 1980 [...] o autor desenvolve um tosco conceito de “potência mundial” baseado em fatores territoriais, populacionais, capacidade tecnológica etc., chegando à conclusão de que o Brasil tinha todas as condições para aspirar “a um lugar entre as grandes potencias do mundo” (COSTA, 2010, p. 207-208).

Sobre os interesses brasileiros na Antártica, não há registros em seus livros anteriores à adesão ao Tratado de maio de 1975, mas Meira Mattos parece concordar com as ideias de Therezinha de Castro e Eurípedes Menezes, quando assim se manifesta em seu livro de 1977, “A Geopolítica e as Projeções do Poder”, no qual trata sobre a importância de o Brasil assumir uma posição mais ativa na segurança do Atlântico Sul:

Ainda considerando nossa posição no Atlântico Sul, não vemos por que possa ser dificultado ao Brasil o direito de participar de operações científicas na Antártica, ou mesmo de vir a pleitear a ocupação de uma parte desse continente gelado [...] Somos signatários do Tratado Antártico (1959) que nos faculta a participação nas explorações científicas que aí se realizam. Pelo mesmo critério da defrontação ou dos setores [...] caberia ao Brasil, por direito, uma faixa no Continente Antártico [...] O que não se justifica é continuarmos indiferentes diante da possibilidade legal de expansão de domínios científicos e tecnológicos, e também de recursos naturais, que ali se nos apresenta (MATTOS, 1977, p. 123-124).

Meira Mattos, ao defender um pensar grande para o Brasil fora do contexto geográfico puramente regional, por exemplo, na sua defesa pela maior presença brasileira na África atlântica, pode mesmo ter contribuído para que os decisores considerassem a presença brasileira na Antártica mais um passo nesse processo de elevar o *status* brasileiro no concerto das nações. A busca do “Brasil Potência”. Em seu último livro, “Geopolítica e Modernidade”, Meira Mattos assim sintetizou o pensamento geopolítico brasileiro:

Do pensamento geopolítico brasileiro do passado, extraímos uma ideia e várias propostas. A ideia, clara ou subjacente em todos os autores, é que “o Brasil possui todas as condições geográficas e humanas para se tornar uma grande potência” [...] Quanto às propostas de caminhos para chegarmos lá, constatamos entre os pensadores geopolíticos do passado a permanente preocupação com a integração territorial, com a interiorização [...] A priorização de regiões para dar impulso ao movimento civilizatório do todo constou de várias propostas, mas na atualidade, por uma premência estratégica, vem-se acentuando, a cada dia, a importância do maior esforço na Amazônia. A preocupação com uma estratégia de presença efetiva e atuante no Atlântico Sul foi considerada por vários pensadores e conduziu nossa política a interessar-se pela Antártica, pela importância de sua posição no extremo austral da bacia atlântica e pelas perspectivas futuras de sua valorização (MATTOS, 2002, p. 84).

3.7 Considerações

É possível observar certa linearidade no pensamento geopolítico brasileiro ao longo do século XX. Dos primeiros textos de Backheuser e Mario Travassos aos últimos de Therezinha e Meira Mattos, há quase sempre um componente de “pensar um Brasil grande, protagonista no cenário internacional”. E em todos eles a componente do desenvolvimento econômico está presente. Os primeiros deram mais ênfase à conquista do espaço que já era brasileiro, a Amazônia, às fronteiras terrestres, sem ainda uma preocupação maior com o oceano que defrontava o Brasil. A partir dos escritos de Golbery, tem início o pensar o “Brasil Potência” ocupando novos espaços fora dos limites territoriais.

Therezinha, de todos eles, foi a que vislumbrou na Antártica um novo espaço para o Brasil. Golbery e Meira Mattos enfatizam, nessa busca, os países da África Atlântica, sem considerar que na Antártica, como o fez Therezinha, também haveria um espaço a exercer influência.

O objetivo deste capítulo foi apresentar as principais ideias de alguns dos mais reconhecidos geopolíticos brasileiros do século XX, a fim de facilitar a compreensão da influência conjuntural que poderiam exercer no período como estava o pensamento brasileiro no período da decisão em relação à Antártica.

No Governo Juscelino, mais especificamente durante o AGI, o Brasil não enxergou a Antártica. Apenas alguns textos de Therezinha, entre poucos outros,

não foram o suficiente para chamar a atenção do governo brasileiro para o Sexto Continente. A prioridade era o desenvolvimento do Brasil, retirando-o da quase exclusiva dependência da monocultura cafeeira e iniciando um processo de industrialização. A opção pela interiorização, com a construção de Brasília, veio ao encontro dos escritos dos primeiros geopolíticos e até dos iniciais de Golbery, nos quais a ocupação do espaço brasileiro era a prioridade.

No Governo Geisel, quando ocorreu a decisão pela adesão ao Tratado, pode-se afirmar que o pensamento geopolítico brasileiro já tinha se espreado para além do território nacional e o início da caminhada para uma presença na Antártica estava coerente com essa mudança dos principais autores geopolíticos.

Mas apenas os estudos e concepções geopolíticas não eram suficientes para convencer o governo a se voltar para Antártica. Outros fatores, internos e externos, impulsionaram essa decisão. É o que se pretende expor no próximo capítulo.

4 O INTERESSE PELA ANTÁRTICA

A Antártica é um continente de extremos. A temperatura média no verão é de -30° C, enquanto que no inverno é de -60° C. Aproximadamente 98% do continente são cobertos por gelo (espessura média de 2.600 m) durante todo o ano. O continente também é o mais seco da Terra, com precipitação média de 150 mm por ano (tão seco como o deserto do Saara). É o continente com relevo mais acidentado, altitude média de 2.160 m. A área total é de 13.661.000 km², maior que a do Canadá e equivalente a 1,6 vez a área total do Brasil. A flora é constituída por briófitos e algas, que raramente ultrapassam 5 cm de altura; já a fauna, por aves e mamíferos marinhos e algumas espécies de moluscos e insetos terrestres, além de uma das mais variadas e abundantes comunidades biológicas do planeta, o chamado zooplâncton, tendo o krill⁵⁰ como seu representante mais importante. Em termos de riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Isso sem falar que possui 70% da água doce do planeta. Pelas severas condições climáticas, a Antártica é o único continente que não possui população autóctone e também, pela mesma razão, foi o último a ser efetivamente explorado⁵¹.

Neste capítulo apresenta-se uma síntese histórica dessa exploração e interesse, desde os primeiros exploradores mais interessados na caça a baleia e focas, passando pelos interesses científicos e geopolíticos do final do século XIX e XX. A última parte é dedicada especificamente ao histórico do Brasil na Antártica, desde a primeira expedição científica do Dr. Cruls em regiões subantárticas, em 1882, com o apoio da Marinha do Brasil, chegando à instalação, em janeiro de 2011, do módulo Criosfera I de coleta remota de dados a cerca de 500 km do

⁵⁰ Krill é uma palavra norueguesa que significa “comida de baleia”, atribuída a um crustáceo parecido com o camarão que mede entre 5 e 7 cm, rico em proteínas. É considerado fundamental para o ecossistema antártico, pois serve como alimento para diversos animais como focas, baleias e pinguins.

⁵¹ Dados gerais sobre a Antártica retirados do <https://www.comnap.aq/Information/SitePages/Home.aspx> e http://www.coolantarctica.com/Antarctica%20fact%20file/fascinating_facts_about_antar.htm. Acesso em: 3 dez. 2014.

Polo Sul geográfico, até outubro de 2014, quando teve início a XXXIII Operação Antártica Brasileira (OPERANTAR).

4.1 Dos primeiros exploradores ao Tratado da Antártica

Esta parte do trabalho foi dividida em cinco seções, procurando familiarizar o leitor com distintos momentos do interesse internacional pelo Sexto Continente, desde os primeiros exploradores mais interessados na parte comercial com a caça às focas e baleias; as primeiras expedições científicas; a chamada “Era Heroica” e as reivindicações territoriais; o interesse dos EUA e da URSS no pós-Segunda Guerra; até a assinatura do Tratado da Antártica em dezembro de 1959.

4.1.1 Os primeiros indícios e o interesse comercial

Muito antes de serem avistadas por marinheiros no alto das gáveas, as paragens geladas da Antártica habitavam o imaginário dos povos na Antiguidade. Claudio Ptolomeu, astrônomo e matemático que viveu em Alexandria, no Egito, cerca de 100AD- 170AD, na obra *Geographia*, concebeu uma teoria sobre uma massa terrestre de grande porte que deveria existir no Hemisfério Sul para contrabalancear as massas continentais da Europa e da Ásia no Norte. Era a chamada "*Terra Australis Incognita*"⁵².

Após a descoberta do Brasil, o navegador florentino, com bandeira portuguesa, Américo Vesúcio (1454-1512), explorou a costa sul-americana, a princípio tendo chegado até regiões subantárticas, pois em seu relato informou ter estado “numa terra inóspita, muito frígida e coberta de névoa, onde as noites eram muito longas” (COELHO, 1983, p. 7). Em março de 1520, o navegador português Fernão de Magalhães (1480-1521), comandando uma esquadra com cinco navios sob a bandeira espanhola, alcançou o estreito que levou seu nome, chegando ao

⁵² Bem antes de Ptolomeu, o próprio filósofo Aristóteles, no séc. IV A.C., já tinha afirmado que “a esfericidade da Terra está provada pela evidência de nossos sentidos” (GURNEY, 2001, p. 16). A biografia de Ptolomeu está na Encyclopædia Britannica (2014).

Oceano Pacífico em novembro de 1520, na primeira viagem de circunavegação comprovadamente realizada⁵³.

Aproveitando os dados das viagens de Colombo, Américo Vespúcio e Fernão de Magalhães, surgiu o mapa do Almirante turco-otomano Piri Reis, em 1531, atualmente exposto no museu Topkapi, em Istambul, na Turquia. Nesse mapa consta o registro, segundo alguns, da costa leste da Patagônia em detalhes, desde o Cabo Branco até a entrada do Estreito, as ilhas Malvinas, as *Shetlands* do Sul e as *Sandwichs* do Sul. Mostra ainda a extremidade norte da Península Antártica e a Ilha Decepção. O mais antigo mapa que se conhece no qual a Antártica aparece mais claramente como um continente é o produzido pelo cartógrafo francês Oronce Finé (1494-1555), em 1531, onde o Sexto Continente é também chamado de "*Terra Australis*". Finé foi seguido pelo belga Gerardo Mercator (1512-1594), considerado um dos mais importantes cartógrafos do século XVI, com seu mapa de 1538, também mostrando o que seria a Antártica, sem ainda haver algum registro de que algum explorador lá tivesse estado. Em 1569, Mercator publicou um de seus mais famosos mapas, o "*Orbis terrae compendiosa descriptio*", também apresentando a "*Terra Australis*" (GURNEY, 2001; MCINTOSH, 2000).

Mas até o século XVIII, não se conhecem registros de tentativas deliberadas de se atingir as regiões antárticas. A primeira, não exitosa, ocorreu com uma expedição da Marinha francesa, comandada por Jean Bouvet (1705-1786), que em 1739 atingiu a ilha que levou seu nome, na latitude 54°25'8S. Já o navegador inglês James Cook (1728-1779) foi o que, comprovadamente, mais próximo chegou da Antártica com seus navios "*Resolution*" e "*Adventure*", em sua segunda viagem de circunavegação, de 1772 a 1775, tendo atingido a latitude de 71° 10'S em 17 de fevereiro de 1774 (a área de jurisdição do Tratado da Antártica é ao sul da latitude 60°S). Em 14 de janeiro de 1775 descobriu as ilhas Geórgia do Sul (54°S), inicialmente achando que era o continente gelado, mas depois de alguns dias de exploração constatou ser mais uma ilha. Em seu diário de viagem não há

⁵³ Fernão de Magalhães é morto numa emboscada nas Filipinas em abril de 1521. Reduzida a dois navios e 18 homens, a esquadra de Magalhães chega à Espanha em setembro de 1522. Dados sobre a viagem de Magalhães em Instituto Camões (2014).

registro de ter avistado o Sexto Continente e alegou que o gelo impediu por diversas vezes o navio de prosseguir mais ao sul⁵⁴.

Segundo Day (2013, p. 5), Cook falhou em sua missão secreta, que seria justamente a descoberta do continente, chegando a insinuar aos lordes do almirantado inglês no seu regresso que o mesmo “talvez nem existisse” ou, se existisse seria inútil para a Coroa e qualquer outro país, pelas condições inóspitas da região. Enquanto Cook se preparava para sua segunda expedição, outra, só que francesa, comandada por Yves Kerguelen (1734-1797), a mando do rei Luís XV, alcançou um conjunto de ilhas, que posteriormente levaria o nome do explorador francês, achando que tinha chegado a “*Terra Australis*”, em 12 de fevereiro de 1772. Após regressar à França com a notícia, recebeu ordens de partir novamente para o Sul, a fim de confirmar a descoberta ao final de 1773. Após constatar que na verdade era um conjunto de ilhas e não um continente, Kerguelen, de volta à França, foi preso pelo monarca por suas erradas conclusões na primeira viagem. O arquipélago, na verdade, está na latitude 49°21’S, nem mesmo dentro da área que é abrangida pelo Tratado de 1959 (DAY, 2013).

Em seu diário, Cook sintetiza suas viagens ao Hemisfério Sul:

O objetivo da viagem foi atingido em todos os aspectos; o Hemisfério Sul foi suficientemente explorado e terminou a busca de um continente austral, tarefa que por vezes atraiu a atenção de algumas potências marítimas ao longo de quase dois séculos, bem como a dos geógrafos de todas as épocas. Não negarei que possa existir um continente ou uma grande extensão de terra próxima ao polo; ao contrário, sou da opinião de que existe (COOK, 1775 *apud* GURNEY, 2001).

Embora ainda seja possível encontrar alguns autores que digam o contrário, há certo consenso de que o primeiro explorador a avistar efetivamente o continente

⁵⁴ A primeira circunavegação de Cook foi de 1768 a 1771 e a terceira de 1776 a 1780 (Cook morreu antes do término dessa viagem). Em sua segunda viagem Cook começou a avistar *icebergs* na lat. 51°S, em 10 de dez. de 1772, tendo sido o primeiro navegador conhecido a cruzar o Círculo Polar Antártico (66°36’) em 17 fev. de 1773. Em 1975, um grupo de pesquisadores da Austrália e dos EUA criou uma sociedade especificamente para estudar diversos aspectos associados às viagens de James Cook. O sítio da “*The Captain Cook Society*”, com inúmeros artigos sobre as viagens e todo o roteiro cumprido por Cook, está disponível em: <http://www.captaincooksociety.com/>. Acesso em: 26 nov. 2014.

antártico foi o oficial da Marinha russa, Fabian Gotlieb von Bellinghausen (1778-1852)⁵⁵, cuja expedição ordenada pelo Czar Alexandre I para descobrir o continente que Cook não conseguiu atingir era composta pelos navios “*Vostok*” e “*Mirny*”, em 28 de janeiro 1820 (69°25’S e 2°10’W). Isso aconteceu próximo de onde estão hoje as estações científicas “*Neumayer*”, da Alemanha, “*Maitri*”, da Índia, e “*Novolazarevskaya*”, da Rússia. Na véspera, o navegador russo e seus navios cruzaram o Círculo Polar Antártico, tendo sido a segunda expedição a ter conseguido esse feito, após a de Cook. Navegadores de outros países, como Estados Unidos, com o caçador de focas Nathaniel Palmer (17 de novembro de 1820); e Inglaterra, com William Smith e Edward Bransfield (30 de janeiro de 1820), já estavam bem próximos desse feito. A exploração predatória de mamíferos marinhos (o óleo das baleias e a pele das focas) foi o grande atrativo para os exploradores desse continente durante, praticamente, todo o século XIX (CAPTAIN COOK SOCIETY, 2014; DAY, 2013).

4.1.2 As primeiras expedições científicas

Em termos de expedições científicas, a primeira grande expedição foi a francesa, de Jules Dumont d’Urville (1790-1842) iniciada em 1837, para realizar estudos cartográficos e de magnetismo. Durou quatro anos e possuía dois navios, o “*Astrolabe*” e o “*Zélée*”. Em 1838, chegou a expedição norte-americana do Tenente Charles Wilkes (1798-1877), com seis navios. Segundo Day (2013), Wilkes chegou a afirmar que era mesmo um continente e o denominou de “*Antarctica*”, mas sem provas científicas que atestassem essa declaração. Com sérios problemas de disciplina entre seus subordinados, acabou não sendo reconhecido por seus pares ao regressar, em 1842. Em 1839, o almirantado inglês enviou a expedição comandada por Sir James Clark Ross (1800-1862), experiente oficial da Marinha inglesa que já havia atingido o Polo Norte magnético em 1831. Com os navios “*Erebus*” e “*Terror*”, tinha como missão localizar o Polo Sul magnético e tentar bater o recorde de maior latitude sul alcançada,

⁵⁵ Bellingshausen, que havia estudado todos os relatórios de viagem escritos por Cook, já havia participado da primeira viagem de circunavegação russa de 1803 a 1806, comandada por Adam Krusenstern (1770-1846), um nobre da corte russa que havia estudado antes na Academia da Royal Navy, na Inglaterra (DAY, 2013).

estabelecido pelo caçador de focas britânico James Weddell (1787-1834) em 20 de fevereiro de 1823. Este, comandando uma expedição com os navios “*Jane*” e “*Beaufoy*”, atingiu a posição 74°15’S 34°16’W. Ross conseguiu penetrar na barreira de gelo e atingir a latitude recorde de 78°S em 22 de janeiro de 1841 (COELHO, 1983).

Apenas com o desenvolvimento dos estudos de oceanografia e meteorologia nos anos 1860 é que o interesse científico pela Antártica foi retomado. Em 1872, a *Britain’s Royal Society* e a *Royal Navy* decidiram enviar uma expedição científica para estudar os oceanos no “*Challenger*”, que acabou sendo o primeiro navio a vapor a cruzar o círculo polar antártico. Fruto de seus levantamentos, veio a comprovar a existência de vida no leito dos oceanos. A expedição durou quatro anos e foi de grande relevância nos estudos de Biologia, Química e Física, tendo produzido um relatório em 50 volumes e com mais de 20 mil páginas de informações (DAY, 2013).

O Primeiro Congresso Internacional de Meteorologia ocorreu em Viena, na Áustria, em setembro de 1873. Nesse congresso, o alemão Georg von Neumayer (1826-1909), que era o hidrógrafo do almirantado alemão, lançou a ideia da importância de serem consideradas estações meteorológicas também nas altas latitudes do Hemisfério Sul, e não apenas no Norte, como já tinha sido abordado no mesmo evento. Os meteorologistas estavam de acordo sobre a importância do estabelecimento dessas estações para a melhor compreensão do clima do planeta como um todo. Uma das consequências desse congresso foi a criação de uma comissão permanente para dar prosseguimento aos assuntos acordados no referido encontro, o que de certa forma seria um embrião da comissão do Primeiro Ano Polar Internacional (API) (TAMMIKSAAR; SUKHOVA; LUDECKE, 2010).

Neumayer já vinha defendendo as pesquisas no Polo Sul desde 1865. Nos anos 1870, ele concentrou sua atenção para as investigações astronômicas e magnéticas. A passagem de Vênus pelo Sol, prevista para ocorrer em dezembro de 1874 e dezembro de 1882, eram duas boas oportunidades. Neumayer

escolheu posicionar as expedições alemãs nas Ilhas Kerguelen, em 1874, e nas Ilhas Georgia do Sul, em 1882.

O Segundo Congresso Internacional de Meteorologia ocorreu em abril de 1879, em Roma, cujo relatório final recomendou aos países que dessem apoio ao projeto de medições meteorológicas e magnéticas sincronizadas por diversas estações espalhadas tanto nas regiões do Polo Norte como na do Polo Sul. Foi também acordado o estabelecimento de uma comissão especial que deveria ter apoio total de seus governos para o estabelecimento dessas estações e a realização das medições de forma coordenada. Em face da escassez de tempo, essa comissão marcou sua primeira reunião para Hamburgo, em outubro de 1879, no Observatório Naval, o que deu prestígio a Neumayer, que era o seu diretor, desde 1876. Estavam presentes representantes de oito países: Alemanha, Áustria-Hungria, Dinamarca, França, Holanda, Noruega, Rússia e Suécia. Interessante notar a ausência nesse evento do Reino Unido e dos EUA (TAMMIKSAAR; SUKHOVA; LUDECKE, 2010).

Foi nesse evento que se oficializou a criação da Comissão Polar Internacional, sob a presidência de Neumayer. O objetivo desse primeiro encontro foi determinar o número e o local dos observatórios, os horários das observações, a duração, o número mínimo de observações, a uniformização de métodos e instrumentos, bem como a publicação dos resultados. Seguindo a proposta de Weyprecht, foi estabelecido um mínimo de oito estações circumpolares e medições durante um ano, a começar no outono de 1881. Foi nessa reunião, também, que o evento passou oficialmente a ser chamado de Ano Polar Internacional (API).

A Segunda Conferência Polar Internacional que ocorreu em Berna, em agosto de 1880, definiu que não seria possível começar já em 1881. O ano polar passaria a ser do outono de 1882 ao outono de 1883. Fruto da falta de apoio do seu próprio governo para o evento, Neumayer pediu demissão da presidência da comissão. Foi sucedido pelo russo Heinrich Wild (1833-1902), diretor do Observatório Central de Física de São Petersburgo, que organizou a Terceira Conferência Polar Internacional, em São Petersburgo, em agosto de 1881. Karl Weyprecht, um dos maiores responsáveis por todo esse projeto, morreu de tuberculose em março

de 1881. Nessa terceira conferência ficaram acertadas as oito estações (considerado o número mínimo para o sucesso do evento) a serem estabelecidas por sete países: Áustria, Dinamarca, EUA, Holanda, Noruega, Rússia e Suécia. O período do API ficou acertado para entre 1º de agosto de 1882 e 31 de agosto de 1883. Além das estações em terra, várias medições meteorológicas e magnéticas foram feitas ao redor do mundo, inclusive com a participação de navios das marinhas de guerra e mercante de vários países (TAMMIKSAAR; SUKHOVA; LUDECKE, 2010).

Ao final, ficou acordado que seriam 11 países, com o total de 12 estações no Ártico e duas no Hemisfério Sul⁵⁶. A Quarta Conferência Internacional reuniu-se em abril de 1884, em Viena, para discutir os primeiros resultados e acertar o formato de publicação dos mesmos. A quinta e última conferência ocorreu em Munique, em setembro de 1891 (TAMMIKSAAR; SUKHOVA; LUDECKE, 2010).

4.1.3 A Era Heroica e os territorialistas

No início do século XX, surgiu a primeira reivindicação formal de território na Antártica. O Reino Unido, em 1908, reivindicou uma área que chegava a incluir as Ilhas Malvinas (*Falklands*), causando imediato protesto do governo argentino. Nas décadas seguintes, a reivindicação foi alterada para o que permanece até hoje conhecido como o *British Antarctic Territory*, separado das *Falkland Islands Dependencies*⁵⁷. Em seguida, reivindicaram, formalmente, territórios na Antártica, a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; e a Noruega, em 1939. Interessante registrar que tanto a Austrália como a Nova Zelândia eram colônias britânicas na época da reivindicação, o que significava que 2/3 de todo o continente antártico foram reivindicados pelo Império Britânico (DAY, 2013).

⁵⁶ A Alemanha instalou uma de suas duas estações nas Ilhas Geórgia do Sul; e a França foi a responsável pela segunda estação subantártica, instalada no Cabo Horn, lat. aprox. de 55°S. Na região do Ártico foram: EUA e Rússia, com duas estações; Alemanha, Reino Unido, Suécia, Noruega, Dinamarca, Finlândia, Holanda e Áustria-Hungria, todas participaram com uma estação cada.

⁵⁷ O Reino Unido possui 14 *Overseas Territories*, incluindo o *British Antarctic Territory*. Informações sobre o BAT, incluindo o seu *Strategy 2014-2019*, estão disponíveis em: <https://www.gov.uk/government/world/organisations/british-antarctic-territory>. Acesso em: 10 dez. 2014.

Os primeiros anos daquele século também testemunharam a corrida para atingir o Polo Sul geográfico. Após diversas tentativas por parte de muitas expedições, sem sucesso, o mesmo foi alcançado em 14 de dezembro de 1911, pela expedição chefiada pelo norueguês Roald Amundsen (1872-1928). Os ingleses estavam na disputa, mas o Comandante Robert Scott (1868-1912), da *Royal Navy*, somente alcançou o Polo em 17 de janeiro de 1912. No regresso, sua expedição não conseguiu sobreviver às condições meteorológicas adversas. Todos pereceram pelo caminho. O Instituto de Pesquisas Polares da Universidade de Cambridge (*Scott Polar Research Institute*), fundado em 1920, e um dos mais renomados do mundo em pesquisas relacionadas aos polos, foi denominado em sua homenagem (HENRIQUES, 1984; SPRI, 2014).

Em 29 de novembro de 1929, o explorador norte-americano, oficial aviador da Marinha dos EUA, Richard Byrd conseguiu realizar o primeiro sobrevoo do Polo Sul. Tal evento teve grande repercussão na mídia internacional, em especial nos EUA. Segundo Day (2013, p. 252), “mais importante, após 90 anos de desinteresse norte-americano pela Antártica, ele colocou a Antártica em definitivo na agenda nacional dos EUA” (trad. nossa). A última expedição oficial norte-americana para a Antártica tinha ocorrido em 1840.

Incentivados pelo alemão Hugo Dominik (1872-1933), diretor do Observatório Marítimo de Hamburgo, em 10 de setembro de 1929, na Conferência dos Diretores dos Observatórios e Escritórios ligados à Organização Meteorológica Internacional, em Copenhague, na Dinamarca, diversos países acordaram na realização do Segundo Ano Polar Internacional, 50 anos após o primeiro. Grande ênfase foi dada na região do Ártico, mas estavam decididos a coletar informações de diversos pontos do planeta, inclusive da Antártica. A comissão internacional para o segundo API foi formada com a presidência do professor dinamarquês Dan la Cour (1867-1942), e que realizou sua primeira conferência de planejamento de 26 a 30 de agosto de 1930, na cidade de Leningrado, na URSS⁵⁸.

⁵⁸ Na primeira reunião de coordenação compareceram representantes dos seguintes países: Alemanha, Canadá, Dinamarca, EUA, Finlândia, França, Reino Unido, Holanda e Noruega e URSS.

O segundo API aconteceu de 1º de agosto de 1932 a 31 de agosto de 1933, escolhido por corresponder a um período de atividade solar mínima. Participaram 44 países, mas somente foram instaladas 27 estações na região do Ártico, por 14 países (12 europeus, incluindo a URSS, os EUA e o Canadá). As demais participações foram em termos de coleta e envio de dados meteorológicos e magnéticos⁵⁹. Devido à grave situação econômica dos países, com a recessão mundial após a quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em outubro de 1929, as estações que seriam instaladas em regiões subantárticas foram canceladas (LUDECKE; LAJUS, 2010).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) acabou por reduzir bastante as expedições para a Antártica, mas não impediu que em 1940 Argentina e Chile, que estavam neutros no conflito, viessem a formalizar seus interesses territoriais no continente. As respectivas áreas pretendidas possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todos considerando a importante Península Antártica como pertencendo a seus países (a maioria das estações científicas na Antártica está localizada na Península). Foi o início de um período de sérios problemas entre esses três países em relação a essas áreas no continente branco. A Argentina e o Chile não se entenderam quanto aos limites de suas respectivas áreas, mas ambos concordaram que o Reino Unido não deveria ter direito à região reivindicada, pois, segundo eles, a Península Antártica fazia parte geológica e geograficamente da América do Sul (a área reivindicada pelo Reino Unido abrangia toda a área argentina e boa parte da chilena).

Diversas reuniões ocorreram entre os três países para tentar evitar atritos, o que levou à assinatura de uma Declaração Conjunta em 1949, renovada anualmente até a entrada em vigor do Tratado. A declaração conjunta comprometia os três países a não enviar navios de guerra para região. Mas em fevereiro de 1952, um destacamento da Marinha argentina impediu a tiros que a tripulação do navio britânico "*John Biscoe*" se aproximasse de sua posição em terra, na Península

⁵⁹ Em levantamento realizado por Laursen (1951 *apud* ELZINGA, 2010, p. 229), os seguintes países contribuíram com mais de 50 volumes de dados ao final do Segundo API: Reino Unido, França, Alemanha, EUA e URSS. Da América do Sul, apenas o Brasil e o Chile contribuíram, e na faixa entre um e 10 volumes de dados.

Antártica. Esse incidente foi resolvido na esfera diplomática, mas a tensão gerada pelo evento contribuiu para acelerar as discussões sobre a necessidade de um regime jurídico que regulasse o relacionamento entre os países naquele continente (DAY, 2013).

Ainda durante a Segunda Guerra, cabe destacar a presença de navios alemães nas águas antárticas e subantárticas, utilizando muitas vezes as ilhas daquela região como refúgio e base de operação para atacar navios baleeiros de outros países. O objetivo era o óleo de baleia, que era utilizado para fabricação de glicerina, componente importante para a produção de explosivos. Os ingleses chegaram a realizar a Operação Tabarin, em 1943/44, oficialmente para combater esses navios alemães. Mas, na verdade, era para firmar presença naquela região, impedindo uma possível ação alemã para controlar o Estreito de Drake, em coordenação com a Argentina, então, neutra na guerra, mas com indícios de alinhamento com o regime nazista.

Argentina e Chile mostravam grande interesse pelo Sexto Continente. Os argentinos lá instalaram uma estação meteorológica, de ocupação permanente, já em 1904, na ilha Laurie, do arquipélago das Orcadas do Sul⁶⁰. O Chile veio a estabelecer sua primeira estação na Antártica em 1947, mas logo em 1948 teve a presença de seu Presidente Gabriel González Videla, que inaugurou a Base General Bernardo O'Higgins, sendo a primeira visita oficial de um Chefe de Estado à Antártica, numa demonstração de apoio do mais alto nível político do país sobre sua reivindicação territorial naquele continente (DAY, 2013).

4.1.4 O pós-Segunda Guerra: EUA e URSS na Antártica

Com a vitória na guerra, os norte-americanos e os soviéticos passaram a ser os dois atores mais importantes no sistema internacional e a posição deles em relação à Antártica passou a ser altamente relevante para o destino daquele continente. Os EUA, que até aquele momento não haviam se posicionado

⁶⁰ Os primeiros mapas oficiais onde aparece a região reivindicada pela Argentina no continente antártico foram publicados pelo Instituto Geográfico Militar em 1940 e no *Atlas Oficial de la Republica Argentina* de 1947 (FACCHIN, 2013).

claramente em relação a pretensões territoriais na Antártica⁶¹, realizaram a maior expedição já registrada para a região, até hoje. A operação *High Jump*, de agosto de 1946 a fevereiro de 1947, foi comandada pelo veterano de expedições polares, o Contra-Almirante Richard Byrd (1888-1957), e contou com 13 navios e cerca de 4,5 mil militares. Oficialmente, os norte-americanos desejavam apenas aumentar o conhecimento sobre a região, mas documentos revelados mais tarde mostraram que o maior interesse era em incrementar o adestramento em operações navais em áreas polares, pois havia grande preocupação com uma possível ação ofensiva soviética contra os EUA pelo Polo Norte (DAY, 2013).

Em 1954, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA estudou o tema do interesse norte-americano naquele continente e por meio do memorando NSC 5424/1⁶², de 16 de julho de 1954, reconheceu que:

Tem pouco ou nenhum valor econômico presente e apenas uma remota importância estratégica. No entanto, tem considerável importância imediata para fins científicos; nossa compreensão da estrutura física do planeta e sua atmosfera será bastante incrementada pelos dados obtidos na Antártica. Além disso, a Antártica pode ter outros valores potenciais não agora determináveis, que poderão vir a ser explorados com o aumento do conhecimento tecnológico em várias áreas de pesquisa e exploração científica.

No mesmo documento são estabelecidas as seguintes ações a serem empreendidas pelo governo dos EUA: a) o não reconhecimento de alguma das sete reivindicações territoriais já feitas na Antártica e a reafirmação do interesse norte-americano por todo o continente e não apenas por uma área específica; b) apoio às pesquisas científicas, expedições e estabelecimento de estações científicas permanentes para fins de pesquisa científica; c) busca de outros países para um acordo que respeitasse, mas sem reconhecer, o direito dos que já

⁶¹ Havia duas correntes opostas nos EUA. Uma era a do Almirante Byrd, que defendia a ideia de que os EUA tinham que reivindicar formalmente território; e outra a de que o país deveria assumir a corrente internacionalista, ou seja, a Antártica seria um bem de toda a humanidade, e não de um grupo reduzido de países (DAY, 2013).

⁶² “*It has little or no present economic value and only remote strategic significance. However, it has considerable immediate importance for scientific purposes; our understanding of the physical structure of the world and its atmosphere will be materially advanced by data obtainable only in Antarctica. Moreover, Antarctica may have other potential values not now determinable, so that its importance could conceivably increase greatly with additional knowledge and new technical developments*”. Memorando NSC 5424/1, de 16 de julho de 1954. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments/frus1952-54v01p2/d304>. Acesso em: 23 ago. 2014.

havia reivindicado território na Antártica, congelando *sine die* essas reivindicações; d) redução da instabilidade entre esses países em relação às suas respectivas áreas reivindicadas; e) liberdade total para pesquisas científicas na Antártica, incluindo a intensa troca dos resultados obtidos entre os países.

Nesse memorando, em seu item 6, ainda é possível perceber a intenção norte-americana de deixar a URSS, bem como seus aliados, fora da Antártica: “Caminhar na direção de uma solução do problema territorial da Antártica que venha a assegurar a manutenção do controle pelos Estados Unidos e outros Estados amigos e excluir nossos inimigos mais prováveis”⁶³ (trad. nossa, 1954). Segundo Dobransky (2014), o Secretário de Estado Foster Dulles era um dos mais preocupados com a possível presença soviética e de seus aliados naquele continente.

Em setembro de 1955, com a notícia de que os soviéticos enviariam uma expedição para a Antártica durante o AGI, o Conselho de Segurança Nacional dos EUA voltou a discutir o tema, vindo a propor o memorando NSC 5528, em janeiro de 1956, voltando a considerar a possibilidade de o país reivindicar formalmente determinada área na Antártica. Tal memorando não foi aprovado por Eisenhower, que decidiu manter o anteriormente previsto, mas determinou que o Departamento de Estado iniciasse entendimentos com os outros países com interesses na Antártica para estabelecer algum acordo para a governança do continente, segundo as premissas do memorando NSC 5424/1. Em especial, a Austrália estava preocupada com a presença soviética na Antártica, considerando a proximidade física de seu território e a possibilidade de serem lá instaladas bases com mísseis que pudessem atingir o país (DOBANSKY, 2014).

Após a Segunda Guerra, a URSS voltou a organizar uma expedição à Antártica (127 anos depois da última, ocorrida no início do século XIX), a *Slava Flotilla*, de 1946, em tese somente com interesses econômicos relacionados à caça da baleia. O posicionamento do país em relação ao continente era assegurar

⁶³ “Orderly progress toward a solution of the territorial problem of Antarctica which would ensure maintenance of control by United States and friendly powers and exclude our most probable enemies” (NSC 5424/1, 1954).

participação em qualquer fórum de discussão sobre o destino da Antártica, pois foram eles que primeiro chegaram efetivamente ao continente, em 1820, como já apresentado anteriormente neste trabalho. Em 7 de junho de 1950, o governo de Joseph Stalin⁶⁴ enviou memorando para todos os países territorialistas, exceto o Chile, com quem não possuía relações diplomáticas, e os EUA, ratificando essa posição. O documento considerava não apenas o fator do descobrimento, mas também o econômico e científico retomados com as expedições da *Slava Flotilla* (nas expedições da flotilha para a Antártica sempre embarcava um grupo de cientistas para, em paralelo com a caça às baleias, realizarem pesquisas no continente)⁶⁵.

A Guerra da Coreia (junho de 1950 a julho de 1953) acabou inviabilizando qualquer tratativa sobre a Antártica envolvendo a URSS, no início dos anos 1950. Mas com o fim do conflito coreano e com a morte de Stalin (março de 1953), a situação evoluiu no sentido de ser dada mais atenção às solicitações dos cientistas soviéticos que pleiteavam ampla participação do país no AGI (julho de 1957 a dezembro de 1958). A URSS, que já possuía pessoal com grande experiência em operações no Ártico, delas participou ativamente com a construção de duas grandes estações científicas e outras cinco de apoio. Uma foi instalada em fevereiro de 1956, a estação *Mirny* (no litoral e dentro da área reivindicada pela Austrália) e outra em dezembro de 1957, a estação *Vostok*, localizada bem próxima do Polo Sul magnético (numa altitude de 3.719 m, a 1.410 km da estação *Mirny*)⁶⁶. Os resultados alcançados pelos soviéticos durante o AGI elevaram ainda mais o prestígio internacional do país, sendo os principais líderes das expedições à Antártica recebidos como heróis em Moscou (GAN, 2010).

⁶⁴ Secretário-Geral do partido comunista soviético de abril de 1922 a outubro de 1952. Após a morte de Stalin, Nikita Krushev (1894-1971) tornou-se o homem forte da URSS, permanecendo no poder até 1964.

⁶⁵ Uma detalhada descrição da história da *Slava Flotilla* pode ser encontrada em Gan (2013, p. 130-146).

⁶⁶ Os soviéticos, numa expedição chefiada por Yevgeny Tolstikov (1913-1987), com 18 homens apoiados por tratores, ainda conseguiam alcançar o chamado Polo da Inacessibilidade (ponto no continente mais distante de qualquer ponto no litoral), a 3.725 m de altitude, na lat. 82°07'S long. 055°02'E, em 14 de dezembro de 1958, onde construíram e operaram uma estação científica até 26 de dezembro, bem próximo do final do AGI, em 31 de dezembro de 1958. Na estação foi instalado um busto de Vladimir Lenin (1870-1924), herói da Revolução Bolchevique de 1917 (GAN, 2010).

4.1.5 O Ano Geofísico Internacional

Segundo Dodds, Gan e Howkins (2010), o AGI teve sua gênese em 1950, com a denominação de Terceiro Ano Polar Internacional, ainda somente dentro do âmbito científico, voltado para pesquisas polares. A primeira conferência específica para tratar sobre o que seria realizado na Antártica ocorreu em Paris, de 6 a 10 de julho de 1955, seguida de outras três⁶⁷. O período de julho de 1957 a dezembro de 1958 foi o escolhido, por ser de atividade solar máxima, em oposição ao Segundo Ano Polar Internacional, de 1932/33, quando a atividade solar foi mínima. Em 1953, os principais países que lideravam a organização do evento resolveram ampliar o escopo para pesquisar em várias partes do planeta, e não apenas nos polos, alterando a denominação para Ano Geofísico Internacional. É relevante lembrar que, na época, também ocorria a “corrida espacial”, incluída nos eventos do AGI, que culminou com o lançamento do satélite *Sputnik* pela URSS, em 04 de outubro de 1957, tendo os norte-americanos lançado o *Explorer I* somente em 31 de janeiro de 1958. O AGI envolveu 67 países e milhares de cientistas de todo o planeta, que também realizaram pesquisas em áreas fora das regiões polares, como foi o caso das realizadas pelo Brasil⁶⁸.

Com o apoio do Presidente Dwight Eisenhower⁶⁹, após o memorando assinado em 1954⁷⁰, o Departamento de Defesa ficou responsável por todo o apoio logístico às expedições *Deep Freeze I* (1955-56 - U.S. DEPARTMENT OF STATE, 2014) e *Deep Freeze II* (1956-57 - U.S. DEPARTMENT OF STATE,

⁶⁷ Nessa primeira conferência de Paris foram acertadas a localização de algumas estações, inclusive a definição de que os EUA ficariam com a estação no Polo Sul geográfico e a URSS a no Polo Sul magnético e no Polo da Inacessibilidade. De 8 a 14 de setembro de 1955 em Bruxelas, Bélgica; 30 de julho a 4 de agosto de 1956 e de 13 a 15 de junho de 1957 ambas também em Paris (DODDS; GAN; HOWKINS, 2010).

⁶⁸ Somente na Antártica foram instaladas 37 estações científicas de 11 países (dos 12 que assinaram o Tratado em 1959, apenas a África do Sul não possuía estações no continente, tendo operado três estações durante o AGI, mas em ilhas subantárticas). Reino Unido (9), EUA (7) e URSS (7) foram os que estabeleceram o maior número de estações no continente antártico durante o AGI. No verão austral de 1957/58 cerca de 5.000 pessoas estavam na Antártica, caindo para 900 no inverno (ELZINGA, 2010, p. 261).

⁶⁹ Presidente dos EUA, pelo Partido Republicano, de janeiro de 1953 a janeiro de 1961.

⁷⁰ Os EUA assumiram a postura de não reivindicar territórios naquele momento, mas podendo reivindicar quando julgasse conveniente para seus interesses. O país também não reconheceu alguma das reivindicações territoriais anteriores (DAY, 2013).

2014). Em fevereiro de 1956 foi inaugurada a estação científica de McMurdo, até hoje a maior estação na Antártica, chegando a alojar nos momentos de pico do verão até 1.300 pessoas entre pesquisadores e militares de apoio (a título de comparação, o projeto da nova estação científica brasileira terá a capacidade para alojar no máximo 60 pessoas)⁷¹. Na segunda expedição, em novembro de 1956, os norte-americanos construíram a estação científica de *Amundsen-Scott*, permanente e localizada exatamente no Polo Sul geográfico.

Em 2 de maio de 1958, a fim de estabelecer um regime jurídico único para o Sexto Continente e temendo algumas iniciativas de internacionalização da Antártica (o continente passaria a ser um bem de toda a humanidade)⁷², o Presidente norte-americano convidou outros 11 países, incluindo a URSS, para participar de uma conferência.

Antes mesmo de se chegar a qualquer acordo sobre a governança do continente, os diversos países que já faziam pesquisas científicas na Antártica decidiram criar um órgão para coordenar essas atividades após o término do AGI. Assim, durante a reunião específica sobre a Antártica, a *International Council of Scientific Unions*, ocorrida em Estocolmo, Suécia, de 9 a 11 de setembro de 1957, foi criado o *Scientific Committee on Antarctic Research* (SCAR). E de 3 a 6 de fevereiro de 1958 ocorreu sua primeira reunião em Haia, na Holanda, quando foram estabelecidos os três primeiros grupos de trabalho e eleita sua primeira diretoria,

⁷¹ Mais informações sobre as estações científicas norte-americanas na Antártica disponível no sítio do Programa Antártico dos EUA em: <http://www.usap.gov/>. Acesso em: 15 ago. 2014.

⁷² A Índia, liderada por seu Primeiro Ministro Jawaharlal Nehru (1889-1964), tentava inserir o tema da internacionalização da Antártica na Assembleia das Nações Unidas. Em 19 de fevereiro de 1956, seu Embaixador junto à ONU requereu a inclusão do tema na agenda da próxima Assembleia Geral que ocorreria em novembro. O tema foi retirado pela Índia pouco antes da Assembleia, alegando que outros assuntos mais urgentes, como a crise do Canal de Suez e a forte repressão soviética aos levantes ocorridos na Hungria, seriam temas prioritários. A Índia fez nova tentativa de inserir a “Questão da Antártica” em julho de 1958, após o convite do Presidente Eisenhower somente para um grupo seletivo de países. A forte oposição à proposta indiana de internacionalização, por parte de países como Argentina e Chile, enfraqueceu a posição de Nehru na ONU, levando-o a desistir da proposta. Mais informações sobre a história do interesse indiano na Antártica podem ser encontradas no artigo “*India and Antarctica: Towards post-colonial engagement?*” de Sanjay Chaturvedi (2013).

tendo à frente como presidente o cartógrafo francês Georges Laclavère (1906-1994)⁷³.

A conferência na capital norte-americana teve início em 15 de outubro de 1959, após dezenas de reuniões preparatórias conduzidas sigilosamente em Washington, D.C., sob a coordenação do Embaixador Paul C. Daniels (1903-1986), que também presidiria a reunião final. Daniels, segundo Ferreira (2009, p. 45), “não era um especialista no tema, mas tinha experiência na América do Sul e conhecia bem a disputa entre Reino Unido, Argentina e Chile”. Argentina, Austrália e Chile eram os países que mais defendiam a questão territorialista nas reuniões, ponto que sofreu grandes pressões dos soviéticos que desejavam um regime o mais aberto possível às outras nações. A preocupação norte-americana em não ocorrer uma “invasão” na Antártica de países do bloco soviético levou a um acordo intermediário, em que se tornou possível o acesso a outros países, mas desde que realizassem efetiva pesquisa científica no continente, ratificado pelos demais 12 membros do tratado. O Tratado da Antártica foi assinado por 12 países, em 1º de dezembro de 1959, e entrou efetivamente em vigor em 23 de junho de 1961, após a ratificação pelos respectivos parlamentos desses países⁷⁴.

O Tratado da Antártica é composto de 14 artigos, destacando-se: o uso da Antártica para fins pacíficos, sendo proibido qualquer teste de armas, instalação de bases militares ou a realização de exercícios militares, incluindo testes de armamento de qualquer natureza; a presença de militares e materiais de caráter militar permitida apenas em benefício à pesquisa científica ou para qualquer outro propósito pacífico; a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações

⁷³ O general Laclavère foi presidente do SCAR até 1963. Os 12 membros do SCAR permaneceram os mesmos até a entrada da República Federal da Alemanha e da Polônia na XV Reunião do SCAR, de maio de 1978. Dados sobre o histórico do SCAR disponível em: <http://www.scar.org/>. Acesso em: 10 jun. 2014.

⁷⁴ Países que assinaram o Tratado e que reivindicaram território antes da Conferência de Washington (1959): Argentina, Austrália, Chile, França, Noruega, Nova Zelândia e Reino Unido. Países que assinaram e não reivindicaram território antes do tratado: África do Sul, Bélgica, Estados Unidos da América, Japão e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. O Reino Unido foi o primeiro a ratificar, em 31 de maio de 1960; os governos da Austrália, Argentina e Chile foram os últimos entre os 12 países a ratificar o Tratado, em 23 de junho de 1961 (DAY, 2013, p. 494).

territoriais anteriores ao Tratado (não foram reconhecidas, mas não deixaram de existir).

Esse instrumento jurídico foi aplicado ao sul do paralelo 60°S, sendo mantidas e respeitadas as normas do direito marítimo estabelecidas. Em princípio, as partes contratantes tinham jurisdição sobre seus nacionais dentro da área de abrangência do regime, embora fosse prevista a possibilidade de se o fato jurídico ocorresse no interior de uma área reivindicada por um terceiro país, se este desejasse, a questão teria que ser resolvida bilateralmente entre os países. Os quatro idiomas oficiais do Tratado são o inglês, o espanhol, o francês e o russo. Segundo Ferreira (2009, p. 46-47):

É um primor da chamada “ambiguidade criativa”, especialmente o artigo IV [...] que suspende o litigioso territorial antártico indefinidamente [...] Tãmanha ambiguidade gerou críticas ao longo dos anos: o Tratado seria uma não solução à questão territorial, contém dispositivos ambíguos e pontos importantes em aberto (como o tema da jurisdição, por exemplo) e não prevê providências para a exploração de recursos naturais [...] A possibilidade de exploração de recursos naturais estava presente nas mentes de todos na conferência, mas qualquer referência a esse tema levantaria novamente o imbróglho territorial [...] Apesar de estar longe de ser um instrumento jurídico perfeito, o Tratado provou sua efetividade e legitimidade ao longo de seus 50 anos de existência, como mecanismo adequado para abrigar uma série de regimes mais específicos sobre diferente temas.

O Tratado, como estabelecido em seu artigo XIII, estava aberto à adesão, mas na prática havia uma distinção entre os países. Os 12 que assinaram em 1959 eram considerados “países originalmente signatários”, enquanto que aqueles que aderiram e comprovaram ter realizado “substancial pesquisa científica” passaram a ser considerados “partes consultivas”, igualmente com poder de voto e veto no regime. A diferença, em tese, é que estes podiam perder seu *status* caso deixassem de realizar as substanciais pesquisas, o que nunca na prática ocorreu. A terceira categoria de países refere-se àqueles que aderiram, mas não foram formalmente reconhecidos pelos demais como tendo realizado “substancial pesquisa científica”.

4.2 Do Tratado de 1959 à Reunião Consultiva do Tratado da Antártica (ATCM) de 1983

Antes mesmo da ratificação por todos os 12 países, a Polônia já aderiu ao Tratado em junho de 1961. Não foi instituído qualquer órgão permanente⁷⁵, mas o Tratado previa que ocorressem reuniões regulares entre as partes contratantes, em que as decisões eram tomadas por consenso. A primeira reunião dos membros do Tratado, as *Antarctic Treaty Consultative Meetings* (ATCMs), ocorreu de 10 a 24 de julho de 1961, em Canberra, na Austrália. A partir de então, passou a acontecer a cada dois anos até 1994, quando a frequência passou a ser anual⁷⁶.

Começando essa parte do cap. 4 com os primeiros anos do Tratado em vigor e os poucos avanços nos anos 1960, prossegue-se com o aumento das discussões sobre exploração mineral e o início das preocupações com a preservação ambiental dos anos 1970. As discussões sobre exploração mineral levaram ao início da nova corrida para a Antártica dos anos 1980, prevendo uma possível revisão do Tratado em 1991, que acabou não ocorrendo, mas dando lugar ao Protocolo Ambiental ou Protocolo de Madri, marco importante da governança antártica, pois regulamentou a proibição da exploração mineral no continente, o que não tinha sido previsto no Tratado de 1959.

O objetivo desta parte é apresentar os aspectos mais relevantes da governança do continente antártico, desde seu início, com o Tratado de 1959, até a aceitação do Brasil como membro consultivo da ATCM XII, de setembro de 1983, ocorrida em Canberra, na Austrália.

⁷⁵ A criação da Secretaria Permanente do Tratado da Antártica foi decidida na ATCM XXIV, de 2001, e passou a funcionar em Buenos Aires, Argentina, a partir de 2004.

⁷⁶ Nas reuniões, apenas os membros consultivos têm direito a voto. Aqueles países que apenas aderiram podem participar das reuniões, mas como observadores. Até 1995, as decisões tomadas nas ATCMs eram chamadas de “Recomendações”, somente entrando em vigor após a ratificação de todas as partes. Desde 1995, as normas das ATCMs passaram a ser divididas em: “Medidas”, que necessitam da ratificação dos países-membros; “decisões”, referentes a assuntos internos, e entram em vigor imediatamente após a respectiva ATCM; e “resoluções”, que são textos exortativos sem efeito juridicamente vinculante. Os dados sobre todas as reuniões dos membros do Tratado, bem como os respectivos documentos, como as resoluções, medidas, etc. estão disponíveis em: http://www.ats.aq/index_e.htm. Acesso em: 10 mai. 2014.

4.2.1 Poucos avanços nos anos 1960

A adesão polonesa ao Tratado não veio automaticamente com a mudança para a condição de membro consultivo, pois dependia da instalação de sua estação científica no continente, o que só veio a ocorrer em 1977, com a inauguração da estação de *Arctowski*⁷⁷, localizada na ilha Rei George, Baía do Almirantado, onde em 1984 seria também instalada a estação brasileira. A Polônia foi o primeiro país a ser elevado à categoria de membro consultivo, após os 12 membros que celebraram o Tratado em 1959.

A adesão polonesa foi seguida pela Tchecoslováquia, em 1962, outro país aliado da URSS, como o era também a Polônia; e a da Holanda, em 1967, um país pertencente à Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) liderada pelos EUA. O primeiro, já como República Tcheca, somente veio a se tornar membro consultivo em 2014, enquanto que a Holanda, em 1990, um ano antes da reunião que celebraria o Protocolo de Madri.

Outro evento que marcou o início da governança antártica sob o guarda-chuva do Tratado foi a instalação da planta nuclear de média potência para geração de energia, modelo PM-3A, na estação norte-americana de *McMurdo*. O Congresso dos EUA autorizou a instalação em agosto de 1960, após as explicações do governo. Este alegou os grandes volumes de óleo combustível necessários para operação das plantas diesel elétricas de geração de energia, não apenas para o aquecimento dos ambientes, como para o equipamento de dessalinização da água, outra questão importante no continente. As partes do reator foram transportadas de navio e o mesmo iniciou o fornecimento de energia em julho de 1962. A planta que possuía expectativa de operação ininterrupta por 20 anos foi totalmente desativada em 1972, após diversos casos de vazamento de radiação fora dos níveis aceitáveis, bem como contaminação da água usada no processo e baixa confiabilidade do sistema como um todo, considerando os inúmeros casos

⁷⁷ O nome foi dado em homenagem ao pesquisador polonês (cursou Geologia e Química na Bélgica e na França) Henryk Arctowski (1871-1958), que fez parte da expedição do belga Adrian Gerlache de 1897 a 1899, a primeira a passar um inverno inteiro na Antártica. Dados sobre a biografia de Arctowski e sobre a estação polonesa disponíveis em: <http://sunsite.icm.edu.pl/dab/>. Acesso em: 28 nov. 2014.

de desligamento para manutenções corretivas do sistema. Por força do Tratado, todo o material da planta, inclusive o chamado “lixo atômico”, foi levado para o continente norte-americano, numa operação que durou até 1979, em razão do volume ser retirado somente durante os períodos de verão austral (REID, 2014).

O início do turismo de forma regular no continente surgiu a partir de 1966. Os primeiros casos registrados ocorreram na década de 1950, quando uma empresa chilena levou 66 turistas para sobrevoar a península antártica, em dezembro de 1956, bem como outra empresa argentina, que levou cerca de 100 turistas, de navio, para conhecer a península e algumas ilhas subantárticas, no verão de 1957/58 (DAY, 2013). Mesmo com essas primeiras viagens de turistas ao continente, o tema não foi inserido no texto do Tratado de 1959, cuja palavra “turismo” não aparece em qualquer dos 14 artigos. Mas os números nas décadas de 1960 e 1970 giravam em torno de 1.000 turistas por ano no continente, o que pode ser considerado baixo, levando-se em conta as dimensões deste. A primeira ATCM em que o tema entrou na pauta de discussões foi a ATCM IV, ocorrida em Santiago, Chile, de 3 a 18 de novembro de 1966. Nessa reunião foi acordada a Resolução ATCM IV-27 (*Regulation of Antarctic Tourism*). Nessa resolução, os países de onde saíam os turistas para a Antártica se comprometiam a enviar os dados dessas viagens para os países cujas estações científicas estivessem no programa da viagem em questão.⁷⁸

Na década de 1960 também surgiu o embrião do que seria outra organização que possui importante papel na governança antártica, que é o *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP, 2014). Na reunião do SCAR de 1960 foi criado um grupo de trabalho especificamente para coordenar os aspectos logísticos dos 12 programas antárticos. O primeiro simpósio específico sobre logística dos programas antárticos ocorreu no Colorado, EUA, em 1962. Outros grupos de trabalho viriam a ser criados no âmbito do SCAR, como o de telecomunicações e o de transporte aéreo, e que no futuro viriam a fazer parte do

⁷⁸ O turismo na Antártica atingiu níveis considerados preocupantes pelos Estados-membros a partir do início do século XXI. No verão de 2000 a 2001 foram cerca de 12 mil e no verão de 2007 a 2008 chegou a 40 mil. Em 1991 foi criada a *International Association of Antarctic Tour Operators* (IAATO) por sete empresas de turismo que operavam na Antártica. Em 2010 chegaram a 100 empresas de 14 países operando passeios para aquele continente (BRADY, 2013, p. 220-241;).

COMNAP. Em 1968, houve a segunda reunião somente dos operadores logísticos, em Paris, França. Com o aumento do interesse pelo continente a partir do final da década de 1970, os países concluíram pela necessidade de se instituir um órgão específico e permanente, com reuniões regulares, para tratar da coordenação dos aspectos logísticos dos programas antárticos. Em 15 de setembro de 1988, já com 22 programas antárticos⁷⁹, foi realizada a primeira conferência do COMNAP, em Hobart, na Austrália. Seu primeiro presidente foi o inglês David Drewry, chefe do programa antártico do Reino Unido, que permaneceu na função de 1988 até 1991 (WRATT, 2013).⁸⁰

4.2.2 Exploração vs. conservação

De acordo com Ferreira (2009, p. 61), “a questão ambiental é uma constante nas ATCMs e não há tema com maior grau de consenso entre as partes consultivas”. O mesmo autor concluiu, após levantar 377 recomendações, medidas, decisões e resoluções entre 1961 e 2008, que foram 124 instrumentos adotados pelas ATCMs (32,89%) relacionados a questões ambientais. E que:

Tal predomínio não é fruto da ascensão de questões ambientais ao topo da agenda internacional nas últimas décadas [...] ocorre desde o início das ATCMs. Quase metade das normas referentes a questões ambientais (53 de 124, 42%) foi adotada nas décadas de 60 e 70 [...] A predominância de normas relacionadas a temas ambientais desde os anos 60 se deve à adoção, em 1964, da Recomendação III-8, denominada *Agreed measures for the Conservation of Antarctic Fauna and Flora* [que] declararam a Antártica uma “Área de Conservação Especial” e criaram regimes específicos para áreas e espécies protegidas (FERREIRA, 2009, p. 61-62).

Mas o interesse econômico pela Antártica não estava esquecido. A primeira ATCM em que o tema da prospecção mineral na Antártica foi oficialmente incluído

⁷⁹ África do Sul, Alemanha, Argentina, Austrália, Brasil, Chile, China, Coreia do Sul, Espanha, E VERBITSKY, 2013) UA, Finlândia, França, Índia, Itália, Japão, Nova Zelândia, Noruega, Polônia, Reino Unido, Suécia, Uruguai, URSS (WRATT, 2013, p. 17).

⁸⁰ O *Council of Managers of National Antarctic Programs* (COMNAP), cujos membros se reúnem anualmente, possui um sítio na internet em que podem ser encontrados mais detalhes sobre seu histórico, documentos relativos às reuniões já ocorridas, nomes dos representantes de cada país na organização, informações sobre as estações científicas, etc. Desde sua criação, em 1988, a Marinha do Brasil indica o representante do país no COMNAP. Disponível em: <https://www.comnap.aq/SitePages/Home.aspx>. Acesso em: 10 dez. 2014.

em ata foi a VII, ocorrida em Wellington, Nova Zelândia, de 30 de outubro a 10 de novembro de 1972. A Nova Zelândia já queria inserir o tema na agenda da ATCM VI, realizada de 19 a 31 de outubro de 1970 em Tóquio, no Japão, mas a Argentina e a Austrália foram contrárias, alegando a difícil questão da soberania envolvendo os países territorialistas e os internacionalistas do Tratado. Apenas o Japão, que era o anfitrião da ATCM VI, mostrou-se favorável à inclusão já naquela reunião. Na reunião de Wellington, em 1972, o assunto entrou na ata final como a recomendação ATCM VII-6 - “*Study and discussion of the exploitation of Antarctic mineral resources*” -, mas nenhum acordo foi alcançado, postergando-se a discussão para a próxima ATCM.

Sobre a reunião de 1972, assim resume Henriques (1984, p. 56):

Apareceu de maneira tímida a questão da exploração econômica da Antártica. O assunto será, com certeza, o calcanhar de Aquiles do Tratado. Será um milagre se houver acordo entre os membros quando começar a corrida pelas riquezas minerais da área. Como não há um só exemplo histórico de uma competição econômica pacífica em escala muito menor, que acontecerá na extensão continental da Antártica onde a economia vem entrelaçada com a segurança e todas as suas maléficas implicações?

A crise do petróleo de 1973, bem como os indícios de gás e petróleo descobertos nos levantamentos realizados pelo navio “*Glomar Challenger*” e pela *British Petroleum* ao sul das Ilhas Malvinas levantou ainda mais o interesse pela discussão do tema, que fez parte das atas finais das ATCMs seguintes, até que resultou na *Convention on the Regulation of Antarctic Mineral Resource Activities* (CRAMRA), assinada em Wellington, Nova Zelândia, em 1988. Fruto da grande pressão internacional pela preservação ambiental⁸¹, a CRAMRA acabou não entrando em vigor, pois nem todos os Estados-membros a ratificaram, liderados pelos governos da Austrália e da França, que mudaram suas posições após a

⁸¹ Em 28 de janeiro de 1989, o navio da Marinha argentina ARA “Bahia Paraiso” encalhou nas proximidades da estação científica norte-americana de Palmer, na Península Antártica, causando sério vazamento de óleo e a perda do navio. Em 24 de março do mesmo ano, o supertanque Exxon Valdez também encalhou no litoral do Alasca. Na época, o caso do Valdez foi o maior vazamento de óleo da história, com cerca de 40 milhões de litros de óleo cru derramados no mar, bem próximo de terra. Os prejuízos ambientais atingiram a faixa dos bilhões de dólares. Os dois casos coincidiram com a época em que a CRAMRA estava sendo debatida dentro nos respectivos parlamentos dos países membros do Tratado, o que veio a reforçar a posição dos ambientalistas contrários à Convenção (DAY, 2013).

Conferência de Wellington. O tema da possibilidade de exploração mineral somente seria tratado, e aprovado, no Protocolo de Madri em outubro de 1991, que entrou em vigor em 1998⁸². Nele, qualquer exploração mineral para fins comerciais estava proibida no continente antártico até 2048, quando o assunto poderia voltar a ser discutido no âmbito da ATCM, podendo uma maioria simples mudar o referido *status*. Até lá, somente com a concordância unânime pelas partes consultivas (DAY, 2013).

O ano de 1972 também trouxe a primeira convenção de caráter preservacionista, a *Convention on the Conservation of Antarctic Seals* (CCAS), assinada em Londres no dia 1º de junho. Tinha por objetivo a proteção de diversas espécies de focas, após décadas de caça indiscriminada por diversos países. Entrou em vigor em 1978⁸³.

Em maio de 1980, em conferência realizada em Canberra, na Austrália, foi aprovada a *Convention on the Conservation of Antarctic Marine Living Resources* (CCAMLR), uma convenção mais ampla do que a CCAS, pois abrangia a preservação de outras espécies, como foi o caso do *krill*. O tema entrou oficialmente em ata na ATCM de 1975, em Oslo, na Noruega, quando surgiu a Recomendação VII-10: “*Protection and study of Antarctic marine living resources*”. As negociações prosseguiram em Reuniões Consultivas Especiais de 1978 a 1980, entrando em vigor em 1982⁸⁴.

Dos primeiros exploradores, passando pelos caçadores de foca até chegar aos cientistas, a Antártica foi sendo lentamente descoberta e parcialmente ocupada pelas nações ao longo dos séculos XIX e XX, até chegar o momento em que um acordo jurídico estabelecesse as regras de governança daquele continente. Mas,

⁸² Segundo Villa (2004, p. 147), “a proposta franco-australiana, referendada pelo Protocolo [...] mostra a influência que tiveram os atores transnacionais ambientalistas - caso do Greenpeace - e de interestatais - caso da Assembléia-Geral da ONU e do Parlamento Europeu.”

⁸³ Também junho, de 5 a 16, em Estocolmo, na Suécia, ocorreu a primeira grande conferência sobre o meio ambiente, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano. Cópia da declaração final disponível em: <http://www.un-documents.net/aconf48-14r1.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2014.

⁸⁴ Mais informações sobre a Convenção disponíveis em: <https://www.ccamlr.org/en/organisation/about-ccamlr>. Acesso em: 03 dez. 2014.

e o Brasil? O sétimo país mais próximo da Antártica e, por isso, altamente influenciado pelas frentes frias e correntes frias que de lá partem, não estava interessado? É em busca desse registro histórico que tratará a terceira parte deste capítulo, desde a primeira expedição em áreas subantárticas no século XIX até o início da Operação Antártica (OPERANTAR) XXXIII, em outubro de 2014.

4.3 O Brasil e a Antártica

Não há registros encontrados nesta pesquisa de qualquer interesse oficial ou comercial brasileiro no continente antártico no século XIX, lembrando que foi o século da Independência de Portugal (1822), da Guerra do Paraguai (1865-1870) e da Proclamação da República (1889). Entretanto, muitos autores, como Therezinha de Castro (1976), Aristides Coelho (1983), entre outros, consideram a expedição científica a Punta Arenas, no Chile, em 1882, chefiada pelo então Capitão-de-Fragata Saldanha da Gama e pelo diretor do Observatório Astronômico Imperial Dr. Luiz Cruls⁸⁵, como um fato relevante, por ter ocorrido em região subantártica, bem próxima de onde franceses e alemães participavam do Primeiro API (1882-1883) (MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS – MAST, 2007). Esta será a primeira parte desta seção.

Em seguida, serão vistos o período do AGI (1957-1958) e a reação do Brasil por não ter sido convidado para participar da Conferência de Washington de 1959. A terceira parte trará algumas considerações sobre a presença dos primeiros cientistas e militares brasileiros no Sexto Continente, na década de 1960. A década de 1970 é a quarta parte desta seção, relatando os esforços de alguns setores pela presença brasileira na Antártica e a adesão ao Tratado em 1975. A quinta parte aborda a primeira expedição e a elevação do *status* do Brasil a membro consultivo. A sexta e última parte faz uma síntese dos 30 anos de presença ininterrupta brasileira naquele continente, de 1984 a 2014.

⁸⁵ Louis Ferdinand Cruls (1848-1908), belga, engenheiro civil e militar, chegou ao Brasil em 1874 e na segunda metade da década de 1870 entrou para o Observatório Astronômico Imperial. Após naturalizar-se brasileiro e mudar seu nome para Luiz Cruls, assumiu interinamente o cargo de diretor do Observatório em 1881 e em definitivo em 1884. Cruls ficou ainda mais conhecido por seu levantamento de onde deveria ficar a futura capital do Brasil, no planalto central, como previsto na Constituição de 1891, em expedições realizadas na década de 1890. Em 1882, Cruls foi agraciado com o prêmio Valz da Academia de Ciências de Paris (MAST, 2007).

4.3.1 Da expedição de Saldanha da Gama ao Ano Geofísico Internacional

Nas memórias que escreveu sobre seu sogro, o Barão de Teffé⁸⁶, Tetra de Teffé, assim descreve o evento da passagem de Vênus pelo disco solar:

Aproximava-se a época da passagem de Vênus pelo disco solar, que se daria a 6 de dezembro de 1882. A Academia de Ciências de Paris, pouco satisfeita com os resultados colhidos em 1874, envidou todos os esforços para não deixar escapar a única ocasião propícia de corrigir ou confirmar a exatidão da paralaxe do sol, calculada pelos dados obtidos naquele ano. [...] Para a observação de 1882 foi o Brasil distinguido com um convite da França. O Governo Imperial dispoñdo apenas dos três astrônomos do Observatório do Castelo, e necessitando concorrer com duas estações, uma na Patagônia e outra nas Antilhas, viu-se repentinamente em situação embaraçosa (TEFFÉ, 1977, p. 306).

O Almirante Hoonholtz, Barão de Teffé, chefe da Repartição Hidrográfica, não concordava em ter que organizar essas duas expedições, considerando os poucos meios navais disponíveis na Marinha Imperial, bem como outras prioridades para emprego desses navios aqui mesmo no Brasil. Mas D. Pedro II reiterou a importância de o país atender ao convite e Teffé cumpriu a determinação do Imperador. Ficou acertado que a comissão científica para o Caribe, na ilha de Saint Thomas, ficaria a cargo de Teffé e a de Punta Arenas com o Dr. Cruls, diretor do Observatório Astronômico Imperial (TEFFÉ, 1977).

Mas as duas casas do parlamento brasileiro negaram o pedido de recursos para as ditas comissões. Nas palavras do relator do orçamento, o Senador Ribeiro da Luz: “os nossos caipiras de São Paulo e Minas não compreenderão gastos supérfluos com observações astronômicas de que nada entendem” (TEFFÉ, 1977, p. 307). Diante de tal fato, o próprio D. Pedro II assumiu a responsabilidade e disponibilizou, de seus próprios recursos, além de outras doações, a quantia necessária para as duas comissões. As observações de Teffé nas Antilhas foram

⁸⁶ Antônio Luiz Von Hoonholtz (1837-1931) formou-se na Academia de Marinha em 1854 e se aperfeiçoou em hidrografia. Participou da Guerra do Paraguai, incluindo a Batalha Naval do Riachuelo (1865), onde comandou a canhoneira Araguari. Foi o chefe da comissão de demarcação da fronteira entre o Brasil e o Peru, que lhe rendeu o título de Barão de Teffé. Foi o primeiro diretor da chamada “Repartição Hidrográfica” criada em 1876 até 1889. Passou 20 anos na Europa em diversas representações diplomáticas. Foi senador pelo estado do Amazonas de 1913 a 1915, sua última função pública. Teffé é considerado um segundo patrono da hidrografia brasileira, tamanha foi sua contribuição (ADRIÃO; MARTINS, 2014).

um grande sucesso, resultando na seguinte reação por parte do Imperador: “que com as duas mãos apertou fortemente a mão do súdito; e numa eloquentíssima prova de distinção e aplauso, disse expressivo: Teffé, a pátria lhe agradecerá” (TEFFÉ, 1977, p. 313).

O Governo Imperial decidiu que a comissão científica chefiada pelo Dr. Luiz Cruls fosse transportada para Punta Arenas, na Patagônia chilena, pela Marinha, a bordo da corveta “*Parnahyba*” - navio de propulsão mista a vapor e a vela -, comandada pelo então Capitão-de-Fragata Luiz Phillipe de Saldanha da Gama (1846-1895). Do meio civil, além do Dr. Cruls, também estava a bordo o Sr. Moreira de Assis, mecânico, “chefe das oficinas do mesmo Observatório” (GAMA, 1936, p. 4).

O comandante do navio designou dois oficiais para acompanhar as observações do Dr. Cruls durante a viagem, pois o pouco espaço a bordo impedia que viajassem muitos civis para compor a expedição. Uma das preocupações de Saldanha foi providenciar roupas adequadas para sua tripulação, considerando o frio da região da Patagônia, o que demonstra o quão despreparada era a Marinha para operações em áreas de frio mais intenso⁸⁷. Outra medida tomada antes da saída do Rio de Janeiro foi assegurar que os possíveis portos de apoio no litoral argentino estivessem avisados da expedição brasileira. Saldanha, em seu diário, ressalta a importância do representante brasileiro em Buenos Aires, o Barão de Araújo Gondim, nessa coordenação com os argentinos⁸⁸.

O navio suspendeu do porto do Rio de Janeiro no dia 26 de outubro de 1882, tendo a presença a bordo do Imperador Pedro II, desde as 10h da manhã daquele dia até a saída efetiva do navio para a viagem às 16h, o que reforça o compromisso do Imperador brasileiro com o evento em questão. Era, então,

⁸⁷ Antes da viagem do “*Parnahyba*” à Punta Arenas, há o registro de apenas duas viagens de navios da Marinha brasileira que também aportaram naquele porto chileno e cruzaram o Estreito de Magalhães, uma em 1876 e outra em 1879 (primeira viagem de circunavegação de um navio brasileiro). As duas viagens de instrução de guardas-marinha foram feitas pela corveta “Vital de Oliveira” (SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA - SDM, 2001).

⁸⁸ Argentinos e chilenos, que posteriormente mostrariam grande interesse na Antártica, inclusive com suas reivindicações formais de território (1940), não participaram com expedições científicas no Primeiro Ano Polar Internacional.

Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Marinha o Senador João Florentino Meira de Vasconcelos (julho de 1882 a maio de 1883) (GAMA, 1936).

Sua primeira parada foi o porto de Montevideo, no Uruguai, onde chegou no dia 30 de outubro de 1882. “A *Parnahyba* tinha percorrido em quatro dias e seis horas 1.030 milhas [...] até aquela data, porém, nenhum navio de guerra brasileiro ou de qualquer outra marinha havia alcançado realizá-lo” (GAMA, 1936, p. 8).

Em Montevideo, na mesma ocasião, também estava o aviso de guerra francês “*Labourdonnais*”, que “voltava do rio *Chubut*, onde tinha ido levar a comissão astronômica francesa, presidida por M. Fleuriais” (GAMA, 1936, p. 9). Saldanha salienta que também era aguardada para atracar naquele porto a fragata norte-americana “*Brooklyn*”, que tinha como missão, segundo seu relato, levar a expedição daquele país ao rio Santa Cruz, local escolhido pela comissão dos EUA.

Na mesma época, outra comissão da França, comandada pelo Primeiro-Tenente Perrotin, encontrava-se em Carmen de Patagones, nas margens do rio Negro. Havia uma terceira comissão francesa, também em Santa Cruz, que segundo o relato de Saldanha era de maior porte do que as outras duas. Era apoiada pela corveta “*Volage*”.

A “*Parnahyba*”, após reabastecida, principalmente de carvão, partiu de Montevideo na madrugada de 4 de novembro com destino a Punta Arenas, onde chegou em 11 de novembro. Em lá chegando, já encontraram a comissão alemã, chefiada pelo próprio diretor do Observatório de Berlim. Também em Punta Arenas, já estava aguardando a corveta brasileira, indicado pelo Governo Imperial, o naturalista Sr. Gustavo Rumbelsperger, que foi incorporado à equipe, sendo o responsável por levar o material mais pesado em um navio mercante inglês que fazia a rota do Pacífico (GAMA, 1936).

Afinal, chegou o dia 6 de dezembro, tão ardentemente esperado por todo o mundo científico. O dia amanheceu esplêndido nos limites do horizonte da pequena ilha dos Contra-Mestres [...] Com o despertar do dia produziu-se logo a mais viva emoção a bordo da “Parnahyba”. Era chegado o momento de colher-se o objectivo principal da comissão (GAMA, 1936, p. 66).

Segundo relato de Saldanha da Gama (1936), a observação do fenômeno foi um sucesso.

Após alguns dias dedicados a cálculos complementares do Dr. Cruls, das pesquisas de campo do Sr. Rumbelsperger e de treinamentos diversos para a tripulação da “Parnahyba”, o navio deixou Punta Arenas em 22 de dezembro, para realizar uma navegação exploratória no interior do Estreito de Magalhães, tendo atingido a ilha Dawson e outros pontos da Terra do Fogo. Em 30 de dezembro, a “Parnahyba” regressou a Punta Arenas para preparar sua viagem de volta ao Rio de Janeiro, que teve início em 8 de janeiro de 1883. A chegada ao Rio de Janeiro ocorreu em 21 de fevereiro. Não há no relatório de Saldanha da Gama qualquer menção às duas expedições da Alemanha e da França, que participavam do Primeiro API, nem mesmo que a expedição brasileira tivesse realizado qualquer tipo de levantamento em proveito daquele evento internacional (GAMA, 1936).

Após a expedição da “Parnahyba” não há registros de interesse ou mesmo de qualquer expedição científica brasileira, mesmo que também para regiões subantárticas, até a década de 1950. A única referência ao assunto, com alguma relação com o Brasil, foram os apoios logísticos às expedições antárticas que passaram pelo Rio de Janeiro, como as já comentadas expedições do belga Adrien de Gerlache (1897-1899)⁸⁹ e do francês Jean Baptiste Charcot (1908-1910). E o “convite [feito por Gerlache em 1897] ao diretor do Observatório

⁸⁹ A visita de Gerlache ao Rio de Janeiro, em outubro de 1897, teve um evento inusitado, pois em 28 de outubro o comandante belga e outros quatro membros de sua expedição foram recebidos no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB, 1897), onde foram homenageados. Em seu discurso de agradecimento, Gerlache prometeu hastear uma bandeira do Brasil em 28 de outubro de 1898, na Antártica, em reconhecimento à homenagem recebida no Rio de Janeiro. O IHGB antes da partida do navio presenteou Gerlache com uma bandeira do Brasil. A visita ao IHGB foi acompanhada pelo Dr. Cruls. Durante a visita do “Belgica” ao Rio de Janeiro, Gerlache foi recebido em audiência pelo Presidente da República Prudente de Moraes e pelo Ministro da Marinha, Almirante Manoel José Alves Barboza. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, tomo LX, Parte II, 1897, p. 205-234. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 10 dez. 2014.

Nacional, o belga Dr. Luiz Cruls, para que acompanhasse a expedição ou enviasse um astrônomo do Observatório” (CAPOZOLI, 2001, p. 205-206), não foi aceito, perdendo o país uma importante oportunidade em termos de presença naquele continente.

No Segundo API (agosto de 1932 a agosto de 1933), dessa vez sem alguma estação antártica ou subantártica estabelecida, o Brasil, então governado pelo Presidente Getúlio Vargas (Presidente de 1930 a 1945 e de 1951 a 1954), participou apenas enviando dados meteorológicos e magnéticos por meio da estação de Tatuoca, no Pará⁹⁰. Na época, o mundo ainda vivia sob os efeitos da grande recessão econômica e o país também passava por um ano de grande turbulência política com a Revolução Constitucionalista de São Paulo (de julho a outubro de 1932), contrária ao Governo Vargas, que ao final manteve-se no poder.

No livro “*Nos Confins dos Três Mares... a Antártida*”, o Professor Aristides Pinto Coelho, primeiro diretor de ciência e tecnologia do IBEA, criado em 7 de setembro de 1972, comenta que:

O primeiro brasileiro a focar publicamente e em livro (inédito, até hoje) a importância da Teoria da Defrontação na disputa de território antártico por nosso país foi o professor Joaquim Ribeiro, do Colégio Pedro II, em 1949, quando diretor da revista *Visões do Mundo* (COELHO, 1983, p. 222)⁹¹.

⁹⁰ Segundo Ludecke e Lajus (2010, p. 152), durante a fase de definição dos representantes que comporiam o comitê de organização do Segundo Ano Polar, o brasileiro Joaquim de Sampaio Ferraz (1882-1966) aparece como o representante brasileiro. Mas logo a seguir, na primeira conferência ocorrida em Leningrado, de 26 a 30 de agosto de 1930, nenhum representante do Brasil aparece. Ferraz, engenheiro civil e um dos precursores dos estudos da meteorologia no Brasil, foi o primeiro diretor geral da Diretoria de Meteorologia, órgão do Governo Federal, de 1921 a 1930. Dados sobre quem foi Sampaio Ferraz extraídos do artigo “A contribuição de Joaquim de Sampaio Ferraz”, *Revista Cirrus*, Ano I, n. 3, jul/ago, 2005, p. 22-24. Disponível em: http://www.cienciaetecnologia.al.gov.br/arquivos/documentos-polos-tecnologicos/revistas/cirrus_3.pdf/view. Acesso em: 10 nov. 2014.

⁹¹ Durante esta pesquisa não foram encontrados exemplares da revista “*Visões do Mundo*” com artigos do Prof. Joaquim Ribeiro, mas a seguir será vista uma entrevista do mesmo para o jornal *O GLOBO*, em 1956. O Coronel Elber de Mello Henriques corrobora Coelho, ao afirmar: “Provavelmente [...] cabe ao professor Joaquim Ribeiro a primazia de defender na imprensa a presença do Brasil na Antártica” (HENRIQUES, 1984, p. 4-5).

Em 23 de março de 1955, o EME, cujo chefe era o General Álvaro Fiúza de Castro, encaminhou um estudo realizado pelo Tenente-Coronel Wladimir Fernandes Bouças, pelo ofício nº 081-B/117, para o Secretário do Conselho de Segurança Nacional (SCSN), General Juarez do Nascimento Fernandes Távora. Juarez Távora foi o segundo comandante da ESG (1952 a 1954) e, após ocupar a chefia do Gabinete Militar do Presidente Café Filho, saiu como candidato à Presidência da República, vindo a ser derrotado por Juscelino Kubitschek nas eleições de outubro de 1955. O subchefe de Távora no gabinete militar era o então Coronel Ernesto Geisel, que ficou na função de fevereiro a maio de 1955, saindo logo após o seu chefe, para assumir o comando do Regimento Escola de Artilharia, em Deodoro (D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 118). Não há indícios de Geisel ter tomado conhecimento do estudo de Bouças quando estava no gabinete militar; nem de o mesmo ter sido submetido ao Presidente Café Filho ou outro Ministro.⁹²

No referido trabalho, o Tenente-Coronel Bouças⁹³ fez uma análise das reivindicações territoriais feitas por outros países, defendendo que o Brasil poderia reivindicar território, também pelo critério da defrontação, mas somente considerando os meridianos que correspondem aos limites territoriais extremos (não insulares), assim como cada uma das nações que circundam o Círculo Polar Antártico. Não foram levados em consideração os antecedentes históricos, já que na época dessas descobertas não houve efetiva ocupação do território. O estudo também defendia “participação do Brasil nos interesses da área antártica, quer do ponto de vista científico quer do ponto de vista internacional”. No despacho ao

⁹² Naquele momento era Ministro da Guerra o General Henrique Batista Duffles Teixeira Lott (1954 a 1956 e de 1956 a 1960) e Ministro das Relações Exteriores o Embaixador Raul Fernandes (1954 a 1955).

⁹³ Em janeiro/fevereiro de 1956, o Tenente-Coronel Bouças publicou um artigo na revista Mensário de Cultura Militar de nº 90/91, editada pelo Estado-Maior do Exército, e de “circulação restrita aos oficiais do Quadro do Estado-Maior do Exército”, com o título “A Antártica: uma reivindicação brasileira”. Bouças faz um relato sobre o interesse no continente antártico, incluindo as diversas reivindicações por parte dos sete países territorialistas e argumenta que o critério para definição da divisão do território deveria ser a da defrontação, mas somente considerando as terras continentais e não as insulares. No último parágrafo do artigo, o autor finaliza clamando por ação: “Mister se impõe, desde logo, uma participação do Brasil nos interesses da área antártica, quer do ponto de vista científico, quer do político internacional” (p. 10). Em seu livro de 1982 (p. 17), Eurípedes Menezes cita Bouças como também tendo participado de reuniões no Itamaraty para tratar do assunto junto com Therezinha de Castro, Delgado de Carvalho, Joaquim Ribeiro, todos chamados pelo então Chanceler de JK, José Carlos de Macedo Soares.

ofício que encaminhou o estudo era expresso o seguinte parecer do EME: “trabalho de alta relevância para os interesses futuros do Brasil no que tange à defesa nacional”. Não há evidências de que o referido estudo tenha passado antes pelo então Ministro da Guerra, o General Lott, a quem o EME era diretamente subordinado, antes de ser encaminhado à SCSN; nem mesmo da sua motivação ou fato gerador que o tenha provocado⁹⁴.

A SCSN prontamente respondeu ao EME, pelo ofício nº 93, de 4 de abril, afirmando que “o trabalho tinha sido examinado com atenção e interesse, mas que não parecia oportuna qualquer iniciativa a respeito do assunto”⁹⁵.

Considerando que ainda faltavam mais de dois anos para o início do AGI (1957-1958), pode-se especular que havia tempo para que se cogitasse de uma participação que viesse a contribuir para uma decisão no sentido de levar o Brasil à Antártica, caso a sugestão do Tenente-Coronel Bouças, referendada pelo Chefe do Estado-Maior do Exército, fosse levada adiante. Como já visto anteriormente, a primeira reunião específica para coordenação das pesquisas a serem realizadas na Antártica, durante o AGI, ocorreu em Paris, em julho de 1955, e lá não havia representantes brasileiros.

Em 9 de fevereiro de 1956, na capa do jornal O GLOBO, o editorial do jornal, com o título “Também temos direito à Antártica”, declara apoio à presença brasileira na Antártica.

⁹⁴ Dados referentes ao ofício do EME à SCSN encaminhando o estudo do tenente-coronel Bouças constam do Ofício nº 018-B, do Estado-Maior das Forças Armadas ao Ministro de Estado dos Negócios das Relações Exteriores, de 16 de abril de 1958. Esse ofício do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) encaminhava subsídios ao MRE sobre os “Interesses brasileiros na Antártida”, respondendo ao ofício DPo/17/602.7 (02) (04), de 24 de fevereiro de 1958, daquele Ministério.

⁹⁵ *Idem.*

A próxima realização do ano geofísico [1957-1958] está, de modo particular, chamando a atenção do mundo para a Antártica. Isto sugere considerações que naturalmente nos levam, a nós, brasileiros, a reconhecer que não podemos ficar alheios aos interesses que vem despertando o sexto continente. A antiga “terra australis incógnita” está sendo disputada por várias nações que percebem a enorme importância que ela fatalmente terá em futuro não muito remoto. Ora, isto não nos pode ser indiferente. Não devemos pensar apenas na hora atual. Estamos crescendo de modo vigoroso e dentro de dois ou três decênios passaremos, indubitavelmente, a ser uma potência mundial. Já então, a Antártica será para nós tão importante como para as maiores das nações que agora estão tratando de se apossar de largos trechos do seu território [...] pelos nossos interesses futuros, que serão grandes, não devemos absolutamente olhar com indiferença a Antártica nem abrir mão do direito que nos cabe de participar de sua partilha. E não podem tolher os nossos justos escrúpulos anticolonialistas e anti-imperialistas já que se trata de terras desabitadas (O GLOBO, 1956)⁹⁶.

Em continuação às demonstrações de interesse naquele continente, os Professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro, ambos do IBGE, publicaram, em abril/junho de 1956, o artigo “A Questão da Antártica” na Revista do Clube Militar. Neste, defendem a chamada “Teoria da Defrontação” (subitem 3.5 deste trabalho, mais detalhes sobre os escritos de Therezinha), pela qual o Brasil teria direitos territoriais na Antártica e deveria fazer valer esses direitos.

Também em 1956, o jornal O GLOBO entrevistou o Professor Joaquim Ribeiro e publicou, na página 2 da edição de 29 de maio de 1956, com o título “Só o Brasil e a Rússia têm direito à Antártica”:

Fui a primeira voz que se levantou no Brasil a respeito dessa reivindicação [...] O Brasil tem direito a uma parte da Antártica e não devemos desprezar essa vantagem que reaveremos, por assim dizer, de consequências históricas do Tratado de Tordesilhas [...] apresentei ao íntegro e eminente brasileiro que, em boa hora, chefiava o nosso Ministério das Relações Exteriores, uma concisa memória, nesse sentido, e tenho confiança que o Ministro José Carlos de Macedo Soares advogará, pelo menos, a presença do Brasil na conferência internacional para a partilha da Antártica. Não podemos ficar indiferentes a essa discussão e devemos dela participar. Além dos argumentos históricos, temos ainda razões econômicas e estratégicas para pleitearmos o nosso espaço na Antártica [...] Sei perfeitamente que, entre nós, há espíritos céticos ou temerosos que não desejam sustentar reivindicações dessa natureza. Espero, todavia, que o ceticismo ou o temor não consiga neutralizar a nossa pretensão territorial (RIBEIRO, 1956).

⁹⁶ O jornal O GLOBO iniciou uma série de reportagens sobre o tema “Antártica” a partir de janeiro de 1956. Na época, o diretor e redator-chefe do jornal já era o senhor Roberto Marinho. Dados extraídos do sítio do jornal O GLOBO na internet. Acesso em: 15 nov. 2014.

Em 1957, Therezinha voltou a escrever sobre o tema, dessa vez sem Delgado de Carvalho, também na Revista do Clube Militar, agora com o artigo “Antártica, o assunto do momento”. Publicou pela primeira vez o mapa do Brasil incluindo parte do território antártico que pertenceria ao país por conta da “Teoria da Defrontação” (CASTRO, 1976; MENEZES, 1982). Ainda em 1957, a ESG, comandada pelo brigadeiro Vasco Alves Secco⁹⁷, encaminhou estudo realizado por um grupo de trabalho ao EMFA⁹⁸, a quem era diretamente subordinado. Advertia para a importância estratégica da Antártica, “chave do domínio dos mares e ares do sul da Terra [...] quem dominar os polos, dominará o mundo (MOUTINHO *et al.*, 1957)”⁹⁹. Esse estudo foi enviado pelo EMFA ao MRE pelo ofício nº 018-B, de 16 de abril de 1958, e pode ter influenciado a nota diplomática encaminhada ao governo dos EUA. No corpo do referido ofício, assim se posiciona o EMFA sobre o relatório do estudo efetuado pelo grupo de trabalho da ESG:

⁹⁷ O Brigadeiro Alves Secco foi o Primeiro Ministro da Aeronáutica no governo JK, tendo sido já Ministro do Governo Provisório de Nereu Ramos de novembro de 1955 a janeiro de 1956. Após desgaste com a revolta de Jacareacanga, quando alguns militares daquela Força em fevereiro de 1956 rebelaram-se contra o governo do Presidente recém-empossado, Alves Secco pediu demissão e foi nomeado por JK para comandar a ESG, onde permaneceu de abril de 1956 a março de 1959.

⁹⁸ Era, então, o chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, o General de Exército Octávio Saldanha Mazza (de 16 de outubro de 1956 a 13 de junho de 1958). Mazza foi da Turma de 1952 do curso superior de Guerra da ESG, juntamente com o então Tenente-Coronel Golbery do Couto e Silva. Relação dos componentes da Turma de 1952, disponível em: <http://www.esg.br/cursos/turma-de-1952/>. Acesso em: 10 set. 2014.

⁹⁹ O grupo de trabalho (GT) com sete componentes entre civis e militares tinha como dirigente o então 2º Secretário Frederico Meira de Vasconcellos e como relator o então Capitão-de-Mar-e-Guerra Sylvio Monteiro Moutinho. O tema proposto pela ESG para o GT foi: “Estudar qual a posição do Brasil em face da ocupação da Antártida e indicar as medidas aconselháveis à defesa dos interesses brasileiros no caso.” Na Introdução do relatório, o grupo afirma que: “constatou que ambos os órgãos citados [Itamaraty e ESG] não têm ainda doutrina firmada, razão pela qual foi proposto o seu estudo aos estagiários de 1957, a fim de ser obtida mais uma contribuição ao planejamento, pelo Itamaraty, de política a ser seguida pelo Brasil na disputa mundial pela posse das áreas do continente antártico. Tais esclarecimentos nos foram prestados pelas ligações desta Escola e pelo Ministro L.L. Bastian Pinto, Chefe da Divisão Política do MRE” (p. 6). O artigo do Tenente-Coronel Bouças de jan-fev 1956 no Mensário de Cultura Militar; o dos professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro publicado na revista do Clube Militar em abr-jun. de 1956; o da Prof^a. Therezinha de 1957, também na revista do Clube Militar, foram algumas das referências do trabalho em lide da ESG.

3. Em 1957 foi elaborado por um grupo de estudo na Escola Superior de Guerra o trabalho referido [...] Trata-se de obra bem documentada, sóbria e realista. De uma forma geral, expressa a opinião deste EMFA sobre a questão em causa [...] concorda este Estado-Maior com a linha de ação preconizada, isto é: "Tão cedo e oportuno quanto possível, não reconhecer, oficial e publicamente, os direitos de posse de qualquer país sobre a Antártida, reservando-se os direitos de livre acesso àquelas regiões e de defender os seus interesses nas mesmas, a fim de, oportunamente, reivindicar a parte que se julgar com direito. Em última instância, aceitar a tese de uma administração internacional temporária - enquanto não for encontrada uma solução satisfatória - e da qual faça parte o Brasil, sem, todavia, abrir mão dos seus direitos"¹⁰⁰.

No estudo realizado, o grupo de trabalho sugere as seguintes medidas para a execução da linha de ação ratificada pelo ofício do EMFA, citada anteriormente:

- 1 - Promover, indiretamente, ampla campanha de propaganda sobre a Antártida, em todo o território nacional, procurando salientar a importância daquele continente e os interesses do Brasil no seu controle, sobretudo em razões de Segurança Nacional. Tal campanha deverá penetrar, mediante adequado planejamento, todas as camadas sociais e culturais do país.
- 2 - Estimular, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas, do Conselho Nacional de Geografia e outros, o estudo dos problemas das regiões polares, dando especial ênfase às regiões antárticas.
- 3 - Oportunamente - e de acordo com as reações da opinião pública à campanha de propaganda - organizar expedições de caráter científico à Antártida, utilizando, de preferência, navios auxiliares da Armada (transportes ou navios-hidrográficos) com cientistas nacionais.

Em 1958, o diplomata João Frank da Costa, que já havia publicado em 1951 artigo com o título "A Teoria dos Setores Polares" no Boletim da Sociedade de Direito Internacional, publicou o primeiro de uma série de cinco artigos na Revista Brasileira de Política Internacional, sob o título "Antártida: o problema político", no qual trata de todas as reivindicações territorialistas no Sexto Continente, mas não se posiciona sobre qual deveria ser a postura do Brasil no assunto. O último dos cinco artigos foi publicado em 1961 (FERREIRA, 2009) (COSTA, 1958a, 1958b, 1959, 1960 e 1961).

¹⁰⁰ Cópia do ofício nº 018-B, de 1958, do EMFA, juntamente com o relatório do grupo de trabalho da ESG, de 1957, obtido junto ao Arquivo Histórico da Escola Superior de Guerra.

4.3.2 O AGI, o primeiro brasileiro na Antártica e a Nota Diplomática de 1958

Em 30 de julho de 1958¹⁰¹, o Brasil encaminhou nota diplomática de protesto ao governo dos EUA, por não ter sido convidado para participar da conferência que trataria sobre a governança da Antártica. A referida nota não teve resultado concreto e o país não participou da conferência. Na realidade, o Brasil não havia efetuado trabalhos científicos nem realizado expedição à Antártica, como foi o caso dos 12 países participantes da conferência em Washington, D.C.

A Marinha do Brasil (MB) não possuía navios adequados para operações em áreas polares, tampouco adestramento para a navegação no gelo. De 16 a 23 de julho de 1957, o Brasil até chegou a sediar, no Rio de Janeiro, a Conferência dos Países do Hemisfério Ocidental Preparatória para o AGI, com a participação de três oficiais da MB na delegação brasileira chefiada pelo Professor Lélío Gama, do Observatório Nacional. Durante o Ano Geofísico, a Marinha realizou diversas pesquisas científicas e coleta de dados oceanográficos¹⁰², mas todas em águas próximas do litoral brasileiro, incluindo o estabelecimento de uma estação meteorológica permanente na Ilha de Trindade. Nenhuma atividade em águas antárticas (ao sul do paralelo de 60°S, como estabelece o Tratado) foi conduzida pelo Brasil no AGI (FLORES, 1985).

¹⁰¹ Essa data da nota diplomática, citada em diversos livros, como o da professora Therezinha de Castro de 1976, do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes de 1982 e em trabalhos do Instituto Rio Branco, como é o caso do realizado pelo Secretário Felipe Ferreira de 2009, como sendo 30 de julho de 1958, é um dos fatos históricos que não parecem ser coerentes. Na Leitura Seleccionada nº 803-96, de 1996, da Escola Superior de Guerra, com o título “Antártica”, a Professora Therezinha de Castro afirma que a data correta seria 30 de junho, pois o Chanceler Macedo Soares passou o cargo para Negrão de Lima, em 4 de julho, e era o primeiro quem estava acompanhando o tema e recebeu Therezinha e Delgado de Carvalho, entre outros, para tratar do assunto, por diversas ocasiões. O Professor Eli Penha (2011, p. 118) também segue o 30 de junho, como proposto por Therezinha.

¹⁰² A Oceanografia na Marinha do Brasil teve início somente em 1954 com os primeiros trabalhos do Almirante Paulo de Castro Moreira da Silva, na época Capitão-de-Fragata. Paulo Moreira presidiu o comitê de oceanografia durante a Reunião Preparatória para o AGI, no Rio de Janeiro, em 1957. A primeira campanha oceanográfica foi realizada pelo navio-escola “Guanabara”, em novembro de 1956, cedido à Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN). De fevereiro de 1957 a janeiro de 1959, o navio-escola “Almirante Saldanha”, somente reclassificado para navio oceanográfico em 1959, realizou sete campanhas oceanográficas como parte dos levantamentos previstos para o AGI. Quando a Comissão Oceanográfica Intergovernamental, órgão ligado à UNESCO, foi criada em 1961, o Brasil era um dos estados-membros (DHN, 2003; FLORES, 1985).

Nenhum brasileiro sequer havia estado no continente antártico até aquele momento – o primeiro foi o médico e jornalista Durval Sarmiento da Rosa Borges (1912-1999), que por sua iniciativa, juntamente com a do editor-chefe da revista “Visão”, de São Paulo, onde Borges era o responsável pelos artigos sobre saúde, conseguiu ser convidado pelos norte-americanos. E esteve nas estações científicas de *Little America* (EUA), *Mc Murdo* (EUA) e de *Scott* (NZ), em fevereiro/março de 1958, tendo enviado durante a viagem diversas reportagens para a referida revista e para o jornal “Correio da Manhã”, do Rio de Janeiro. Borges foi de avião até a Nova Zelândia e de lá embarcou no quebra-gelo “*Glacier*” (EUA) para o continente antártico. Ainda na Nova Zelândia, teve a oportunidade de acompanhar um simpósio envolvendo alguns dos cientistas que estavam participando do AGI, apresentando os resultados parciais de suas pesquisas.

Das 12 nações que estavam realizando trabalhos científicos por lá, segundo Borges (1959, p. 108), estavam “ausentes [do simpósio] apenas o Chile, Japão, Noruega e Bélgica”. Prossegue Borges: “os relatórios mais minuciosos e mais bem apresentados foram os dos russos e dos americanos” (1959, p. 112). Na abertura do evento, no dia 17 de fevereiro de 1958, o Primeiro Ministro neozelandês, Walter Nash (1957-1960), afirmou em seu discurso inicial “que desejava para o futuro da Antártida uma administração com o mesmo espírito que dominava aquela conferência, em que a troca de informações era completa, e todos davam, sem reservas, suas opiniões” (BORGES, 1959, p. 113).

Borges afirma que procurou, ao longo do simpósio, levantar quais seriam as expectativas dos chefes das delegações sobre o futuro do continente antártico. Todos os inquiridos pelo médico brasileiro foram vagos, não querendo se comprometer a respeito do futuro político do continente. Mas sobre como deveria caminhar a pesquisa científica, todos concordaram com o Primeiro Ministro neozelandês, que defendeu manter a pesquisa científica compartilhada, como estava ocorrendo no AGI (BORGES, 1959; NUNES, 2005).

Também durante o simpósio, o Almirante norte-americano George Dufek¹⁰³ concedeu uma entrevista a Borges (1959, p. 122-123), enfatizando:

A importância da Antártida na compreensão e previsão do tempo para o Hemisfério Sul já se tornou evidente com as informações obtidas nas atuais estações ligadas ao AGI. E a previsão do tempo é inestimável em operações aéreas militares ou não [...] Fora esta parte estratégica, Antártida poderá ter valor econômico, pois segundo os geólogos Lawrence Gould e Griffith Taylor ali estão as maiores reservas de carvão do mundo. Também foram descobertos sinais evidentes de ouro, prata, manganês, cobalto, cobre, chumbo, cromo, molibdeno, enxofre e titânio. Atualmente, o tremendo custo de operar instalações extrativas na Antártida torna a exploração antieconômica [...] No momento atual a Antártida somente oferece lucro a duas atividades: baleias e focas [...] Mas no campo científico o potencial da Antártida é inestimável [...] Acredito na potencialidade da Antártida em muitos sentidos, mas desejo que ela não seja usada para fins estratégicos militares, mas apenas para intercâmbio científico e conquista de melhores condições de vida para os diversos povos do planeta.

Esse depoimento ainda seria válido por muitos anos à frente. O entrevistado era o chefe da operação “*Deep Freeze*”, o maior esforço logístico e científico realizado por um país durante o AGI e nos anos que imediatamente o antecederam. Quando concedeu a entrevista a Borges, o Almirante Dufek estava na terceira operação sob o seu comando. Antes, já havia apoiado as comandadas pelo Almirante Byrd, em 1939 e 1946 (BORGES, 1959; DAY, 2013).

No regresso da viagem, Durval Borges escreveu o livro “*Um brasileiro na Antártida*”, editado pela Sociedade Geográfica Brasileira, da qual era sócio e conselheiro, e publicado em 1959. O pioneiro brasileiro no continente gelado assim comenta em seu livro sobre a ausência do Brasil na Antártica durante o AGI:

¹⁰³ O Almirante George John Dufek (1903-1977) formou-se na Academia Naval de Annapolis, em 1925, tendo se tornado posteriormente aviador naval da marinha dos EUA. Além de muitos comandos de unidades aéreas e de navios, Dufek destacou-se pela participação em diversas missões para a Antártica e para o Ártico. Em 1955 assumiu o comando da Força Tarefa 43 responsável pelo apoio logístico às expedições norte-americanas na Antártica, chamadas de Operação “*Deep Freeze*”, tendo juntamente com outros seis norte-americanos alcançado o Polo Sul geográfico em outubro de 1956. Dufek também participou ativamente da Segunda Guerra Mundial e do conflito na Coreia. Dados biográficos do Almirante Dufek disponíveis em: http://library.syr.edu/digital/guides/d/dufek_gj.htm. Acesso em: 10 set. 2014.

A atitude do Brasil é de omissão. Aparentemente, há desinteresse pelo assunto [...] Entretanto, por mais remotos que pareçam nossos interesses em Antártida, o desenvolvimento de nossa aviação, a ampliação de áreas de interesse comercial, incluindo Austrália e Nova Zelândia, e um certo respeito pelo futuro que poderá representar toda esta zona obrigam a que o Brasil esteja presente no jogo internacional de interesses [...] Antártida representa um centro geográfico estratégico e talvez, mais do que isto, talvez venha a ser um teste de vida em comum ainda não experimentada em nosso planeta. Em ambos os casos, o Brasil pela importância que vem assumindo em todo o mundo, enviando tropas para combater na Itália ou para guarnecer o Canal de Suez, não pode se omitir de um continente e de uma filosofia, perto de seus limites, e aproximados de sua vocação (BORGES, 1959, p. 118-119).

Na época do AGI e da Conferência de Washington, era Presidente do Brasil Juscelino Kubitschek (janeiro de 1956 a janeiro de 1961), que teve como grande bandeira “o Plano de Metas”¹⁰⁴. O lema dessa meta era “50 anos em 5”, com diversas propostas direcionadas para levar o país a grande independência do cenário internacional, saindo do modelo agrário, ainda vigente, altamente dependente das exportações do café, para um modelo que incluísse também um parque industrial. Na área de política externa, destaca-se no Governo JK a Operação Pan-Americana (OPA)¹⁰⁵, que foi lançada em maio de 1958, com a tese de que o fim da pobreza e o desenvolvimento seriam a única forma de impedir a propagação, nos países menos desenvolvidos, de ideologias exóticas e antidemocráticas (CERVO; BUENO, 2012).

Aqui, pretende-se pôr em relevo o ambiente de Guerra Fria que ocupou a agenda internacional por mais de 40 anos após a Segunda Guerra, incluindo a preocupação do Presidente norte-americano em não convidar muitos países para a Conferência de Washington. Isso porque havia o temor de que os soviéticos forçassem a participação de mais países com eles alinhados, em contrapartida aos aliados dos norte-americanos. Esse assunto parece relevante, pois pode

¹⁰⁴ Inicialmente eram 30 metas, mas logo no início de seu governo, JK estabeleceu que a 31ª seria sua “meta síntese”, que era justamente a criação da nova capital, no interior do país, como já previsto desde a Constituição de 1891. Brasília foi inaugurada em abril de 1960, por JK. Nenhuma dessas metas sequer comentava sobre possíveis interesses no continente antártico (SKIDMORE, 2010).

¹⁰⁵ Segundo Pinheiro (2013a, p. 167), “a OPA tornou-se um divisor de águas na política externa dos países da região ao promover, pela primeira vez, sua ação coordenada. Para o Brasil [...] significou uma experiência estratégica [...] com dupla vantagem: a de ter promovido internacionalmente o país e o colocado numa posição de destaque entre as demais nações latino-americanas.”

justificar o porquê de os EUA não terem aceitado a nota de protesto do Brasil, de 30 de julho de 1958, que na época possuía boas relações.

Juscelino Kubitschek de Oliveira (1902-1976), médico mineiro, do Partido Social Democrata (PSD), ex-prefeito de Belo Horizonte (1940-1945) e ex-governador de Minas Gerais (1951-1955), assumiu a Presidência em 31 de janeiro de 1956, tendo como seu Vice-Presidente João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ex-Ministro do Trabalho no Governo de Getúlio Vargas. Eleitos em outubro de 1955, com votação não tanto expressiva (JK obteve 36% dos votos), a posse foi assegurada por um “golpe preventivo” ocorrido em 11 de novembro de 1955 e liderado pelo General Henrique Teixeira Lott, então Ministro da Guerra do Presidente Café Filho. Segundo Skidmore (2010, p. 202), “poucos Presidentes brasileiros assumiram o cargo em circunstâncias políticas menos auspiciosas”.

Nas palavras do Embaixador Manoel Pio Correa (1918-2013), que foi chefe do Departamento de Política do MRE no final do Governo JK: “o Presidente Juscelino [...] só interveio uma vez na política exterior: mestre que era na política interna, como bom mineiro, deixaria de bom grado a política externa por conta do Itamaraty” (CORRÊA, 1995, p. 603).

Durante o seu governo, o Itamaraty teve três chanceleres. O primeiro foi José Carlos de Macedo Soares (1883-1968), político paulista do PSD, que já tinha sido Ministro das Relações Exteriores de 1934 a 1937, no primeiro Governo de Getúlio Vargas, e já era o Chanceler do governo provisório de Nereu Ramos, estabelecido em novembro de 1955, após o “golpe preventivo”. Macedo Soares também foi presidente do IBGE de 1936 até 1951 e de 1955 até 1956. No IBGE, órgão do governo federal, ligado diretamente à Presidência da República, também trabalharam os professores Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. O Chanceler também foi o presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) de 1939 a 1968, que era uma instituição voltada para os estudos de interesse da História e da Geografia, criada em 1838. Macedo também mostrou seu lado acadêmico e até certo ponto geopolítico quando publicou, em 1939, um livro sobre as fronteiras brasileiras, intitulado “*Fronteiras do Brasil no regime colonial*” (SENRA, 2008).

Sentindo-se desprestigiado por não ter sido comunicado sobre a carta que o Presidente enviou ao Presidente norte-americano, D.W Eisenhower, em 28 de maio de 1958, propondo o que viria a ser conhecido como OPA, Macedo Soares pediu demissão e deixou a pasta em 4 de julho.

Em seu livro de memórias, JK relata a seguinte conversa com o então titular do MRE:

Depois do almoço dei conhecimento da minha atitude ao Embaixador José Carlos de Macedo Soares [...] Percebi que ele ficou chocado [...] não poderia compreender que eu houvesse tomado iniciativa de tão grande relevância, sem consulta prévia ao Itamaraty [...] No dia seguinte, enviou-me o seu pedido de demissão (OLIVEIRA, 1978, p. 212).

O segundo Chanceler foi Francisco Negrão de Lima, político mineiro de confiança de JK e que era prefeito do Rio de Janeiro, então capital federal, desde março de 1956. Nas palavras do próprio Presidente:

[...] julguei que deveria nomear para o cargo um homem com quem tivesse liberdade, de forma a evitar a possibilidade de qualquer atrito, já que, em face da Operação Pan-americana, iria intervir com maior frequência na área das atribuições daquela Secretaria de Estado (OLIVEIRA, 1978, p. 224).

Horácio Lafer assumiu a chancelaria em 30 de agosto de 1959 e era o Ministro por ocasião da Conferência em Washington, D.C., que viria a celebrar o Tratado da Antártica. Lafer permaneceu até o final do governo, sem muitos registros de qualquer medida em relação ao referido Tratado. Em fevereiro de 1960, sessenta dias após a assinatura do Tratado, o Presidente Eisenhower visitou o Brasil e o tema “Antártica” sequer constou da pauta de discussões com JK (OLIVEIRA, 1978).

Uma expedição à Antártica sem o apoio logístico da MB, como veio a ocorrer a partir de 1982 e ainda é até hoje, seria improvável na década de 1950. Como já visto, outros países que estavam realizando pesquisas na Antártica eram apoiados por suas respectivas Marinhas. A Marinha Brasileira, carente de recursos orçamentários, tinha no plano de modernização e construção de bases navais, estabelecido ainda pelo Ministro Almirante Renato de Almeida Guillobel

(1951-1954), a sua prioridade. Veio a construir durante o governo JK diversas bases navais, além de adquirir alguns novos navios, mesmo com as citadas restrições.

Mas o grande evento da Marinha no Governo Juscelino foi a obtenção do primeiro navio-aeródromo brasileiro, o “Minas Gerais”, ex-HMS “*Vengeance*”, adquirido do Reino Unido, no final de 1956. Durante o Governo JK, o navio ficou em grandes reparos no estaleiro Verolme, na Holanda, tendo chegado ao Brasil somente em fevereiro de 1961, já no Governo de Jânio Quadros (FLORES, 1985).

O Almirante Alves Câmara¹⁰⁶, oficial aperfeiçoado em hidrografia, foi mantido no cargo de Ministro da Marinha por Juscelino. Ele fazia parte, como era o caso do Chanceler Macedo Soares, do gabinete formado no Governo Nereu Ramos, em novembro de 1955, após a tentativa de golpe impedida pelo Ministro da Guerra, o General Henrique Teixeira Lott.

Em agosto de 1958, o Almirante Câmara, acometido por grave pneumonia, veio a falecer. Assumiu o Ministério o Almirante Mattoso Maia, que permaneceu no cargo até o final do Governo JK. Além da participação brasileira no AGI por meio da MB, não foram encontrados registros nem mesmo de interesse pelo envio de alguma expedição ou mesmo de oficiais compondo expedições de outros países ao continente antártico.

4.3.3 A Ciência brasileira e os militares chegam à Antártica: os anos 1960

Em 1960, o IBGE lançou o “Atlas de Relações Internacionais”, onde aparece o território que o Brasil teria direito na Antártica, pela “Teoria da Defrontação”, por influência da Professora Therezinha e do Professor Delgado de Carvalho, que lá trabalhavam. A Professora Therezinha passaria a ser um dos maiores nomes de nossa Academia, em relação ao pensamento estratégico sobre aquele continente,

¹⁰⁶ Antônio Alves Câmara Júnior nasceu em Salvador (BA), em 5 de agosto de 1891. Entrou para a Escola Naval em 1908, participou da Segunda Guerra Mundial como Capitão-de-Fragata e Capitão-de-Mar-e-Guerra, comandando o contratorpedeiro “Mariz e Barros” e o encouraçado “São Paulo”, respectivamente. Como almirante foi diretor de Hidrografia da Marinha, comandante da Escola Naval, adido naval nos EUA e Secretário-Geral da Marinha (Arquivo do SDM).

tendo escrito diversos artigos e lançado o livro “Rumo à Antártica”, em 1976, que até hoje é referência obrigatória para aqueles que desejam entender um pouco mais sobre aquele continente e sobre o interesse brasileiro por ele. Até o fim de sua vida, Therezinha, como professora da ESG, entre outros trabalhos geopolíticos, sempre se manteve como referência no assunto, a defender uma presença mais atuante do Brasil no Sexto Continente (NUNES, 2005).

Além do “Atlas de Relações Internacionais” do IBGE, pode-se afirmar que a década de 1960 pouco contribuiu para incrementar o interesse brasileiro sobre o continente antártico. Merece registro, no entanto, a participação de três oficiais da MB, aperfeiçoados em hidrografia, em três diferentes expedições chilenas à Antártica, a convite daquele país. Foram eles os capitães de corveta Sálvio Augusto de Oliveira Martins (1963-1964), Mario Edelman (1964-1965) e José Henrique França Gomes (1966-1967). Foram os primeiros militares brasileiros a estarem no Sexto Continente¹⁰⁷.

A ciência brasileira somente chegou à Antártica acompanhando a operação *Deep Freeze* 1961, dos EUA, com o meteorologista Rubens Junqueira Villela, da USP. O Professor Villela, que havia estudado nos EUA, esteve pela primeira vez no Sexto Continente a bordo do “*Glacier*”, da Marinha dos EUA, e visitou as estações científicas de *Mc Murdo* (EUA) e *Scott* (NZ), de janeiro a abril de 1961. Em seguida participou da *Deep Freeze* 1962, quando de avião, a partir de *Christchurch* (NZ), percorreu diversas estações norte-americanas na Antártica, tendo sido o primeiro brasileiro a estar no Polo Sul, em 17 de novembro de 1961, onde está a estação *Amundsen-Scott* (EUA). As viagens de Villela foram detalhadas em diversas reportagens publicadas nas edições dominicais do jornal O Estado de São Paulo entre 18 de fevereiro e 29 de abril de 1962¹⁰⁸.

¹⁰⁷ Menção à participação dos três oficiais da Marinha do Brasil em expedições chilenas na década de 1960 consta da p. 35 do: Araújo, Fernando Sergio Nogueira. *Antártica: estágio na Armada chilena e no Instituto Antártico Chileno de 20 de julho a 18 de agosto de 1982*. Relatório. Rio de Janeiro-RJ, 1982. Cópia do referido relatório foi obtida junto ao acervo do Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha. Não foram encontrados indícios sobre a razão do convite chileno e se o Itamaraty tomou parte na decisão de aceitar.

¹⁰⁸ Informações extraídas de reportagem de autoria do Professor Rubens Junqueira Villela, veiculada no jornal O Estado de São Paulo, edição de 14 de março de 1971, p. 128, com o título “Brasil precisa descobrir a Antártida”. Reportagem disponível em <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19710314-29428-nac-0128-999-128-not/tela/fullscreen>. Acesso em: 15 nov. 2014.

Segundo Villela (1971), durante o verão antártico de 1963/64 embarcaram também em expedição norte-americana, a bordo do USNS “*Eltanin*”, os oceanógrafos Ibiracy Minussi e Adilson Murillo, do Instituto Oceanográfico da Universidade de São Paulo, “únicos cientistas brasileiros a estar na Antártica” depois dele, na década de 1960.

Em 18 de março de 1964, o Deputado Federal pelo PSD-SP, Cunha Bueno, submeteu um pedido de informações nº 1520, pelo ofício nº 0462, ao MRE, solicitando informações àquele Ministério sobre a posição do Brasil nas questões da região antártica. Em sua justificativa para o requerimento ao MRE, o Deputado ressalta: “lembramos a responsabilidade histórica do país para com um vasto continente que não podemos seguir ignorando, sob pena de falharmos ao destino de nação-líder que nos compete no Hemisfério Sul”¹⁰⁹.

O Itamaraty respondeu pelo ofício DAM/ONU/24/931.(41) (00), de 29 de maio de 1964, assinado pelo Chanceler Vasco Leitão da Cunha¹¹⁰. Nele, o MRE manifestou o interesse do país pelo Sexto Continente.

Os estudos efetuados no Ministério das Relações Exteriores preveem a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida, de 1959 [...] Em maio de 1958, quando se iniciaram as gestões para a realização da Conferência que culminou na assinatura do Tratado da Antártida, o Brasil pleiteou junto ao Departamento de Estado sua inclusão entre os países que debateriam o assunto. O governo de Washington, entretanto, manteve-se inflexível no critério já adotado (participação exclusiva dos doze países que haviam tomado parte no programa antártico do Ano Geofísico Internacional) a fim de limitar o número das delegações, com o fim de evitar a transformação da reunião em palco de dissensões políticas¹¹¹.

Na imprensa, uns poucos artigos sobre o tema, mas nada que alterasse o quadro de total falta de interesse pela presença brasileira na Antártica.

¹⁰⁹ Cópia do Requerimento e do ofício DAM/ONU/24/931.(41) (00), do MRE foram obtidas junto ao Arquivo da Câmara dos Deputados, Brasília, DF, por consulta via internet.

¹¹⁰ O Embaixador Vasco Leitão da Cunha (1903-1984) foi o Primeiro Chanceler do regime militar, permanecendo no cargo de 4 de abril de 1964 a 17 de janeiro de 1966 (ABREU; LAMARÃO, 2007).

¹¹¹ *Idem*.

4.3.4 Enfim, a adesão: os anos 1970

A década de 1970, em termos do interesse brasileiro na Antártica, começou com um pronunciamento, em 28 de novembro de 1970, no Congresso Nacional, do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes (foi Deputado Federal pela Guanabara, de 1955 a 1975) defendendo os direitos territoriais brasileiros naquele continente. O Deputado Eurípides, que se tornou grande amigo da Professora Therezinha de Castro, apresentou um detalhado trabalho na ESG, com o título “Antártica: Interesses Nacionais”, durante seu Curso de Altos Estudos, em 1972, reafirmando a importância estratégica da Antártica para o Brasil¹¹². No cap. 5, o papel do Deputado Eurípides será detalhado como um dos elementos internos mais relevantes que podem ter influenciado a decisão pela adesão ao Tratado (MENEZES, 1982).

As ideias da Professora Therezinha e do Deputado Eurípides viriam a incentivar um grupo de intelectuais a fundar, no dia 07 de setembro de 1972, o IBEA, na sede do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. O objetivo máximo do IBEA era realizar a primeira expedição científica brasileira à Antártica, totalmente financiada pela iniciativa privada. Mas o governo brasileiro decidiu não apoiar essa iniciativa, segundo diversos autores, preocupado que estava com um possível agravamento das relações com a Argentina, já conturbadas em razão da construção da hidrelétrica de Itaipu, em parceria com o Paraguai. O IBEA e seu possível papel como elemento influenciador de Geisel e seus assessores diretos, pela adesão ao Tratado, será abordada em mais detalhes no cap. 5 (AZAMBUJA, 2005).

A crise mundial dos preços do petróleo de 1973¹¹³, a alegada revisão do Tratado da Antártica em 1991¹¹⁴ e, conseqüentemente, a possibilidade de prospecção

¹¹² Esta pesquisa teve acesso a todo o acervo pessoal deixado pelo Deputado Eurípides e dentre muitos documentos constam diversos telegramas enviados por inúmeras autoridades brasileiras saudando o Deputado por seus discursos em defesa da Antártica, inclusive por seu trabalho apresentado na ESG, cuja cópia foi enviada pelo autor para outros parlamentares, ministros de Estado etc.

¹¹³ Na época, o Brasil era grande importador de petróleo e o preço do barril quadruplicou no mercado internacional. A crise de 1973 e seus reflexos para o Brasil, bem como sua interferência com a decisão pela adesão, serão ampliados no cap. 5.

¹¹⁴ No item 2. a) do artigo XII, o que está escrito é: “*Si después de expirados treinta años, contados desde la fecha de entrada en vigencia dele presente Tratado, cualquiera de las Partes*

mineral no continente sem a presença do Brasil levaram o MRE¹¹⁵ a submeter proposta de adesão ao Tratado para o Presidente ainda no começo de sua gestão, em 28 de maio de 1974. Geisel, em setembro de 1974, decidiu por aguardar “um momento mais adequado”. Possivelmente, estaria preocupado com a reação argentina, já que havia naquele país movimento hostil ao Brasil na disputa por territórios na Antártica, utilizando a Teoria da Defrontação, o que impactaria diretamente nas áreas reivindicadas pela Argentina e pelo Reino Unido (FERREIRA, 2009).

Em 16 de maio de 1975, o Presidente Geisel assinou o termo de adesão ao Tratado encaminhado ao governo norte-americano, que era o país depositário do mesmo¹¹⁶. O Congresso Nacional aprovou a adesão, pelo Decreto Legislativo nº 56, de 29 de junho, e o Presidente promulgou a partir do Decreto nº 75.963, de 11 de julho de 1975.

Após a adesão, por determinação do Presidente, um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) coordenado pelo Itamaraty foi estabelecido para propor a Política Antártica Brasileira. Esse grupo reuniu-se sob sigilo secreto em Brasília, de setembro a dezembro de 1975, numa primeira fase. O relatório do grupo, em forma de anteprojeto, previa a criação de dois órgãos: a Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR), órgão interministerial responsável pela formulação política, e o Instituto Antártico Brasileiro (IANTAR), responsável pela execução do Programa Antártico Brasileiro (BRASIL, 2013b). O IANTAR ficou sob

Contratantes, cuyos representantes están facultados a participar en las reuniones previstas en el artículo IX, así lo solicita, mediante una comunicación dirigida al Gobierno depositario, se celebrará, en el menor plazo posible, una Conferencia, de todas las Partes Contratantes para revisar el funcionamiento del presente Tratado”. Essa interpretação equivocada que, obrigatoriamente, em 1991, o Tratado seria revisto constou de diversos artigos e até mesmo de documentos oficiais do Governo brasileiro. Em 1991, nenhum dos Estados-membros invocou esse artigo XXI, e o Tratado não foi revisto. Todos os documentos oficiais, incluindo o próprio Tratado e as Atas de todas as reuniões estão disponíveis para consulta em: http://www.ats.aq/s/ats_keydocs.htm. Acesso 10 set. 2014.

¹¹⁵ O Ministro das Relações Exteriores era o Embaixador Antônio Azeredo da Silveira, que já tinha sido Embaixador na Argentina e sabia bem a importância que esse país dava ao sexto continente.

¹¹⁶ O período entre o discurso do Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes e a adesão ao Tratado será aprofundado no cap. 6 deste trabalho.

a estrutura do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)¹¹⁷.

Ainda em setembro de 1975, o Chanceler Azeredo da Silveira visitou o Reino Unido, onde recebeu oferecimento de diversos tipos de apoio para um programa antártico brasileiro. Entre esses apoios, estava o convite para embarque de um observador a bordo do HMS “*Bransfield*” e no HMS “*Endurance*” na próxima comissão do programa antártico inglês. O Itamaraty repassou o convite para a Marinha, que selecionou o Capitão-de-Corveta Luiz Antônio de Carvalho Ferraz¹¹⁸ para embarcar na expedição britânica àquele continente, de 27 de dezembro de 1975 a 9 de março de 1976¹¹⁹. Depois dos três oficiais da MB que embarcaram em três diferentes expedições chilenas na década de 1960, Ferraz foi o primeiro brasileiro em uma missão oficial a pisar na Antártica. Em seu relatório afirma ter sido muito bem recebido e que o oferecimento dos ingleses parecia ter motivações políticas, numa tentativa de atrair o Brasil para a área de influência deles em assuntos antárticos, numa possível contraposição a iniciativas argentinas (FERRAZ, 1977).

Após receber do GTI o anteprojeto das Diretrizes Gerais para a Política Nacional para Assuntos Antárticos, a Secretaria Geral do CSN fez algumas alterações e o apresentou ao Presidente da República para apreciação. Em 28 de outubro de 1976, foi aprovada pelo Presidente Geisel. O GTI, então, retomou seus trabalhos, agora para “fornecer subsídios para a definição dos encargos peculiares dos diversos órgãos da administração pública que venham a ter participação na Antártida”. Os trabalhos foram concluídos em 30 de março de 1977. Nenhum dos órgãos sugeridos pelo resultado do GTI (o CONANTAR e o IANTAR) foram criados no Governo Geisel¹²⁰.

¹¹⁷ Cópia dos relatórios elaborados pelos representantes da Marinha do Brasil no grupo de trabalho foram cedidos pelo Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha para esta pesquisa.

¹¹⁸ O Capitão-de-Corveta Ferraz era aperfeiçoado em hidrografia, com especialização em oceanografia pela USN *Postgraduate School*, entre os anos de 1973 e 1975, em Monterey, EUA.

¹¹⁹ Portaria nº 1.599, de 26 de dezembro de 1975, do Ministro da Marinha. Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha.

¹²⁰ Dados fazem parte de um *Aide Memoire* interno do EMFA, elaborado pela segunda subchefia (SC-2), de 17 de setembro de 1979. No despacho do subchefe da segunda seção ao vice-chefe

Como o Brasil ainda não havia realizado pesquisas no Sexto Continente, não poderia ser aceito como membro consultivo do Tratado, mesmo já tendo aderido formalmente a ele. Naquela época, nem mesmo como observador era permitido participar das reuniões dos membros consultivos, as ATCMs. A primeira conferência internacional específica sobre a Antártica a ter uma delegação oficial do Brasil ocorreu de 11 a 14 de abril de 1977, em Punta Arenas, Chile. O propósito oficial da mesma era “dar um panorama geral do desenvolvimento antártico na atualidade”, mas, segundo Ferraz (1977, p. 8), o real objetivo seria:

Verificar a receptividade internacional a possíveis sugestões, modificações e/ou adendos a serem propostos pelo Chile na próxima reunião de consulta dos países-membros do Tratado, em especial no que diz respeito à exploração de recursos minerais não renováveis¹²¹.

Participaram da reunião 13 países, sendo que, dos membros signatários originais do Tratado, apenas a URSS e a Bélgica não foram ao Chile. O chefe da delegação brasileira foi o Primeiro Secretário Ivan Cannabrava, do MRE, que ainda tinha o Capitão-de-Corveta Ferraz e o Doutor Dourimar Nunes de Souza, do Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico. O engenheiro João Wiltgen, presidente do IBEA, e seu chefe do Departamento Científico, Professor Aristides Pinto Coelho, único do Brasil a discursar, participaram do evento, mas não eram considerados oficialmente representantes do governo brasileiro¹²².

Como parte do processo de estruturação administrativa da Marinha para conduzir o Programa Antártico, foi criada em 19 de dezembro de 1979, em Brasília, a Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), órgão subordinado diretamente ao Ministro da Marinha¹²³.

do EMFA é sugerido que o assunto seja levado “ao PresRep por EM”. Cópia do *Aide Memoire* do EMFA obtida no Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha.

¹²¹ FERRAZ, L.A. de Carvalho. Relatório Especial apresentado à Diretoria de Hidrografia e Navegação. Secreto. 1977. Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia e Navegação. A ATCM IX ocorreu em Londres, de 19 de setembro a 7 de outubro de 1977.

¹²² Dados sobre a conferência de Punta Arenas constam do relatório secreto elaborado pelo então CC Ferraz. Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha.

¹²³ A Comissão Interministerial para Recursos do Mar (CIRM) foi criada pelo Decreto nº 74.577, de 12 de setembro de 1974. Hoje, o Comandante da Marinha, como autoridade marítima, é o seu coordenador, atuando por meio da Secretaria Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM).

4.3.5 A primeira expedição e a mudança de *status* para membro consultivo

Mas o Brasil somente teria sua adesão ao Tratado, como membro consultivo, ratificada pelos demais membros depois do lançamento do PROANTAR¹²⁴, em 12 de janeiro de 1982, e da execução de atividades científicas na região, o que ocorreu no mesmo ano.

Em palestra para os oficiais dos cursos de Estado-Maior na Escola de Guerra Naval, em 6 de abril de 1982, assim se pronunciou o Almirante de Esquadra Maximiano Fonseca, Ministro da Marinha, sobre a importância estratégica daquele continente para o Brasil:

O Brasil, conquanto tenha aderido ao Tratado da Antártida desde 1975, por ainda não ter realizado qualquer atividade científica substancial na região, acha-se impedido de participar das reuniões consultivas e do mecanismo decisório e, por isso mesmo, encontra-se cerceado na defesa de seus interesses naquele Continente [...] a Antártida ocupa posição estratégica significativa para a defesa continental [...] a intensificação do tráfego marítimo nacional pelas rotas do Cabo (sul da África) e pela dos estreitos de Drake e Magalhães torna a Antártida de grande importância para a segurança nacional [...] a Antártida possui, certamente, imensas reservas de recursos minerais ainda por explorar e para as quais não existe, no Tratado, a mínima referência [...] há indícios muito significativos da existência de vastos campos de petróleo no continente e na sua plataforma continental [...] Sem dúvida, os objetivos estratégicos fundamentais dos Estados Unidos e de outras grandes potências, que levaram à assinatura do Tratado [...] permanecem válidos.

A CIRM é constituída por representantes de diversos ministérios, designados pelo Ministro da Defesa, por delegação do Presidente da República.

¹²⁴ O PROANTAR foi criado pelo Decreto nº 86.830, de 12 de janeiro de 1982, sendo o seu texto atual de 2006. É gerenciado até hoje pela CIRM, tendo o Comandante da Marinha como coordenador. Este recebe as diretrizes políticas da Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR) emanadas da Presidência da República por intermédio do MRE (coordenador da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos - CONANTAR - e assessor do PresRep na formulação e consecução da POLANTAR) e as diretrizes científicas do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (coordena o Comitê Nacional de Pesquisas Antárticas - COMNAPA - responsável pela política científica e tecnológica do PROANTAR).

Entretanto, encontram-se ameaçados pelas alterações ocorridas na ordem internacional [...] o Tratado provavelmente enfrentará inúmeros problemas, que não estão adequadamente previstos [...] Entre estes [...] a descoberta de importantes recursos naturais; e o interesse na região por novos agentes [...] como empresas multinacionais, corporações internacionais e países em desenvolvimento, com interesses crescentes e divergentes [...] No que tange à Marinha, convém observar que o seu engajamento efetivo no Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR) estimulará as suas características oceânicas, levando-a a conhecer e operar na área de capital importância estratégica, tanto para a Segurança Nacional, quanto para a defesa continental (TIAR – [Tratado Interamericano de Assistência Recíproca]) e até ocidental [...] A contribuição da Marinha para a efetivação da presença do Brasil na Antártida constituir-se-á, sem dúvida, se não na mais importante, em uma das mais importantes missões que cumprirá nesta segunda metade do século (FONSECA, 1982, palestra).

Mas a Marinha ainda não possuía navio adequado para operações em regiões polares. Em 28 de setembro de 1982, a MB incorporou na Dinamarca o navio “*Thala Dan*”, veterano em operações no Ártico, classificado como navio de apoio oceanográfico e que recebeu o nome de “Barão de Teffé”.

Em 20 de dezembro daquele ano, teve início a primeira expedição exploratória científica à Antártica, com os navios NApOc “Barão de Teffe”¹²⁵, da Marinha do Brasil, e o NP “Professor W. Besnard”, da USP¹²⁶, que suspenderam, respectivamente, dos portos do Rio de Janeiro e de Santos. No dia da saída do Rio, a presença do Presidente da República João Figueiredo ratificou o apoio do mais alto nível político ao programa. Os dois navios chegaram a Rio Grande-RS em 23 de dezembro e suspenderam em 26 de dezembro. O NApOc “Barão de Teffé” seguiu diretamente para a Antártica, tendo chegado à estação científica

¹²⁵ O NApOc “Barão de Teffé” na primeira expedição era comandado pelo Capitão-de-Mar-e-Guerra Fernando José Andrade Pastor Almeida e o coordenador científico chefe da Marinha na expedição era o Capitão-de-Fragata Eugênio J. F. Neiva. A bordo também viajaram dois oficiais da Marinha chilena, um da Marinha argentina e um da Marinha peruana. O representante do Itamaraty foi o Conselheiro Luiz Filipe de Macedo Soares, que, posteriormente, seria o primeiro chefe da Divisão do Mar, da Antártida e do Espaço no Itamaraty, de 1985 a 1987 (SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA MARINHA - SRPM, 1983) e em: <http://www.brazil.guide.com.br/port/relext/mre/estrut/eorg/curriculum-sgas.php>. Acesso em: 19 nov. 2014.

¹²⁶ O Instituto de Oceanografia da USP (IOUSP) foi criado em 1946, ainda como Instituto Paulista de Oceanografia (foi incorporado pela USP em 1951), a fim de contribuir com os estudos relacionados à pesca. O professor russo Wladimir Besnard (1890-1960) foi seu diretor de 1946 até seu falecimento. Embora já existisse o IOUSP, não foram encontrados registros da participação de pesquisadores do instituto, a bordo dos navios da MB que participaram do AGI (1957-58). O navio de pesquisas “Professor W. Besnard” foi construído na Noruega e de lá partiu para o Brasil em 1967, tendo participado das operações à Antártica, em coordenação com os navios da MB até 1988 (seis expedições). Na primeira expedição, o comandante do navio era o senhor Adilson Luiz Gama e o pesquisador chefe o doutor Motonaga Iwai do IO-USP. Informações sobre o IOUSP disponíveis em: <http://www.io.usp.br/index.php/institucional/historico>. Acesso em: 20 nov. 2014.

polonesa *Arctowski* em 5 de janeiro de 1983, data considerada a chegada oficial da primeira expedição brasileira ao Sexto Continente. Um dos objetivos dessa primeira expedição era o reconhecimento da região, a fim de escolher o local onde seria construída a estação científica brasileira. Foi visitado pelo “Barão de Teffé” o total de oito estações científicas e pelo “Prof. W. Besnard”, quatro. O “Prof. W. Besnard” chegou ao porto de Santos em 23 de fevereiro de 1983 e o “Barão de Teffé” ao Rio de Janeiro em 28 de fevereiro (SRPM, 1983).

A Força Aérea Brasileira (FAB) fez-se presente na Antártica pela primeira vez com o pouso da aeronave *Hércules C-130*, prefixo 2463, do 1º/1º Grupo de Transporte¹²⁷, em 23 de agosto de 1983, no aeródromo chileno *Marsh* (parte do complexo da Estação Presidente Eduardo Frei), comandado pelo Major Aviador Sabino Freire de Lima Filho (NUNES, 2005).

Em 12 de setembro de 1983, durante a V Assembleia Consultiva Especial ocorrida em Camberra, Austrália, em paralelo à XII ATCM, o Brasil, juntamente com a Índia, foi aceito como membro consultivo do Tratado da Antártica. O Embaixador Marcos Azambuja era o chefe da delegação brasileira¹²⁸.

Em 2 de dezembro de 1983 foi inaugurada a Estação de Apoio Antártico (ESANTAR) em área da Fundação Universidade Federal do Rio Grande, Rio

¹²⁷ O 1º/1º Esquadrão de Transporte, também conhecido como “Gordo”, é sediado no Rio de Janeiro e realiza em média 10 voos por ano para o apoio logístico ao Programa Antártico Brasileiro. Após a decolagem do Rio de Janeiro a aeronave faz uma escala em Pelotas-RS, para o recebimento de material da Estação de Apoio Antártico. Em seguida decola para Punta Arenas (seis horas de voo), no Chile, onde aguarda a janela da meteorologia para se deslocar para o aeródromo *Teniente Marsh* (pista de 1.292 m) na base chilena Eduardo Frei (2,5 horas de voo), na ilha Rei George, onde também fica a EACF. De Frei para Ferraz são 20 minutos de helicóptero ou quatro horas de navio. No inverno não é possível o deslocamento dos navios de Frei para Ferraz, o que leva às aeronaves da FAB a lançar os suprimentos em voo para os 15 militares do grupo base da EACF que lá permanecem no inverno. Esses lançamentos passaram a ocorrer somente a partir de 1992, na OPERANTAR X, quando uma aeronave da FAB fez um lançamento de uma carga de 120 kg (PESSINI, 2013).

¹²⁸ Mantendo sua histórica postura de independência em relação ao Tratado, como já visto anteriormente, os indianos enviaram uma expedição secreta à Antártica no verão de 1981 a 1982, mesmo antes do país nem mesmo ter aderido ao regime. Tal movimento da Índia levou os demais membros do Tratado a buscarem rápida solução política, o que redundou na adesão do país ao Tratado, em 19 de agosto de 1983, e à aceitação do como membro consultivo, juntamente com o Brasil, em setembro. Indira Gandhi (1917-1984) era a primeira-ministra da Índia nesse período (CHATURVEDI, 2013).

Grande do Sul. A estação tornou-se parada obrigatória para as expedições brasileiras ao continente, tanto dos navios como das aeronaves da FAB¹²⁹.

Em 3 de janeiro de 1984 suspendeu do Rio de Janeiro o NApOc “Barão de Teffé” para a segunda expedição brasileira à Antártica, dessa vez, com a importante missão de construir a estação científica brasileira. Os possíveis locais levantados na primeira expedição foram novamente visitados nessa segunda vez entre 21 e 25 de janeiro de 1984, a fim de ser escolhido o local definitivo. Foi selecionada uma área onde já existira uma estação baleeira e, posteriormente, meteorológica inglesa, dentro da Baía do Almirantado, na ilha Rei George. A montagem da estação ocorreu de 25 de janeiro a 5 de fevereiro de 1984¹³⁰.

4.3.6 Trinta anos do Brasil na Antártica (1984-2014)

Em 6 de fevereiro de 1984, na ilha Rei George, nas *Shetlands* do Sul, o Brasil finalmente inaugurou sua estação científica na Antártica, a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), em homenagem póstuma ao Capitão-de-Fragata Luiz Antônio de Carvalho Ferraz¹³¹.

A cerimônia de hasteamento do pavilhão nacional foi presidida pelo comandante do NApOc “Barão de Teffé”, o Capitão-de-Mar-e-Guerra Paulo Cesar Adrião, que empossou o primeiro chefe da estação, Capitão-de-Corveta (FN) Edison Nascimento Martins¹³². Presentes à cerimônia representantes da Polônia (estação *Arctowski*), Chile (estações *Marsh*, *Alcazar* e *Piloto Pardo*), Argentina (estação

¹²⁹ Entre as atribuições da ESANTAR-RG constam a guarda, manutenção, aquisição, distribuição e controle de materiais enviados para a os navios, refúgios, acampamentos e a Estação Antártica Comandante Ferraz. Esse material inclui vestimentas especiais, veículos para uso no gelo, materiais para acampamento (barracas, geradores, lonas, estacas...) e alpinismo, gêneros alimentícios, medicamentos, e outros mantimentos. Dados referentes à ESANTAR-RG disponíveis em: <http://www.esantar.furg.br/>. Acesso em: 3 dez. 2014.

¹³⁰ Dados obtidos do “Relatório da Operação Antártica II”, de 1984, elaborado pelo coordenador da CIRM que acompanhou a expedição, Capitão-de-Fragata Fernando S. N. de Araújo. Cópia do referido relatório, parte do arquivo pessoal do Comandante Fernando Araújo, foi cedido para esta pesquisa em 10 de outubro de 2014.

¹³¹ O Capitão-de-Fragata Luiz Antônio de Carvalho Ferraz faleceu em 11 de agosto de 1982, de mal súbito, quando representava a Marinha do Brasil na V Assembleia Oceanográfica em Halifax, Canada.

¹³² A primeira tripulação da EACF foi composta de 12 pessoas: dois oficiais (sendo um médico), três sargentos e um cabo da MB; dois alpinistas civis; dois engenheiros e dois técnicos civis.

Jubani) e URSS (estação *Bellingshausen*), além das tripulações e pesquisadores do NApOc “Barão de Teffé” e NP “Prof. W. Besnard”. Por não estar ainda preparada para operar durante o inverno polar, a estação foi desativada em 9 de fevereiro de 1984 e somente reativada em 13 de dezembro do mesmo ano, por ocasião da Operação Antártica III¹³³.

O ano de 1984 ainda assinalaria outros marcos para a presença brasileira na Antártica, como foi o caso da publicação, em 28 de setembro, da primeira carta náutica brasileira da região antártica, elaborada pela Diretoria de Hidrografia e Navegação, com o título de “Antártica, Ilhas *Shetland* do Sul, Baía do Almirantado (Ilha do Rei George)”. Também nesse ano, em 1º de outubro, o Brasil tornou-se membro consultivo do SCAR - Comitê Científico de Pesquisas Antárticas (NUNES, 2005).

Em 2 de março de 1986 (Operação Antártica IV), e desde então, o país mantém uma equipe na Estação Ferraz durante todo o ano. Naquela primeira “invernada”, o grupo-base que permaneceu na estação era composto de 11 pessoas.

Nas operações Antártica V e VI (1986-1987 e 1987-1988), a Marinha também enviou o NOc “Almirante Câmara”, que realizou diversos levantamentos geofísicos no estreito de *Drake*, no de *Bransfield* e no Mar de *Bellinghausen*, com a presença de técnicos da Petrobras a bordo (NUNES, 2005).

Em 3 de junho de 1987, o Presidente José Sarney promulgou o Decreto nº 94.401, que aprovava a Política Nacional para Assuntos Antárticos (POLANTAR), que ainda permanece em vigor. A POLANTAR “visa à consecução dos objetivos do Brasil na Antártida, levando em consideração os compromissos assumidos no âmbito do Sistema do Tratado da Antártida”¹³⁴.

Com apenas quatro anos como membro consultivo, o Brasil sediou a XIV ATCM (Reunião Consultiva do Tratado da Antártica), de 5 a 16 de outubro de 1987, no

¹³³ “Relatório da Operação Antártica II”, de 1984, Capitão-de-Fragata Fernando S. N. de Araújo.

¹³⁴ Texto completo da POLANTAR disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1980-1989/1985-1987/D94401.htm. Acesso em: 29 nov. 2014.

Rio de Janeiro. Compareceram 33 países, sendo 20 membros consultivos, incluindo os mais recentes - Itália e República Democrática da Alemanha. Os outros 13 países participantes eram ainda membros aderentes não consultivos. O evento foi aberto pelo Ministro das Relações Exteriores Roberto de Abreu Sodré¹³⁵.

Em 1988, o NOC “Almirante Álvaro Alberto” foi incorporado à MB e participou das Operações Antártica VII e VIII. Ex “*Grant Marine*” foi construído nos EUA, em 1973, como apoio de plataformas, com capacidade para operar em condições de gelo moderado. Em 1982, sofreu extensa reforma para operar em pesquisa sísmica. Em 16 de dezembro de 1992, um grande incêndio a bordo provocou o seu naufrágio, na Lagoa dos Patos-RS¹³⁶.

O primeiro Presidente da República a estar na Antártica foi Fernando Collor de Mello (1990-1992), que visitou a Estação Antártica Comandante Ferraz em fevereiro de 1991. De lá encaminhou mensagem aos demais Presidentes dos países-membros consultivos elogiando o caráter preservacionista do Tratado que conseguiu “repudiar a atividade predatória, afastar a exploração mineral e consolidar a preservação do meio ambiente”. Esse evento pode ser relacionado ao aumento das ações a favor do meio ambiente no seu governo e no mesmo ano em que seria assinado o Protocolo de Madri, o Protocolo sobre Proteção Ambiental do Tratado da Antártica. Em junho de 1992, Collor recebeu representantes de 108 países para a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (RIO 92), ratificando essa proposta de grande preocupação com a sustentabilidade do planeta¹³⁷.

O geólogo da Universidade de São Paulo, Antônio Carlos Rocha Campos, após exercer o cargo de Secretário do SCAR de 1986 a 1992, foi eleito presidente

¹³⁵ O relatório da ATCM XIV está disponível em: http://www.ats.aq/documents/ATCM14/fr/ATCM14_fr001_e.pdf.

¹³⁶ Dados do “Almirante Álvaro Alberto” disponíveis em: www.naviosbrasileiros.com. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹³⁷ BRASIL. Presidência da República. Mensagem do Senhor Presidente da República aos Chefes de Estado dos Países-Membros do Tratado da Antártica. 22/03/1991. Arquivo CDO. *Apud* FERREIRA, 2009, p. 148.

daquela instituição em setembro de 1994, permanecendo até 1998, fato relevante, já que o Brasil tinha apenas 10 anos como membro consultivo do Tratado¹³⁸.

A necessidade de substituir o NAPOC “Barão de Teffé” fez com que a Marinha adquirisse, em 1994, outro navio capacitado para operar em campo de gelo fragmentado. Classificado como de apoio oceanográfico, recebeu o nome de “Ary Rongel”, EX “*Polar Queen*”; foi construído em 1981 na Noruega e substituiu o primeiro já na Operação Antártica XIII (1994-1995).

O glaciologista brasileiro Jefferson Córdia Simões¹³⁹ da Universidade Federal do Rio Grande do Sul chegou ao Polo Sul geográfico em 30 de novembro de 2004, juntamente com uma expedição chilena, após percorrer 1.140 km, em 16 dias, a partir da estação chilena de *Patriot Hills*. Foi o primeiro brasileiro a chegar lá por terra. Tal experiência foi importante para o projeto Criosfera I. No verão austral de 2011/2012, Simões liderou uma expedição científica brasileira que chegou a 670 km do Polo Sul geográfico, estabelecendo em 12 de janeiro de 2012 um módulo de pesquisas científicas, construído na Suécia, chamado Criosfera I, totalmente automatizado e autônomo¹⁴⁰, a 2.500 km da EACF (GANDRA, 2013; NUNES, 2005).

Em 17 de fevereiro de 2008 deu-se a segunda visita de um Presidente brasileiro à EACF, como parte das comemorações pelos 25 anos da primeira expedição

¹³⁸ O Professor Rocha Campos graduou-se em Geologia pela Universidade de São Paulo em 1964, tendo assumido como professor titular daquela universidade em 1980. A partir de 2002, passou a ser membro honorário da instituição. A lista completa dos membros da diretoria do SCAR, desde sua fundação em 1957, encontra-se disponível em: <http://www.webarchive.org.uk/wayback/archive/20120921104932/http://www.scar.org/about/history/pastofficers.html>. Acesso em: 20 nov. 2014.

¹³⁹ O professor Jeferson Simões é professor do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Possui graduação em Geologia pela mesma universidade, doutorado em Glaciologia pelo *Scott Polar Research Institute* (SPRI, 2014) da Universidade de Cambridge e pós-doutorado pelo *Laboratoire de Glaciologie et Géophysique de l'Environnement* (LGGE) do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). É representante altermo brasileiro junto ao SCAR. Dados extraídos da entrevista concedida pelo professor Simões, em 9 de janeiro de 2014, disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/527084>. Acesso em: 15 maio 2014.

¹⁴⁰ A geração de energia é por meio de energia eólica e solar. Além da UFRGS, a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais participam do projeto. Os equipamentos e pessoal foram transportados por aeronaves especificamente contratadas para essa expedição.

brasileira ao Sexto Continente. O Presidente Lula da Silva foi acompanhado de diversas autoridades, como o Ministro da Defesa Nelson Jobim, o Ministro da Ciência e Tecnologia Sergio Resende e o Comandante da Marinha Almirante Júlio Soares de Moura Neto. Nessa visita foi apresentada ao Presidente a necessidade da aquisição de outro navio para operar na Antártica. Com sua concordância, em 3 de fevereiro de 2009 foi incorporado à MB o navio polar “Almirante Maximiano”, ex-“*American Empress*”, construído nos EUA em 1974 como navio de apoio. Foi transformado em navio pesqueiro quando passou por grandes modificações estruturais na Noruega, em 1988. Posteriormente, na Alemanha, foi convertido em navio de pesquisa, tendo recebido laboratórios e grande rol de equipamentos. O “Almirante Maximiano” juntou-se ao “*Ary Rongel*” a partir da Operação Antártica XXVIII, no verão austral de 2009 para 2010 (ROCHA, 2011).

Em 25 de fevereiro de 2012, um grave incêndio destruiu grande parte da EACF, causando a morte de dois militares membros do grupo de apoio. A providência imediata após o incêndio ter sido totalmente debelado foi vedar completamente as instalações, para evitar a entrada de gelo, o que dificultaria muito a remoção dos escombros. Após a retirada de todos os militares e civis que estavam na estação, quatro militares da Marinha do Brasil permaneceram na base chilena “Eduardo Frei”, também na Ilha Rei George, com o propósito de manter presença regular na área da estação brasileira durante o inverno antártico.

De novembro de 2012 a março de 2013, como parte da OPERANTAR XXXI, uma complexa operação foi montada para a retirada de todos os escombros da estação, sempre com cuidado redobrado em relação ao meio ambiente. Em março de 2013 foram instalados módulos antárticos emergenciais, que nada mais são do que contêineres especiais, na área onde era o heliporto da EACF. Esses módulos passaram a funcionar como laboratórios, alojamentos, etc. As pesquisas também continuaram nos refúgios e a bordo dos navios “Almirante Maximiano” e “*Ary Rongel*” da Marinha, com diversos pesquisadores embarcados. No inverno de 2013, 15 militares permaneceram nesses módulos, mantendo a presença constante do Brasil naquele continente.

Em 10 de outubro de 2013, o projeto executivo da nova estação antártica, que terá a capacidade para alojar até 64 pessoas entre cientistas e pessoal de apoio, foi entregue pelo Estúdio 41, escritório de arquitetura sediado em Curitiba-PR¹⁴¹.

De 28 de abril a 7 de maio de 2014 o Brasil sediou, pela segunda vez, uma Reunião dos Membros do Tratado da Antártica, a ATCM XXXVII, em Brasília. A abertura da reunião, ocorrida no dia 28 de abril, contou com as presenças do Ministro das Relações Exteriores Embaixador Luiz Alberto Figueiredo Machado, da Ministra do Meio Ambiente Izabela Teixeira, do Ministro da Defesa Embaixador Celso Amorim e do Comandante da Marinha Almirante Moura Neto. Em seu discurso de abertura, o Chanceler Figueiredo reiterou o compromisso do Brasil com o Tratado e ressaltou a importância estratégica da Antártica para o país.

Até outubro de 2014, quando teve início a XXXIII Operação Antártica com a saída do Rio de Janeiro dos navios “*Ary Rongel*” e “*Almirante Maximiano*”, ainda não havia sido homologado o processo licitatório para a construção da nova EACF.

4.4 Considerações

O continente antártico, por suas severas condições de habitabilidade, é o único do planeta que não possui população autóctone. No verão, a população de pesquisadores e pessoal de apoio das estações científicas chega a cinco mil pessoas e no inverno, cerca de mil permanecem nas estações científicas do continente. A temperatura média no inverno é de -60°C e no verão fica em -30°C. Aproximadamente 98% do continente são permanentemente cobertos de gelo (espessura média de 2.600 m). O continente também é o mais seco da Terra, com precipitação média de 150 mm por ano (tão seco como o deserto do Saara).

¹⁴¹ Dados referentes ao sinistro ocorrido na EACF e os trabalhos realizados pelo Brasil na Antártica foram retirados do sítio do Programa Antártico Brasileiro, disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/proantar.html>, e da exposição do Contra-Almirante Marcos Silva Rodrigues, Secretário Executivo da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), à Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, na Câmara dos Deputados, em 08 de abril de 2014. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/documentos/notas-taquigraficas/audiencia-publica-discutir-a-atual-situacao-da-estacao-comandante-ferraz-localizada-no-continente-antartico-apos-o-incendio-ocorrido-em-2012-os-projetos-que-estao-sendo-desenvolvidos-e-a-construcao-da-nova-estacao/view>. Acesso 10 nov. 2014.

A área total é de 13.661.000 km², maior que o Canadá e equivalente a 1,6 vez o Brasil. Em termos de riquezas minerais, estima-se que a Antártica seja abundante em petróleo, gás, cobre, urânio, entre outros minerais de grande valor comercial. Isso reiterando que possui 70% da água doce do planeta (SCAR, 2014).

Após algumas tentativas de se confirmar a existência do Sexto Continente, foi a expedição comandada pelo russo Bellinghausen, em 1820, a primeira a chegar efetivamente ao continente antártico. A exploração predatória de mamíferos marinhos foi o grande atrativo para os exploradores desse continente, durante praticamente todo o século XIX. Após as primeiras expedições científicas ao continente, ocorridas no final do século XIX, vieram as reivindicações territoriais. Em 1908 surgiu a primeira, feita pelo Reino Unido, que reivindicou uma região que chegava, na época, a incluir as Ilhas Malvinas. Nas décadas seguintes, a reivindicação foi alterada para o que permanece até hoje conhecido como o *British Antarctic Territory*. Em seguida, reivindicaram, formalmente, territórios na Antártica, a Nova Zelândia, em 1923; a França, em 1924; a Austrália, em 1933; e a Noruega, em 1939 (DAY, 2013).

A Segunda Guerra Mundial (1939-1945) reduziu bastante as expedições para a Antártica, mas em 1940 Argentina e Chile formalizaram seus interesses territoriais no continente. As respectivas áreas possuíam coincidências entre si e, em parte, com o território reivindicado pelo Reino Unido, todas incluindo a Península Antártica como pertencendo a seus respectivos países. Cabe mencionar que, por sua proximidade com a América do Sul e por suas condições climáticas relativamente mais amenas que o restante do continente, a grande maioria das estações científicas na Antártica está localizada nessa península (DAY, 2013).

Com o fim do conflito, os norte-americanos e os soviéticos passaram a ser os protagonistas no sistema internacional e a posição deles em relação à Antártica tornou-se altamente relevante para o destino daquele continente. Logo ao final da guerra, os EUA, que até aquele momento não haviam se posicionado claramente em relação a pretensões territoriais na Antártica, realizaram a maior expedição já registrada para a região, até hoje. A Operação High Jump, de agosto de 1946 a

fevereiro de 1947, contou com 13 navios e em torno de 4,5 mil militares (DAY, 2013).

Já a URSS, 125 anos depois da última expedição no século XIX, voltou a organizar uma expedição à Antártica, a *Slava Flotilla*, de 1946. O posicionamento do país em relação ao continente não era territorialista, mas tinha direito a participar em qualquer fórum de discussão sobre o destino da Antártica, já que tinham sido eles que primeiro chegaram ao Sexto Continente, como já visto anteriormente neste trabalho. Com o término da guerra na Coreia e com a morte de Stalin (ambas ocorridas em 1953), a situação evoluiu no sentido de ser dada mais atenção às solicitações dos cientistas soviéticos que pleiteavam grande participação do país no AGI, programado para ocorrer de julho de 1957 a dezembro de 1958. O país acabou tendo grande participação nesse evento, com a construção de duas estações científicas permanentes, uma em fevereiro de 1956, a estação *Mirny*, e outra em dezembro de 1957, a estação *Vostok*, localizada bem próxima do Polo Sul magnético (DAY, 2013).

A Marinha norte-americana foi o órgão responsável por todo o apoio logístico às expedições *Deepfreeze* (1955-56 e 1956-57), as duas grandes expedições científicas dos EUA em preparação ao AGI. Como resultado dessas duas expedições, em fevereiro de 1956 foi inaugurada a estação científica norte-americana de *Mc Murdo*, até hoje, a maior na Antártica, chegando a alojar nos momentos de pico do verão até 1.300 pessoas entre pesquisadores e militares de apoio. E em novembro de 1956, os norte-americanos construíram a estação científica de *Amundsen-Scott*, exatamente no Polo Sul geográfico.

O Presidente Dwight Eisenhower, em maio de 1958, convidou outros 11 países para participarem da conferência, que teve início em 15 de outubro de 1959, em Washington, D.C., a fim de estabelecer um regime jurídico único para a Antártica, reduzir a possibilidade de conflitos entre os países que reivindicavam território e por temer algumas iniciativas de internacionalização do continente (DAY, 2013).

O Brasil acabou não sendo convidado e encaminhou nota diplomática de protesto ao governo daquele país, ainda em 1958. A referida nota não teve resultado

concreto e o Brasil não participou da conferência. Cabe mencionar que o país não tinha efetivamente realizado alguma expedição à Antártica até aquele momento, como foi o caso dos 12 países que participaram da reunião. Nenhum brasileiro sequer havia estado no continente antártico até o início do AGI – o primeiro foi o médico Durval Borges, que lá esteve acompanhando expedição norte-americana, em fevereiro de 1958. Durante o AGI, a Marinha do Brasil realizou diversas pesquisas científicas, mas todas em águas jurisdicionais brasileiras (MENEZES, 1982).

Em 1º de dezembro de 1959 foi assinado o Tratado da Antártica, que é composto de 14 artigos, dos quais se destacam: o uso da Antártica para fins pacíficos (sendo proibido qualquer teste de armas, inclusive as nucleares; instalação de bases militares ou realização de exercícios militares); a liberdade de pesquisa científica na região; a facilitação da cooperação internacional na Antártica; e o congelamento das reivindicações territoriais daqueles sete países. O Tratado entrou em vigor em junho de 1961 (DAY, 2003).

A crise mundial dos preços do petróleo de 1973 e a grande preocupação de que o Tratado da Antártica fosse revisto em 1991 autorizando a prospecção mineral no continente sem a presença do Brasil levaram o Chanceler Azeredo da Silveira a submeter exposição de motivos ao Presidente Ernesto Geisel em 28 de maio de 1974, para que o Brasil aderisse ao Tratado. Também cabe realçar a pressão exercida por parcela da intelectualidade brasileira, como Therezinha de Castro e Eurípides Menezes, em termos de artigos em periódicos, palestras e a criação do IBEA. Em 16 de maio de 1975, o Presidente Geisel assinou o termo de adesão ao Tratado, encaminhado ao governo dos EUA.

Depois de sete anos de discussões sobre como seria a estrutura do Programa Antártico Brasileiro, o mesmo foi aprovado em janeiro de 1982, com a Marinha do Brasil sendo a responsável pela coordenação do programa. Em dezembro do mesmo ano iniciou-se a primeira expedição científica brasileira ao Sexto Continente, com o navio da Marinha “Barão de Teffé” e o da Universidade de São Paulo, “Professor W. Besnard”.

Em setembro de 1983, o Brasil foi aprovado como membro consultivo aderente do Tratado, passando a ter direito a voto nas reuniões. Na segunda expedição científica ao continente, ficou pronta a EACF, em fevereiro de 1984, que passou a ter ocupação permanente (durante todo o ano) somente a partir de 1986.

Na conferência de Madri, em 1991, os países-membros do Tratado reuniram-se e celebraram o chamado Protocolo do Meio Ambiente, que complementa o previsto no Tratado da Antártica e posterga para mais 50 anos a decisão sobre a exploração mineral no continente. O Protocolo de Madri entrou em vigor em 1998, após a ratificação por todos os países-membros consultivos.

Apenas para 2048 está prevista a volta da discussão sobre possíveis explorações minerais na Antártica, quando uma maioria simples pode alterar o atual regime de não exploração. Antes disso, somente com a concordância de todos os 29 membros consultivos, o que politicamente não é fácil de ser conseguido por envolver interesses de atores distintos no sistema internacional, como é o caso dos EUA, da Rússia e da China.

5 O PROCESSO DECISÓRIO ATÉ A ADESÃO

Neste capítulo, cerne desta dissertação, seguindo os preceitos de Análise de Política Externa, como vistos no cap. 2, o objetivo é analisar alguns dos fatores externos e internos que possam ter influenciado o Presidente Geisel na adesão ao Tratado da Antártica, bem como relacionar os atores mais próximos do Presidente que possam também ter tido participação na decisão.

Nas palavras do próprio Chanceler de Geisel, Azeredo da Silveira (1975, discurso):

[...] fácil é verificar que, ainda quando existam objetivos permanentes para a política externa de um país, os objetivos estratégicos e táticos têm necessariamente de refletir as dinâmicas transformações que ocorrem no quadro externo e interno que condicionam a atividade diplomática¹⁴².

A primeira parte terá como foco duas circunstâncias conjunturais do cenário externo. Inicialmente, as relações do Brasil com a Argentina, país com interesse histórico no continente antártico e que na década de 1970 manteve situação diplomática crítica com o Brasil, principalmente por conta de aspectos técnicos e políticos relacionados à construção da hidrelétrica de Itaipu entre o Brasil e o Paraguai. Em seguida, a denominada “crise do petróleo de 1973” e suas consequências para a política externa brasileira. A grande dependência brasileira do petróleo internacional naquela época, associada ao aumento substancial dos preços do barril, com a guerra entre árabes e israelenses de outubro de 1973, pode ter, de certa forma, contribuído para a decisão pela adesão. Já eram conhecidos os indícios da existência de consideráveis jazidas de petróleo e gás na Antártica, e o Brasil deveria garantir as condições para também atuar naquele continente, embora ali fossem temporariamente proibidas a prospecção e exploração mineral, o que ainda está em vigor.

¹⁴² Discurso de Azeredo da Silveira em 8 de outubro de 1975, na abertura dos trabalhos do painel de assuntos internacionais, organizado pela Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados. Revista Brasileira de Política Internacional. 2º semestre de 1975, ano XVIII, nº69/72, p. 10-11.

A segunda parte do capítulo tratará sobre os elementos internos que possam ter influenciado, com destaque para a atuação do Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes, que foi o grande defensor da presença brasileira na Antártica no Congresso, desde seu pronunciamento de 28 de novembro de 1970 até dezembro de 1974, quando não foi reeleito para mais um mandato pela Guanabara. Além da repercussão da movimentação de Eurípides, também será analisado o impacto causado pela criação do IBEA, em setembro de 1972.

A terceira parte detalhará o perfil dos atores diretamente relacionados à adesão ao Tratado, quais sejam, o próprio Presidente, o General Ernesto Geisel, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Azeredo da Silveira e o Chefe da Casa Civil, o General Golbery do Couto e Silva.

5.1 O ambiente internacional

A partir de um apanhado geral sobre o ambiente internacional da primeira metade dos anos 1970, pretende-se aprofundar dois elementos que foram considerados de maior relevância para o processo de tomada de decisão em relação à adesão ao Tratado da Antártica, em 1975.

O mundo ainda vivia o ambiente da Guerra Fria (1947-1989), com as duas potências, EUA e URSS, principais protagonistas na cena internacional, preocupadas em manter seus respectivos blocos de países alinhados. Alguns fatos relevantes podem ser destacados nessa conjuntura: a ascensão da República Popular da China à posição de membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, em outubro de 1971, no lugar de Formosa; a derrota norte-americana no Vietnã, com a retirada dos últimos soldados em março de 1973; o conflito entre árabes e israelenses, em outubro de 1973, que será um pouco mais aprofundado no subitem 5.1.2; a Revolução dos Cravos, em Portugal, em abril de 1974, com o início da descolonização portuguesa na África; e a renúncia do Presidente norte-americano Richard Nixon em agosto de 1974.

5.1.1 O Fator Argentina

A Argentina, que declarou sua independência da Espanha em 1816, sempre teve papel de destaque na política externa brasileira desde os tempos da independência do Brasil.

Cervo e Bueno (2012, p. 117) dividem em sete fases a política externa brasileira para a região da Bacia do Rio de Prata durante o Império:

- a) Tentativa de cooperação e entendimento para defesa das independências (1822-1824);
- b) Guerra da Cisplatina (1825-1828);
- c) política de neutralidade (1828-1843);
- d) passagem da neutralidade à intervenção (1844-1852);
- e) presença brasileira ativa (1851-1864);
- f) retorno à política intervencionista (1864-1876); e
- g) retraimento vigilante (1877-1889).

Um ano antes do 7 de setembro de 1822, Portugal havia anexado a Província Cisplatina, provocando o descontentamento dos argentinos. Estes retomaram a província em 1825, levando os dois países ao conflito, somente resolvido por arbitragem inglesa, em 1828, que decidiu pela criação do Uruguai. A percepção brasileira em relação aos argentinos era de que o governante de Buenos Aires, Juan Manuel Rosas (1829-1852), tinha como o grande projeto a recomposição do Vice-Reinado do Prata¹⁴³. Sua aliança com o governante uruguaio, Manuel Oribe, levou o Brasil a se juntar às Províncias de Entre Rios e Corrientes, da Confederação Argentina, comandada por José Urquiza, contra Oribe e Rosas, no conflito que ficou conhecido como Guerra do Prata (1851-1852). Com a vitória da aliança, Urquiza assumiu o poder na Argentina, mas a situação continuou instável, pois Buenos Aires tinha o poder econômico do seu lado e queria o poder político.

Em 1861, Bartolomeu Mitre, comandando as forças da província de Buenos Aires, venceu Urquiza e em 1862 foi eleito para a Presidência do país (1862-1868),

¹⁴³ O Vice-Reinado do Prata ou Vice-Reino do Rio da Prata foi criado pelo Império espanhol em 1776 e compreendia grande parte do que é hoje a Argentina, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia. A capital era Buenos Aires. Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/2/2-004.htm>. Acesso em: 22 dez. 2014.

momento considerado a junção definitiva da Confederação Argentina com o Estado de Buenos Aires. A Argentina tomou o formato conhecido atualmente (SARAIVA, 2012).

A Guerra da Tríplice Aliança (1865-1870), quando Argentina e Brasil lutaram do mesmo lado contra o Paraguai, iniciou um período de boas relações entre os dois países. Com a Proclamação da República no Brasil, em 1889, quando a Argentina foi o segundo país a reconhecer, logo após o Uruguai, as relações ganharam força e nem mesmo a questão de limites na região das Missões ou Palmas, decidida por laudo arbitral do Presidente Glover Cleveland, dos EUA, abalou o relacionamento entre Buenos Aires e Rio de Janeiro.

Esse espírito, também conhecido como “cordialidade oficial”, prosseguiu nos anos do Barão do Rio Branco como chanceler brasileiro (1902-1912), embora a visão entre os militares argentinos e brasileiros e de parte das duas sociedades fosse ainda de relativa rivalidade. Rio Branco acreditava ser importante evitar passar uma imagem expansionista para os demais países da região, em especial os fronteiriços, além de buscar a construção de interesses comuns por meio do comércio e de um discurso pacifista. Seu período no Itamaraty também foi destacado pela aproximação com a nova potência que se destacava no cenário internacional, os Estados Unidos da América. O Brasil, para Rio Branco, poderia ser a “contrapartida” dos EUA na América do Sul, enquanto a Argentina mantinha a Inglaterra como seu principal parceiro extrarregional. A fim de evitar qualquer desdobramento dentro da postura de “cordialidade oficial”, Rio Branco chegou a propor a formação de um pacto envolvendo a Argentina, o Brasil e o Chile (Pacto ABC), em 1904, o que foi rejeitado por Buenos Aires¹⁴⁴. Esse mesmo pacto foi novamente colocado na mesa de negociações em 1915, tendo, inclusive, sido assinado pelos três países, mas referendado apenas pelo Congresso brasileiro (CERVO; BUENO, 2012; SARAIVA, 2012).

¹⁴⁴ Na época, o novo programa de reaparelhamento da MB aprovado em 1904 gerava grande desconfiança nos argentinos. “O alarmismo do *La Prensa*, que via o Brasil transformando-se em potência militar, aumentou com a elevação da legação brasileira em Washington à categoria de embaixada, em 1905”. A nova embaixada tinha à frente o Embaixador Joaquim Nabuco, que lá mesmo veio a falecer, em 1910. Nabuco foi um dos grandes defensores, ao lado de Rio Branco, da parceria estratégica com os EUA (CERVO; BUENO, 2012, p. 210).

Após as brigas internas que levaram à unificação do país e o conflito contra o Paraguai, a Argentina entrou num ciclo de grande prosperidade econômica. Segundo Mello (1996, p. 28-29):

Entre 1886-1914 o PIB [Produto Interno Bruto] argentino saltou de US\$ 1 bilhão para US\$15 bilhões, sendo que às vésperas da Guerra o país era responsável pela metade da capacidade econômica e pela terça parte do comércio exterior de toda a América Latina.

Entre o início do século XX e a Segunda Grande Guerra, segundo Saraiva (2012), as visões brasileiras acerca do vizinho foram em geral de desconfianças, alternadas com crises diplomáticas e momentos de verdadeira indiferença. O Brasil participou da luta ao lado dos aliados ocidentais na Primeira Guerra, enquanto a Argentina se manteve neutra durante todo o conflito. Na verdade, o Brasil foi o único país da América Latina a participar com efetivos militares, o que levou o país a ser representado na Conferência de Paz de Versalhes, onde, com o apoio norte-americano, reivindicou o pagamento de indenizações de guerra por parte dos alemães¹⁴⁵. Esse posicionamento brasileiro ao lado dos “vencedores” chegou a gerar a expectativa de o país vir a assumir um papel de mais protagonismo na recém-criada Liga das Nações, o que acabou não ocorrendo, fato que levou o Brasil a deixar aquele organismo em 1926 (CERVO; BUENO, 2012). Nas primeiras décadas do século XX, o desenvolvimento econômico argentino destacava-se na América do Sul.

O modelo de inserção subalterna e especializada na divisão internacional do trabalho, onde a Argentina desempenhava o papel de granja ou celeiro, [...] só revelou os primeiros sintomas de esgotamento a partir do *crack* de 1929. Para se ter uma ideia da prosperidade portenha, basta apenas assinalar que, às vésperas da Grande Depressão, o PIB argentino era o dobro do brasileiro e equivalente ao produto bruto somado de todos os países sul-americanos (MELLO, 1996, p. 29-30).

A década de 1930 trouxe relevante mudança para os dois países, pois a forte recessão econômica que afetou todo o mundo levou o Brasil a assumir, embora ainda timidamente, um projeto de industrialização por substituição de importações. Isso foi o embrião da virada do país ocorrida nos anos 1960,

¹⁴⁵ Tais reivindicações foram acertadas considerando os navios alemães que o Brasil apreendeu em portos nacionais durante a guerra.

ultrapassando em muito o PIB argentino¹⁴⁶, ainda relativamente estagnado dentro do caráter agrário-exportador. Mas a atuação dos dois países em favor de uma solução pacífica para a Guerra do Chaco (1932-1935), entre Bolívia e Paraguai, levou a duas visitas presidenciais que contribuíram para sedimentar o conceito de “cordialidade oficial”. O Presidente Augustin P. Justo (1932-1938) visitou o Rio de Janeiro em 1933 e Getúlio Vargas visitou Buenos Aires em 1935, em sua primeira e única viagem ao exterior como Presidente da República. Nessa visita, o então Chanceler brasileiro, José Carlos de Macedo Soares, permaneceu em Buenos Aires, onde assinou, em junho de 1935, após intensas negociações, juntamente com representantes de outros países, o “Protocolo sobre a Convocação da Conferência da Paz relativa ao Conflito do Chaco”¹⁴⁷ (CERVO; BUENO, 2012; SARAIVA, 2012).

A posição de neutralidade argentina e a participação com tropas por parte do Brasil na Segunda Guerra Mundial, ao lado das potências ocidentais, fizeram pender a balança de influência para o lado brasileiro, principalmente com os EUA. A subida ao poder de Juan Domingos Perón¹⁴⁸ em 1946 trouxe um período de grande desenvolvimento, com apoio popular na Argentina. Perón, em termos de política externa, adotou uma postura chamada de “terceira posição”, que, segundo Cervo (2000, p. 14):

Requeria, operacionalmente, a autonomia de decisão diante das duas superpotências para levar adiante o projeto nacional [...] subentendia o não alinhamento a um dos lados e a diversificação das relações internacionais [...] Conforma-se com os desígnios de alcançar a independência econômica por meio do paradigma do desenvolvimento. Com o objetivo de robustecer o poder nacional, a terceira posição deu continuidade à disposição histórica de reafirmar os direitos territoriais sobre a Antártica, as Malvinas e a plataforma continental.

¹⁴⁶ Segundo Mello (1996, p. 31): “A equiparação do produto interno dos dois países no final da década de 50, serviu para evidenciar tanto o dinamismo do modelo brasileiro quanto o esgotamento do modelo argentino [...] em 1970 o PIB argentino representava perto de dois terços do PIB brasileiro, caindo para um terço em 1980”.

¹⁴⁷ O “Tratado Definitivo de Paz, Amizade e Limites” entre Bolívia e Paraguai somente seria firmado, também em Buenos Aires, em julho de 1938.

¹⁴⁸ Perón (1895-1974) foi Presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974, quando veio a falecer no exercício do cargo, passando a Presidência para sua esposa, Maria Estela Perón (Isabelita), que era a Vice-Presidente. Antes de assumir seu primeiro mandato, Perón foi oficial do Exército argentino, tendo chegado ao posto de coronel. Em 1943 fez parte do golpe militar que tomou o poder, vindo a assumir o Departamento Nacional do Trabalho e Bem-Estar Social, que acabou lhe dando grande projeção junto à classe trabalhadora (LANATA, 2011).

Enquanto isso no Brasil, duas correntes de opinião se enfrentavam: os “entreguistas ou internacionalistas”, pró-EUA, e os “nacionalistas”, voltados mais para a relativa independência do país em sua política externa. Essa disputa, de acordo com Cervo (2013), beneficiou, em parte, a Argentina, que procurou preencher a ausência brasileira firmando bilateralmente, em 1953, com o Chile (Ata de Santiago, em fevereiro) e com o Paraguai (Convênio de União Econômica Argentino-Paraguaia, em agosto) acordos de cunho econômico na direção de um possível bloco econômico regional. “A Argentina sabiamente ia agregando à sua política exterior aquele conteúdo econômico positivo de que carecia a política brasileira” (CERVO, 2013, p. 146-147).

A ideia de criação de um possível bloco econômico regional foi exposta pela primeira vez ao Embaixador brasileiro em Buenos Aires, Milton Almeida¹⁴⁹, pelo próprio Presidente Perón, ainda em abril de 1950. O mandatário argentino foi claro ao afirmar que os países mais pobres deveriam se juntar para fazer frente à influência das duas grandes superpotências. Mas essa não era a ideia do Governo Eurico Dutra (1946-1951) e de seu Chanceler Raul Fernandes¹⁵⁰. Dutra e Perón chegaram a se reunir em 1947, na cidade fronteiriça de Uruguaiana-RS, quando inauguraram a ponte internacional ligando os dois países. O encontro foi considerado positivo na avaliação do então Embaixador na Argentina, Ciro de Freitas-Valle¹⁵¹. A respeito do encontro, segundo Cervo (2013, p. 112):

O encontro de Uruguaiana foi útil para as relações regionais. Fez descer, para o governo brasileiro, o peronismo da mitologia à realidade e comprovou que Brasil e Argentina tinham interesses a concertar que transcendiam governos e regimes políticos. Seus resultados envolveram questões variadas e de grande interesse para os dois países e para a região.

¹⁴⁹ O General Milton de Freitas Almeida foi Embaixador na Argentina de outubro de 1948 até agosto de 1951. De fevereiro de 1949 a outubro de 1950, o Chanceler de Geisel, Azeredo da Silveira, foi Segundo Secretário na Embaixada em Buenos Aires (SPEKTOR, 2010).

¹⁵⁰ Raul Fernandes foi um jurista (tendo sido presidente da Ordem dos Advogados do Brasil de 1944 a 1946) e político fluminense com vários mandatos como Deputado; delegado do Brasil nas Conferências de Versalhes e em várias assembleias da Liga das Nações; aliado de Vargas em 1930, mas oposição a partir do golpe de 1937, foi fundador da União Democrática Nacional (UDN), em 1945, e Chanceler do Brasil nos governos Dutra (1946-1951) e Café Filho (1954-1955). Era um dos políticos brasileiros que não gostavam de Perón (ABREU; LAMARÃO, 2007).

¹⁵¹ Jurista e diplomata paulista, Freitas-Valle, que já tinha sido o encarregado de negócios em Buenos Aires de 1918 a 1919, ficou como Embaixador de 1947 a 1948, pois logo foi movimentado para assumir a Secretaria Geral do Itamaraty, no restante da gestão do Chanceler Raul Fernandes (ABREU; LAMARÃO, 2007).

Já sobre a política exterior do governo Dutra em relação à Argentina, Cervo (2013, p. 118) afirmou que a mesma:

Orientava-se pelos seguintes parâmetros de pensamento e ação: repulsa à ideia de integração regional, minguado esforço para contrabalançar a presença argentina nos países do Cone Sul e apoio à boa inserção da Argentina na comunidade pan-americana, sem melindrar o governo dos Estados Unidos. Com o tempo, essa política exterior tenderia ao confronto, por meio do que convencionamos chamar de diplomacia da obstrução. Por seu lado, Perón buscava decididamente a cooperação bilateral e regional de modo, se possível, a criar um bloco de países que promovesse coletivamente o desenvolvimento e resistisse, na medida do necessário, à dominação econômica e política dos Estados Unidos sobre a América Latina.

O segundo mandato de Getúlio Vargas (1951-1954) trouxe grandes expectativas na Argentina em relação ao estreitamento de laços entre os dois maiores países da América do Sul. Uma grande delegação argentina, incluindo cinco Ministros de Estado, os presidentes do Senado e da Câmara, além dos chefes militares, compareceu à posse de Vargas, em janeiro de 1951. Em agosto do mesmo ano, a chegada do novo Embaixador brasileiro em Buenos Aires, João Baptista Luzardo, teve recepção de Chefe de Estado, com a presença de Perón e sua esposa, Evita, além de todos os Ministros de Estado¹⁵². Por ser conhecido entusiasta do peronismo, os relatos de Luzardo eram bastante positivos em relação às ações de seu amigo Perón, o que não agradava ao Chanceler João Neves da Fontoura¹⁵³.

Em síntese, as relações entre Getúlio Vargas e Perón foram contraditórias, tendo o Presidente Vargas sofrido um pedido de *impeachment* em maio de 1954 por suposta conspiração com os governos da Argentina e do Chile (o chamado Pacto ABC, dito antiamericano pelos “entreguistas”). Perón, provavelmente insatisfeito com a indecisão de Vargas em relação às suas ideias de integração regional, fez

¹⁵² João Batista Luzardo foi um político gaúcho muito ligado a Getúlio Vargas, tendo sido Embaixador no Uruguai de 1938 a 1945, e Embaixador em Buenos Aires de maio a outubro de 1945, no final do primeiro Governo Vargas, e de maio de 1946 a fevereiro de 1947, já no governo Dutra. Com o retorno de Vargas à Presidência, foi o Embaixador em Buenos Aires de agosto de 1951 a outubro de 1953 (CERVO, 2013).

¹⁵³ O jurista e político gaúcho João Neves da Fontoura foi um dos principais aliados de Vargas na Revolução de 1930, mas ficou ao lado de São Paulo na Revolução Constitucionalista de 1932, o que lhe custou o exílio até 1935. Voltando ao Brasil, reassumiu sua cadeira na Câmara Federal, voltando a apoiar Vargas. Em 1945 filiou-se ao Partido Social Democrático e foi o primeiro Chanceler de Dutra em 1946 (por seis meses), voltando ao cargo no segundo governo Vargas, de 1951 a 1953, quando deixou o governo por insatisfação com alguns posicionamentos ambíguos do Presidente, em especial, em relação aos EUA, a quem apoiava (ABREU; LAMARÃO, 2007).

um discurso na ESG argentina, a princípio de caráter secreto, quando comentou sobre uma possível negociação em andamento com o Presidente brasileiro sobre o tema da integração. Com o suicídio de Vargas em agosto de 1954 e o golpe militar na Argentina em setembro de 1955, os dois líderes saíram de cena (BANDEIRA, 2010; CERVO, 2013; SARAIVA, 2012).

Na realidade, segundo Visentini (2013, p. 32), “embora ambos os países buscassem se acercar por complementaridades comerciais e atenuar a diplomacia de Washington com a América do Sul, inegavelmente disputavam a hegemonia regional”.

Na Argentina, o governo militar do General Pedro Aramburu¹⁵⁴ passou a Presidência para o eleito Arturo Frondizi (maio de 1958 a março de 1962) que, ao assumir, estabeleceu boas relações com Juscelino. Este, inclusive, fez questão de apresentar ao recém-empossado Presidente argentino a sua proposta para a chamada OPA, já comentada no cap. 4, via o encarregado de negócios brasileiro em Buenos Aires, o então Ministro-Conselheiro Gibson Barboza¹⁵⁵. Isso foi feito antes de apresentar a OPA para a comunidade diplomática no Rio de Janeiro, num claro sinal da vontade política do brasileiro de estreitar laços com seu parceiro argentino. Outra iniciativa importante nesse processo de aproximação foram os chamados “Acordos de Uruguiana”, celebrados na cidade fronteiriça brasileira, entre os Presidentes Jânio Quadros e Arturo Frondizi, ocorrido em 21 de abril de 1961. Os pontos mais importantes acertados pelos Presidentes, conforme Vidigal (2007), foram: coordenação política em organismos multilaterais; afirmação da condição sul-americana e ocidental; retirada das tropas das fronteiras; cooperação na área industrial; apoio mútuo à Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC); intercâmbio cultural e científico; e livre

¹⁵⁴ Pedro Eugenio Aramburu foi um general do Exército argentino que presidiu o país de dezembro de 1955 a maio de 1958, após a derrubada de Perón pelos militares argentinos. A chamada *Revolucion Libertadora* foi assim considerada por Peron: “*la revolucion de 1955 nos la hicieron los ingleses por un motivo econômico. Cuando asumí el gobierno, Argentina era una colônia de Inglaterra*” (LANATA, 2011, p. 503).

¹⁵⁵ Mario Gibson Alves Barboza, diplomata de carreira, foi Ministro-Conselheiro na embaixada brasileira na Argentina de 1956 a 1959, tendo sido Embaixador do Brasil em Viena de 1962 a 1966, em Assunção de 1966 a 1967, Secretário-Geral de 1968 a 1969, Embaixador em Washington de fevereiro a outubro de 1969 e Chanceler do governo Médici de 1969 a 1974 (ABREU; LAMARÃO, 2007).

trânsito de pessoas na fronteira entre os dois países. Esse evento acabou sendo retratado, posteriormente, por diversos autores, como o “espírito de Uruguaiana”. Vidigal (2007) relata que esse período de 1958 a 1962 foi o “primeiro ensaio de integração” entre os dois países. Esse bom relacionamento foi interrompido com a saída de Frondizi, em março de 1962, também por um golpe de Estado (CERVO, 2013; SARAIVA, 2012).

A assinatura da Ata das Cataratas entre os chanceleres do Brasil, Juracy Magalhães¹⁵⁶, e do Paraguai, Sapena Pastor¹⁵⁷, em junho de 1966, sobre a possibilidade de aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná entre os dois países, gerou um protesto formal argentino, preocupado não apenas com os seus projetos de aproveitamento hidrelétrico, mas talvez, ainda mais importante, com o possível aumento da influência do Brasil nos países menores da Bacia do Prata. Nessa perspectiva, o Tratado da Bacia do Prata¹⁵⁸, assinado em Brasília em junho de 1969, foi de certa forma uma reação argentina à Ata das Cataratas. As tratativas prosseguiram e em maio de 1971 foi assinada a Declaração de Assunção¹⁵⁹ por ocasião da IV Reunião de Chanceleres da Bacia do Prata. Em julho, os Presidentes Médici e Stroessner ratificaram os entendimentos de maio, em encontro ocorrido nas respectivas cidades fronteiriças de Bela Vista e Bela Vista Norte, quando inauguraram a ponte internacional sobre o rio Apa¹⁶⁰ (SARAIVA, 2012).

¹⁵⁶ O general e político cearense Juracy Montenegro Magalhães foi Ministro de Relações Exteriores do Presidente Castello Branco de 1966 a 1967, tendo sido governador da Bahia de 1959 a 1963 e Ministro da Justiça de 1965 a 1966 (CPDOC-FGV).

¹⁵⁷ O diplomata Raúl Sapena Pastor foi Chanceler do Paraguai de 1956 a 1976. Em 1947 foi o Embaixador paraguaio no Brasil e de 1948 a 1949, na Argentina.

¹⁵⁸ O Tratado foi antecedido por dois documentos importantes. A Declaração Conjunta de Buenos Aires, de fevereiro de 1967, que foi o primeiro encontro entre os chanceleres dos países da Bacia do Prata (Argentina, Brasil, Bolívia, Paraguai e Uruguai) e a Ata de Santa Cruz de La Sierra, assinada em maio de 1968.

¹⁵⁹ A Declaração de Assunção continha especificamente dois parágrafos fulcrais para as negociações entre Brasil e Paraguai a respeito do aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná. Um estabelecia que para os rios contíguos a soberania seria compartilhada entre os estados ribeirinhos; e a outra, mais importante para a questão com a Argentina, estabelecia que no caso dos rios internacionais de curso sucessivo, cada Estado poderia aproveitar as águas conforme suas necessidades, desde que não causasse prejuízo sensível a outro estado da Bacia (VILLELA, 1984).

¹⁶⁰ O documento não tratava apenas sobre o aproveitamento hidrelétrico do rio Paraná, que aparecia especificamente no parágrafo 3: “à disposição de ambos os governos de assegurar a realização dos estudos ora em curso e aproveitamento hidrelétrico do trecho do rio Paraná, desde e inclusive Sete Quedas ou Salto de Guaira até a foz do rio Iguazu”. Texto completo disponível

Em setembro de 1972, Argentina e Brasil, representados por seus respectivos chanceleres Gibson Barboza e Eduardo Mac Laughlin¹⁶¹, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, chegaram ao chamado Acordo de Nova York. Este regulava o tema da construção das hidrelétricas nos rios sucessivos, após intensas negociações sobre a questão da obrigatoriedade da consulta prévia, que os argentinos queriam impor ao Brasil. Mas em abril de 1973 a assinatura do Tratado de Itaipu, em Brasília, pelos chanceleres do Brasil e do Paraguai, com a presença dos Presidentes Emílio Médici e Alfredo Stroessner¹⁶², sobre o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do Rio Paraná, acirrou novamente os ânimos contra o Brasil em Buenos Aires, principalmente por ação da mídia argentina (SARAIVA, 2012).

Em 25 de maio de 1973, Hector Cámpora¹⁶³, candidato do partido justicialista, assumiu a Presidência após vencer as eleições de março, na qual o *slogan* principal foi “*Cámpora al gobierno y Perón al poder*”¹⁶⁴, tal era a influência do ex-Presidente, que havia sido impedido de concorrer pelos militares que estavam no poder. Em 20 de junho, Perón regressou ao país, após 18 anos de exílio. Seguindo uma promessa de campanha, Cámpora denunciou o Acordo de Nova York de setembro de 1972, com a entrega de uma nota assinada pelo Chanceler Juan Carlos Puig¹⁶⁵ ao Embaixador do Brasil em Buenos Aires, Azeredo da Silveira, em 10 de julho:

em: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1971/b_52/ . Acesso em: 10 de novembro de 2014.

¹⁶¹ O Brigadeiro da Força Aérea Argentina Eduardo Francisco Mac Laughlin foi o Ministro das Relações Exteriores da Argentina de junho de 1972 a maio de 1973, durante a Presidência do General Alejandro Lanusse (1918-1996).

¹⁶² O General Alfredo Stroessner Matiauda (1912-2006) governou o Paraguai de 1954 a 1989, quando foi deposto por um golpe de Estado, exilando-se no Brasil, onde veio a falecer em 2006.

¹⁶³ Héctor José Cámpora (1909-1980) foi um político argentino ligado a Perón, desde 1946, ano em que assumiu a presidência da Câmara dos Deputados até 1952. No golpe militar de 1955 foi preso, tendo conseguido fugir em 1956. Em 1971 regressou do exílio no Chile para, a mando de Perón, preparar a volta deste, em 1973. Como o governo do General Lanusse não autorizou Perón a concorrer nas eleições, Cámpora foi o escolhido e venceu com quase 50% dos votos. Três dias após sua posse restabeleceu relações diplomáticas do país com Cuba, Alemanha Oriental e Coreia do Norte. Após a posse de Perón, em outubro do mesmo ano, foi nomeado Embaixador no México.

¹⁶⁴ Disponível em: <http://www.argentina-rree.com/14/14-029.htm>. Acesso em: 10 nov. 2014.

¹⁶⁵ Foi Chanceler durante o curto governo de Cámpora de maio a julho de 1973. Foi um dos poucos Ministros de Cámpora substituídos por Lastíri. Assumiu como Chanceler da Argentina Alberto Juan Vignes, que seria confirmado também como Chanceler de Perón a partir de sua posse em outubro.

[...] em nome da mais eficiente e ativa cooperação entre nossos povos em matéria de tão fundamental significação, meu governo resolveu denunciar as notas reversivas subscritas em Nova York a 29 de setembro de 1972 [...] O governo argentino considera que, com isto, fica aberta a via para a negociação de um novo instrumento que plasme efetivamente o anseio de solidariedade que anima nosso povo e que, não duvidamos, orienta igualmente o vosso (PUIG *apud* JORNAL O GLOBO, 11 jul. 1973a, p.1,8).

Esse seria um dos últimos atos de Cámpora, que renunciou em 13 de julho. Após igualmente breve governo de Raul Lastíri, que era o presidente da Câmara dos Deputados, novas eleições ocorreram em setembro. E em 12 de outubro de 1973 Perón assumiu pela terceira vez a Presidência da Argentina, tendo sua esposa Maria Estela Martinez de Perón (Isabelita) como sua Vice-Presidente (CERVO, 2013).

A volta de Perón à Presidência, em vez de acirrar as rivalidades com o Brasil no tema do aproveitamento dos rios, como esperado, trouxe uma perspectiva positiva nas relações entre os dois países. O Presidente argentino optou por abandonar o que ele chamava de “guerra dos papéis” para retomar uma postura desenvolvimentista de “ganhar o tempo perdido”. Segundo Bandeira (2010, p. 417), Perón entendia que “o fundamental era o aproveitamento dos rios - não as normas que o deviam regulamentar - e que o país precisava expressar-se, politicamente, através de fatos e da realização de obras”. Mas a morte do Presidente argentino, em 1º de julho de 1974, e o novo governo com Isabelita acirraram ainda mais as disputas entre os grupos de direita e de esquerda, vindo a aprofundar a instabilidade política no país.

Com a chegada de Geisel ao poder, uma mudança nas relações com a Argentina estava para ocorrer, como descreve Spektor (2002, p. 62):

Entre 1966 e 1973, a diplomacia brasileira para a Argentina abandonou dois dos elementos de seu tradicional marco de referência: a tolerância em relação ao discurso diplomático argentino e a busca sistemática por faixas de cooperação e entendimento como mecanismo para evitar os confrontos abertos. A erosão da cordialidade oficial do cálculo internacional do Brasil terminaria por ser implementada pelo governo brasileiro entre 1974 e 1979.

Essa mudança foi personalizada na figura de Azeredo da Silveira que, após ter sido Embaixador na Argentina de 1969 a 1974, assumiu a chancelaria no governo Geisel. Parecia mesmo não estar muito preocupado em “acomodar as divergências com a Argentina, uma vez que, em seu entendimento, a Argentina havia perdido a capacidade de pressionar o Brasil e influenciar os desdobramentos da política externa brasileira para a região” (SARAIVA, 2012, p. 53).

Nas palavras de Silveira (*apud* VIGEVANI; RAMAZINI, 2010, p. 458):

À medida que o Brasil mergulha no Cone Sul, perde em universalização, que deve ser a chave de nossa política externa. Além disso, precisaríamos lembrar de que, a despeito de nossos complexos em relação ao Sul “branco”, os nossos vizinhos estão em todos os quadrantes e falam línguas diferentes do espanhol. Um excesso de preocupação nossa em relação a nossos vizinhos do Sul custa-nos caro na América Latina e no resto do mundo. Assim, é impróprio para o Brasil ter uma aliança com a Argentina.

A preocupação argentina com o Brasil também possuía fortes raízes geopolíticas. Os escritos do General Golbery do Couto e Silva eram bastante conhecidos por intelectuais e militares argentinos, que temiam pela implementação por parte do Brasil do conceito de “fronteira viva”, citado pelo General e geopolítico brasileiro em sua obra. O apoio brasileiro aos golpes militares na Bolívia em agosto de 1971, no Uruguai em junho de 1973 e no Chile em setembro de 1973 aumentou ainda mais a influência do país na região, como que envolvendo e isolando politicamente a Argentina no Cone Sul (BANDEIRA, 2010). O General argentino Juan Guglielmelli¹⁶⁶, “porta-voz de setores militares e civis alarmados com essa situação”, considerava que a rarefação populacional da região de Corrientes e Misiones era uma vulnerabilidade que poderia ser aproveitada para o Brasil aumentar a sua influência naquelas províncias. E a construção da hidrelétrica de Itaipu, com todo o desenvolvimento econômico que traria para o entorno, reforçava esse argumento (MELLO, 1996, p. 144).

¹⁶⁶ O general Juan Enrique Guglielmelli foi diretor da Escola Superior de Guerra e da revista *Estratégia*, considerada uma das mais importantes revistas de geopolítica da América Latina. Philip Kelly (1997) considerou Guglielmelli como um dos 16 mais importantes geopolíticos da América do Sul. Do Brasil, Kelly selecionou Golbery, Therezinha de Castro e Meira Mattos.

O fato de Golbery ter assumido função de tamanho prestígio e peso político junto ao Presidente, como Chefe do Gabinete Civil, assustava parte da *intelligentsia* argentina, como pode ser visto em artigos de periódicos e livros do período:

Em julho de 1975, o ex-Embaixador argentino no Rio de Janeiro, General Osiris Guillermo Villegas, lançou o livro *Tiempo geopolítico argentino*, no qual caracterizava o Brasil como um país com vocação expansionista e predisposto ao esquema de cooperação subimperial a mando dos Estados Unidos. Respondia, de certa forma, à doutrina das “fronteiras vivas” advogada pelo General brasileiro Golbery do Couto e Silva em seu livro *Geopolítica do Brasil* (CERVO, 2013, p. 184).

[...] desde o golpe militar de 1º de abril de 1964, a autonomia do Ministério das Relações Exteriores foi drasticamente limitada. As teorias dos geopolíticos da Escola Superior de Guerra, confessadamente expansionistas, foram adotadas integralmente como estratégia continental do regime militar [...] A estratégia é estabelecida pela Escola Superior de Guerra [...] E a execução depende do todo poderoso Conselho de Segurança Nacional e do próprio Presidente Geisel. É necessário considerar outro fator fundamental para compreender a estratégia atual e a maneira de conduzir a política exterior brasileira em relação aos países vizinhos. O factótum do Presidente, o número dois no escalão do poder, é o General Golbery do Couto e Silva [...] é o principal autor das teses expansionistas da Escola Superior de Guerra. É o autor das teorias sobre as “fronteiras vivas”, sobre o “destino manifesto” do Brasil na América Latina, que constituem os fundamentos da política expansionista brasileira no continente, especialmente na região do Prata (SCHILLING, 1981, p. 227).

Em sua grande maioria, os geopolíticos [argentinos] consideram a política exterior do Brasil como parte integral do Milagre brasileiro [...] A política exterior, a política econômica, mesmo o golpe de 1964 são manifestações de uma visão geopolítica coerente do mundo que respalda todas as ações dos militares brasileiros [...] Seja quais forem os dirigentes brasileiros, todos compartilham as ideias contidas nos trabalhos do General Golbery do Couto e Silva. Este consenso é crucial para explicar os recentes êxitos do Brasil [...] Os planos expansionistas do Brasil refletem as ambições naturais de qualquer estado nação [...] está perfeitamente claro que o efeito de tal expansão é o cerco à Argentina [...] Para evitar o controle do Brasil, a Argentina deve insistir sobre a importância geopolítica do Cone Sul como conceito estratégico (TULCHIN, 1983)¹⁶⁷.

Essa percepção argentina sobre as alegadas ambições brasileiras na região da Bacia do Prata, e aqui também cabe incluir as preocupações com as ideias de Therezinha de Castro e Eurípides Menezes sobre a presença brasileira na

¹⁶⁷ Trabalho apresentado pelo Professor Joseph Tulchin no seminário “Brasil e Argentina”, realizado em 7 de fev. de 1978, na *John Hopkins University*.

Antártica¹⁶⁸, pode ser associada ao que Vicente Palermo escreveu sobre a peculiaridade do nacionalismo argentino:

O nacionalismo não é o mesmo em todos os lugares. O nosso tem a particularidade de ser profundamente territorialista [...] Para uma elite que tinha que governar um país de imigrantes e pleno de sentimentos locais muito acirrados, foi natural que desde um começo comum, o que primordialmente nos identificava, era o solo, não a língua, a história ou os pactos de unidade nacional [...] (PALERMO, 2007, p. 20, trad. nossa).

Voltando à postura de Silveira, assim declarou um de seus mais próximos assessores sobre o assunto:

A tensão com a Argentina preexistia à gestão do Silveira no Itamaraty, mas ela foi se intensificando com essa gestão, mesmo porque o Silveira tinha, de um modo geral, uma grande impaciência com a postura, digamos, antibrasileira de segmentos importantes das Forças Armadas argentinas e da imprensa argentina (LAMPREIA, 2010, p. 72).

Nas palavras do próprio Chanceler em sua série de entrevistas entre 1979 e 1982:

O brasileiro tem um certo complexo em relação à Argentina, complexo gerado pelo fausto argentino precoce dentro da América Latina [...] Nós somos mais importantes para a Argentina do que a Argentina para nós [...] A posição da Argentina é uma posição ferida, ressentida pela grandeza do Brasil, esse país mestiço que eles chamaram no passado de “China negra”, em cujo desenvolvimento não acreditaram e que adquiriu uma dimensão enorme. E qualquer movimento do Brasil exerce sua pressão no centro do processo, para os argentinos [...] (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 61).

Geisel não parecia pensar exatamente da mesma forma que Silveira em relação aos argentinos. A decisão de 8 de setembro de 1974 em adiar a adesão do Brasil ao Tratado da Antártica, como proposto por Silveira, indica essa diferença de percepção entre o Presidente e seu Chanceler.

O detalhamento dessas duas percepções, desde a entrega da primeira exposição de motivos em 28 de maio de 1974 e a segunda em 2 de maio de 1975 será

¹⁶⁸ Parte da área que seria destinada ao Brasil pela tese da defrontação coincidia com a reivindicada formalmente pelos argentinos em 1940.

aprofundado na seção 5.3.1 sobre o Presidente Geisel e na 5.3.2 sobre o Chanceler Azeredo da Silveira.

5.1.2 A crise do petróleo de 1973

A moderna história do petróleo teve início na segunda metade do século XIX e desde então passou a ser um tema da agenda internacional dos mais importantes, “um produto intimamente imbricado nas estratégias nacionais e no poder e política globais” (YERGIN, 2012, p. 13). O Brasil era um grande importador de petróleo no início dos anos 1970. Seu consumo diário estava em crescimento, tendo sido de 515 mil barris de petróleo por dia em 1970 e de 787 mil em 1973. Desses valores, cerca de 80% eram importados. As taxas de crescimento econômico igualmente evoluíram extraordinariamente, tendo sido de 10,4% em 1970 e de 13,9% em 1973 (ABADIE, 2014; TAMER, 1980).

O mundo também vivia uma fase acelerada de crescimento econômico e o consumo de petróleo acompanhava esse ritmo. A demanda pelo chamado “ouro negro” subiu de 19 milhões de barris por dia em 1960 para 44 milhões de barris por dia em 1972. O baixo preço desse insumo não incentivava medidas de contenção, por exemplo, a fabricação de automóveis mais econômicos. O movimento ambientalista, já se iniciando, também contribuiu para a substituição das poluentes plantas de geração de energia a carvão por outras a óleo diesel. Além disso, o maior consumidor mundial, os Estados Unidos, em 1970 atingiu sua produção diária máxima, 11,3 milhões de barris. As importações do país subiram de 2,2 milhões por dia, em 1967, para 6 milhões por dia, em 1973, pressionando o mercado mundial do produto (YERGIN, 2012).

O maior controle por parte dos governos dos países exportadores sobre as empresas produtoras, por estatização ou aumento na participação dos lucros, também contribuiu para o aumento dos preços internacionais do barril. Esses países, organizados em cartel, viram no aumento da demanda mundial uma oportunidade de enriquecimento de seus governos, fruto dos lucros com a venda de petróleo.

O preço do barril, que era de US\$ 3.39 em 1970, manteve-se relativamente estável até 1972, quando foi de US\$ 3.60 (1972). Já em 1973, ocorreu o primeiro salto, indo a US\$ 4.75. Em 1974 é que os aumentos foram mais sentidos nas economias dos países importadores, com o preço médio do barril em US\$ 9.35¹⁶⁹. Em 1973, o Brasil gastou cerca de 740 milhões de dólares com a importação de petróleo e derivados, o que correspondia a 12% das importações, que foram de 6,2 bilhões de dólares¹⁷⁰. Com o aumento dos preços promovido pela Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP)¹⁷¹ no final de 1973, em razão da guerra entre árabes e israelenses¹⁷², o Brasil gastou, em 1974, 2,7 bilhões de dólares na importação desses produtos, o que correspondeu a 21% das importações naquele ano, atingindo 12,6 bilhões de dólares (ABADIE, 2014).

O país tinha concentrado seus investimentos no parque de refino em vez da prospecção, pois os preços do barril de óleo cru eram relativamente baixos. Com o aumento abrupto dos preços, não houve tempo hábil para inverter essa matriz de investimentos a ponto de aumentar a produção mesmo a médio prazo. O Brasil somente viria a ter significativo incremento em sua produção de petróleo a partir dos anos 1980, embora as primeiras descobertas de óleo na Bacia de Campos tenham ocorrido em novembro de 1974.

Essa elevação dos preços em insumo tão importante teve forte impacto em todo o mundo e provocou um movimento de aproximação da diplomacia brasileira com a dos países árabes. Isso teve início ainda no governo Médici, com a abertura naquele mesmo ano de 1973 de embaixadas brasileiras na Arábia Saudita e no

¹⁶⁹ Histórico dos preços do barril de petróleo. Disponível em: http://inflationdata.com/inflation/inflation_Rate/Historical_Oil_Prices_Table.asp. Acesso em: 10 set. 2014.

¹⁷⁰ Dados históricos da balança comercial brasileira. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=608>. Acesso em: 10 set. 2014.

¹⁷¹ A OPEP foi criada em 14 de setembro de 1960, tem sede em Viena (AUS) e em 1973 era formada pelos seguintes países: Arábia Saudita, Argélia, Emirados Árabes Unidos, Equador, Indonésia, Irã, Iraque, Kuwait, Líbia, Nigéria, Qatar e Venezuela. Histórico da organização. Disponível em: http://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm. Acesso em: 10 set. 2014.

¹⁷² Esse conflito foi o quarto entre árabes e israelenses (os três primeiros foram em 1948/49; 1956 e 1967) e consistiu num ataque surpresa pelas forças do Egito e Síria, que tentaram surpreender os israelenses no dia do Yom Kippur, um feriado judeu em 6 de outubro de 1973. O conflito foi interrompido com a vitória israelense em 26 de outubro de 1973. Dados sobre esse conflito estão disponíveis em: <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/850856/Yom-Kippur-War>. Acesso em: 25 set. 2014.

Iraque¹⁷³, bem como a designação de encarregados de negócios na Líbia e no Kuwait. Esse movimento diplomático prosseguiu no Governo Geisel, com a abertura de embaixadas em 10 outros países da região, como ocorreu com os Emirados Árabes Unidos e com o Bahrein em junho e com Omã em julho de 1974. Em setembro do mesmo ano foi criada a Comissão Mista Brasil e Arábia Saudita, com a finalidade de estreitar a relação comercial entre os dois países. A balança comercial com os países árabes, que já era deficitária em 1972, ficou ainda mais desfavorável ao país. Em 1972, as importações brasileiras de petróleo correspondiam a 15% das exportações do país. Em 1974, essa relação saltou para 40% (SANTANA, 2006).

Em 1975, o país adotou um novo posicionamento político internacional, redefinindo sua posição em relação aos conflitos no Oriente Médio, em especial na questão da Palestina. Em 10 de novembro de 1975, uma declaração de voto na XXX Sessão da ONU, em favor do direito à autodeterminação e soberania do povo palestino e retirada de todas as forças israelenses dos territórios ocupados pela força. Também nessa mesma sessão o Embaixador Sergio Correa da Costa, chefe da delegação brasileira, votou a favor de uma resolução que considerava o sionismo uma forma de racismo e discriminação racial. Por fim, em 26 do mesmo mês, uma intervenção do delegado brasileiro à Assembleia Geral aprovou a partilha da região para tentar resolver a questão entre palestinos e israelenses (CERVO; BUENO, 2012).

O General Ernesto Geisel chegou a ser cogitado para Presidente da Petrobras já no Governo Costa e Silva, mas segundo o ex-Presidente (*apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 235):

Quando se organizava o Governo Costa e Silva, [Médici] propôs que eu fosse para a Petrobras, pelos meus antecedentes na refinaria de Cubatão e no Conselho do Petróleo [...] quando surgiu o problema do General Candal. Ele ia ser Ministro das Comunicações, mas o Luis Viana, que seria o governador da Bahia, foi ao Costa e Silva, ponderou que a Bahia não teria nenhum Ministro e conseguiu que esse ministério fosse atribuído a um baiano. O Candal então sobrou e resolveram colocá-lo na Petrobras.

¹⁷³ Com o Iraque, as relações já se aproximaram ainda mais cedo, quando a Braspetro celebrou um contrato de risco para operação no país árabe, em 1971 (TAMER, 1980).

A nomeação veio no Governo Médici. Em 14 de novembro de 1969, Geisel tomou posse na Petrobras, onde uma de suas primeiras medidas foi a troca de toda a diretoria. Segundo ele, recebeu ampla autonomia para dirigir a empresa, mesmo com alguns desentendimentos com o Ministro das Minas e Energia, Dias Leite, a quem a empresa estava subordinada. Na nova diretoria, o único militar nomeado por Geisel foi o Almirante Faria Lima, que assumiu a direção da Frota Nacional de Petróleo (FRONAPE), terminais e oleodutos. Os demais eram todos técnicos de carreira da empresa.

A meta principal que Geisel se propôs e executou foi a construção de novas refinarias e modernização de outras, pois os preços dos derivados ultrapassavam significativamente os do petróleo bruto naquele período. Além disso, também promoveu em sua gestão a construção de novos navios e oleodutos, para minimizar os custos de transporte. A formação de pessoal para a área de exploração, inclusive no exterior, também foi uma das prioridades. A descoberta de petróleo na Bacia de Campos, no primeiro ano do seu governo, foi sem dúvida consequência desse investimento em qualificação de pessoal. Outra iniciativa de Geisel foi a criação da Braspetro, subsidiária da Petrobras no exterior para a exploração de petróleo em outros países, como foi o caso da Líbia, Argélia, Iraque e Colômbia (D'ARAUJO; CASTRO, 1997).

Essa prioridade dada para o refino no lugar da exploração e pesquisas refletiu-se nos baixos números da produção e das novas descobertas. A Petrobras produzia, em média, 167 mil barris por dia em 1970. Em 1973, a média diária de produção ainda estava em 174 mil. Somente em 1983 esse índice dobrou, chegando a 339 mil barris. A relação produção-consumo era de 32% em 1970, chegando a 14% em 1979 (ABADIE, 2014).

Em seu discurso de despedida, em 12 de julho de 1973, Geisel procurou justificar essa baixa prioridade para exploração:

O objetivo da Petrobras essencialmente é garantir ao mercado brasileiro o necessário abastecimento de petróleo e derivados, nas melhores condições possíveis de preço, mesmo em condições adversas [...] que a autossuficiência na produção nacional de petróleo, por mais desejável que seja, não é a missão básica da empresa e que devia ser alcançada a qualquer preço, e isto porque ela é função de fatores e circunstâncias aleatórias, independentes de nossa vontade; porque pode exigir custos demasiadamente onerosos; porque, se é difícil obter essa autossuficiência, mais difícil ainda é mantê-la [...] e, por fim, não devem ser excluídas as possibilidades e conveniências do suprimento através do intercâmbio comercial com outros países (GEISEL, 1973 *apud* TAMER, 1980, p. 5).

Mas, no momento de sua saída, a crise entre árabes e israelenses ainda não havia impactado severamente nos preços do petróleo, o que ocorreu já no final do mesmo ano.

Um pouco antes desse aumento dos preços do barril de petróleo, os países membros do Tratado da Antártica já discutiam formalmente o tema da prospecção no Sexto Continente, tendo sido o assunto incluído pela primeira vez na pauta, por ocasião da reunião ocorrida em Wellington (NZ), na ATCM VII, de 30 de outubro a 10 de novembro de 1972. A Resolução ATCM VII-6, cujo título era “Estudo e discussão sobre a exploração de recursos minerais na Antártica”, assim mencionava o tema de maneira oficial:

Reafirmando que é do interesse de toda a humanidade que a área do Tratado da Antártica continuará para sempre a ser usada exclusivamente para fins pacíficos e não se tornará a cena ou o objeto da discórdia internacional; [...] observando a evolução tecnológica em exploração mineral polar e o crescente interesse na possibilidade de serem explorados minerais na área do Tratado da Antártica; considerando que há uma necessidade de um estudo mais aprofundado e deliberação entre as partes consultivas; reconhecendo que a exploração mineral é suscetível de levantar problemas de natureza ambiental e que as partes consultivas devem assumir a responsabilidade para a proteção do meio ambiente e a utilização racional dos recursos; consciente da situação especial no continente decorrentes do regime especial do Tratado da Antártica e das recomendações adotadas abaixo; recomende aos seus governos que o assunto “recursos antárticos - efeitos da exploração mineral” deva ser cuidadosamente estudado e incluído na agenda para a próxima reunião dos membros consultivos [ATCM VIII - junho 1975]¹⁷⁴.

¹⁷⁴ “Reaffirming that it is in the interest of all mankind that the Antarctic Treaty Area shall continue forever to be used exclusively for peaceful purposes and shall not become the scene or object of international discord; [...] Noting the technological developments in polar mineral exploration and the increasing interest in the possibility of there being exploitable minerals in the Antarctic Treaty Area; Noting that there is a need for further study and deliberation amongst the Consultative Parties; Recognizing that mineral exploration is likely to raise problems of an environmental nature

No verão antártico de dezembro de 1972 a fevereiro de 1973, o projeto *Deep Sea Drilling*, conduzido pela *National Science Foundation* dos EUA, descobriu fortes indícios de petróleo no Mar de Ross (onde fica localizada a Estação Científica norte-americana de *McMurdo*). Pelas pesquisas realizadas pelo navio “*Glomar Challenger*”, as estimativas foram em torno de um campo de 45 bilhões de barris de petróleo (BERKMAN, 2002). Para se ter ideia do que esse número representa, com dados consolidados de 2012, a nona maior reserva mundial de petróleo é da Líbia, com 48 bilhões de barris (ABADIE, 2014). Ou seja, a descoberta do “*Glomar Challenger*” era significativa, ainda mais num contexto de forte demanda e elevação de preços no cenário internacional.

Em março de 1974 assumiu como Ministro das Minas e Energia o engenheiro Shigeaki Ueki, com quem o Presidente Geisel já havia trabalhado durante sua gestão à frente da Petrobras, onde Ueki era o diretor do Departamento Comercial e Financeiro. Em novembro de 1974, a Petrobras descobriu petróleo na Bacia de Campos, mas o Brasil seria importador de petróleo ainda por muitas décadas.

Em 1975, Geisel se convenceu da necessidade de aumentar a produção e em 9 de outubro fez um discurso à Nação informando da decisão pelos contratos de risco para exploração de petróleo no Brasil. Tamer (1980, p. 238) questiona o motivo de tanta demora na decisão do Presidente:

Finalmente, reconhecia o Presidente Geisel que a repercussão da crise do petróleo sobre a economia internacional, gerando uma retração, afetava duplamente o Brasil, quer o aumento dos preços, quer pelas dificuldades de aumentar as exportações, colocando-nos em uma posição extremamente delicada. Mas, por que teria Geisel reconhecido isso apenas em 1975, já que em 1970 os Ministros Dias Leite e Delfim Netto o haviam alertado para a evolução da crise mundial? [...] Os que não a percebiam em 1970, viram-na em 1973. Mas Geisel somente foi acordar em 1975.

and that the Consultative Parties should assume responsibility for the protection of the environment and the wise use of resources; Conscious of the special situation in the Antarctic arising from the particular regime of the Antarctic Treaty and the Recommendations adopted under it; Recommend to their Governments that the subject "Antarctic Resources - Effects of Mineral Exploration" be carefully studied and included on the Agenda of the Eighth Consultative Meeting". Disponível em: http://www.ats.aq/devAS/ats_meetings_meeting_measure.aspx?lang=e . Acesso em: 25 set. 2014.

Assim se pronunciou o Ministro do Planejamento, Reis Velloso, em depoimento ao Congresso Nacional:

O aumento do preço do petróleo onerou em 400 milhões de dólares a conta de comércio do país [...] pesou muito na decisão do governo a quase total dependência, não só do Brasil, mas praticamente de todo o mundo ocidental, em relação ao petróleo dos países árabes (TAMER, 1980, p. 239).

A relação dessa crise do petróleo com os interesses brasileiros na Antártica aparece na Exposição de Motivos DAM-I/124/210 (B29), secreta, de 2 de maio de 1975, do Itamaraty, propondo a adesão ao Tratado da Antártica. No texto, a possibilidade de ser autorizada a extração de minerais surge na alínea f), parte da EM que comenta alguns aspectos não muito claros do Tratado celebrado em 1959:

f) omissão quanto à exploração econômico-comercial dos recursos naturais existentes na região antártica; na verdade o assunto vem ganhando novas dimensões com as promissoras perspectivas de extração de petróleo e gás natural da plataforma continental na região, o que, ao contrário de outros recursos já detectados, no setor continental antártico (minério de ferro, carvão, urânio, etc.) poderiam eventualmente vir a ser exploradas a curto prazo com a utilização de inovações tecnológicas já disponíveis; o assunto foi objeto de detido estudo por parte de um grupo de peritos em recursos antárticos que analisou os diferentes aspectos da referida exploração, à luz dos dispositivos do Tratado da Antártida, da legislação nacional dos países que invocam soberania territorial na Antártida, da urgência do início dessa exploração ou da conveniência de uma moratória de dez anos no tratamento do delicado tema, dos eventuais efeitos da referida exploração sobre o meio ambiente (inclusive as recomendações da conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente) e do critério a ser adotado para a participação nos futuros empreendimentos (em bases unilaterais ou multilaterais, e nesta última, se seriam incluídos apenas 12 membros originários ou também os Estados que posteriormente aderiram ao Tratado¹⁷⁵.

A Oitava Reunião do Tratado, quando o tema voltou a ser abordado, ocorreu em Oslo, na Noruega, entre 9 e 20 de junho de 1975, menos de um mês após a nossa adesão. Presidiu a reunião o Embaixador norueguês Edvard Hambro, o mesmo que havia chefiado o grupo de trabalho que tratou da recomendação ATCM VII-6, em 1972, sobre exploração de recursos minerais na Antártica.

¹⁷⁵ Cópia da referida exposição de motivos obtida junto ao Centro de Documentação do Itamaraty.

Nesta seção, foram apresentados elementos que mostram como o fator “petróleo” passou a pressionar a economia brasileira, com suas repercussões na política externa brasileira, e a abordagem do tema junto aos membros do Tratado da Antártica, o que era do conhecimento do Itamaraty, como evidencia a exposição de motivos anteriormente citada.

5.2 Construção das crenças causais

Nesta parte foram selecionados os dois mais relevantes elementos do campo interno, após pesquisa nos documentos disponíveis, que de alguma forma podem ter exercido influência no Presidente Geisel pela adesão.

O primeiro refere-se à atuação do Deputado Federal Eurípides Cardoso de Menezes, maior defensor da presença brasileira na Antártica no Congresso brasileiro, entre 1970 e 1974. Em seguida, será visto o IBEA, fundado por um grupo de entusiastas pela presença brasileira no Sexto Continente, em setembro de 1972. Militares, políticos e cientistas faziam parte do Instituto, que tinha como meta principal o envio da primeira expedição científica brasileira à Antártica, que seria de caráter privado, o que não recebeu qualquer apoio ou estímulo do governo federal.

5.2.1 A atuação do Deputado Eurípides Cardoso de Menezes

Como visto no quarto capítulo desta dissertação, em 28 de novembro de 1970 o Deputado Federal pelo estado da Guanabara, Eurípides Cardoso de Menezes¹⁷⁶, na época presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados, fez um pronunciamento no Congresso Nacional em que defendeu a presença brasileira no continente antártico. Eurípides havia acabado de ser

¹⁷⁶ Eurípides nasceu em Campinas, SP, em 1909. Fez os cursos de Ciências e Letras, Teologia e Filosofia. Foi professor em diversas instituições de ensino, inclusive na Escola de Engenharia da PUC, RJ. Deputado federal pela Guanabara de 1955 até 1974 (elegeu-se pelo PSD, em 1954; pela UDN, em 1958 e 1962; e pela ARENA, em 1966 e 1970). Na Câmara dos Deputados foi Vice-Presidente da Comissão de Educação e Cultura em 1967, 1968 e 1969. Nos anos de 1970 e 1971 foi presidente da mesma comissão.

reeleito para seu quinto mandato na Câmara Federal. Em seu livro de 1982, assim explica como surgiu o seu interesse:

Regressa Therezinha de Castro de uma Bolsa de Estudos em Portugal [...] Conhecendo-nos nessa época, presenteou-me em meados de novembro de 1970 com um exemplar do Atlas Histórico Escolar do MEC [Ministério da Educação e Cultura] (5ª edição), que [...] ainda não tinha sido entregue ao público [...] Antecipando-me, porém, ao lançamento oficial do Atlas, a 28 de novembro de 1970, em sessão conjunta do Congresso Nacional, presentes 45 senadores e 210 Deputados Federais, e esposando a tese da defrontação e dos direitos do Brasil na Antártica, proferi sobre o assunto meu primeiro discurso (MENEZES, 1982, p. 22).

Eurípides defende, então, que o Brasil faça o seu “Decreto da Antártica” com as pretensões do país naquele continente, “assinando posteriormente o Tratado de Washington ou levando o assunto às Nações Unidas” (MENEZES, 1971a, p. 7). Posteriormente, ele foi claramente contra a internacionalização da Antártica, como mostrou em vários pronunciamentos e no seu livro: “O internacionalismo científico da Antártica não redundará jamais em condomínio pacífico, mas na partilha política” (MENEZES, 1982, p. 115).

Cópia desse pronunciamento foi encaminhada ao Presidente Médici pelo então Coronel, Ênio Pinheiro, primeiro diretor da Escola Nacional de Informações, que o recebeu das mãos do próprio Deputado, a fim de ter o aval do Presidente para a divulgação do tema (MENEZES, 1982, p. 23).

Um segundo discurso, agora na Câmara Federal, com o título “Pela Declaração da Antártica”, versou também sobre a necessidade da presença brasileira naquele continente, ocorreu em 23 de abril de 1971. Nele, defende que a tese do Direito de Defrontação seja levada à ONU e finaliza: “Que venha, pois, após o Decreto das Duzentas Milhas, a DECLARAÇÃO DA ANTÁRTICA, que é hoje, iniludivelmente, uma aspiração nacional”.

Sobre esse discurso, assim se manifestou o Chanceler Gibson, em telegrama a Eurípides, datado de 27 de abril de 1971: “Muito agradeço ao ilustre parlamentar e prezado amigo as elogiosas referências ao Itamaraty no discurso dia 23 do

corrente quando tratou com brilho e sabedoria a questão do continente antártico”¹⁷⁷.

O tema tornou-se a grande prioridade de Eurípides, o que o levou, junto com a Professora Therezinha de Castro, a elaborar a minuta do livro “Rumo à Antártica”, cuja cópia foi encaminhada, parcialmente, para o General Ênio Pinheiro, por carta do Deputado Eurípides.

Receoso de que não vejam os nossos diplomatas com a mesma acuidade e objetividade do EMFA, e pelo prisma da segurança e do desenvolvimento do Brasil a atualíssima questão da Antártica, tomo a liberdade de enviar a V. Exa. o texto de parte de um livro que está sendo remetido para o prelo [...] Para ganhar tempo, e no intuito de reforçar alguma “exposição de motivos” que porventura se faça, julguei de bom aviso enviar a V. Exa. este trabalho mimeografado [...] Certo de que estou bem sintonizado com o pensamento da Revolução, e esperançoso de que não demore a sair a “Declaração da Antártica”, apresento a V. Exa. os protestos de mais alta estima e consideração¹⁷⁸.

O original datilografado desse livro revisado e pronto para impressão tem em suas primeiras páginas a indicação de que seria publicado pela editora Record. Inclui prefácio escrito pelo Professor Delgado de Carvalho, com data de 23 de setembro de 1971. E salienta:

É, pois essencial, nesta hora, um pronunciamento jurídico que defina a nossa atitude diante de um mundo de valores novos, que se abre, na Antártica, entre os meridianos limites de nossa defrontação. Torna-se assim oportuno um decreto que preceda a notificação da acessão do Brasil, de acordo com o artigo III-parágrafo 2º do Tratado da Antártica, para que entremos em relações de trabalho cooperativo com os seus signatários¹⁷⁹.

Como já comentado no cap. 3 deste estudo, o livro “Rumo à Antártica” foi lançado em 1976, pela livraria Freitas Bastos, mas somente com a autoria da Professora Therezinha de Castro, sendo o primeiro livro em língua portuguesa sobre geopolítica antártica. No novo prefácio, também elaborado pelo Professor Delgado de Carvalho, foram feitas referências ao histórico de artigos publicados pela Professora Therezinha sobre o assunto. Mas como o país já havia aderido ao Tratado, a abordagem da tese da defrontação já dele não mais constava.

¹⁷⁷ Arquivo pessoal do Deputado, cedido pela família para esta pesquisa.

¹⁷⁸ *Idem*.

¹⁷⁹ Cópia mimeografada do “Rumo à Antártica”, de 1971, assinada por Eurípides Cardoso de Meneses e Therezinha de Castro, faz parte do arquivo pessoal do Deputado.

A firme intenção de lançar o seu livro ainda foi mencionado formalmente por Eurípides por ocasião de sua conferência na Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG), Brasília, em 31 de agosto de 1971, intitulada “O Brasil e a Antártica”:

Gostaria de transformar em conferência o texto do livro “Rumo à Antártica”, atualmente no prelo, no qual, em colaboração com a Dr^a. Therezinha de Castro, geógrafa do Setor de Política Internacional do IBGE, trato do problema com maior profundidade do ponto de vista geohistórico, geoeconômico, geopolítico, diplomático e estratégico¹⁸⁰.

Na apresentação na ESG, em 16 de maio de 1972, no currículo transcrito ao final, consta da última linha dos “trabalhos” já apresentados pelo Deputado o “Rumo à Antártica - no prelo”. Isso leva a crer que o referido livro ainda estava sendo cogitado para ser publicado naquele momento. Mas, em carta endereçada ao General Ênio Pinheiro, Chefe do Serviço Nacional de Informações, de 3 de maio de 1972, Eurípides encaminhou cópia do texto que apresentaria na ESG, para a devida “censura e crítica”. Na mesma carta, o Deputado esclarecia que esse trabalho “anula e torna obsoleto o livro RUMO À ANTÁRTICA, que não mais sairá”. Eurípides ainda deixa claro seu alinhamento com o governo ao afirmar:

Sei que o Presidente não terá tempo senão para tomar conhecimento do que ao meu amigo parecer impróprio. Este assunto, porém, fica a seu critério. Gostaria de ocupar a tribuna da ESG absolutamente certo de que nenhuma palavra minha poderia contrariar o pensamento (ao menos íntimo) do Presidente [...] O Presidente, se quiser, e até quando julgar conveniente, poderá, é óbvio, ignorar oficialmente tudo o que eu escrever e disser, embora nada tenha eu dito ou escrito até hoje sobre a Antártica sem lhe remeter, por seu obsequioso intermédio, com antecedência, para possível censura, o texto dos meus pronunciamentos. Nada quero senão servir ao meu país, e como o Presidente julgar que o deva fazer; inclusive silenciando¹⁸¹.

As razões que o levaram a não publicar o livro não ficaram totalmente esclarecidas ao longo da pesquisa efetuada, podendo até se supor que o governo o desestimulou, possivelmente para não desestabilizar o relacionamento com a Argentina. A Professora Therezinha, no livro por ela lançado em 1976, em nenhum momento cita a concepção compartilhada da obra em 1971.

¹⁸⁰ Cópia da palestra na ADESG Brasília faz parte do arquivo pessoal do Deputado.

¹⁸¹ Arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

Eurípides realizou inúmeras palestras, entrevistas em emissoras de rádio e escreveu artigos para periódicos, defendendo a presença brasileira na Antártica, principalmente nos anos de 1971 e 1972¹⁸². Em função dessa atuação, o Deputado recebeu diversas cartas e mensagens de incentivo para prosseguir em sua “campanha”.

Em telegrama datado de 22 de março de 1971, o Professor Rubens Junqueira Villela, meteorologista, primeiro brasileiro a atingir o Polo Sul, como já visto no cap. 4, saudou Eurípides pelas palavras proferidas em entrevista concedida ao programa de rádio “Voz do Brasil”, colocando-se à disposição para “qualquer colaboração nessa causa própria do Brasil Grande que estamos construindo”¹⁸³. Em resposta, Eurípides enviou carta datada de 31 de março de 1971, na qual revelava ter colhido duas informações para ele inéditas, mencionando a matéria veiculada pelo jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, de 14 de março de 1971, p. 128, de autoria do professor Rubens Villela:

[...] ignorava aquela resposta do Itamaraty ao Deputado Cunha Bueno. Ao que parece, foi secreta a tal nota, por isso que nenhuma das pessoas interessadas no assunto sabia de sua existência [...] Cabe-lhe o mérito de a ter divulgado, dando-me uma arma poderosa para insistir na publicação de uma Declaração Oficial do Brasil, - que será simplesmente uma reiteração ampliada daquela nota.

O Deputado refere-se à nota diplomática encaminhada pelo Itamaraty ao Embaixador norte-americano no Brasil, em 30 de julho de 1958, reclamando por não ter sido o Brasil convidado para a conferência de 1959. E menciona a resposta do Ministério das Relações Exteriores, de 29 de maio de 1964, ao Requerimento de Informações nº 1.520, de 18 de março de 1964, da Câmara dos Deputados, de autoria do Deputado Federal Cunha Bueno (PSD de São Paulo). Portanto, somente a partir desse artigo do Professor Rubens Villela, de 14 de março de 1971, que Eurípides tomou conhecimento da existência da nota diplomática de 1958 e do requerimento de informações de 1964.

¹⁸² Revista Cultura Militar, do Estado-Maior do Exército, n. 217, 1º semestre de 1971; Revista do Clube Militar, maio de 1971; Revista MAR, do Clube Naval, n. 209, março/abril de 1971; Revista Manchete, de 5 de junho de 1971; Boletim Semanal do Rotary Clube n. 38 de 1972; Revista da Associação Comercial do Rio de Janeiro, maio de 1972.

¹⁸³ Arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

Na mesma carta de Eurípides a Villela, outra informação merece ser aqui reproduzida:

Reservadamente informo que o Alm. Dantas Torres, diretor geral do Ministério da Marinha, está pretendendo zarpar no fim do ano em cruzeiro à... Antártica. Julgo que o meu eminente amigo tem o direito de participar também dessa viagem... Aliás, a incorporação do primeiro brasileiro que pisou o Polo Sul é da mais alta conveniência para o êxito da expedição¹⁸⁴.

Villela acusou o recebimento da carta de 31 de março e respondeu a Eurípides em 8 de abril de 1971, mostrando entusiasmo pelas ideias e notícias do Deputado: “Que venham o Decreto e a Expedição da Antártica Brasileira, e viva a Marinha! [...] Quanto à minha incorporação, estou disposto a ir até de taifeiro, se a Marinha determinar”¹⁸⁵.

Em março de 1971, o Almirante de Esquadra Maurício Dantas Torres era o Diretor-Geral de Navegação e, também, desde 1968, o presidente do Clube Naval (permaneceu até 1973)¹⁸⁶. No arquivo pessoal de Eurípides foi encontrada uma nota manuscrita, sem data, mencionando um possível encontro com o Almirante Dantas Torres:

Em local e hora de sua conveniência para tratar de: a) cobertura do “estado de São Paulo” a quaisquer expedições que a Marinha venha a organizar à Antártica; b) novos artigos de imprensa - determinando o que deve e o que não é conveniente dizer, e quando; c) interesse de cientistas de S. Paulo em colaborar com a Marinha - “Projeto Pinguim”.

Em carta, de 15 de junho de 1971, assim se manifestou Dantas Torres sobre o artigo de Eurípides publicado na revista “MAR” do Clube Naval: “É com prazer que consigno a grande aceitação que obtive com suas palavras no seio da família naval”. O exemplar de março/abril de 1971 da revista apresentava na capa um mapa da Antártica com um setor geográfico destacado em verde e amarelo, como defendido por Eurípides e Therezinha, correspondente ao Brasil, pela tese

¹⁸⁴ Arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

¹⁸⁵ Arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

¹⁸⁶ Galeria dos presidentes do Clube Naval, disponível em: <https://www.clubenaval.org.br/presidencia/ex-presidentes.php> Acesso em: 20 set. 2014.

da defrontação. O Editorial da revista, intitulado “Palavra Aberta”, já prepara o leitor para o tema:

Apresenta a nossa capa uma visão da terra antártica, com a faixa que nos caberia, caso adotássemos a tese ora defendida pelo Deputado Eurípides Menezes [...] O tema é mais importante do que possa parecer à primeira vista [...] Esperemos não ser acusados de desídia pelas gerações vindouras.

No texto, o Deputado deixa clara a sua opinião sobre a importância da participação da MB no tema:

Não nos surpreende o interesse também manifestado pelo eminente Almirante Dantas Torres, por isso que, de fato, é à Marinha que compete, mais do que a qualquer outra das nossas Forças Armadas, abrir caminho rumo aos mares do Sul para mais uma afirmação da nossa soberania e dos nossos direitos [...] Foi a Marinha que, em 1895, efetuou as viagens de reconhecimento e de ocupação da Ilha da Trindade [...] Será agora a Marinha também que receberá a incumbência de hastear a bandeira do Brasil no coração da Antártica (MENEZES, 1971b, p. 3)¹⁸⁷.

Em 25 de julho do mesmo ano, o Professor Rubens Villela enviou nova carta a Eurípides, comentando que na XXIII reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), ocorrida em Curitiba-PR. de 4 a 10 de julho, fez a conferência “Os Interesses Científicos do Brasil na Antártida”¹⁸⁸, quando apresentou uma visão otimista em relação à ida do Brasil à Antártica:

Mas o atual Governo, reconhecendo nossa negligência para com o Continente Austral - juridicamente, ainda “terra de ninguém” - está tomando medidas urgentes e de amplo alcance, com o objetivo de corrigir nossa falta de visão política no passado [...] O assunto já foi examinado nos altos escalões do governo e Forças Armadas [...] Caberá, de início, à Marinha de Guerra o papel histórico de realizar o primeiro reconhecimento do setor, lançando as bases para o programa de participação brasileira nas atividades antárticas [...] As pesquisas na Antártida interessam praticamente a todos os ramos da ciência brasileira [...] É preciso que o governo tome conhecimento dos nossos interesses concretos, que sem dúvida são inúmeros, mas ainda não definidos, nessas várias disciplinas, para que possamos, em comum acordo - governo, cientistas e Forças Armadas - definirmos os objetivos nacionais e coordenar da maneira mais eficiente e realista, o programa brasileiro de pesquisas antárticas.

¹⁸⁷ Revista MAR, do Clube Naval, n. 209, março/abril de 1971, p. 3-9.

¹⁸⁸ Cópia de um resumo da conferência proferida pelo professor Villela faz parte do acervo do Deputado Eurípides.

Reporta, ainda, que, como resultado de sua conferência, já havia conseguido arremeter 14 cientistas “interessados nas pesquisas antárticas e dispostos a colaborar na expedição brasileira”. Outro ponto importante na carta é o relato sobre um encontro com o arquiteto Jorge Pietrowski¹⁸⁹, polonês naturalizado brasileiro, que foi, segundo ele, o projetista e construtor da base polonesa em Spitsbergen, na região do Ártico, durante o AGI (1957-58). Villela menciona que o Sr. Pietrowski lhe havia cedido “um relatório completo com planos, dados detalhados sobre vestimenta, alimentação, transporte, cuidados médicos, etc. na zona polar”. E que ele havia tirado cópia do mesmo e encaminhado ao “Capitão Lélío de Souza, assistente do diretor geral de Navegação da Marinha. O Capitão Lélío de Souza escreveu-me de Brasília em 2 de junho, agradecendo-me em nome do Almirante Dantas Torres pela remessa de subsídios”¹⁹⁰.

Não foram encontrados registros na MB desses possíveis entendimentos do almirante Dantas Torres com o Deputado Eurípides para uma “expedição da Marinha à Antártica”. O então “Capitão Lélío de Souza”, mencionado na carta do Professor Rubens Villela, era o Capitão-de-Corveta Lélío de Souza, assistente do Almirante Dantas Torres, na Diretoria Geral de Navegação. Em entrevista concedida, o Comandante Lélío confirmou o recebimento do mencionado material, mas somente se recordava de ter repassado ao Almirante Dantas Torres, sem outras informações que possam contribuir para este trabalho¹⁹¹. O Almirante Dantas Torres permaneceu como diretor geral de Navegação até ser transferido para a reserva, em 1974.

Cabe mencionar que toda essa movimentação do Deputado Eurípides não passava despercebida pelo governo federal. Em 22 de março de 1971, o Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, General João Figueiredo, encaminhou a Exposição de Motivos nº 023/71 ao EMFA, solicitando o parecer daquele órgão quanto aos aspectos “estratégico-militares brasileiros em relação

¹⁸⁹ O nome correto do arquiteto era Jerzy Piotrowski, e a estação polonesa de Hornsund teve iniciada sua construção em 1957, sendo mesmo inaugurada em 1958, na ilha de Spitsbergen, parte do arquipélago de Svalbard, administrada pela Noruega. Dados sobre a construção da estação polonesa no Ártico, disponíveis em: <http://hornsund.igf.edu.pl/about-the-station/the-stations-history/>. Acesso em: 20 set. 2014.

¹⁹⁰ Arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

¹⁹¹ Informação verbal.

ao continente ANTÁRTICO”. O Almirante de Esquadra Murillo Vasco do Valle Silva¹⁹², Chefe do EMFA, em resposta, pelo Aviso nº 14 FA-2-145, de 16 de abril de 1971, deixou clara a importância do continente antártico para o Brasil, principalmente pela possibilidade de instalação de bases inimigas em território antártico; pela importância do Estreito de Drake para a navegação comercial; pela relação da Antártica com o clima do Brasil; e pelo potencial econômico da Antártica, em especial por seus recursos minerais, como o petróleo, o carvão e o urânio. O parecer do EMFA chegou a considerar que “é, portanto, capital para o BRASIL a sua inclusão entre os países que se julgam com direitos na ANTÁRTIDA.” Ao final, o EMFA sugere a seguinte medida geral ao Presidente da República:

O BRASIL não reconhecer, em qualquer situação, direitos de posse de qualquer país sobre a ANTÁRTIDA e estimular, por intermédio do Conselho Nacional de Pesquisas, estudos sobre a ANTÁRTIDA, na forma de troca de informações científicas e participação efetiva de expedições científicas àquela região¹⁹³.

Ainda em 1971, em 02 de abril o Deputado Eurípides encaminhou carta ao Dr. Rogério Marinho, editor do jornal O GLOBO, encaminhando trabalho (não especificado) da Professora Therezinha de Castro. Na carta, Eurípides também comenta que “Domingo [4 de abril] à noite terei um encontro com um grupo de oficiais de marinha que receberam da Escola Superior de Guerra Naval [a Escola de Guerra Naval] a incumbência de redigir um estudo de 50 páginas sobre a Antártica”.¹⁹⁴ Em outro ponto, Eurípides menciona que “disse-me em Brasília o Chanceler Mario Gibson que tem lido, até com certo ‘encabulamento’ os meus trabalhos. Quer ter uma conversa comigo. Chamou de Roterdã a Brasília João Frank da Costa, que é o diplomata que mais entende do assunto”. E, por fim, agradece ao jornalista pela “magnífica colocação dada à minha entrevista [a

¹⁹² O Almirante Murillo Vasco do Valle Silva foi Ministro-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas de 31 de outubro de 1969 a 17 de setembro de 1971. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/emilio-medici/orgaos-da-pr>. Acesso em: 23 set. 2014.

¹⁹³ Cópia do Aviso n. 14 FA-2-145, de 16 de abril de 1971, do EMFA ao SG-CSN, faz parte do arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

¹⁹⁴ Em pesquisa realizada nos arquivos da Escola de Guerra Naval, o tal “estudo de 50 páginas” não foi encontrado, mas sim uma monografia, de 1971, do Capitão-de-Fragata Antônio José B. de Castro Mendes Leal, com o título: “A Exploração da Antártida”. Na mesma não consta referência a qualquer entrevista do autor com o Deputado Eurípides, somente o artigo publicado por este na revista “MAR” do Clube Naval faz parte das referências bibliográficas.

entrevista de Eurípides ao O GLOBO foi publicada na página 29, da edição de 29 de março de 1971]. Maior a minha satisfação pela reiteração da posição d'O Globo, que patrioticamente desfraldou a bandeira da Operação Antártica”¹⁹⁵. Eurípides, em seguida, manteve contato com o então Conselheiro João Frank da Costa. Em carta de 21 de junho de 1971, assim dirigiu-se ao Conselheiro:

Aí vai o primeiro germen da sugestão para a “Declaração”. Não me satisfaz, mesmo porque a intervenção do Prof. Clovis Ramallete quebrou a unidade de estilo. Mas, enfim, o artífice do Documento e o Condutor Diplomático da Questão Antártica em suas várias e sucessivas etapas será o eminente Conselheiro João Frank da Costa [...] Recebi hoje a comunicação oficial de que o Presidente da República me receberá no dia 30, às 10.40h. Pedir-lhe-ei que lhe delegue plenos poderes, pois ninguém terá, como o amigo, o necessário “*talent de bien faire*”. Depois de nosso encontro, convenci-me, de fato, de que tudo chegará a bom termo¹⁹⁶.

Pela carta, depreende-se que o Deputado já havia se encontrado com o Conselheiro e tomado conhecimento da posição do Itamaraty. Segundo Ferreira (2009, p. 125), Frank da Costa elaborou um extenso estudo para o Itamaraty, datado de 11 de junho de 1971, com o título “O Brasil e a Antártida”, onde concluía que:

O Tratado de Washington é um fato. [...] O Brasil (como qualquer outro Estado não membro) não está em condições de modificar esse fato [...] Por conseguinte, em vez de desenvolver atividades contrárias ao Tratado, o que viria antagonizar os Estados-membros e privar-nos da colaboração internacional, essencial em matéria antártica, o Brasil deve tentar inserir sua ação no quadro do Tratado.

O trecho “atividades contrárias ao Tratado” leva à conclusão que Costa não era favorável a qualquer iniciativa de confrontar os membros do Tratado, como podia ser uma expedição científica brasileira, sem que o Brasil tivesse aderido, e muito menos uma “Declaração” reivindicando território na Antártica, pelo critério da defrontação, como sugerido por Eurípides e Therezinha.

Não foi encontrada na pesquisa evidência do mencionado encontro do Deputado Eurípides com o Presidente Médici no dia 30 de junho de 1971.

¹⁹⁵ Cópia da carta endereçada ao jornalista Rogério Marinho, de 2 de abril de 1971, faz parte do arquivo pessoal do Deputado.

¹⁹⁶ Arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

Eurípides cursou a ESG, onde apresentou o trabalho “Antártica, Interesses Internacionais”¹⁹⁷ em 16 de maio de 1972. Cópias desse trabalho foram encaminhadas para diversas autoridades, o que resultou em dezenas de telegramas e cartas pessoais de agradecimento, a princípio corroborando a importância do tema para o Brasil¹⁹⁸.

Como presidente de uma comissão da Câmara e fazendo parte da ARENA, que era o partido do governo, Eurípides possuía acesso a figuras importantes no cenário político brasileiro.

Em 29 de dezembro de 1972, Eurípides encaminhou carta-relatório de 41 páginas ao então Chefe do EMFA, General de Exército Candal da Fonseca¹⁹⁹. Além de um resumo de todas as suas iniciativas em relação ao tema da presença brasileira na Antártica até aquele momento, fez um relato sobre a viagem de estudo que a sua turma da ESG fez aos EUA, sempre com o enfoque nos interesses norte-americanos no Sexto Continente. E comentou também os principais contatos pessoais que manteve com autoridades norte-americanas. Nesses contatos, segundo Eurípides, o argumento usado era: “Os Estados Unidos e o Brasil não têm interesses conflitantes na Antártica. As bases que os Estados Unidos possuem no Continente Branco estão do lado de lá”²⁰⁰.

Logo em seguida, Eurípides encaminhou outra, com data de 5 de janeiro, dessa vez reforçando que o Brasil deveria manter relação de amizade com os Estados Unidos da América, procurando obter deles o necessário apoio para que o país fosse aceito no clube antártico. Caso os EUA “não se inclinem, espontaneamente, a favor das nossas pretensões [pois] nunca houve entre nós e eles absoluta sintonia”, uma alternativa poderia ser a maior aproximação com o Japão, outro

¹⁹⁷ Documento arquivado na Escola Superior de Guerra com o código C6-13-72. Cópia integral do trabalho faz parte do arquivo pessoal do Deputado, disponibilizado para esta pesquisa.

¹⁹⁸ No arquivo pessoal do Deputado foram contabilizadas dezenas de telegramas e cartas agradecendo pelo recebimento de cópia do trabalho apresentado na Escola Superior de Guerra, em 16 de maio de 1972.

¹⁹⁹ O General de Exército Arthur Duarte Candal da Fonseca foi presidente da Petrobrás de março de 1967 a março de 1969. Exerceu o cargo de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de 2 de maio de 1972 a 2 de janeiro de 1974, quando foi transferido para a reserva.

²⁰⁰ Aqui o Deputado cometeu um equívoco, pois não considerou a estação norte-americana de Palmer, localizada na Península Antártica, e inaugurada em 1968.

membro original do Tratado da Antártica. E finaliza: “Não foi sem razão que os Estados Unidos nos excluíram da Conferência de Washington, de 1959 [...] Aí está Chiang-Kai-Chek, considerado ‘amigo’ enquanto dele precisaram os Estados Unidos; e agora abandonado”²⁰¹.

Já no primeiro ano do Governo Ernesto Geisel, em 17 de abril de 1974, Eurípides encaminhou carta ao então Ministro-Chefe da Casa Civil, o General Golbery do Couto e Silva, com cópia de seu trabalho sobre a Antártica, apresentado em 1972 na ESG²⁰². Na referida carta, o Deputado comenta sobre a amizade comum com o Professor Delgado de Carvalho, “nosso venerando amigo”, e o fato de no governo anterior já haver encaminhado outros documentos ao então Chefe da Casa Civil, Ministro Leitão de Abreu, ao Chanceler Gibson Barbosa²⁰³ e ao Secretário do CSN, General João Figueiredo. Sobre uma possível audiência com Golbery, assim fala Eurípides:

[...] quando V. Exa. julgar oportuno, ficarei muito honrado com o privilégio de uma audiência especial para falarmos um pouco da tese que defendo. Desejo muito continuar a agir em plena sintonia com o pensamento do governo - vale dizer: com o de V. Exa.

Não há registros da reação de Golbery a este trabalho, mas somente o fato de ele ter chegado às suas mãos já demonstra certo grau de influência e acesso do Deputado ao círculo mais próximo do Presidente. Ainda sem o seu conhecimento, nessa mesma época já estava sendo preparada a exposição de motivos sugerindo a adesão para apreciação do Presidente Geisel.

Por não ser reeleito para mais um mandato nas eleições de novembro, Eurípides fez um último pronunciamento no Congresso, em 28 de novembro de 1974, com o título “Uma Palavra de Alerta”, voltando a enfocar o tema que tinha se tornado sua verdadeira paixão nos últimos quatro anos. Disse Eurípides:

²⁰¹ Cópia da carta-relatório de 29 de dezembro de 1972 e da carta de 5 de janeiro de 1973 fazem parte do arquivo pessoal do Deputado.

²⁰² Arquivo pessoal do Deputado cedido pela família para esta pesquisa.

²⁰³ No arquivo pessoal do Deputado existem alguns telegramas do Chanceler Gibson agradecendo pelo envio de cópias de palestras sobre a Antártica proferidas por Eurípides em diversas ocasiões.

Ao falar pela derradeira vez na mais alta Tribuna do País, reiteramos, em síntese, o que dissemos há quatro anos, a 28 de novembro de 1970, perante o Congresso Nacional, desfraldando a bandeira dos direitos do Brasil na Antártica pelo princípio racional e justo da defrontação [...] Oportuna, pois, uma palavra de alerta aos derrotistas, que julgam suficiente cuidar-se apenas da integração e colonização de nosso território atual. Tivessem essa mentalidade os nossos ancestrais portugueses nos séculos XVI e XVII não nos pertenceriam hoje a Amazônia e o Centro-Oeste [...] É mister sustentar a bandeira da defrontação que erguemos como Deputado e continuaremos a desfraldar como cidadão [...] Defendendo esta tese no Congresso Nacional, na Escola Superior de Guerra, nas universidades, na imprensa falada e escrita, cumprimos o nosso dever. Façam o mesmo os que vierem depois de nós; pois nós passamos, mas a Pátria permanece (MENEZES *apud* CASTRO, 1976, p. 153 a 155).

Eurípides prosseguiu com sua bandeira, mesmo após a adesão ao Tratado, tendo realizado inúmeras palestras nas escolas de Altos Estudos das Forças Armadas e nos eventos promovidos pelo IBEA, como foi o caso da conferência promovida em junho/julho de 1975, no Rio de Janeiro.

Em 1982, Eurípides publicou o livro “A Antártica e os Desafios do Futuro”, dedicado “à Therezinha de Castro que, no nº 142, de abril de 1956, da Revista do Clube Militar, desfraldou a bandeira dos direitos do Brasil na Antártica.” Embora o Brasil já tivesse em 1975 aderido ao Tratado, que estabelece que nenhuma nova reivindicação territorial poderia vir a ser feita, Eurípides prosseguiu em seu livro com a defesa da ideia da adoção do princípio da defrontação, numa possível partilha da Antártica. Havia ainda a percepção, equivocada de que o Tratado, obrigatoriamente, seria revisto em 1991 (30 anos após ter entrado em vigor), o que, como já foi comentado, não ocorreu. Chegou a sugerir que a tal “conferência de 1991” fosse realizada em Brasília, à semelhança do que ocorreu com a conferência de Berlim, para a partilha da África, em 1885 (MENEZES, 1982, p. 43).

No livro, nada é mencionado sobre o anterior “Rumo à Antártica de 1971” em parceria com a Professora Therezinha e em nenhuma parte o autor menciona o IBEA. Tal “esquecimento”, para quem se dedicou profundamente ao tema a partir de 1970, levanta a hipótese de que Eurípides pudesse ter sido, à época, orientado por alguém do governo a não apoiar qualquer iniciativa de expedição científica de

caráter particular e mesmo a não publicar algum livro sobre o assunto, até que o governo decidisse formalmente.

Eurípides veio a falecer em 2008, já aos 99 anos, tendo dedicado os últimos 20 anos de vida a escrever sobre temas ligados à Filosofia. Após a publicação de seu livro em 1982; com a chegada do Brasil à Antártica, em 1983, juntamente com a elevação para *status* de membro consultivo no mesmo ano; e a inauguração da Estação Comandante Ferraz, em 1984 (BRASIL, 2014), Eurípides “considerou sua missão com relação à Antártica, cumprida!”²⁰⁴.

Para o objeto deste trabalho, não há evidências de que Eurípides tenha diretamente influenciado na decisão do Presidente Geisel em aderir ao Tratado, mas toda a mobilização iniciada por ele, com seu discurso de novembro de 1970, parece ter motivado não apenas o Itamaraty, que foi buscar seu especialista no assunto, que se encontrava fora do Brasil, mas também, o próprio EMFA; e por fim, a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional.

5.2.2 O Instituto Brasileiro de Estudos Antárticos

No dia 7 de setembro de 1972, foi formalmente criado no Rio de Janeiro, no Clube de Engenharia, o IBEA, sob a presidência do engenheiro João Aristides Wiltgen²⁰⁵. A criação do Instituto, segundo Coelho (1983, p. 224), surgiu da seguinte maneira:

Em dezembro daquele ano [1971], o autor foi solicitado pelo então diretor do Departamento de Atividades Culturais do Clube de Engenharia, engenheiro João Aristides Wiltgen, a sugerir um programa especial para comemorar o sesquicentenário de nossa independência. Numa simples folha de papel almaço, escrevi informalmente [as seguintes possibilidades de tema]: Amazônia, Amparo à Indústria nos Problemas de Poluição, Contribuições da Química e da Engenharia para o desenvolvimento do país, Antártida. Uma semana após, o autor foi convidado, pelo então diretor do DAC [Departamento de Atividades Culturais], a participar de uma reunião no Clube de Engenharia, com o tema Antártida.

²⁰⁴ Entrevista realizada em 20 de setembro de 2014, com o engenheiro Vianney Cardoso de Menezes, filho do Deputado Eurípides.

²⁰⁵ Wiltgen foi Ministro interino das Comunicações no Governo Costa e Silva. Coursou a ESG em 1970.

Nessa primeira reunião foi decidido criar um grupo de trabalho para que o tema fosse mais bem estudado.

Em 23 de fevereiro de 1972, Wiltgen encaminhou carta ao presidente do Clube de Engenharia, engenheiro Hélio Mello de Almeida²⁰⁶, sugerindo a ideia de uma expedição à Antártica:

O Departamento de Atividades Culturais deseja, com o Clube de Engenharia, contribuir, em nível cultural, nas comemorações do Sesquicentenário da Independência do Brasil [...] sugerimos que [...] seja promovida uma Expedição puramente científica para estudos e pesquisas meteorológicas na Antártida. Antes de outros esclarecimentos é preciso que bem claro fique que de nenhum modo interessa à expedição, nem ao Clube de Engenharia, quaisquer pretensões territoriais [...] este assunto é essencialmente político e da exclusiva responsabilidade do Governo Federal. Uma expedição puramente científica [...] Quanto aos financiamentos, desejo lembrar que, inicialmente não vejo maior dificuldade [...]²⁰⁷.

Wiltgen comenta, ainda, que já havia mantido diversos contatos com o Deputado Eurípides, “que achou a ideia altamente patriótica, auspiciosa e oportuna”. Na carta também é mencionado que o Deputado considerava que “a expedição, como está sendo projetada, terá, sem dúvida, a anuência do Presidente da República, do Congresso e demais órgãos governamentais”. Encerra com uma solicitação de autorização para que o Deputado fizesse uma palestra no Clube de Engenharia, “dentro do menor prazo possível”.

A palestra foi realizada no dia 7 de março de 1972, com o título “Atual Interesse nos Estudos e Pesquisas Científicas na Antártica”. No mesmo dia, uma nota à imprensa foi distribuída, onde o Clube de Engenharia anunciava a expedição:

Para o maior brilho das comemorações [do Sesquicentenário da Independência] e em especial homenagem ao grande Presidente Garrastazu Medici, o Departamento de Atividades Culturais propõe, sob os auspícios do Clube de Engenharia, a organização de uma expedição à Antártida, para estudos e pesquisas meteorológicas [...]²⁰⁸.

²⁰⁶ Hélio de Almeida foi, também, presidente do Clube de Engenharia, de 1961 a 1964 e de 1967 a 1973. Foi Deputado Federal, pelo então MDB, de 1975 a 1979. Biografia disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/helio_de_almeida.

²⁰⁷ Cópia da carta faz parte do arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

²⁰⁸ Cópia da nota faz parte do arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

Na segunda reunião do GT, em 24 de março de 1972²⁰⁹, foram definidos o nome da Comissão Organizadora do Programa Antártida (COPRAN) e as propostas para sensibilizar pesquisadores e instituições científicas do país no sentido de participarem do programa. A ideia da criação do IBEA surgiu em agosto do mesmo ano, em reunião na residência do Dr. Antônio Salem.

Como uma das primeiras atividades, foi realizado o “I Ciclo Brasileiro Sobre a Antártida e as Águas Territoriais Sul-Americanas”, de 12 de setembro a 24 de outubro de 1972. Logo no primeiro dia, o engenheiro Wiltgen já fazia sua apresentação, com o título: “Metas do Programa da I Expedição Científica Brasileira à Antártica”, seguida de outra do Professor Pinto Coelho, com o título de: “Análise do Setor Científico da I Expedição Científica Brasileira à Antártida”. Sucederam-se várias apresentações, incluindo a do Professor Rubens Junqueira Villela, com o título: “Relação entre o clima do Brasil e os Gelos Antárticos”, culminando com a apresentação, no dia 24 de outubro de 1972, da Professora Therezinha de Castro, com o título: “Considerações Gerais: Antártida”. Durante o ciclo, a primeira diretoria do IBEA foi eleita em 13 de outubro de 1972²¹⁰.

Segundo Coelho (1983, p. 226-227), “o mês de outubro de 1972 foi de grande atividade por parte do IBEA. Sua diretoria deslocou-se para São Paulo, a fim de manter entendimentos [...] com várias instituições do mais alto nível”. Entre outras entidades, a Federação Brasileira das Associações de Bancos (FEBRABAN) se

²⁰⁹ Segundo Coelho (1983, p. 225), participaram dessa segunda reunião: Dr. João Aristides Wiltgen; Dr. Fernando Aragão; Dr. Homero Henrique Rosa Rangel; Dr. Renato Araújo; Dr. Durval Lobo; e o próprio Aristides Pinto Coelho.

²¹⁰ Presidente: Eng. João Aristides Wiltgen; 1º Vice-Presidente: Prof. Durval Lobo; 2º Vice-Presidente: Almirante Ayres Cunha de Andrade; Secretário: Eng. Fernando Lustoza Garcia de Aragão; Secretário Adjunto: Eng. Ângelo dos Santos Pinheiro; Diretor Financeiro: Dr. Antônio Salem; Tesoureiro: Eng. Homero Henrique Rosa Rangel; Tesoureiro-Adjunto: Dr. Affonso de Ligório Pinheiro Jofily; Diretor-Cultural: Prof. Spencer Daltro de Miranda; Diretor de Ciência e Tecnologia: Prof. Aristides Pinto Coelho; Diretor de Planejamento: Almirante Estanislau Façanha Sobrinho; Diretor de Promoção e Serviços Gerais: General Roberto Baptista Martins; Diretor de Patrimônio: Eng. B. Collet Solberg; Diretor Jurídico: Dr. Clovis Ramallete; Diretor de História e Geografia: Prof. Therezinha de Castro. Como Membros do Conselho Fiscal: Prof. Rubens Junqueira Villela; Conselheiro Faust Cardona; Eng. Claudio Ferreira de Moraes; jornalista Osny Mendes Bello; Almirante Luiz Penido Burnier; Eng. Domingos Giobbi; Eng. Renato de Araújo; Eng. Homero Henrique Rosa Rangel; Prof. José Carlos Junqueira Schmidt. Da Diretoria, além de seu presidente, outros também já tinham cursado a ESG: Dr. Antônio Salem, 1951; Almirante Ayres, 1958; Almirante Façanha, 1964; General Roberto Martins, 1964; Conselheiro Faust Cardona, 1964; Dr. Affonso Ligório, 1960; Prof. Spencer, 1969. Relação dos diplomados da ESG. Disponível em: <http://www.esg.br/index.php/br/> Acesso em: 10 dez. 2014.

comprometeu a doar a quantia de Cr\$ 90.000,00 (noventa mil cruzeiros) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), a fornecer todo o material de que a expedição necessitasse.

Em paralelo, o governo federal parecia efetivamente não aprovar toda essa movimentação. Em 10 de outubro de 1972, por meio do Aviso nº 187/72, o então Secretário do Conselho de Segurança Nacional, General de Brigada João Batista de Oliveira Figueiredo, encaminhou a seguinte orientação ao então Ministro da Marinha, o Almirante de Esquadra Adalberto de Barros Nunes:

[...] incumbiu-me Excelentíssimo Senhor Presidente da República de encarecer a Vossa Excelência a adoção de medidas que evitem qualquer apoio oficial a iniciativas particulares relacionadas às expedições ao Continente Antártico.

Nesse mesmo documento, Figueiredo participou que o assunto estava sendo estudado pelo MRE e pela Secretaria do CSN e que “torna-se inoportuna qualquer participação de natureza oficial em empreendimentos ligados àquela região, enquanto não se chegue a conclusões fundamentadas e devidamente aprovadas pelo governo”²¹¹.

Mas Wiltgen, desconhecendo aquela orientação, continuou sua busca por recursos e em 30 de janeiro de 1973 encaminhou carta aos presidentes das Federações Estaduais de Indústria mencionando a importância da expedição para a ciência brasileira. Discorria que já existiam prontos projetos científicos e cientistas dispostos a compor a primeira expedição ao Sexto Continente e era claro sobre a necessidade de recursos para a aquisição do “único navio ora disponível, inteiramente adequado, construído em 1956 e que está à venda por menos da metade do seu custo inicial, de US\$ 950,000.00”²¹².

A imprensa também mantinha o assunto em pauta. Na edição de 24 de fevereiro de 1973, na capa do jornal O GLOBO, a manchete era “Lanusse: A Antártida Argentina é nossa”, onde reproduzia parte de um discurso proferido pelo

²¹¹ Aviso nº187/72 da Secretaria do Conselho de Segurança Nacional (Arquivo do Centro de Hidrografia da Marinha).

²¹² Cópia da carta do engenheiro Wiltgen faz parte do arquivo pessoal do Deputado Eurípides.

Presidente argentino no dia anterior, para celebrar o Dia Nacional da Antártida Argentina. No dia seguinte, o editorial do jornal, com o título de “Definição para a Antártida”, defendia que o país não aceitava a provocação da oposição argentina, que obrigaria o Governo Lanusse a fazer declarações contrárias “ao projeto de uma expedição científica, de caráter particular”. Mesmo que em tom conciliador, para não acirrar uma possível disputa entre os dois países, O GLOBO provocava sutilmente uma definição de posicionamento do governo brasileiro quando, na última linha afirmava: “O governo brasileiro, certamente, não demorará em definir essas intenções e toda a sua colocação no problema”²¹³.

A campanha pela imprensa prosseguiu com artigo de 08 de março de 1973, também do jornal O GLOBO, que em sua página 10 trazia reportagem com o título “Expedição à Antártida confirmada para novembro”. Reproduziu entrevista com o engenheiro Wiltgen, que afirmava haver perdido as esperanças de realizar a expedição até final de março (em razão do término do verão na Antártica), mas estava certo em conseguir em novembro do mesmo ano (WILTGEN, 1973). O Presidente do IBEA chegou a afirmar que a compra de um quebra-gelo norueguês de 2 mil toneladas já estaria acertada por 300 mil dólares. Também no mesmo artigo, o Professor Durval Lobo, vice-presidente do Instituto, declarou que uma firma de São Paulo já estava finalizando o laboratório a ser montado na Antártica.

O prédio em fase final de construção atende às especificações básicas para a região [...] Quando a primeira expedição regressar, a casa permanecerá na região para atender às próximas expedições brasileiras já projetadas²¹⁴.

Outro indício, além do Aviso da SG-CSN de outubro de 1972, de o governo considerar inoportuna a expedição do IBEA foi o arquivamento da Proposta de Lei nº 7, de autoria do Senador Vasconcellos Torres²¹⁵, de 20 de março de 1973. O jornal O GLOBO, de 5 de abril daquele ano, com o título “Expedição brasileira à Antártida não tem a aprovação da ARENA”, noticiava que a liderança do governo

²¹³ Pesquisa no sítio eletrônico do jornal O GLOBO, edições de 24 e 25 de fevereiro de 1973c, ambas na primeira página das respectivas edições.

²¹⁴ Pesquisa no sítio eletrônico do jornal O GLOBO, edição de 8 de março de 1973c, p. 10.

²¹⁵ João Batista Vasconcelos Torres, senador pela ARENA (RJ), de 1963 a 1978. Também teve rejeitada sua proposta de criação do “Dia Brasileiro dos Estudos Antárticos” (PLS 134/1975, de 26/8/1975).

não queria pronunciamentos que pudessem comprometer as relações bilaterais com a Argentina²¹⁶. Tal proposta de apoio ao IBEA, caso aprovada, autorizaria o Poder Executivo a conceder apoio logístico à expedição à Antártica, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. O final do projeto de lei ressalta, segundo seu autor, a importância da expedição para o Brasil:

Creemos haver amplamente demonstrado a importância do empreendimento desses brasileiros que, antevendo a relevância que apresenta o Continente Austral, tomaram a si a patriótica missão de organizar a primeira expedição nacional à Antártica. Nestas circunstâncias entendemos ser de fundamental importância que o Estado se faça presente através de uma ação coordenada do Conselho Nacional de Pesquisas, Ministérios Militares, entidades que, por suas características, encontram-se plenamente habilitadas a fornecer o indispensável apoio logístico a fim de que a missão alcance pleno êxito [...] Estamos certos de que, acolhendo o presente projeto de lei, o Congresso Nacional estará prestando uma inestimável contribuição à defesa dos mais altos interesses da Nação²¹⁷.

Para conseguir o montante necessário de recursos para a expedição, o IBEA precisava ser reconhecido como uma instituição de interesse público federal, a fim de que os doadores pudessem deduzir as contribuições no imposto de renda. Segundo Aristides Pinto Coelho (1983, p. 235), primeiro diretor científico do Instituto, “ao governo não interessava, no momento, a expedição antártica. Desse modo, ao invés de começar com o calor do apoio governamental, o IBEA começou com uma temperatura polar 50 negativos”.

E sem esse título, prossegue Coelho (1983, p. 235):

O IBEA não poderia contar com o generoso e imprescindível apoio da indústria, do comércio e dos banqueiros de São Paulo e do Brasil. [...] Sem esse apoio, o IBEA não passaria de um bando de idealistas sonhadores [...] O sonho da expedição estava desfeito.

²¹⁶ Pesquisa no sítio eletrônico do jornal O GLOBO, edição de 5 de abril de 1973c, p. 11.

²¹⁷ Ofício n. 0610, de 12 de maio de 1975, do Ministro da Marinha ao Chefe do Estado-Maior da Armada, comunicando que a pedido do Senador Vasconcellos Torres tinha sido determinado o “desarquivamento” do Projeto de Lei do Senado que autoriza o Poder Executivo a conceder apoio logístico à Expedição Brasileira à Antártica, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro. Anexa a esse ofício, consta cópia do Projeto de Lei do Senado nº 7/73 (Arquivo da Marinha). A data desse ofício do Ministro da Marinha coincide com a decisão do Presidente Geisel em aderir ao Tratado da Antártica, que seria formalizado em 16 de maio de 1975.

Mesmo sem recursos, o Instituto não deixou de se articular, tendo participado com dois representantes no Seminário sobre o Programa Antártico dos EUA, em setembro de 1973. E conseguiu que o chefe do seu departamento científico, Professor Aristides Pinto Coelho, participasse de uma expedição norte-americana para a Antártica, embarcando no navio de pesquisa R/V “Hero”, da Marinha dos EUA, em Ushuaia, no dia 23 de dezembro do mesmo ano. O Professor Aristides trouxe amostras de material antártico (peixes, *krill*, rochas e fósseis), que foram as primeiras a entrar no Museu Nacional do Rio de Janeiro (COELHO, 1983).

Outra conquista do IBEA foi a inclusão de dois representantes do Instituto, o Professor Aristides Coelho e o engenheiro João Aristides Wiltgen, na primeira delegação oficial do Brasil a um simpósio internacional sobre a Antártica, em 1977, no Chile. Também participaram dessa delegação o Doutor Dourimar Moura (representante do CNPq), o Capitão-de-Corveta Luiz Antônio de Carvalho Ferraz (representante do Ministério da Marinha) e o Conselheiro Ivan Canabrava (representante do MRE).

O pretendido reconhecimento como “instituição de interesse público” somente veio a ocorrer em 7 de outubro de 1981, pelo Decreto nº 86.439, mais de nove anos depois da criação do Instituto, quando o governo brasileiro já estava se articulando para a realização da primeira expedição, que teria início em dezembro do ano seguinte, como já visto no cap. 4.

Toda a atividade desenvolvida pelo IBEA, em especial em seus dois primeiros anos (1972 e 1973), destacada por grande repercussão na mídia, sugere sua relevância no processo da adesão ao Tratado da Antártica. Nas palavras do Professor Aristides Coelho (1983, p. 243):

As ideias veiculadas pelo IBEA, da importância maior da cooperação científica internacional, em detrimento de reivindicação territorial, abriam novas perspectivas para o Brasil, que via um caminho para a sua chegada, atrasada, à Antártida, sem os atritos da reivindicação territorial. Possivelmente tenham influenciado na decisão do governo brasileiro, à frente o eminente General Ernesto Geisel, para, em atitude antípoda a dos anteriores, reconhecer o Tratado Antártico, assinando o documento de adesão a 16 de maio de 1975.

Mas somente os dois fatores internos distinguidos não eram suficientes para explicar a oportunidade da adesão. Somente a combinação dos fatores externos e internos é que levou o Presidente Geisel a decidir finalmente. Seus assessores mais próximos tiveram participação ativa nessa decisão. Isso será visto na próxima seção.

5.3 Os decisores em política externa no Governo Geisel

Após serem analisados os dois fatores sistêmicos selecionados nesta pesquisa como sendo os mais pertinentes em relação ao tema da adesão ao Tratado, bem como a influência de dois elementos internos, faz-se necessário um olhar para os elementos decisores.

Para Gonçalves e Miyamoto (1993, p. 213):

Num regime presidencialista, a responsabilidade pela condução do processo é do Presidente, como também é sua a decisão final [...] supõe-se que suas decisões sejam tomadas conforme o programa aprovado pelos que o elegeram e conforme a posição das forças partidárias que o sustentam politicamente.

Nos “regimes autoritários”, prosseguem os autores, “o processo decisório desenrola-se num espaço exíguo. Há mais forte ideologização dos atores e tende a prevalecer a posição das forças que detêm o poder do Estado” (1993, p. 213).

Ou seja, tanto no regime presidencialista de uma democracia aberta como num regime fechado, a figura do Presidente da República é a mais importante no processo de tomada de decisão em política externa. Dessa forma, a primeira parte deste item será para analisar o perfil do Presidente Ernesto Geisel, principalmente seu estilo de governar e suas maiores preocupações no campo da política externa até a adesão ao Tratado, em maio de 1975.

Em política externa, o Ministro das Relações Exteriores tem grande peso, pois em última instância é ele quem assessora diretamente o Presidente da República nessas questões. Considerando as características da personalidade de Azeredo

da Silveira, sua atuação junto a Geisel será destacada em alguns episódios do seu governo, e aqui será apresentada.

Outro personagem analisado nesse item foi o General Golbery do Couto e Silva, relevante influenciador em questões de política externa, fosse pelo seu currículo, ligado aos estudos da geopolítica e da estratégia, fosse pela confiança e estima que usufruía de sua amizade com Geisel.

5.3.1 O Presidente

Ernesto Geisel nasceu em Bento Gonçalves, RS, em 3 de agosto de 1907, o mais novo dos cinco filhos de Augusto Guilherme Geisel, alemão que imigrou em 1883, com 16 anos, para o Brasil, já com o então curso ginásial completo, o que lhe facilitou, posteriormente, exercer a profissão de professor primário, escrivão e juiz. Segundo Geisel, seu pai era extremamente rigoroso e disciplinador. Sua mãe Lydia, descendente também de alemães, era dona de casa e possuía apenas instrução primária. O avô materno era médico e pastor luterano, duas posições de prestígio na sociedade daquela época. A família Geisel não frequentava assiduamente a Igreja, pois o pai Augusto julgava que os filhos deveriam escolher o caminho religioso mais tarde. Geisel seguiu a religião luterana da mãe (D'ARAUJO; CASTRO, 1997).

No Colégio Militar de Porto Alegre, de 1921 a 1924, Geisel concluiu como o 1º da turma. Foi o 1º também na arma da artilharia, na Escola Militar de Realengo, em 1928, e na Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, em 1938. Coursou a Escola de Estado-Maior do Exército entre 1941 e 1943, juntamente com seu irmão Orlando, e ali conheceu o então Capitão Golbery. Não tendo participado da FEB na Itália, foi designado para estágio no *Army Command and General Staff College*, em Fort Leavenworth, Kansas, Estados Unidos, em 1945.

Ao regressar ao Brasil, foi servir na Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional de 1946 a 1947, no Governo Eurico Dutra; adido militar junto à Embaixada do Brasil no Uruguai de 1947 a 1950, num período relativamente tranquilo do país, governado pelo político colorado Luis Battle Berres; adjunto do

EMFA de 1950 a 1952, no período chefiado pelos Generais Salvador Obino e Góes Monteiro; cursou a ESG em 1953, ano em que foi promovido a Coronel e onde voltou a encontrar Golbery. Em 1957, reencontrou Golbery, dessa vez no Estado-Maior do Exército, onde exerceu a chefia da Seção de Informações de 1957 a 1961. Foi também o Comandante Militar de Brasília e da 11ª Região Militar, em 1961, e interinamente da 5ª Região Militar de 1962 a 1963.

No governo de Castello Branco, já como General de Brigada, Geisel foi Chefe do Gabinete Militar da Presidência da República e Secretário do CSN, de 1964 a 1967, cargo que lhe dava acesso a todas as reuniões de mais alto nível no governo federal. O General Golbery era então o Chefe do Serviço Nacional de Informações.

Geisel foi presidente da Petrobras de 1969 a 1973, no Governo Emilio Médici. Suas convicções e experiência no que concerne à problemática do petróleo naquela conjuntura podem ter influenciado na decisão em aderir ao Tratado, considerando a possibilidade de os países membros concordarem com a exploração desse mineral naquele continente e a tecnologia de prospecção avançar de modo a compensá-la economicamente. Um de seus principais assessores na empresa foi Shigeaki Ueki, que viria a ser seu Ministro das Minas e Energia durante todo o seu governo e depois presidente da Petrobras no Governo Figueiredo. Em seu livro-depoimento, assim se expressou Geisel sobre suas principais realizações nos quase quatro anos na Petrobras:

[Quando assumi] havia um projeto de construção de novas refinarias. As que existiam eram insuficientes para atender ao mercado, e se importava gasolina e outros derivados de petróleo, o que era mais dispendioso do que se se importasse o óleo cru e se fizesse a sua refinação no Brasil. Esse projeto foi executado sob a minha administração [...] Construíram-se também vários oleodutos [...] e terminais marítimos [...] Adquiriram-se navios para a FRONAPE, inclusive superpetroleiros. Continuou-se ativamente com o programa de exploração, com a pesquisa de novos campos de petróleo [...] Intensificou-se, então, a pesquisa no mar [...] Demos maior desenvolvimento a esse trabalho, preparando equipes no exterior [...] fez-se o levantamento completo do mar territorial brasileiro [...] Criou-se a BRASPETRO, uma empresa que começou a trabalhar no exterior [...] nossa ideia foi conhecer o problema geral do petróleo no mercado internacional (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 244-245).

Após ser informado por Médici de que seria o indicado do governo à sucessão presidencial, Geisel deixou a Petrobras e passou a se preparar para assumir, ocupando uma dependência do Ministério da Agricultura, no Rio de Janeiro, onde trabalhava com o General Golbery, o Coronel Moraes Rego²¹⁸ e o Capitão (da reserva) do EB Heitor Aquino Ferreira²¹⁹, que viriam a ser, respectivamente, seu Ministro-Chefe da Casa Civil, seu Assessor Especial e seu Secretário Particular durante a Presidência da República. Outro homem da confiança de Geisel, mas que permaneceu na Petrobras até o início da Presidência, em março de 1974, foi o Dr. Humberto Barreto²²⁰, que veio a ser o Assessor de Imprensa da Presidência e, posteriormente, presidente da Caixa Econômica Federal, de 11 de abril de 1977 a 16 de fevereiro de 1978.

Um dos encontros que Geisel teve antes de assumir a Presidência foi com o então Chanceler de Médici, Embaixador Mario Gibson Barboza. Em seu livro de memórias, “Na diplomacia, o traço todo da vida”, o Embaixador comenta sobre esse episódio e, em seguida, sobre outro, onde também conversaram sobre a questão de Itaipu com os argentinos:

²¹⁸ Gustavo Moraes Rego Reis nasceu no Rio de Janeiro, em 24 nov. 1920. Formou-se na Escola Militar do Realengo em 1944. De 1959 a 1963, foi Assistente do general Castello Branco, primeiro, em Belém-PA, no Comando da Amazônia, e depois, em Recife-PE, no Comando do IV Exército. De 1964 a 1967, foi assistente do General Geisel no Gabinete Militar da Presidência da República. Kursou a ESG, já como coronel, em 1968. De 1971 até 1973 foi chefe de gabinete de Geisel na Petrobrás. Moraes Rego permaneceu no grupo mais próximo do futuro Presidente, juntamente com Golbery e Heitor Ferreira. A partir de março de 1974 até novembro de 1975, quando foi promovido a general de brigada e assumiu o comando da 11ª Brigada de Infantaria em Campinas, foi assessor especial do Presidente. Segundo os jornalistas André Gustavo Stumpf e Merval Pereira Filho, foi um dos assessores mais influentes do Presidente Geisel. Com a demissão de Hugo Abreu, Rego assumiu a chefia do Gabinete Militar de Geisel em seu último ano de governo. Manteve contato estreito com Geisel até a morte deste, em setembro de 1996. Rego veio a falecer em julho de 1997, menos de um ano depois do ex-presidente (D'ARAUJO; CASTRO, 1997; GASPARI, 2014; REIS, 2005).

²¹⁹ Heitor Aquino Ferreira era Capitão do Exército quando passou a trabalhar com Golbery no SNI, durante o Governo Castello Branco. Ao final do governo desiludiu-se com a instituição e pediu demissão, indo trabalhar na iniciativa privada. Em 1969, Geisel o convidou para trabalhar na Petrobrás. Dali sairia com o futuro Presidente no período de preparação para assumir o governo do país. Durante a presidência de Geisel, Heitor foi seu Secretário Particular, passando a registrar os diversos momentos da rotina do Presidente (GASPARI, 2014; D'ARAUJO; CASTRO, 1997).

²²⁰ Humberto Esmeraldo Barreto, cearense do Crato, formado em Direito, tornou-se amigo de Geisel em 1947. Foi para a Petrobrás, desde o primeiro dia de Geisel na empresa. Elio Gaspari considerou Barreto como o melhor amigo de Geisel, chegando mesmo a insinuar que Barreto teria assumido o lugar do falecido filho Orlandinho, e afirma em seu livro que “Se Reis Velloso tivesse aceitado o Ministério do Interior, Golbery iria para o Planejamento. Nesse caso, Humberto Barreto seria o chefe do Gabinete Civil” (GASPARI, 2014, p. 409).

Geisel ainda não assumira o governo, mas já tinha sido escolhido sucessor de Médici, quando me convocou para uma entrevista em seu escritório, no Largo da Misericórdia, no Rio de Janeiro. Ali tivemos uma longa conversa sobre vários temas de política externa. Perguntou-me, inicialmente, como iam as relações com a Argentina. Respondi-lhe que não tão boas como deveriam, mas que terminariam por melhorar. Concordou e disse-me que realmente era preciso acabar com o problema levantado por Itaipu. Respondi-lhe que o Governo Médici fizera tudo isso, evitando obstáculos no entendimento com a Argentina, mas que, a meu ver, o problema atravessaria o governo dele. Geisel discordou, dizendo que se entenderia diretamente com Perón, já possuindo indícios de que, com ele, conseguiria resolver de vez a questão. Ponderei-lhe que com Perón certamente não se entenderia, pois ele estava à morte [...] Disse-me, então, que em tal caso negociaria com a Vice-Presidente, Isabelita Perón, esposa do Presidente, que assumiria o governo. Ponderei-lhe que também com ela não poderia haver um entendimento pessoal, pois seria deposta pelos militares se e quando assumisse o poder. O General Geisel manteve-se firme em sua opinião e não concordou com minhas ponderações [...] Dois ou três meses depois, fui novamente recebido pelo Presidente Geisel, agora para me despedir dele, já designado Embaixador em Atenas [...] voltamos ao assunto da Argentina. Lembrei-lhe, então, que ele discordara de minhas apreciações quando eu o visitara no Largo da Misericórdia. - O senhor percebeu? Geisel riu descontraidamente. - Dava facilmente para notar, Presidente. Mas o senhor já perdeu um ponto: Peron morreu [01/07/1974]. - É, mas o senhor disse que Isabelita seria deposta e ela continua no exercício da Presidência²²¹. - Somente pró-forma, Presidente, é uma questão de tempo. De qualquer forma, ela não detém o poder real. O senhor se encontraria oficialmente com ela pra resolver o problema de Itaipu? - É claro que não, seria perda de tempo. Aliás, os argentinos estão me dando mais trabalho e preocupação do que eu imaginava. Mas não estou disposto a ceder (BARBOZA, 2002, p. 178-179).

O anúncio oficial do Ministério foi feito pelo Coronel Moraes Rego, em 21 de fevereiro de 1974. Mas os convites foram feitos pessoalmente por Geisel, a partir de dezembro anterior. Nesses encontros, o futuro Presidente já deixava claras suas ideias gerais e sua prioridade com o homem brasileiro (FALCÃO, 1995).

Em 19 de março de 1974, em sua primeira reunião ministerial, assim se pronunciou Geisel especificamente sobre seus planos para a política externa:

²²¹ Isabelita Perón seria deposta por um golpe militar em 24 de março de 1976, comandado pelo General Jorge Rafael Videla, 10 meses depois de o Brasil aderir ao Tratado da Antártica (LANATA, 2011). Durante seu governo, Geisel não visitou a Argentina e nem recebeu a visita de nenhum dos presidentes em exercício daquele país. Depois de Getúlio Vargas em 1935, o próximo presidente a visitar a Argentina foi João Figueiredo em 1980.

[...] no campo da política externa, obedecendo a um pragmatismo responsável e consciente dos deveres da nação, bem mais adulta no terreno da solidariedade e cooperação internacionais em prol do progresso da humanidade e da paz mundial, daremos relevo especial ao nosso relacionamento com as nações-irmãs da circunvizinhança de aquém e além-mar. Impulsionaremos a ação diplomática, alerta sempre para a detecção de novas oportunidades e a serviço, em particular, dos interesses de nosso comércio exterior, da garantia do suprimento adequado de matérias-primas e produtos essenciais e do acesso à tecnologia mais atualizada de que não dispomos ainda, fazendo, para tanto, com prudência e tato, mas com firmeza, as opções e os realinhamentos indispensáveis²²².

Sobre sua rotina no exercício da Presidência, Geisel destacou a rotina diária com seu círculo mais próximo de assessores:

[...] uma reunião que herdei do Médici. Era a reunião que se fazia de manhã, quando eu chegava ao Planalto. Reuniam-se comigo o Ministro do Planejamento [Reis Veloso²²³], o da Casa Civil [Golbery], o da Casa Militar [Hugo Abreu²²⁴] e o Chefe do SNI [Figueiredo]. Aí se analisavam as novidades [...] Ouvia-se a opinião de todos e as informações que tinham [...] Ali eram feitas análises e tomadas decisões decorrentes dos fatos emergentes (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 281).

Gaspari (2014) relata que eram dois encontros diários com os chamados “Ministros da Casa”, uma pela manhã, como mencionou Geisel, e um à tarde. Os demais Ministros tinham despachos de normalmente 45 minutos, quinzenalmente. Geisel destaca claramente o contencioso com a Argentina, ao comentar sobre algumas reuniões fora do horário normal de expediente, o que ele evitava ao máximo:

²²² Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/ernesto-geisel/discursos-1/1974/03.pdf/view> . Acesso em: 10 set. 2014.

²²³ João Paulo dos Reis Veloso nasceu em Parnaíba-PI, em 12/7/1931. Entrou como escriturário no Banco do Brasil em 1955. Formou-se em Economia em 1960 e em 1964 terminou seu mestrado na Universidade de Yale, nos EUA. Nesse mesmo ano regressou para o Brasil, onde assumiu a direção do recém-criado Escritório de Pesquisa Econômica e Social Aplicada, por escolha pessoal do então Ministro do Planejamento Roberto Campos. Permaneceu nesse cargo até assumir como secretário geral do Ministério do Planejamento, em 1968. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> . Acesso em: 10 set. 2014

²²⁴ Hugo de Andrade Abreu nasceu em Juiz de Fora, MG, em 27/12/1916. Entrou para o Exército em 1934, saindo aspirante da Escola Militar de Realengo em 1937. Participou da campanha na Itália, como capitão, onde foi condecorado com a Cruz de Combate de Primeira Classe. Fez o curso de Estado-Maior na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME), de 1946 a 1948. Durante o breve Governo Jânio Quadros, chegou a servir com Golbery na Secretaria do Conselho de Segurança Nacional, em 1961. Foi promovido a general de brigada em março de 1969. Em janeiro de 1970 assumiu o comando da Brigada de Paraquedistas, uma das unidades de elite do Exército Brasileiro. Ainda era o comandante da Brigada quando foi convidado, em março de 1974, para assumir a chefia do gabinete militar de Geisel. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/busca/Busca/BuscaConsultar.aspx> . Acesso em: 10 set. 2014.

Também tive reuniões à noite com o pessoal do Ministério das Relações Exteriores, o Silveira, seus auxiliares e outros assessores. Tínhamos na época um problema nas relações com a Argentina, ligado à represa de Itaipu [...] Conseguimos aos poucos, com troca de notas e discussões, que o problema chegasse ao fim, sem prejudicar aquele grande empreendimento (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 277).

O Ministro do Planejamento era Reis Veloso, mantido do Governo Médici. “No Planejamento, achei que podia continuar com o Veloso, porque ele estava entrosado com o processo” (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 264). Na verdade, Geisel trouxe Veloso para seu círculo próximo de assessores, pois transformou o Ministério do Planejamento em Secretaria de Planejamento da Presidência da República logo em maio de 1974, fazendo-o participar das reuniões todas as manhãs.

Sobre a relação de Geisel com Golbery, ela será detalhada no item 5.3.3.

A escolha do General Hugo Abreu para Chefe do Gabinete Militar, não era a primeira opção de Geisel:

[...] o General que eu tinha convidado, que eu queria, era o Dilermando Monteiro [...] mas, poucos dias antes de eu assumir o governo, andando de bicicleta, ele teve uma queda com fratura do fêmur [...] Eu tinha que escolher outro. Houve muitas indicações a favor do General Hugo Abreu, que tinha o conceito de ótimo soldado. Não era grande inteligência, mas era um homem leal, com renome no Exército [...] Não podendo ser o Dilermando, sob a pressão do tempo, escolhi o Hugo Abreu (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 268).

Abreu foi assim o último a ser escolhido, tendo sido informado por um assessor do General Orlando Geisel, na época Ministro do Exército, na noite de 6 de março de 1974, para comparecer a uma audiência com o futuro Presidente na manhã do dia seguinte. Nas palavras do próprio Abreu (1979, p.23):

[...] a minha ida para o Gabinete Militar foi consequência do acidente que vitimou o General Dilermando em princípios de março de 1974 [...] A escolha do General Ernesto Geisel não fora consequência de conhecimento pessoal, pois realmente ele pouco me conhecia. Embora outras pessoas possam ter lembrado o meu nome, estou certo de que só a indicação do General Orlando Geisel [com quem Abreu já tinha trabalhado diretamente] poderia ter motivado o futuro Presidente a fixar-se na minha pessoa.

É possível se chegar a dedução que Abreu não exercia maior influência nas decisões de Geisel, diante da avaliação citada acima. Era um Assessor correto no trato dos assuntos funcionais do dia a dia, mas sem peso nas decisões importantes do governo. Também em seu livro depoimento, Geisel comenta sobre um desentendimento inicial ocorrido entre os Generais Abreu e Figueiredo a respeito das suas respectivas residências funcionais, quando Geisel autorizou a Figueiredo permanecer na que ocupava, como Chefe do Gabinete Militar de Médici, ao invés de passá-la a Abreu. Embora pareça um assunto de importância menor, possivelmente, afetou o relacionamento entre os dois Ministros que teve como clímax, o pedido de demissão de Abreu, em janeiro de 1978, após a escolha de Figueiredo, como candidato pela ARENA à sucessão presidencial. Segundo o relato do próprio Geisel:

O Hugo Abreu criou uma série de casos [...] Era um bom soldado, mas não tinha muitas luzes [...] Quando eliminei o Frota [Ministro do Exército exonerado por Geisel em outubro de 1977] e indiquei o Figueiredo como o candidato à Presidência, ele [Hugo Abreu] se decepcionou, resolveu romper e ir embora [...] ele se julgava um possível candidato. Mas realmente não tinha condições para tanto, não tinha cultura nem qualidades para dirigir o país (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 410-411).

O General Figueiredo²²⁵, escolhido para o SNI, mereceu a seguinte avaliação do ex-Presidente em seu livro depoimento:

Figueiredo [...] sempre fez parte do nosso grupo, junto com Golbery. Era muito benquisto, um oficial brilhante, inteligente e capaz. Fez todos os cursos com conceito muito bom, foi primeiro aluno da Escola Militar, da Escola de Aperfeiçoamento e da Escola de Estado-Maior. Quando, no governo Castelo, se fundou o SNI, Golbery o colocou dirigindo a Agência Central [...] Mais tarde foi Chefe do Estado-Maior do Médici no Exército do Sul [III Exército, com sede em Porto Alegre-RS] e, quando o Médici veio a assumir a Presidência, trouxe-o para a chefia da Casa Militar. Permaneceu ligado a nós e, quando assumi o governo, sonhava continuar na Casa Militar. Resolvi, contudo, colocá-lo na chefia do SNI, onde já tinha trabalhado (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 272).

²²⁵ João Baptista de Oliveira Figueiredo nasceu no Rio de Janeiro, em 15/01/1918. Formou-se na Escola Militar de Realengo, em 1937. cursou a ESG em 1960 e trabalhou pela primeira vez com Golbery quando foi escolhido por este para a Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional no breve Governo Jânio, em 1961. No Governo Castello Branco assumiu a agência do SNI no Rio de Janeiro, de 1964 a 1966, novamente subordinado a Golbery, que era o SNI na época. Figueiredo foi nomeado chefe do Estado Maior do III Exército em 1969, cujo comandante era Médici. No mesmo ano, Médici assumiu a presidência e Figueiredo tornou-se o chefe do gabinete militar (1969 a 1974).

Sobre a solidão no poder, assim se manifestou:

Certas decisões eram minhas, mas quantas decisões eu tomei conversando com o Petrônio [Senador Petrônio Portela foi o líder do governo no Senado], conversando com o Golbery, conversando com o próprio Figueiredo, com Moraes Rego e outros? [...] discursos: eu rascunhava algumas ideias, ia ao Golbery e aos outros e cada um começava a colaborar [...] Não é verdadeira a afirmação de que eu era um solitário (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 286).

O Chefe do Gabinete Militar corrobora esse depoimento: “Apesar de seu temperamento autoritário e centralizador, nunca procurou cercear minha iniciativa” (ABREU, 1979, p. 36). Armando Falcão, Ministro da Justiça, também deixava claro o estilo do Presidente ao afirmar: “Geisel jamais deixou de ser um homem de rígido apego ao que lhe constitui certeza arraigada e profunda [...] não quer dizer que fosse inflexível” (FALCÃO, 1995, p. 177). O próprio Geisel, em outro trecho do seu livro, acaba por reconhecer seu modo mais fechado, ao relacionar os que o visitavam em seu retiro em Teresópolis, entre eles seus antigos assessores Humberto Barreto e Moraes Rego. “Por esse limitado círculo de amizades, vocês podem avaliar como é o meu temperamento” (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 429). A morte prematura de seu único filho, Orlando Geisel Sobrinho, aos 16 anos, em março de 1957, também contribuiu para essa maneira mais fechada de ser. “Antes da morte do Orlandinho ele já era uma pessoa fechada, mas se permitia alguma vida social. Depois, encaramujou-se” (BARRETO, 1991 *apud* GASPARI, 2014, p. 54).

Sua postura no relacionamento com o exterior foi destacada pelo Embaixador Baena Soares, como “uma figura física de estadista, impressionava bastante lá fora. Além disso, gostava de política externa” (*apud* D'ARAUJO *et al.*, 2006, p. 49). Dos Presidentes militares, foi o que mais viagens fez ao exterior (Alemanha, Bolívia, França, Inglaterra, Japão, México, duas vezes ao Paraguai, Peru e duas vezes ao Uruguai)²²⁶. Até a adesão ao Tratado, em maio de 1975, somente uma visita ao Paraguai, em 17 de maio de 1974, e outra à Bolívia, em 24 do mesmo mês.

²²⁶ Para o levantamento das viagens ao exterior dos Presidentes da República, ver no sítio da Biblioteca da Presidência da República em <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>.

Os temas mais importantes em política externa do governo Geisel a serem tratados logo no início de seu governo, segundo Silveira (*apud* SPEKTOR, 2010, p. 93-110), até a adesão, foram:

- a) O reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China, em 15 de agosto de 1974;
- b) o reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas na África, como foi o caso de Guiné Bissau, em julho de 1974, Angola, com o governo de transição já em fevereiro de 1975, e com Moçambique, também em novembro de 1975; e
- c) a aproximação com os países árabes, culminando com o voto considerando o sionismo uma forma de racismo em novembro de 1975.

Hugo Abreu, em seu livro, acrescenta em relação ao mencionado por Silveira:

Um dos primeiros problemas de maior monta com que tive de me defrontar como Secretário-Geral do Conselho de Segurança foi o do estabelecimento de relações diplomáticas com a China comunista [...] foi o primeiro a ser submetido à consideração do Conselho de Segurança Nacional [...] em maio de 1974. No mês de junho, com o parecer favorável do Conselho, o Presidente pôde tomar sua decisão e determinar providências mais concretas para o encaminhamento das negociações com o Governo de Pequim (ABREU, 1979, p. 38).

Outro tópico de política externa mencionado por Abreu foi a “política nuclear”, em que deixa claro que o Presidente não estava satisfeito com o acordo feito com os norte-americanos para a construção da usina de Angra I, pois não havia transferência de tecnologia. Uma solução “que nos deixava inteiramente dependentes dos norte-americanos, e não queríamos mais dependência em matéria de energia [...] O assunto começou a ser encarado, desde maio de 1974” (ABREU, 1979, p. 43). A França demonstrou certo interesse, mas foi a Alemanha quem apresentou a melhor proposta, levando ao acordo assinado em Bonn, em 27 de junho de 1975. Tal acordo foi ressaltado na saudação de Geisel ao povo brasileiro, em 30 de dezembro de 1975, como sendo “o fato de maior repercussão interna e externa, de nossa ação diplomática [...] mostrou a determinação e a

maturidade com que o Brasil sabe conduzir-se, na defesa dos interesses nacionais, imune a pressões descabidas”²²⁷.

Mais dois temas, ainda segundo Abreu, ganharam destaque nesses dois primeiros anos do governo. O primeiro referente ao voto para suspender o embargo comercial a Cuba, na OEA. A posição do Itamaraty era para que o Brasil votasse favoravelmente à suspensão das sanções econômicas. A Secretaria do Conselho de Segurança, chefiada por Abreu, tendia à abstenção, pois a opinião dos militares não era favorável a qualquer ato em favor do governo cubano. O Presidente concordou com a SCSN e em novembro de 1974, no Equador, e em julho de 1975, na Costa Rica, o Brasil se absteve na votação perante os membros da OEA²²⁸. O segundo foi o voto brasileiro condenando o sionismo como forma de discriminação racial, na Assembleia da ONU de 1975. Abreu considerou que “houve falha do Itamarati quando não alertou o Presidente quanto à importância daquele apêndice”. A moção era para condenar todas as formas de racismo, e o sionismo entrou no meio, com o governo brasileiro, “erradamente”, aceitando (ABREU, 1979, p. 50-51).

Assim, a primeira exposição de motivos encaminhada pelo MRE, em 28 de maio de 1974, sobre a adesão ao Tratado da Antártica concorreu com outros temas bastante importantes na agenda internacional do governo. Isso sem mencionar o caso com a Argentina, a respeito de “*Corpus-Itaipu*”, que permaneceu pendente durante todo o governo Geisel, como já visto no item 5.1.1.

Geisel não menciona a adesão ao Tratado da Antártica em momento algum no livro-depoimento publicado após a sua morte. Já Hugo Abreu fez breve referência ao assunto, mas sem detalhar o processo decisório nele envolvido:

²²⁷ Os discursos de todos os Presidentes também podem ser encontrados no *link* anterior, na página da internet da Biblioteca da Presidência.

²²⁸ Na Costa Rica, a grande maioria dos países votou a favor da resolução, inclusive os EUA. Votaram contra: Chile, Paraguai e Uruguai. Brasil e Nicarágua se abstiveram. A Ata final da reunião está disponível em: <http://www.oas.org/council/MEETINGS%20OF%20CONSULTATION/Actas/Acta%2016.pdf>. Acesso em: 31/08/2014. O tema do embargo à Cuba e as reuniões da OEA mereceram registro no Diário de Heitor Ferreira nas seguintes ocasiões: 15, 16 e 18 de setembro de 1974; e 4, 11 e 12 de novembro de 1974. Arquivo CPDOC-FGV. Acesso em: 20 out. 2014.

A definição de uma política nacional para a Antártida, estudada com o Itamarati, a Secretaria de Planejamento, a Marinha e outros ministérios, foi exaustivamente examinada na Secretaria do Conselho, sendo afinal aprovada pelo Presidente da República. Dentro da orientação adotada, o Brasil aderiu ao Acordo Internacional sobre a Antártida assinado em 1952 [*sic*, 1959] por um grupo de países, entre os quais os Estados Unidos, a Rússia, a Inglaterra, a Austrália, a Argentina, o Chile e aberto à adesão de todos os que demonstrassem interesse no assunto (ABREU, 1979, p. 72).

Heitor Ferreira, Secretário Particular da Presidência entre março de 1974 e maio de 1975, em seu meticuloso diário manuscrito²²⁹ com a cronologia do Governo Geisel, não fez qualquer registro sobre a adesão ao Tratado ou sobre qualquer reunião a respeito do assunto que o Presidente tivesse participado. Em maio de 1974, quando a primeira exposição de motivos (nº 182) foi entregue a Geisel por Silveira, podem-se destacar as seguintes anotações:

- a) 9 de maio - reunião sobre Itaipu;
- b) 17 de maio - viagem a Foz do Iguaçu, Strossner;
- c) 22 de maio - viagem a Cochabamba, Banzer e gás;
- d) 25 e 26 de maio - caso com Portugal sobre Fontoura²³⁰; e
- e) 28 de maio - posse de Frota.

No “Roteiro de Despacho Direto com o Senhor Presidente da República”, de 28 de maio de 1974, do Ministro Silveira, a EM nº 182 (secreta) era o segundo item, logo abaixo do que tratava sobre a nomeação do novo Embaixador de Portugal no Brasil. Manuscrito, logo ao lado do item 2. “Antártida”, Silveira escreveu “com o Pr.”, o que indica que a referida EM tenha ficado com o Presidente para estudo, logo após o despacho.²³¹

²²⁹ Diário manuscrito por Heitor Aquino Ferreira consultado na pasta “EG rem. S. 1979.3.14” do CPDOC-FGV, em 20 de outubro de 2014. As transcrições aqui reproduzidas mantiveram o texto exatamente como escreveu Ferreira em seu diário.

²³⁰ O caso mencionado por Ferreira foi relacionado à negação do *agrément* do General Carlos Alberto da Fontoura, que havia sido chefe do SNI no governo Médici (1969-1974), por parte do governo português. Silveira (*apud* LAMPREIA, 2010, p. 69), enviou telegrama ao encarregado de negócios em Lisboa determinando que fosse retransmitido ao Chanceler Mario Soares a seguinte mensagem: “Caso o governo português persista com a proposta de negar o *agrément* ao Embaixador Fontoura, o governo brasileiro não enviará outro Embaixador enquanto durar essa afronta”. Fontoura foi Embaixador em Lisboa até 1978.

²³¹ CPDOC-FGV. Pasta “AAS mre d 1974.03.26”. Acesso em: 23 out. 2014.

Em 29 de julho de 1974, o Chanceler entregou a Geisel uma “Informação para o Presidente da República”, secreta, com o título: “Projeto de Lei do Senado. Posição brasileira sobre assuntos antárticos”. A mesma tratava sobre uma solicitação da Comissão de Relações Exteriores do Senado ao Ministro das Relações Exteriores para que este se pronunciasse sobre o Projeto de Lei do Senado nº 7, de 1973, “que autoriza o Poder Executivo, através do Conselho Nacional de Pesquisas e mediante colaboração dos Ministérios do Exército, Marinha, Aeronáutica e Relações Exteriores, a dar apoio logístico à Expedição Brasileira à Antártida, organizada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro”. Tal projeto, já visto no item 5.2.2, já tinha sido aprovado nas comissões de Segurança Nacional e na de Constituição e Justiça. Na “referida Informação”, Silveira alertava o Presidente de que o assunto tinha suscitado notícias na imprensa e que as mesmas não eram do interesse do país, pois muitas vezes “não tem sido de molde a bem servir aos interesses da posição brasileira com relação à Antártida”. O documento conclui com a posição do MRE na conveniência da adesão ao Tratado, mas sugerindo que não seria aconselhável uma expedição à Antártica, mesmo que de caráter particular, antes do posicionamento oficial brasileiro sobre o assunto. O Projeto de Informações ao Senado, preparado pelo MRE, participava que:

Está sendo atualmente estudada a conveniência de o Brasil aderir ou não ao Tratado da Antártida [...] Assim sendo, uma iniciativa nos moldes propostos pelo referido Projeto de Lei nº7 poderá ser conveniente e oportuna, à luz de suas repercussões sobre o terreno da política externa do país, após uma definição da posição do Brasil a respeito do Tratado da Antártida²³².

A instabilidade política na Argentina foi tema de telegrama em 27 de agosto de 1974, do Embaixador brasileiro em Buenos Aires, João Baptista Pinheiro²³³, ao Chanceler Silveira:

²³² CPDOC-FGV. Pasta “AAS mre d 1974.03.26”. Acesso em: 23 out. 2014.

²³³ João Baptista Pinheiro nasceu em Alegre-ES, em 1914. Ingressou no Itamaraty em 1939 e suas principais funções foram: encarregado de negócios da Embaixada brasileira em Tóquio (1964-1965); chefe da delegação do Brasil junto à ALALC (1965-1969); Embaixador do Brasil no México (1969-1971); Embaixador do Brasil na Alemanha Ocidental (1971-1973); Embaixador na Argentina (1974-1976) e Embaixador nos EUA (1976 a 1979).

Parece ser crença generalizada nos altos círculos políticos e militares que a Presidente renunciará [...] deverá assumir a Presidência o Senador Allende, o qual convocará eleições num prazo de 60 a 90 dias. Os radicais depositam grandes esperanças numa vitória nesse pleito²³⁴.

Silveira voltaria a insistir no tema com o Presidente, por ocasião do despacho no dia 29 de agosto, onde entregou nova “Informação para o Senhor Presidente da República”, com o título: “A Argentina e a Assembleia Geral das Nações Unidas”. Nesse documento, o Chanceler ratificou o telegrama de Pinheiro, já aqui mencionado, e levantou a linha de ação de se lançar mão do anúncio da adesão a fim de distrair o foco argentino em cima de Itaipu.

6. [...] a grave crise de autoridade por que atravessa a Argentina poderá levar as autoridades daquele país, fruto de sua insegurança, a tomarem iniciativas impensadas ou mesmo insensatas. Por outro lado, os próximos meses poderão ser decisivos para ITAIPU [...] Acredito, no entanto, que seria importante, por motivos táticos, dispormos de mais de uma frente de eventual confrontação, quando mais não seja explorar a situação de crise interna porque atravessa a Argentina.

7. Nessas condições, estimaria contar com a anuência de Vossa Excelência para, conforme as circunstâncias, adotar uma ou todas as medidas a seguir indicadas, inclusive antes da Assembleia Geral da ONU:

a) anúncio de nossa disposição de aderir ao Tratado da Antártida.

Confirmando a tradição de ler todos os documentos com atenção, a 5 de setembro, muito provavelmente por ter o Presidente solicitado uma ampliação em relação à exposição de motivos de maio, o Itamaraty encaminhou um documento com o título “Informação para o Senhor Presidente da República. O Tratado da Antártida. Consequências da adesão.” Nele, o Itamaraty reiterava a preocupação com a revisão do Tratado prevista para 1991 e mencionava uma possível sinalização por parte de argentinos e chilenos sobre a entrada do Brasil no “clube polar”:

²³⁴ Telegrama secreto 2093, de 27 de agosto de 1974. Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty.

Não se poderia deixar de levar também em consideração a discreta sondagem feita por representantes da Argentina e do Chile [...] em julho último em Buenos Aires, no sentido de averiguar a reação do Brasil quanto à sua eventual participação em atividades austrais, em bases conjuntas com grupos argentinos e chilenos. Segundo se pode depreender, àquele ensejo, os governos da Argentina e do Chile estariam sofrendo desilusões no campo da cooperação consignada no Tratado da Antártida, mormente em relação aos países desenvolvidos presentes no Continente Austral. Essa interpretação favorável à presença brasileira na Antártida foi recentemente corroborada pelas declarações feitas, a título pessoal, pelo Ministro das Relações Exteriores do Chile ao Embaixador do Brasil em Santiago no sentido de que, “caso fosse solicitada, a marinha chilena colocaria à disposição do Brasil sua experiência e conhecimentos na região austral”²³⁵.

O novo documento demonstra que o Itamaraty mantinha sua posição de maio, assessorando o Presidente sobre a conveniência da adesão ao Tratado da Antártica. No diário de Heitor Ferreira, nenhuma anotação no dia 5 de setembro. No dia 6 de setembro, apenas “*Sakkaff*”²³⁶.

A Argentina fez parte das primeiras páginas do jornal O GLOBO, dos dias 1º de setembro: “Isabelita quer criar o cargo de Premier”; 2 de setembro: “Geisel pode ter encontro logo com Isabelita”; 6 de setembro: “Na Argentina, terror mata com lapiseira”; 7 de setembro: “Montoneros se lançaram à guerra total”. A notícia do dia 7, véspera de Geisel exarar seu despacho, referiu-se aos 10 atentados à bomba ocorridos em Buenos Aires na madrugada de 5 para 6 de setembro. Na primeira página do jornal O ESTADO DE SÃO PAULO, do dia 7 de setembro, reportagem sobre a decisão da Presidente argentina Isabelita Perón em fechar o jornal “*La Causa Peronista*”, depois de reportagem do referido jornal, de 3 de setembro, com o depoimento de alguns dos autores do sequestro e assassinato do ex-Presidente Pedro Eugenio Aramburu pelo grupo guerrilheiro “Montoneros”, em junho de 1970. No dia 8 de setembro, também no mesmo jornal, a reportagem “Os Montoneros renovam ameaças” traz a decisão do grupo guerrilheiro de iniciar a luta armada contra o governo de Isabelita, após os atentados de 5 para 6 de

²³⁵ Cópia obtida junto ao Arquivo Histórico do Itamaraty.

²³⁶ Essa anotação se referia à audiência concedida por Geisel ao Chanceler Saudita Omar al-Sakkaff que se encontrava em visita ao Brasil, dentro do esforço brasileiro, iniciado ainda no final do Governo Médici, para aproximar o país dos árabes, em razão da crise do petróleo de 1973. O Chanceler saudita foi um dos convidados estrangeiros no palanque presidencial, por ocasião do desfile de 7 de setembro, em Brasília.

setembro e da declaração do líder do grupo, Mario Firmenich, dada na noite do dia 6, na Argentina.²³⁷

As notícias veiculadas pela imprensa sobre a situação interna da Argentina devem ter sido do conhecimento do Presidente, logo na manhã do dia 8 de setembro. Segundo Góes (1978, p. 48):

Dentre todos os meios de informação disponíveis pelo Presidente, porém, nenhum se iguala, em capacidade de atuar sobre a decisão presidencial, à sinopse diária e aos relatórios específicos do SNI. A sinopse diária, que o Presidente lê atentamente todas as manhãs antes de dirigir-se ao Palácio do Planalto [...] abriga informações ostensivas, colhidas dos jornais [...] A sinopse, porém, não se destina a instruir decisões específicas, se não a manter informado o Presidente, a dar-lhe conhecimento dos fatos correntes e de sua significação [...] Ela atua na instrução da tomada de decisão de modo indireto [...].

A Exposição de Motivos nº 061/74, secreta, de 8 de setembro (p. 8), do Secretário do Conselho de Segurança Nacional ao Presidente, assim considerou a proposta do Itamaraty:

A linha de atuação proposta pelo Itamaraty - adesão ao Tratado de Washington - afigura-se, no momento, como a mais adequada. As eventuais desvantagens decorrentes desta posição serão amplamente compensadas pelos resultados positivos que dela poderão advir.²³⁸

Mesmo com os documentos de Azeredo da Silveira e Hugo Abreu, nesse mesmo dia 8 de setembro, Geisel exarou despacho que: “A situação presente não me parece oportuna para que o BRASIL tome a iniciativa de aderir ao Tratado de WASHINGTON, sobre a ANTARTIDA. O assunto deve ser diferido para época julgada mais oportuna”²³⁹.

²³⁷ Pesquisa realizada no acervo digital disponível na internet dos jornais O GLOBO e O ESTADO DE SÃO PAULO, em 24 de outubro de 2014.

²³⁸ Arquivo CPDOC-FGV, pasta “AAS mre ag 1974.01.16”, acesso em: 21 de outubro de 2014.

²³⁹ Despacho do Presidente consta também do Aviso 287/74, de 11 de setembro de 1974, do Secretário-Geral do Conselho de Segurança Nacional, General Hugo Abreu, ao Chanceler Embaixador Azeredo da Silveira.

O diário de Heitor Ferreira registrava, nesse dia 8 de setembro, que era um sábado, apenas: “Branços rebelam-se em Moçambique”²⁴⁰.

Mas entre o envio da primeira exposição de motivos em maio e o despacho do Presidente, em 8 de setembro, Ferreira fez alguns lançamentos relativos à Argentina:

- a) 4 de junho - caso Bacia do Prata;
- b) 7 de junho - encontro Strossner - Perón;
- c) 12 de junho - Perón ameaça renunciar sem apoio²⁴¹;
- d) 29 de junho - assume Isabelita, Perón mal;
- e) 1 de julho - morre Perón; e
- f) 2 de julho - Falcão viaja para a Argentina.

Em 14 de outubro de 1974, nova “Informação para o Senhor Presidente da República”,²⁴² com o título: “Relações Brasil-Argentina”. No documento constavam três “assuntos pendentes, que já se encontravam em avançado estágio de estudos por parte do Itamaraty”:

- a) O aproveitamento dos rios internacionais da Bacia do Prata e, dentro desse contexto, a questão das consequências negativas que o projeto de *Corpus* poderia vir a ter em relação à Hidrelétrica de Itaipu;
- b) o Tratado de Limites do Rio da Prata e sua Frente Marítima, assinado em novembro do ano passado, entre os governos da Argentina e do Uruguai;
- c) a posição brasileira com relação à Antártida.

Sobre o terceiro tema, o Chanceler afirmou:

²⁴⁰ A anotação de Ferreira era idêntica à manchete de maior destaque na capa do jornal O GLOBO, do mesmo dia 8, referindo-se às manifestações ocorridas na capital de Moçambique contra a entrega do governo do país à Frente de Libertação de Moçambique.

²⁴¹ No dia 12 de junho, Perón fez seu último discurso antes de sua morte, do balcão do palácio de governo, para uma multidão que se concentrou na *Plaza de Mayo*. Foi um discurso de pouco mais de uma página sobre a situação de instabilidade política na Argentina, em certo tom de despedida, e conclamando o povo a lutar por tudo que já haviam conquistado. A íntegra do discurso está disponível em: http://www.jdperon.gov.ar/material/discursos/discurso_12_jun_1974.pdf. Acesso em: 10 nov. 2014.

²⁴² CPDOC-FGV. Pasta “AAS mre d 1974.03.26”. Acesso em: 23 out. 2014.

8. O tema da posição brasileira na Antártida, polemizado na imprensa argentina, sobretudo a partir da divulgação da ideia do envio de uma expedição brasileira ao Continente Austral, nos termos da sugestão formulada pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, merece também ser analisado à luz dos novos fatos supervenientes, que lhe retiram o caráter francamente contencioso. Nesse sentido, a possibilidade de vir o Brasil a aderir ao Tratado da Antártida e, conseqüentemente, a desenvolver toda a sua atividade no Continente Austral ao amparo do aludido ato multilateral constituirá também a política mais condizente com a posição da Argentina, que recentemente a definiu, conjuntamente com o Chile, através da “Declaração sobre a Antártida”. Nesse documento, ambos os países afirmam sugestivamente que “todos os Estados que realizem atividades na Antártida devem estar ligados pelas mesmas normas jurídicas, sendo aplicáveis em relação às aludidas atividades os dispositivos pertinentes do Tratado, em particular seus artigos IX e X”. A propósito, acresce ainda o fato de que tanto a Argentina quanto o Chile vêm demonstrando certa dose de desilusão em relação à cooperação internacional na Antártida, onde a presença “de jure e de facto” do Brasil poderia ser fator positivo para uma nova fase de colaboração solidária e construtiva na região.

9. À luz da atual conjuntura [...] parece ser aconselhável a adesão do Brasil ao Tratado da Antártida antes de iniciadas as negociações globais com a Argentina, no transcurso das quais a cooperação brasileiro-argentina em assuntos antárticos, que na prática exigiria a vinculação do Brasil ao Tratado, poderá surgir como mais um elemento de interesse convergente dos dois países, retirando-se, assim, o caráter de confrontação que poderia advir de iniciativas tomadas em momentos menos oportunos ou envolvendo outra via de solução para a posição brasileira em relação ao Continente Austral²⁴³.

No período entre o despacho de 8 de setembro do Presidente decidindo aguardar até a adesão em 16 de maio de 1975, foram os seguintes os lançamentos de Heitor Ferreira no Diário envolvendo a Argentina:

- a) 22 de outubro - boato: Izabelita homiziar-se;
- b) 10 de fevereiro de 1975 - Lopez Rega preso em Torres;²⁴⁴
- c) 7 de março de 1975 - Silveira: discurso Stroessner; e
- d) 2 de abril de 1975 - Argentina quer romper CEBAC²⁴⁵.

²⁴³ “Informação para o Senhor Presidente da República - Relações Brasil-Argentina”, 14 de outubro de 1974. CPDOC-FGV. Pasta “AAS mre d 1974.03.26”. Acesso em: 23 out. 2014.

²⁴⁴ José Lopez Rega (1916-1989), também conhecido como “El Brujo”, como já visto no item 5.1.1, foi o Ministro do Bem-Estar Social de Izabelita Perón e talvez o Ministro de maior influência do governo dela, a quem conhecia desde 1965. Torres-RS é uma cidade de praia bastante visitada pelos argentinos e uruguaios. O episódio de 10 de fevereiro de 1975 envolvendo Lopez Rega não conseguiu ser esclarecido durante a presente pesquisa.

²⁴⁵ Comissão Executiva Brasil-Argentina de Coordenação.

Na audiência de Silveira com Geisel, em 18 de abril de 1975, o primeiro item do “Roteiro para Despacho Direto com o Senhor Presidente da República nº15/75”, de uma lista de 26 itens, era “Oitava Reunião de Consulta do Tratado da Antártida” e ao lado “Informação nº125”²⁴⁶.

Considerando que no despacho de 8 de setembro de 1974 o Presidente Geisel havia “diferido para época julgada mais oportuna”, esse despacho do Ministro Silveira, de 18 de abril de 1975, pode ter sido decisivo para Geisel finalmente concordar com o MRE e aceitar a adesão.

No dia 2 de maio de 1975, Silveira despachou novamente com Geisel e apresentou a segunda exposição de motivos sugerindo a adesão (EM nº 129: “Tratado da Antártida”). Geisel na audiência já exarara: “À Secretaria-Geral do CSN, para submeter à apreciação dos membros do Conselho”²⁴⁷. Nesse mesmo dia 2, Ferreira nada comentou sobre a Antártica, tendo registrado em seu diário: “PR danado com o caso Baleeiro”²⁴⁸. Hugo Abreu enviou aos membros do Conselho em 5 de maio a cópia da exposição de motivos e solicitou que os pareceres fossem encaminhados até 15 de maio “de modo a permitir a essa Secretaria-Geral elevar o assunto à decisão final, dentro do prazo disponível”. Essa premência para os pareceres pode ter relação com a expectativa do governo em, ao aderir ao Tratado, ser automaticamente convidado para a reunião de Oslo, o que não aconteceu, pois apenas os membros consultivos, ou seja, aqueles que efetivamente tenham sido aceitos como tal, por terem realizado pesquisa científica na Antártica, podiam participar das reuniões. Em 16 de maio, data em que o Presidente Geisel ratificou a adesão ao Tratado da Antártica, nada foi registrado no diário de Heitor Ferreira.

²⁴⁶ A Informação nº 125 não foi encontrada nesta pesquisa. A Oitava Reunião dos Países Membros do Tratado da Antártica ocorreu em junho de 1975, na Noruega, sem a presença de representantes brasileiros.

²⁴⁷ CPDOC-FGV. Pasta “EG pr 1974.03.00/2”. Acesso em: 23 out. 2014.

²⁴⁸ Aliomar de Andrade Baleeiro nasceu em Salvador (BA) em 5 de maio de 1905. Foi advogado e político pela UDN [União Democrática Nacional], com vários mandatos como Deputado Federal. Foi grande aliado de Castello Branco, sendo nomeado para o Superior Tribunal Federal em novembro de 1965. Foi presidente do STF [Supremo Tribunal Federal] de fevereiro de 1971 a fevereiro de 1973, quando defendeu a volta do Estado de Direito no Brasil. Em maio de 1975 deixou o STF, por problemas de saúde.

Em termos de política interna, maio de 1974, mês em que a primeira exposição de motivos foi entregue a Geisel, foi o mês da substituição do General Dale Coutinho, falecido no dia 24, pelo General Sylvio Frota, que na época era o Chefe do Estado-Maior, que assumiu no dia 27, em uma das pastas mais sensíveis do governo, o Ministério do Exército.

Também no campo interno, o resultado desfavorável nas eleições para o Congresso Nacional, em novembro de 1974, contribuiu para absorver boa parte dos despachos de Geisel. Dos 22 senadores eleitos em novembro, 18 eram da oposição. Nesse mesmo mês de novembro, a notícia sobre a descoberta de petróleo na bacia de Campos, já mencionada no item 5.1.2, foi o fato positivo nesse final de ano tenso com o resultado das eleições e os resultados da economia. A inflação, que havia fechado em 15,5% no fim de 1973, subiu para 34,5% em 1974. O saldo da balança comercial, também no mesmo período, foi positivo em 7 milhões de dólares (1973) e negativo em 4,7 bilhões de dólares(1974)²⁴⁹.

Em 30 de dezembro de 1974, Geisel faz seu primeiro pronunciamento de fim de ano à Nação, dando grande destaque às dificuldades na área econômica. E fez breve menção ao campo de política externa de seu governo:

Desde meados de 1973, já se prenunciavam desanimadoras perspectivas para a conjuntura mundial [...] Os preços de matérias-primas e outros insumos essenciais e, sobretudo, os do petróleo e seus derivados começaram a disparar [...] Seguiu-se a crescente falta de liquidez no mercado internacional de capitais [...] O comércio entre nações desativou-se celeremente [...] A inflação - em recrudescimento - desafiando a engenhosidade dos economistas acoplou-se à recessão econômica e ao espectro do desemprego contagiante [...] os seis primeiros meses deste governo tiveram, como tônica, o combate persistente e decidido a uma inflação que, de março para abril, fez o índice geral de preços ultrapassar o crescimento alarmante de 5% [na área internacional] buscou-se, sobretudo, desde logo, desfazer equívocos subjacentes no quadro de nossas relações com diversos países amigos e [...] ampliar ao máximo o leque de alternativas para o nosso comércio internacional e para o intercâmbio cultural e político com outros povos, segundo fórmula que acabaria por ser caracterizada como a de um "pragmatismo responsável e ecumênico"²⁵⁰.

²⁴⁹ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Séria História do Século XX. Disponível em: <http://seculoxx.ibge.gov.br/economicas/setor-externo/tabelas> . Acesso em: 27 out. 2014.

²⁵⁰ Para os pronunciamentos de Geisel ver no sítio da Biblioteca da Presidência da República, disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes> . Acesso em: 10 set. 2014.

Já em seu pronunciamento de 30 de dezembro de 1975 para os brasileiros em cadeia de rádio e televisão, Geisel ressaltou três pontos relacionados à política externa brasileira daquele ano. O mais importante foi o acordo nuclear com a Alemanha. Os outros dois foram o estreitamento de laços de amizade com as Nações africanas e a assinatura do Tratado de Amizade e Cooperação com o Paraguai. A adesão ao Tratado da Antártica, ocorrida em maio, não foi mencionada no pronunciamento de fim de ano do Presidente, o que só veio ratificar a percepção de que o tema era secundário na agenda de política externa do Brasil²⁵¹.

Geisel teve uma carreira acadêmica brilhante nos cursos que fez no Exército. Por circunstâncias diversas, passou mais tempo em funções burocráticas do que operativas. Tinha verdadeira obsessão pelos detalhes de tudo que julgava importante, levando sempre para casa os estudos que lhe eram encaminhados, fazendo suas anotações e despachando posteriormente com seus Ministros. Sua experiência como adido militar no Uruguai e, posteriormente, na presidência da Petrobras ampliou seus conhecimentos sobre relações internacionais, o que lhe permitiu conduzir esses assuntos com firmeza, mesmo tendo como assessor direto um Ministro também de forte personalidade e conhecimento do ambiente internacional. É sobre esse assessor que a próxima seção deste trabalho tratará.

5.3.2 O Ministro das Relações Exteriores

O Chanceler durante o Governo Geisel (1974-1979) foi o Embaixador Antônio Francisco Azeredo da Silveira. Silveirinha, como alguns o tratavam, nasceu no Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1917.

Diplomou-se nos cursos de Prática Consular e Aperfeiçoamento de Diplomatas em 1944. Sua primeira função no exterior foi na embaixada brasileira em Havana, Cuba, de 1945 a 1949. De fevereiro de 1949 a outubro de 1950 esteve, como Segundo Secretário, na embaixada do Brasil em Buenos Aires, quando teve a

²⁵¹ Para os pronunciamentos de Geisel, ver no sítio da Biblioteca da Presidência da República, disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes>. Acesso em: 10 set. 2014.

oportunidade de conhecer pessoalmente Perón. Segundo suas próprias palavras, acompanhar “muito de perto aquela transformação da institucionalização do Perón porque tinha de fazer os telegramas e os relatórios. Isso adensou muito minha compreensão da Argentina” (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 37). Foi chefe do Departamento de Administração do Itamaraty, função considerada a terceira na hierarquia do Ministério, por duas vezes, de 1959 a 1961, e de 1963 a 1966. Foi o chefe da delegação permanente do Brasil junto à ONU, em Genebra, de 1966 a 1968. Embaixador na Argentina de 1969 a 1974, na gestão do Chanceler Gibson Barboza. Em 15 de março de 1974 assumiu o Itamaraty.

Sobre a escolha de Silveira para o Ministério, assim se manifestou Geisel:

O Ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, também foi dos últimos. Eu o conhecia de nome e pedi-lhe para vir ao Jardim Botânico conversar comigo. Conversamos vários dias, e no fim resolvi convidá-lo para o Ministério (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 265)²⁵².

A primeira entrevista de Silveira com Geisel ainda ocorreu no dia 5 de dezembro de 1973, na casa do Jardim Botânico. A conversa começou pela América do Sul, depois Silveira expôs sua visão sobre a África e sobre outros temas, fechando com a Argentina (SPEKTOR, 2010).

Geisel opina: “Ele não é bobo não. Eu acho que ele é um dos melhores de cabeça, do ponto de vista diplomático” (GEISEL *apud* GASPARI, 2014, p. 305). Segundo Gaspari (2014), o cabo eleitoral de Silveira era o Chefe de Gabinete do Chanceler Gibson Barboza, Embaixador Dario Castro Alves, que desde 1972 mandava a Heitor Ferreira cópias de telegramas de diversos Embaixadores para avaliação de Geisel²⁵³. E que na reta final do processo de escolha, Dario foi claro com Ferreira: “Minha torcida é por Silveira, pois sou a pessoa de maior confiança dele na minha categoria [...] se ele vier, o controle do Itamaraty por vocês e ele, e

²⁵² Em seu livro depoimento (SPEKTOR, 2010), Silveira declara ter estado com Geisel apenas uma vez, antes do dia em que foi efetivamente convidado para o cargo de Chanceler.

²⁵³ Segundo o Embaixador Luiz Felipe Lampreia, os outros Embaixadores que Geisel acompanhava por meio dos telegramas e documentos enviados pelo Embaixador Dario Castro Alves eram o Embaixador João Augusto de Araújo Castro, que era o Embaixador em Washington (1971-1975), e o Embaixador Sergio Correa da Costa, que estava em Londres (1968-1974) (LAMPREIA, 2010).

com a minha colaboração direta, seria total” (ALVES, 1974 *apud* GASPARI, 2014, p. 304).

Em 16 de janeiro de 1974, Silveira, ainda como Embaixador na Argentina, encaminhou um memorando (secreto) a Geisel, com o título: “Política externa brasileira: seus parâmetros internacionais”. Nele já deixava claro ao futuro Presidente sua visão de posicionamento do Brasil no cenário internacional:

[o Terceiro Mundo é formado por] países incharacterísticos que, possivelmente, em sua maioria, jamais poderão emergir da condição de objetos da história. Alguns países, entretanto, têm condições, por sua extensão territorial, importância demográfica e vocação histórica, para progredir em direção a etapas superiores de autonomia e autodeterminação. Tais países poderão aceder à condição de sujeitos e escapar à fatalidade de meros espectadores passivos, manipulados de acordo com as conveniências da Grande Aliança [ocidental] [...] A existência das clivagens, entre os países da aliança e dentro de cada país do mundo industrial, poderá ser utilizada, com grande margem de autonomia, pelos países-chave do mundo em desenvolvimento, com o objetivo de conduzir uma política externa baseada nas estruturas de seus interesses nacionais. O Brasil é o país-tipo da categoria dos países insatelitizáveis [...] Os interesses fundamentais da aliança imporão determinados limites à diplomacia brasileira: mas a grande mobilidade e a fluidez no interior da aliança permitirão uma política externa soberana, autêntica e imaginativa (SILVEIRA, 1974 *apud* SPEKTOR, 2010, p. 10).

Roberto Campos²⁵⁴ (2001, p. 923) considerou uma surpresa a escolha de Silveira para Chanceler, mencionando os Embaixadores Sergio Correa da Costa, Expedito Rezende e Araújo Castro como os mais cotados. Campos afirma que alertou Golbery de “que teríamos uma época conflituosa em política externa”. Em sua análise, Silveira teria comprometido as relações brasileiras com “os dois polos mais importantes da diplomacia brasileira”. No caso da Argentina, não conseguiu resolver a questão envolvendo a hidrelétrica de Itaipu; e com os EUA, abalou as relações rompendo o acordo nuclear, a partir da assinatura do acordo com os

²⁵⁴ Roberto de Oliveira Campos (1917-2001) foi admitido no Itamaraty em 1939. Sua primeira missão no exterior foi na embaixada em Washington D.C., em 1942. Entre 1958 e 1959 foi o presidente do BNDE [Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico], no governo JK. De 1961 a 1963 foi o Embaixador junto aos EUA. De 1964 a 1967 foi Ministro do Planejamento de Castello Branco, onde trabalhou com Geisel e Golbery. Em 1974 foi nomeado para a embaixada em Londres, onde permaneceu até 1982, quando foi eleito para uma vaga ao Senado por Mato Grosso. Em 1991, após transferir seu título para o estado do Rio de Janeiro, foi eleito Deputado Federal por esse estado, permanecendo na Câmara até 1999.

alemães, “uma das mais custosas e inúteis experiências da megalomania energética brasileira”.

Em seu discurso de posse, no dia 15 de março, Silveira deixa claros os novos rumos para a política externa brasileira:

Essa precípua responsabilidade regional e continental não significa, porém, que sejam menos relevantes as tarefas que aguardam a nossa diplomacia em esferas mais amplas ou mais distantes geograficamente. Elevado nas dimensões de sua economia e do seu poder nacional, projetando-se num mundo onde se estreita a convivência entre as nações, não será possível ao Brasil alhear-se do que ocorre em outras áreas, do que emerge como novas urgências na África, no Oriente Próximo, na Ásia e na Europa²⁵⁵.

Em entrevista ao jornal O GLOBO, em 27 de março, Silveira afirma que “a ideologia não será barreira para o bom relacionamento do Brasil com outras nações [...] Desfruta [o Brasil] de posição geográfica invejável, superior a qualquer abstração política, e seu relacionamento com outros países deve expandir-se em círculos concêntricos”²⁵⁶. O Chanceler esclareceu que o país iniciaria pelos vizinhos e, em seguida, pelos países africanos.

Durante sua gestão, teve como Secretário-Geral o Embaixador Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro²⁵⁷ (1974 a 1978) e o Embaixador Dario Castro Alves (1978 a 1979)²⁵⁸. Recebido pessoalmente no aeroporto de Brasília pelo Chanceler Azeredo da Silveira, em 8 de abril de 1974, Guerreiro foi para o Itamaraty, onde tomou conhecimento dos três pontos que “marcariam o rumo da política exterior:

²⁵⁵ Discurso de posse como Chanceler, proferido em 15 de março de 1974, disponível em: http://www.funag.gov.br/chdd/index.php?view=article&catid=55%3Aministros&id=147%3Aantonio-francisco-azeredo-da-silveira&format=pdf&option=com_content&Itemid=92_. Acesso em: 15 set. 2014.

²⁵⁶ Entrevista com Chanceler Azeredo da Silveira publicada na capa e na p. 5 do jornal O GLOBO, edição de 27 de março de 1974. Consulta ao acervo digital d'O GLOBO, em 23 out. 2014.

²⁵⁷ Ramiro Elycio Saraiva Guerreiro nasceu em 2 de dezembro de 1919, na Bahia. Entrou para o Itamaraty em 1945. Entre muitas outras funções foi Ministro-Conselheiro em Madri (1963-1965); Ministro-Conselheiro em Montevideo (1966); Secretário-Geral Adjunto para Organismos Internacionais (1967-1970); Secretário-Geral (1974-1978); Embaixador em Paris (1978-1979); Ministro das Relações Exteriores (1979-1985) e Embaixador em Roma (1985-1986). Fonte: Guerreiro (1992, p. 203-204).

²⁵⁸ Dario Castro Alves nasceu em Fortaleza no dia 14 de dezembro de 1927. Entrou no Instituto Rio Branco em 1949. Suas principais funções no Itamaraty foram: Cônsul do Brasil em Roma (1965-1967); Chefe de Gabinete do Ministro Gibson Barboza (1969-1974); Chefe do Departamento de Administração (1974-1978); Secretário Geral do MRE (1978); Embaixador em Portugal (1979-1983); representante do Brasil na OEA (1983-1988).

a) reconhecimento do governo de Pequim como governo da China; b) manifestação crítica à ocupação dos territórios árabes por Israel [...]; c) apoio à independência das colônias portuguesas [na África]” (GUERREIRO, 1992, p. 26).

Em seu livro-depoimento, Silveira ratifica o que disse Guerreiro: “Nós tivemos que fazer, logo no primeiro ano, três correções de rumo na nossa política externa: África, China Popular e Oriente Médio” (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 93).

Cabe destacar que naquele momento, ainda no início do Governo Geisel, as principais ações na política externa já estavam definidas e o tema da adesão ao Tratado da Antártica não estava entre eles.

A expressão “pragmatismo responsável”, pela qual a política externa de Geisel ficou conhecida a partir do discurso do Presidente na primeira reunião ministerial, em 19 de março de 1974, assim foi explicada pelo Chanceler Silveira na XXIX Sessão Ordinária da Assembleia das Nações Unidas em 23 de setembro de 1974 (CORREA, 2012, p. 395):

Nossa conduta, para alcançar esses objetivos, é pragmática e responsável. Pragmática, na medida em que buscamos a eficácia e estamos dispostos a procurar, onde quer que nos movam os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos. Responsável, porque agiremos sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro.

Para Lima e Moura (1982, p.361):

[...] uma ideia central [do pragmatismo responsável] consistiu em afirmar que ela deixara de guiar-se por princípios rígidos e passara a reger-se por considerações pragmáticas [...] cada problema receberia um tratamento particular, procurando medir-se em cada caso qual “interesse nacional”.

Segundo Spektor (2004, p. 195), “o pragmatismo seria uma expressão da tentativa brasileira de ganhar maior espaço de manobra em um sistema dominado pelas grandes potências”. As mudanças estruturais no sistema internacional que possibilitaram esse movimento foram:

O declínio relativo da capacidade militar dos Estados Unidos em face da União Soviética, a incorporação da China continental ao equilíbrio global de poder, a inusitada força dos países produtores de petróleo via Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), a voracidade do movimento de descolonização na África e na Ásia e suas repercussões na composição da ONU, o debate [a debacle] militar norte-americana no Vietnã e a emergência da Europa e do Japão como novos centros do poder econômico (SPEKTOR, 2004, p. 195).

Sobre o relacionamento do Presidente com Silveira, vale citar outro trecho do livro depoimento de Geisel:

Nós conversávamos muito. Aos domingos ele me telefonava não sei quantas vezes, para falar sobre os problemas que tinha em pauta. Era insistente, mas disciplinado. Às vezes tinha divergências com o Golbery [...] O Silveira era um grande Ministro, um apaixonado pela sua profissão, que exercia havia muitos anos. Dedicou-se inteiramente à carreira diplomática, vivendo com o Itamarati os problemas do exterior. Tinha um amor profundo às tarefas, às iniciativas e às prerrogativas que cabiam ao Itamarati, e por isso muitas vezes surgiram divergências (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 359).

Segundo o Embaixador Baena Soares²⁵⁹ (*apud* D'ARAUJO *et al.*, 2006, p. 46-47):

O fato de Geisel ser uma pessoa que se interessava pelos assuntos internacionais permitiu ao Silveira agir. Silveira foi escolhido, entre outras razões, porque Geisel queria acabar com o conflito com a Argentina [...] Geisel deu muito maior margem de ação ao Silveira. Quando foi entrevistado por Geisel como candidato à chancelaria, Silveira apresentou algumas linhas de política externa que eram revolucionárias: reconhecimento da China, reconhecimento da independência das colônias portuguesas na África e aproximação com os países árabes [...] Foi uma abertura para fora extraordinária. O Brasil assumia outra posição.

Lampreia (2010, p. 58), que foi assessor econômico e, posteriormente, Chefe da Secretaria de Informações de Silveira de 1974 a 1979, afirmou: “O Geisel não era iludido pelo Silveira, não era manipulado pelo Silveira. Geisel sabia perfeitamente o que estava fazendo [...] Ele tinha ideias próprias [...] tinha uma visão própria da política externa”.²⁶⁰

²⁵⁹ O Embaixador João Clemente Baena Soares nasceu em Belém-PA, em 1931. De 1974 a 1977 chefiou o Departamento de Organismos Internacionais do Itamaraty. Foi Secretário-Geral do Itamaraty durante o governo João Figueiredo, de 1979 a 1984, quando era Ministro das Relações Exteriores o Embaixador Saraiva Guerreiro (D'ARAUJO *et al.*, 2006).

²⁶⁰ O Embaixador Luiz Felipe Palmeira Lampreia nasceu no Rio de Janeiro, em 1941. Foi Chanceler do ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2001. Em seu depoimento para o CPDOC-FGV, disponibilizado em 2010, Lampreia afirma que estava na residência de Silveira quando o mesmo regressou do primeiro encontro com Geisel, em 5 de dezembro de 1973.

O interesse de Geisel pela política externa é comentado por Baena Soares (*apud* D'ARAUJO *et al.*, 2006, p. 49):

A grande vantagem do Silveira, além da sua reconhecida capacidade, era que ele trabalhava com um Presidente que gostava de política exterior. Podia discordar, mas havia diálogo. Prevalencia, naturalmente, a opinião do Presidente [...] Geisel lia tudo [...] Um Presidente acompanhar a votação na Assembleia Geral da ONU, quer dizer que está engajado na política exterior.

Mas nem sempre Silveira conseguia convencer Geisel, como ocorreu, por exemplo, com o caso do voto antissionista dado pelo Brasil na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 1975. Baena Soares estava acompanhando a Assembleia e verificou *in loco* o posicionamento do Presidente. “Silveira e Guerreiro sugeriram ao Geisel abstenção, mas ele disse não, queria que votássemos a favor da condenação do sionismo [...] Foi aquele escândalo!” (SOARES *apud* D'ARAUJO *et al.*, 2006, p. 49).

A respeito da sistemática de trabalho com Geisel, Silveira afirma que conversava sempre com o Presidente antes de encaminhar uma exposição de motivos.

Depois que havia uma elaboração política da ideia entre ele e eu, nós dois chegávamos a um compromisso, então, às vezes, excepcionalmente, eu transformava o material numa exposição de motivos. Nós tínhamos a combinação de que bastaria ele tomar a decisão sobre o papel [...] (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 303).

Como já visto, essa sistemática não deu certo para o caso da adesão ao Tratado da Antártica, pois a primeira exposição de motivos foi de maio de 1974 e somente em maio do ano seguinte Geisel concordou com a proposta do Itamaraty.

O Chanceler também reconhecia que o Presidente era muito detalhista e sistemático. “E o Presidente lia tudo. Era o maior leitor do Brasil [...] ele era um apaixonado do papel” (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 304).

E que a partir daquele momento começou a trabalhar para Silveira, com a concordância do Chanceler Gibson, antes de assumir formalmente como Assessor Econômico do Ministro, em março de 1974. Com o término do governo Geisel e a ida de Silveira para a embaixada em Washington D.C., Lampreia o acompanhou e lá permaneceu até 1982, quando assumiu a embaixada no Suriname.

Geisel tinha sempre uma lista com os assuntos pendentes de cada Ministério, atualizada pelo seu Secretário Particular, Heitor Ferreira. “Em julho [9 de julho de 1974], a lista de cobranças ao Chanceler Azeredo da Silveira tinha 35 itens” (GASPARI, 2014, p. 405).

Em 18 de julho de 1974, o Brasil reconheceu a independência de Guiné-Bissau, mesmo antes de Portugal. Em seu livro-depoimento Silveira (*apud* SPEKTOR, 2010, p. 94) referencia: “Essa foi a primeira e a mais violenta correção, na nossa política africana [...] O reconhecimento de Guiné-Bissau antes de Portugal mostrou a total independência do Brasil”. Na sequência, viriam Angola e Moçambique, em novembro de 1975.

A seguir, ainda em 1974, veio o reatamento das relações diplomáticas com a República Popular da China, em 15 de agosto, durante a visita de uma Missão chinesa ao Brasil. Segundo Silveira:

Conversei muito com o Presidente Geisel e depois ele ouviu todos os membros do Conselho de Segurança Nacional. Este foi um dos poucos casos em que a decisão não foi tomada em reunião coletiva, mas sim por escrito... Evidentemente que dei muita ênfase às possibilidades econômicas, mas o problema era político (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 107).

Em 23 de setembro, Silveira fez o discurso de abertura da XXIX Assembleia Geral da ONU. Em 22 de novembro, na mesma Assembleia, o Brasil votou a favor das Resoluções 3236 e 3237, respectivamente, reconhecendo o direito de autodeterminação do povo palestino e o reconhecimento da Organização pela Libertação da Palestina (OLP), como observador na ONU.

Lampreia (2010, p. 90) assim definiu a personalidade de Silveira:

A primeira conversa que ele teve com Figueiredo foi uma conversa longa e ele voltou empolgadíssimo, porque ele teve a impressão de que o Figueiredo ia mantê-lo. Ele queria muito permanecer, sem dúvida. O Silveira era um homem de poder e não tinha nenhum interesse em nada mais na vida, fora o poder e o Itamaraty [...] O Silveira era uma pessoa muito abrasiva [...] muito intensa, muito forte.

Em 1979, foi nomeado pelo Presidente João Figueiredo Embaixador do Brasil nos EUA. Foi também Embaixador brasileiro em Portugal entre 1983 e 1985. Morreu no Rio de Janeiro, em 27 de abril de 1990.

Após consulta a diversos documentos primários e trabalhos sobre o período, pode-se concluir que, como Pinheiro (2000) afirmou, a relação próxima entre Geisel e Silveira se encaixava na definição cunhada por Hill (1991 *apud* PINHEIRO, 2000) de “*foreign policy executive*”. Cabe a classificação de líder predominante para Geisel em sua decisão de adesão ao Tratado da Antártica, pois o Presidente, possivelmente mais preocupado com uma possível reação negativa por parte dos argentinos, prejudicando as tratativas sobre a questão de Itaipu, levou um ano para concordar com seu Chanceler e decidir pela adesão. Mas outro ator pode ter influenciado numa direção ou na outra. E é sobre ele que a próxima seção tratará.

5.3.3 O Chefe da Casa Civil

Golbery do Couto e Silva, como visto anteriormente, já era um reconhecido geopolítico brasileiro quando assumiu a Casa Civil no Governo Geisel, em 1974.

Não há registros explícitos do apoio de Golbery às teses de Therezinha de Castro e Eurípides Menezes a respeito da presença brasileira na Antártica ou mesmo sobre o IBEA, criado em 1972. Mas são encontradas em sua biografia elementos de sua estreita ligação e poder de influência sobre as decisões de Geisel.

A primeira vez que Golbery encontrou Geisel foi no Curso de Estado-Maior da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, do qual os dois participaram de 1941 a 1943. Nas palavras do próprio Presidente, em seu livro organizado pelos Professores Maria Celina D’Araújo e Celso Castro:

[...] permitia-se também que aqueles que não tivessem a Escola de Aperfeiçoamento entrassem através de um concurso especial. Foi o que aconteceu com o Golbery. Foi o único que entrou naquele ano sem ter feito o curso de aperfeiçoamento. Era muito inteligente, culto e um excelente profissional. Uma das relações que as Forças Armadas cultivam, uma das virtudes militares, é a camaradagem [...] Embora às vezes se passe anos sem encontrar um companheiro, quando há um reencontro ressurgem a lembrança do passado e se aviva a camaradagem [...] Foi assim também minha amizade com Golbery (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 88-89).

Em 1952, Geisel reencontrou Golbery na ESG, onde fez o curso de 1953. Golbery foi para o Estado-Maior do Exército em 1956 e trabalhou lado a lado com Geisel de 1957 a 1960, quando este era o chefe da Seção de Informações. De 1964 a 1967, quando foi o primeiro Chefe do Serviço Nacional de Informações, Geisel era o Chefe do Gabinete Militar de Castello Branco.

Quanto à escolha de Golbery para a Casa Civil, assim se manifestou Geisel:

Pensei no começo em colocá-lo no Planejamento. Mas depois começamos a ver o problema do Veloso, e aí a melhor solução foi o Golbery chefiar a Casa Civil. Inclusive porque ficaria muito mais em contato comigo. Na realidade, Golbery era um homem que podia ir para qualquer ministério (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 273).

Ainda sobre as questões de política externa, Geisel admitiu que também recebia informações do SNI, da Casa Militar, do Conselho de Segurança Nacional e do próprio Golbery. Mas sempre com a preocupação de “não causar melindres, mesmo porque o Itamarati é muito sensível” (GEISEL *apud* D'ARAUJO; CASTRO, 1997, p. 359). Não foram colhidos exemplos de inserções diretas de Golbery nos assuntos de política externa, mas em seu livro o Embaixador Marcílio Marques Moreira²⁶¹ assim comenta um fato que demonstra a influência do Ministro-Chefe da Casa Civil:

²⁶¹ Marcílio Marques Moreira nasceu no Rio de Janeiro em 1931. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1953, e já em 1957 foi nomeado para a Embaixada Brasileira em Washington, D.C., onde serviu até 1963. No Governo Geisel estava licenciado do Itamaraty, pois desde 1968 exercia a vice-presidência da União de Bancos Brasileiros (UNIBANCO). No Governo José Sarney foi Embaixador em Washington, D.C. (1986-1991) e no Governo Fernando Collor, Ministro da Economia (1991-1992). Dados disponíveis em: <http://ri.fgv.br/node/522>. Acesso em: 10 nov. 2014.

Essa reunião de 76 [reunião bianual chamada *Atlantic Conference*] foi muito interessante. Foi tão interessante que fiz um memorando ao Golbery e pus lá: secreto. Já estávamos no governo Geisel, e o Ministro das Relações Exteriores era o Azeredo da Silveira. Não era propriamente uma predileção minha e preferi me dirigir ao General Golbery, com quem tinha melhores contatos. Avisei-o de que a política americana iria mudar [com o governo de Jimmy Carter] de que eles iriam atacar o Acordo Nuclear Brasil-Alemanha, levantar o problema dos direitos humanos, e o Brasil tinha que estar preparado (MOREIRA, 2001, p. 121).

Silveira é direto ao afirmar que Golbery não tinha influência nas decisões de política externa do governo, o que levanta a hipótese que melindres existiam entre os dois. “Ele [Golbery] ajudava o Presidente em discursos. Mas era ridículo. Quando eu fazia um discurso, o que eles mudavam eram preposições e palavras” (SILVEIRA *apud* SPEKTOR, 2010, p. 304).

Durante a pesquisa realizada nos arquivos do Chanceler, no CPDOC-FGV, em grande parte dos “roteiros de despachos com o Presidente da República” era comum encontrar anotado, abaixo de determinados temas das audiências manuscritas, “Golbery”. Isso leva a crer que tais assuntos tinham previamente sido ao menos comentados com o Ministro.

Lampreia (2010, p. 64-65) assim comentou a relação de Golbery com Geisel e com Silveira:

[Silveira] conversava muito com o Golbery também. O Golbery era um interlocutor importante. Ele falava no telefone com o Golbery frequentemente, na nossa frente. O Golbery era uma espécie de digamos, de *alter ego* do Geisel [...] Era um homem muito inteligente, que pensava política externa também [...] O Golbery era um homem de trabalhar com esse viés do oficial de informações, do oficial de inteligência [...] E a relação dele fundamental era a relação com Geisel [...] Silveira sabia disso e conversava muito com o Golbery, para que não houvesse justamente uma espécie de um polo divergente, ou alternativo, de política externa [...] Política externa era um assunto basicamente entre o Geisel e o Silveira.

A influência de Golbery em assuntos do Itamaraty pode ser reforçada com as nomeações de Roberto Campos para a Embaixada de Londres (1975-1982) e de

Delfim Netto²⁶² para a de Paris (1975-1978), contra a vontade de Silveira. “O Golbery que os indicou. [Silveira] aceitou sem discutir” (LAMPREIA, 2010, p. 69). Campos (2001, p. 932-934) também confirmou a insatisfação de Silveira pelas duas nomeações por indicação de Golbery:

Minha designação para Embaixador na Corte de Saint James não havia sido pacífica na burocracia brasileira. Quando terminei minha experiência na iniciativa privada e resolvi regressar ao Itamaraty, colocou-se o problema do posto [...] Ao conversar com o General Golbery [...] velho amigo, sugeriu-me ele, aparentemente sem consulta ao Itamaraty, que um bom posto seria Bruxelas, como Embaixador junto ao Mercado Comum Europeu [...] A meu ver, o posto só faria sentido se o Embaixador na comunidade fosse um Embaixador itinerante [...] Golbery achou a proposta eminentemente razoável, mas foi inesperadamente violenta a reação do Azeredo da Silveira [...] A essa altura, o problema do posto se complicou ainda mais. É que Delfim Netto, tendo deixado o Ministério da Fazenda, aparentemente encorajava um movimento de lançamento de sua candidatura a governador de São Paulo [...] O plano de Golbery era então oferecer-lhe uma embaixada no exterior, afastando-o um pouco da cena nacional [...] Após alguma hesitação de Geisel entre os dois ex-Ministros, por nenhum dos quais tinha especial afeição, Delfim acabou sendo convidado para a embaixada de Paris e eu para a embaixada de Londres. Nenhuma das duas designações agradava ao Itamaraty.

Sobre o estilo político de Golbery, o Embaixador Roberto Campos (2001, p. 926), que com ele compôs o Ministério de Castello Branco (1964-1967), afirmou:

Uma das figuras mais interessantes do ciclo militar foi sem dúvida o General Golbery do Couto e Silva, curiosa mistura de *scholar*, conspirador e estrategista. Era um intelectual de mérito, preocupado desde jovem com problemas de Geopolítica, evoluindo mais tarde para estudos de História e Ciência Política [...] Golbery sentia como eu a necessidade de descompressão política, mas não a queria imediata. Em parte, porque mantinha um inconfessado e enorme apetite de poder. Mas o poder que queria era o de Fouché²⁶³, o poder atrás do trono [...] O apelido de “mago político” lhe dava prazer.

Como foi visto anteriormente, Golbery recebeu correspondência do Deputado Eurípides, em abril de 1974, com cópia de seu trabalho apresentado na ESG sobre a Antártica. Nesta, relembrou a amizade comum com o Prof. Delgado de

²⁶² Antônio Delfim Netto nasceu em 1928, na cidade de São Paulo, onde foi professor de Economia da USP nas décadas de 1950 e 1960. De 1967 a 1974 foi Ministro da Fazenda nos Governos Costa e Silva e Médici. Foi Ministro do Planejamento no Governo Figueiredo (1979-1985). Após breve regresso para as aulas na USP, foi Deputado Federal por São Paulo de 1987 a 2007.

²⁶³ Joseph Fouché (1763-1820) foi um político francês, sinônimo de astúcia e oportunismo, que foi Ministro tanto durante a Revolução Francesa, como no período de Napoleão Bonaparte.

Carvalho e comentou ter enviado material sobre o mesmo tema para o antecessor, Ministro Leitão de Abreu. Não é conhecido o posicionamento de Golbery sobre o assunto, mas dificilmente ele não emitiu opinião para o Presidente, pelo menos em dois momentos, um em setembro de 1974, quando Geisel decidiu postergar a decisão, e outro em abril de 1975, quando, finalmente, Silveira conseguiu convencer o Presidente.

Embora não considere relevante a categoria de “Grupo e de Múltiplos Autores Autônomos” para se analisar o processo decisório em política externa no governo Geisel, Pinheiro (2000, p. 464) chega a reconhecer a importância de Golbery quando menciona:

As categorias de Grupo e de Múltiplos Autores Autônomos não se adequam ao padrão de funcionamento da arena decisória em política externa durante o Governo Geisel, posto que o exame do comportamento dos atores mais propensos a merecer um desses rótulos - SNI, “grupo palaciano” e CSN - demonstra sua inadequação [...] a despeito da existência de relatórios sobre política externa de autoria do SNI, e apesar da alegada competição entre este e o Itamaraty no que se refere a qual dos dois teria mais ascendência sobre a Presidência, a condição de fonte privilegiada para assuntos de política externa desfrutada pelo Itamaraty, graças a seu profissionalismo e à extrema confiança do Presidente no Ministro do Exterior, manteve-se inalterada. Da mesma forma, o chamado “grupo palaciano” [...] não deve ser considerado como unidade última de decisão [...] o papel dos “Ministros da Casa” em questões de política externa era quase totalmente restrito às opiniões de Golbery do Couto e Silva, que costumava ser consultado tanto por Geisel quanto por Azeredo da Silveira, principalmente se se tratava de temas relacionados à América Latina [...] Quanto ao Conselho de Segurança Nacional [...] deve-se notar que suas reuniões não eram, na realidade, uma prática comum. De fato, ao que se sabe, o Conselho raramente reuniu-se para discussões plenárias durante o governo Geisel.

Golbery não era apenas mais um Ministro de Geisel, era o mais importante. Não era mais um General, mas um intelectual, primeiro colocado em diversos cursos da carreira e reconhecido mestre em Geopolítica. A análise de diversos documentos, inclusive os do Ministro Silveira, bem como as diversas menções elogiosas a Golbery feitas por Geisel em seu livro depoimento lançado em 1997 (quando ambos já haviam falecido), levam a concluir que Golbery deve ter realmente tido importância no caso da adesão ao Tratado da Antártica.

5.4 Considerações

Geisel era luterano, com temperamento de características prussianas, pois da Alemanha vieram seu pai e avós maternos. Sua rígida criação, seguida da formação no regime não menos rígido no Exército, contribuíram para o seu comportamento fechado, introvertido. A perda do filho Orlando, em 28 de março de 1957, em trágico acidente, certamente deve ter acentuado esse aspecto. Por essas características pessoais, incluindo aqui sua quase obsessão por estudar a fundo tudo que seus auxiliares lhe entregavam, Geisel foi o grande decisor em relação ao tema da adesão ao Tratado da Antártica.

A crise do petróleo teve importante papel nessa decisão, considerando o grau de dependência do país em relação à importação de petróleo e à possibilidade de a exploração desse mineral na Antártica ser autorizada pelos membros do Tratado. O Fator Argentina foi o outro tema na agenda internacional a influenciá-lo. O fato de ele ter adiado sua decisão sobre a adesão em setembro de 1974 logo após a morte de Perón, diante do agravamento da crise interna do vizinho e considerando que todos os documentos relativos ao tema Antártica eram classificados como secretos pelo governo reitera a importância que Geisel atribuía ao relacionamento com os argentinos. As ações do Deputado Federal Eurípides Menezes e dos membros do IBEA trouxeram o tema da Antártica para a mídia nacional a partir do final de 1970. O Presidente, que sempre acompanhou com atenção tudo que se passava no cenário interno e externo, não deve ter ignorado esse tema. Se todo o “ruído” levantado não foi suficiente para mexer com o Presidente, pelo menos os documentos indicam ter mexido no Itamaraty.

Azeredo da Silveira, por sua função, foi quem mais influenciou Geisel em suas decisões de política externa. Conhecedor da Argentina, onde já tinha trabalhado nos primeiros anos de sua vida como diplomata e depois como Embaixador por cinco anos, Silveira reconhecia que o Brasil já tinha ultrapassado muito a Argentina em termos de relevância internacional. Por conta disso não deveria tomar suas decisões no campo internacional preocupado com uma possível reação dos argentinos. Essa postura ficou evidente em relação ao tema da adesão ao Tratado da Antártica, um dos primeiros assuntos tratados com o

Presidente Geisel, dois meses depois de sua posse. À luz dos documentos estudados durante a pesquisa para este trabalho, pode-se concluir que foi Silveira, sim, o maior influenciador na decisão do Presidente em relação ao Sexto Continente.

Do círculo mais próximo de Geisel, Golbery era, de longe, o assessor de maior peso, não apenas pela sua capacidade intelectual, mas pela camaradagem que desenvolveram ao longo de suas carreiras. Em seu livro, Geisel menciona Golbery em 76 páginas de um total de 445, somente perdendo para Castello Branco, como a personalidade mais citada. Embora conhecido geopolítico brasileiro, o Ministro da Casa Civil em nenhum momento durante os dois primeiros anos do Governo Geisel posicionou-se ostensivamente quanto ao tema da presença brasileira na Antártica, mesmo tendo recebido do Deputado Eurípides correspondência e documentos sobre o assunto. Entretanto, considerando o grau de proximidade que tinha com o Presidente e a confiança deste em seus atributos intelectuais, Golbery deve ter influenciado na decisão sobre a adesão ao Tratado.

Hugo Abreu, embora também próximo, em razão de sua função, não parecia possuir mais influência, pois não era o preferido por Geisel para assumir o Gabinete Militar e foi mais de uma vez citado nas memórias de Geisel como sendo um oficial correto, mas não muito inteligente.

Moraes Rego estava junto a Geisel nos dois primeiros anos na Presidência como Assessor Especial, o que coincidiu com o período em que o Presidente decidiu pela adesão ao Tratado. Mas não há evidências que levem a crer que ele possa tê-lo influenciado nesse assunto. Ainda que bem mais moderno que Geisel, que era 13 anos mais velho, Moraes Rego gozava da sua confiança e teve atuação destacada, principalmente após assumir a função de Chefe da Casa Militar no lugar de Abreu, já no final do governo. Não há comprovação de qualquer ligação de Rego com a decisão sobre a adesão ao Tratado da Antártica, em 1975.

Da mesma forma que Moraes Rego, Heitor Ferreira também era figura muito próxima de Geisel, mas igualmente muito mais novo que ele, não parece ter tido

qualquer influência na decisão sobre a adesão. A simples constatação de que em seu diário contendo os elementos considerados por ele mais relevantes no dia do Presidente, com a total ausência do tema Antártica, contribui para essa conclusão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma primeira conclusão de todo este estudo sobre o processo decisório que levou o Brasil a aderir ao Tratado da Antártica é que aquele continente nunca foi efetivamente considerado um tema prioritário na agenda de política externa brasileira. Desde as primeiras expedições comerciais de caça à baleia e às focas do século XIX às expedições científicas do final daquele século e século XX, o Brasil pareceu não estar interessado. Sequer atentava para quem já estava por lá - a Argentina, antigo rival na história brasileira dos séculos XIX e quase todo século XX, que já estava na Antártica desde 1904. Nem isso despertou a iniciativa brasileira de também ter uma presença naquele continente.

Várias expedições passaram pelo Rio de Janeiro, tendo a do belga Adrien Gerlache sido homenageada no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e sendo o seu comandante recebido pelo Presidente da República na época, Prudente de Moraes. Por ocasião do Ano Geofísico de 1957/1958, o Brasil chegou a participar, mas somente com sua Marinha, de missões de levantamento oceanográfico no litoral brasileiro e ocupação definitiva da Ilha da Trindade, bastante distante do continente antártico, onde 12 outros Estados lá estabeleciam suas bases e efetivavam sua presença.

Uma nota diplomática de protesto chegou a ser enviada pelo Brasil não ter sido convidado para a Conferência de Washington, D.C., em 1959, mas sem o efeito desejado. Na própria biografia de JK sobre seu período como Presidente, nem uma palavra sobre o tema “Antártica”. Mesmo na biografia de Geisel, o Presidente que aderiu ao Tratado em 1975, bem como na compilação de depoimentos do Chanceler Azeredo da Silveira, após sua passagem no Governo Geisel, nada sobre a Antártica. Saraiva Guerreiro, Secretário-Geral do Itamaraty no Governo Geisel e Chanceler no Governo Figueiredo - governo este que efetivou a primeira expedição brasileira à Antártica em 1982 e quando o Brasil tornou-se membro consultivo em 1983 - não mencionou o tema em sua biografia.

De todos os geopolíticos brasileiros estudados, apenas Therezinha de Castro fez contundente defesa sobre a presença brasileira naquele continente, desde seu primeiro artigo publicado em 1956. Delgado de Carvalho e Meira Mattos, em breves comentários sobre o tema, parecem apenas enaltecer a amiga Therezinha, mas não efetivamente defendem a ideia. Golbery, um dos mais conceituados geopolíticos brasileiros, em nenhum de seus textos defende a presença brasileira naquele continente ou a importância disso para o Brasil.

Nesta pesquisa também foi possível encontrar autores que efetivamente viram a importância daquele continente para o Brasil. Não apenas acadêmicos, mas também militares escreveram sobre a relevância do país estar na Antártica, tanto pelo caráter estratégico de uma possível defesa do Estreito de Drake e da Passagem do Cabo, bem como pela importância para o meio ambiente no Brasil. A Antártica, um continente maior que o Canadá e quase 1,6 vez o território brasileiro, possuidor de inúmeras e ainda inexploradas riquezas minerais e água, não deveria ser motivo de descaso para algum país que pretenda ser protagonista no cenário internacional, ainda mais um país tão próximo daquele continente.

Entender o processo decisório que levou o Brasil a aderir ao Tratado da Antártica em maio de 1975 foi o objeto desta dissertação. Para iluminar esse objeto, foram escolhidos os pressupostos teóricos da Análise de Política Externa, campo das relações internacionais que teve seus primeiros trabalhos nos anos 1950. Dela, o conceito mais relevante para esta pesquisa é o de que as decisões em política externa dependem não apenas dos fatores sistêmicos, mas também dos domésticos, e entre estes os ideacionais.

Também foi importante a análise da tese da Professora Letícia Pinheiro, de 1995, que estudou o processo decisório no Governo Geisel, especificamente três decisões de política externa, coincidentemente nos dois primeiros anos de sua gestão, o mesmo que a moldura temporal desta pesquisa. Naquele estudo, Pinheiro conclui sobre a importância do entrosamento entre Geisel e Silveira, chamado de *Foreign Policy Executive*, na condução da política externa brasileira no período. Também relevante na abordagem teórica escolhida para este trabalho

os estudos sobre o poder das ideias em política externa a partir do conceito de ideias como crenças e interesses.

Em relação aos fatores sistêmicos, para o objeto deste trabalho escolheu-se estudar o grau de influência das relações entre o Brasil e a Argentina, no processo decisório pela adesão ao Tratado da Antártica. Levou-se em consideração a importância histórica dessa relação entre os vizinhos e o fato de que durante o processo que levou à adesão, os dois países viviam uma crise diplomática em relação à construção da hidrelétrica de Itaipu. A Antártica, para os argentinos, que em 1940 já haviam reivindicado território oficialmente, possuía forte apelo ligado ao nacionalismo argentino, como mencionado por Palermo (2007). O setor que poderia ser destinado ao Brasil, pelo critério da defrontação defendido por Therezinha e Eurípides, coincidia com parte da área reivindicada pelos argentinos. Este estudo mostrou que o Fator Argentina permeou toda a moldura temporal do processo decisório que levou à adesão, com impactos distintos entre o Presidente Geisel e seu Chanceler Azeredo da Silveira.

A crise do petróleo de 1973 foi o segundo fator sistêmico escolhido para análise em razão de uma possível influência da decisão pela adesão. Em outubro de 1973, Egito e Síria realizaram um ataque coordenado contra Israel. O apoio norte-americano aos israelenses ocasionou reação por parte dos países árabes exportadores de petróleo, o que levou o preço daquele importante recurso energético a quadruplicar em poucos meses. Nessa época, o Brasil importava 80% do petróleo que consumia e esse aumento no preço direcionou o país a mudar sua política exterior em relação aos países árabes, incluindo alguns países da África, com abertura de representações diplomáticas e presença da própria Petrobras nesses países. Essa mudança na política externa em razão do exponencial aumento do preço do petróleo iniciou-se no governo Médici, mas teve mais destaque no de Geisel, que foi o governo mais impactado pelo aumento dos preços a partir da crise de 1973.

Na mesma época, os países-membros do Tratado da Antártica negociavam a possível liberação da exploração de minerais naquele continente, pois este tema não estava previsto no Tratado. Na ATCM de 1972, o assunto entrou oficialmente

pela primeira vez em pauta nas reuniões desses países e voltou a ser discutido com grande destaque nas próximas reuniões, até que em 1991 o Protocolo de Madri, ou Protocolo do Meio Ambiente, postergou em 50 anos a possibilidade de exploração mineral naquele continente. Nas duas exposições de motivos encaminhadas pelo Itamaraty, em maio de 1974 e maio de 1975, o tema da possível liberação da exploração mineral na Antártica aparecia como uma das justificativas pela adesão do Brasil ao Tratado. Dessa maneira, há como inferir que a crise do petróleo de 1973 teve influência direta na decisão do Presidente Geisel.

Em termos de fatores causais, procurou-se analisar a mudança do pensamento geopolítico brasileiro a partir dos escritos de Everardo Backheuser, passando por Mario Travassos, Delgado de Carvalho, Golbery do Couto e Silva, Therezinha de Castro e Carlos de Meira Mattos. Os primeiros tinham como tema primordial a ocupação efetiva do território nacional, sendo que Travassos já manifestava preocupação no nível regional, ressaltando a importância do acesso ao Oceano Pacífico, bem como da interligação por meio de rodovias e ferrovias do Centro-Oeste brasileiro aos portos do Sul e Sudeste do país. O objetivo disso era trazer para a área de influência do Brasil tanto a Bolívia como o Paraguai, retirando o peso do Rio da Prata e, conseqüentemente, reduzindo a importância do porto de Buenos Aires e da própria influência argentina nesses dois países mediterrâneos.

Golbery teve uma primeira fase também bastante voltada para a ocupação plena do território nacional, mas seus escritos já da década de 1960 mostram um Brasil preocupado com sua defesa em profundidade, com mais ênfase numa aproximação estratégica com a África Ocidental. A Antártica aparece superficialmente em seus escritos geopolíticos. Therezinha de Castro foi de longe a mais relevante geopolítica brasileira que defendeu a ideia de o Brasil estar na Antártica, inclusive de reivindicar território naquele continente. Sua “Teoria da Defrontação” ganhou adeptos na intelectualidade brasileira, mas em nenhum momento foi oficialmente assumida pelo governo.

O último geopolítico analisado nesta pesquisa foi Meira Mattos, este sim, um claro defensor da ideia de um “Brasil Potência”, devendo o país assumir papel de maior

protagonismo no cenário internacional. Essa mudança no pensamento geopolítico brasileiro ao longo do século XX e em particular a ideia da importância da presença brasileira na Antártica influenciaram o Deputado Federal Eurípides Menezes a ser o maior defensor no Congresso Nacional da “Teoria da Defrontação”. O tema foi levado não apenas ao conhecimento de seus colegas parlamentares, mas também a membros do Poder Executivo, como deixou registrado em diversos documentos.

Em paralelo com a atuação de Eurípides, por influência justamente de seu posicionamento em plenário e na mídia, surgiu, dentro do Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, um movimento formado por civis e militares que se tornaram entusiastas da presença brasileira na Antártica. O IBEA, criado oficialmente em 7 de setembro de 1972, por resultado daquele movimento, tinha como objetivo principal realizar a primeira expedição científica brasileira à Antártica, dependendo apenas de recursos financeiros que seriam arrecadados por doações de empresas diversas, o que não ocorreu. O governo federal não desejava acirrar as questões com a Argentina, já instáveis em razão da construção de Itaipu, e não concedeu o título de entidade de utilidade pública, necessário para que as doações das empresas pudessem ser abatidas de seus respectivos impostos de renda. Avaliar a que ponto o IBEA e a pressão do Deputado Eurípides possam ter influenciado Azeredo e também Geisel é difícil precisar. Mas o fato de a primeira exposição de motivos, de maio de 1974, mencionar explicitamente esse movimento de caráter não governamental, bem como a atuação do Deputado, leva à conclusão de que esses fatores causais tiveram influência no processo decisório que levou à adesão.

No presente estudo incluiu-se breve análise da biografia do principal tomador de decisão, que foi o Presidente Geisel, estudo este ressaltado por Salomon e Pinheiro (2013) como uma das lacunas a serem preenchidas no campo da Análise de Política Externa no Brasil. Geisel, de ascendência alemã por parte de pai e avô materno, nasceu no Rio Grande do Sul, estado de fortes tradições nacionalistas, tendo cursado o Colégio Militar de Porto Alegre, de onde partiu para ingressar no Exército brasileiro. Suas raízes e, possivelmente, a perda precoce de seu filho contribuíram para uma personalidade muito fechada, cujas ideias se

abriam ao aconselhamento de poucos amigos. Vários relatos de seus colaboradores, e sua própria biografia, mostram um governante que estudava meticulosamente os assuntos que lhe chegavam às mãos e que possuía um círculo bastante restrito de pessoas que lhe tinham acesso pessoal e que pudessem influenciá-lo. Em seu estudo sobre o processo decisório no Governo Geisel, Letícia Pinheiro ressalta o forte entrosamento entre o Presidente e seu Chanceler Azeredo da Silveira para os assuntos da política externa brasileira.

Tal “estrito relacionamento” não foi o suficiente no caso da adesão ao Tratado da Antártica, cuja percepção de Geisel em relação ao “Fator Argentina” era distinta da percepção de seu Chanceler. Silveira já havia sido Segundo Secretário na Embaixada de Buenos Aires no final dos anos 1940 e Embaixador no país por cinco anos, antes de assumir como Chanceler. Sua posição em relação à Argentina, como ressaltou Spektor (2002), era de que o Brasil deveria deixar de ter exagerada preocupação com o que os argentinos iriam pensar de determinado posicionamento brasileiro no cenário internacional e procurar seguir os interesses do país. Essa postura de Silveira era clara no tocante ao caso da hidrelétrica de Itaipu e de certa forma também pode ser considerada em relação à adesão ao Tratado da Antártica. Já Geisel via a situação de outra maneira e por isso demorou um ano para concordar em aderir ao Tratado. O Presidente ainda considerava a Argentina um possível adversário militar e a formalização do interesse do governo brasileiro pela Antártica poderia, num primeiro momento, comprometer as negociações a respeito da hidrelétrica de Itaipu, tema mais relevante da agenda bilateral com aquele país²⁶⁴. Tal preocupação também já existia no Governo Médici, que tudo fez para inviabilizar a expedição que estava sendo organizada pelo IBEA.

Até que ponto a relativa pressão do IBEA e de Eurípides para a presença brasileira na Antártica influenciou Geisel é difícil de precisar. Da mesma forma, não é possível concluir o peso que Golbery teve no processo decisório quanto ao objeto desta pesquisa, mas é difícil imaginar que não tenha tido algum,

²⁶⁴ Segundo Flores (2002, p. 11): “atribui-se ao historiador e teórico militar inglês Liddel Hart a frase “só existe uma coisa mais difícil do que pôr na cabeça de um militar um ideia nova: é tirar a antiga”.

considerando o grau de confiança de Geisel nele para todos os assuntos, o contato diário entre os dois nas reuniões do “*inner circle*” e a reconhecida biografia do Ministro-Chefe da Casa Civil, com diversos artigos e livros sobre geopolítica. Em seu livro-depoimento organizado por Spektor (2010), Silveira afirma que Golbery pouco ou nada opinava em termos de política externa, mas o exame apurado das fontes primárias comprovou que diversos assuntos da pauta das audiências de Silveira com Geisel eram levados ao conhecimento ou passavam antes por Golbery.

A adesão do Brasil ao Tratado da Antártica em maio de 1975 foi fruto de um processo decisório em que os fatores sistêmicos e os ideacionais tiveram papel igualmente relevante para a decisão do Presidente Geisel. O peso exato que cada um desses fatores teve em Geisel, bem como em seu Chanceler, é difícil de precisar, pois não foram encontrados posicionamentos claros de ambos sobre o tema, exceto, talvez, no caso de Silveira, nas próprias Exposições de Motivos encaminhadas a Geisel, em maio de 1974 e maio de 1975. Tudo indica que a decisão de setembro de 1974 de postergar o assunto, “diferido para uma época mais oportuna”, tenha sido influenciada pela situação interna na Argentina, considerando a série de atentados ocorridos após a morte de Perón. Mas em maio de 1975, os argentinos ainda passavam por momentos conturbados e a crise bilateral com o Brasil, em relação à Itaipu, ainda estava longe de ser contornada. Nesse momento, ganhou força a questão da exploração mineral na Antártica, que poderia ser resolvida em junho, na Oitava Reunião dos Membros do Tratado. Esse parece ter sido o fator que pendeu a balança para decisão de Geisel. Quanto ao fator ideacional, este permeou todo o processo de tomada de decisão sobre a adesão, tendo sido, muito provavelmente, o que impulsionou o “pensar a presença do Brasil na Antártica” a partir do pronunciamento de Eurípides, em 28 de novembro de 1970.

Este estudo indica a possibilidade de pelo menos três novas pesquisas utilizando-se as ferramentas de Análise de Política Externa. No primeiro caso, estudar o período do Governo Juscelino (1956-1961), um governante eleito democraticamente, que tinha que lidar com uma oposição política atuante em parte do Legislativo, diferente de Geisel, para verificarem-se quais fatores possam

ter influenciado o Presidente a não optar pela presença brasileira na Antártica. Outros países, como Argentina e Chile, já estavam lá. Juscelino, ao tomar conhecimento de todo o movimento de criação de bases naquele continente, não se interessou em mandar expedições e estabelecer estações científicas na Antártica por ocasião do AGI (1957-58), levando o país a não participar da Conferência de Washington de 1959. Tal “omissão” poderia ter tido consequências mais graves caso o Tratado excluísse a possibilidade de adesão de novos membros ou mesmo tivesse já repartido territorialmente a Antártica. Estudar os fatores sistêmicos e domésticos, além dos principais atores envolvidos, que possam ter influenciado essa postura de JK apresenta-se como uma opção de pesquisa, até mesmo para poder-se comparar o processo decisório em política externa de um governo democrático com um governo instituído por um golpe militar.

O segundo caso poderia ser a mesma aplicação da Análise de Política Externa para tentar entender o posicionamento dos últimos Presidentes brasileiros em relação à Antártica, em particular discutir a decisão, em 2013, de incluir aquele continente no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro. A primeira vez que esse conceito surgiu foi na revisão da Política Nacional de Defesa de 2005 e a Antártica dele não fazia parte. O que mudou de 2005 a 2013 que possa justificar a inclusão daquele continente, à luz da Análise de Política Externa, com análise dos fatores sistêmicos e domésticos, além dos atores influentes nas decisões em política externa, também surge como uma contribuição relevante, até mesmo no sentido de fomentar o debate sobre a relevância estratégica da Antártica para o Brasil.

Por fim, uma terceira linha de pesquisa poderia ser comparando as políticas externas do Brasil e da Argentina para a Antártica. Este último com históricos interesses por aquele continente, considerando o estabelecimento da primeira estação meteorológica permanente, em 1904, na ilha Laurie, e a reivindicação formal de território em 1940. Este estudo pode ter grande valia, não apenas para se testar as ferramentas de APE aplicadas em dois países distintos, mantendo-se o mesmo objeto, no caso, o interesse estratégico na Antártica, mas para melhor compreenderem-se as diferenças entre o processo decisório em política externa

nos dois países, parceiros no Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) e na União de Nações Sul-Americanas (UNASUL).

Segundo Cervo (2008, p.13), “as teorias carregam consigo valores e veiculam interesses das nações cujos intelectuais as concebem”. O Brasil, que ainda se encontra na periferia dos centros de poder mundial, não deve abrir mão de pelo menos possuir uma liberdade em desenvolver seu próprio pensamento. Os geopolíticos brasileiros do século XX pensaram o Brasil. Não há como afirmar se as ideias de Therezinha de Castro e Eurípides Menezes sobre a importância da presença do Brasil na Antártica estão ou não corretas, mas ainda mais relevante do que a ideia em si é o país ter um pensamento próprio.

Que a inclusão da Antártica no conceito de Entorno Estratégico Brasileiro, como estabelecido na última revisão da Política Nacional de Defesa, em setembro de 2013, seja um fator motivador para que mais autores discutam sobre a relevância do tema. Se o Sexto Continente é realmente importante para o Brasil, que seja então lançado o debate, não apenas nas Escolas de Altos Estudos das Forças Armadas e no Instituto Rio Branco, mas também na Academia, de maneira ampla. Este trabalho se propõe, por fim, a uma pontual contribuição nessa direção.

REFERÊNCIAS

ABADIE, Elie. Petróleo no Mundo e no Brasil. *In: IV Seminário de Geopolítica do Petróleo da Escola de Guerra Naval*. Rio de Janeiro, RJ, em 18/3/2014. Rio de Janeiro: EGN, *Anais...*, 2014. CD-ROM.

ABREU, Alzira Alves; LAMARÃO, Sergio (org.). *Personalidades da política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2007.

ABREU, Hugo. *O outro lado do poder*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1979.

ADRIÃO, Paulo Cezar A.; MARTINS, Hélio Leôncio. *História da hidrografia no Brasil*. Niterói, RJ: Diretoria de Hidrografia e Navegação, v. 1, 2014.

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Introdução. *In: CARVALHO, Carlos Delgado de. História diplomática do Brasil*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004. [primeira edição 1959].

ALVES, Vágner Camilo. *Da Itália à Coreia: decisões de ir ou não à guerra*. Belo Horizonte: UFMG, 2007.

ANSELMO, Rita de Cássia Martins de Souza; BRAY, Silvio Carlos. Geografia e geopolítica na formação nacional brasileira: Everardo Backheuser. *In: GERARDI, Lúcia Helena de Oliveira; MENDES, Iandara Alves (org.). Do natural, do social e de suas interações: visões geográficas*. Rio Claro-SP: Programa de Pós-Graduação em Geografia UNESP/Associação de Geografia Teorética, 2002.

ARQUIVOS:

Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), Brasília, DF.

Arquivo Histórico da Escola Superior de Guerra (ESG), Rio de Janeiro, RJ.

Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia da Marinha (ATCHM), Niterói, RJ.

Biblioteca da Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, RJ.

Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (CPDOC-FGV), Rio de Janeiro, RJ.

Serviço de Documentação da Marinha (SDM), Rio de Janeiro, RJ.

AZAMBUJA, Péricles. *O sonho do aurora austral: como o Brasil chegou à Antártida*. Balneário Camboriú, SC: Magna Quies, 2005.

BACKHEUSER, Everardo. *A geopolítica geral e do Brasil*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1952.

_____. *Minha terra e minha vida: Niterói há um século*. 2. ed. Niterói, RJ: Niterói Livros, 1994. [primeira edição de 1942 sob o subtítulo: Niterói há cinquenta anos].

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul*. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BARBOZA, Mario Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2002.

BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). *The history of the international polar years*. Berlim: Springer, 2010.

BERKMAN, Paul Arthur. *Science into policy: global lessons from Antarctica*. San Diego, CA: Academic Press, 2002.

BERLIN, Isaiah. *The power of ideas*. 2. ed. Princeton, NJ: Princeton University Press, 2013.

BORGES, Durval Rosa. *Um brasileiro na Antártida: crônicas de uma viagem ao redor do mundo*. São Paulo: Sociedade Geográfica Brasileira, 1959.

BOUÇAS, Wladimir F. Antártida: uma reivindicação brasileira. In: *Mensário de Cultura Militar do Estado-Maior do Exército*, Ano VIII, n.90-91, jan.-fev. 1956, Rio de Janeiro-RJ, p.1-13.

BRADY, Anne-Marie (ed.). *The emerging politics of Antarctica*. New York: Routledge, 2013.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Transcrição de audiência pública realizada na Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, em 08//04/2014, sobre a situação da Estação Comandante Ferraz, após o incêndio ocorrido em 2012*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/credn/documentos/notas-taquigraficas/audiencia-publica-discutir-a-atual-situacao-da-estacao-comandante-ferraz-localizada-no-continente-antartico-apos-o-incendio-ocorrido-em-2012-os-projetos-que-estao-sendo-desenvolvidos-e-a-construcao-da-nova-estacao/view>. Acesso em: 10 nov. 2014.

_____. Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior. *Banco de Teses e Dissertações*. Disponível em: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/Nav.do?inicio=370>. Acesso em: 05 maio 2013a.

_____. Comissão Interministerial para os Recursos do Mar. *Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)*. Disponível em: <https://www.mar.mil.br/secirm/p-proantar.html>. Acesso em: 03 maio 2013b.

_____. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2012.

_____. Ministério das Relações Exteriores. *Anuário do Instituto Rio Branco*, 1951. Disponível em: <http://sistemas.mre.gov.br/kitweb/datafiles/IRBr/pt-br/file/anuarios/Anu%C3%A1rio%201951.pdf>. Acesso em: 4 jan. 2015.

_____. Senado Federal. *Pronunciamentos do Dep. Eurípedes Cardoso de Menezes sobre "Os Direitos do Brasil na Antártica"*. Brasília: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1971.

CAMPOS, Roberto de Oliveira. *A lanterna na popa: memórias*. Vol. I & II. 4. ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

CAPOZOLI, Ulisses. *Antártida, a última terra*. 3. ed., São Paulo: EDUSP, 2001.

CAPTAIN COOK SOCIETY. *Roteiro das três viagens de circunavegação*. Disponível em: <http://www.captaincooksociety.com/>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CARVALHO, Carlos Delgado; CASTRO, Therezinha de. A questão da Antártica. *Revista do Clube Militar*, n.142, 1956.

_____. *Atlas de Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 1960.

CARVALHO, Carlos Delgado. *História Diplomática do Brasil*. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2004. Publicado pela primeira vez em 1959.

_____. *Relações Internacionais*. Rio de Janeiro: Record, 1971.

CASTRO, Therezinha de. A Antártica: o assunto do momento. *Revista do Clube Militar*, n. 146, 1957.

_____. Antártica Brasileira. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 4, 11 jun. 1967.

_____. *Antártica*. Leitura Seleccionada 803-96. Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, 1996.

_____. *Geopolítica: Princípios, meios e fins*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1999.

_____. *Rumo à Antártica*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1976.

_____. Carlos Delgado de Carvalho. In: SANTOS, Marco Aurélio Martins (org.). *Geografia e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Série Documentos para Disseminação, Memória Institucional 16. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Este artigo da professora Therezinha foi originalmente escrito para esta série do IBGE em 1995.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL DA FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS (CPDOC-FGV). *João Pandiá Calógeras*. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/pandia_calogeras. Acesso em: 17 jul. 2014a.

_____. *O Brasil de JK: a conquista do oeste*. Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/produção/dossies/JK/artigos/Brasília/ConquistaOeste>. Acesso em: 10 ago. 2014b.

_____. *A Era Vargas dos anos 20 a 1945*: Gilberto Freyre. Disponível em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/biografias/gilberto_freyre. Acesso em: 10 ago. 2014c.

CENTRO DE ESTUDOS DE POLÍTICAS E ESTRATÉGIAS NACIONAIS (CEPEN). *Gen. Carlos de Meira Mattos, biografia*. Disponível em: <http://politicasnacionais.org/gen-carlos-de-meira-mattos-biografia/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CERVO, Amado Luiz. A política exterior da Argentina: 1945-2000. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.). *Argentina: visões brasileiras*. Brasília: FUNAG, 2000.

_____. *Inserção internacional: formação dos conceitos brasileiros*. São Paulo: Saraiva, 2008.

_____. *Relações internacionais da América Latina: de 1930 aos nossos dias*. 3. ed., São Paulo: Saraiva, 2013.

_____.; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. 4. ed., Brasília: Universidade de Brasília, 2012.

CHATURVEDI, Sanjay. India and Antarctica: Towards post-colonial engagement? In: BRADY, Anne-Marie (ed.). *The emerging politics of Antarctica*. New York: Routledge, cap. 3, p. 50-74, 2013.

COELHO, Aristides Pinto. *Nos confins dos três mares... a Antártida*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1983.

COELHO, Edmundo Campos. *Em busca de identidade: o Exército e a política na sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2000. Publicado pela primeira vez em 1976, pela Editora Forense Universitária.

CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA. *Grandes economistas: Ragnar Nurkse*. Disponível em: http://www.corecon-rj.org.br/Grandes_Economistas_Resultado.asp?ID=120. Acesso em: 14 set. 2014.

COOL ANTARCTICA. *Antarctica pictures, facts and travel information*. Disponível em: http://www.coolantarctica.com/Antarctica%20fact%20file/fascinating_facts_about_antar.htm. Acesso em: 3 dez. 2014.

CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas (org.). *O Brasil nas Nações Unidas: 1946-2011*. 3. ed., Brasília: FUNAG, 2012.

CORRÊA, Manoel Pio. *O mundo em que vivi*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

COSTA, João Frank. Antártida: o problema político. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 1, n. 3, 1958a.

_____. Antártida: o problema político. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 1, n. 4, 1958b.

_____. Antártida: o problema político. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 2, n. 5, 1959.

_____. Antártida: o problema político. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 3, n. 11, 1960.

_____. Antártida: o problema político. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 4, n. 15, 1961.

COSTA, Wanderley Messias. *Geografia política e geopolítica*. São Paulo: EDUSP, 2010.

COUNCIL OF MANAGERS OF NATIONAL ANTARCTIC PROGRAM (COMNAP). *Antarctic Information*. Disponível em: <https://www.comnap.aq/Information/SitePages/Home.aspx>. Acesso em: 3 dez. 2014.

D'ARAUJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (org.). *Ernesto Geisel*. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

D'ARAUJO, Maria Celina *et al.* (org.). *João Clemente Baena Soares: sem medo da diplomacia*. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

DAY, David. *Antarctica: a biography*. New York: Oxford University Press, 2013.

DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO (DHN). *Histórico, atividades e perspectivas*. Rio de Janeiro: DHN, 2003.

DOBRAWSKY, Steve. The return of Antarctica and the origins and future of political conflict: The Eisenhower Administration's Formulation of U.S. Antarctic Policy, 1953-1959. *Revista American Diplomacy*, da North Carolina University, mar. 2014. Disponível em: http://www.unc.edu/depts/diplomat/item/2014/0105/ca/dobrowsky_antarctica.html. Acesso em: 15 ago. 2014.

DODDS, Klaus; GAN, Irina; HOWKINS, Adrian. The IPY-3: The International Geophysical Year (1957-1958). In: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). *The history of the international polar years*. Berlim: Springer, 2010, cap. 10, p. 239-258.

ECO, Umberto. *Como se faz uma tese*. 24 ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

EISENHOWER, Dwight D. *Statement by the president concerning Antarctica*. 3 de maio de 1958. The American Presidency Project. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/?pid=11370>. Acesso em: 9 jan. 2014.

ELZINGA, Aant. Achievements of the second international polar year. In: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). *The history of the international polar years*. Berlim: Springer, cap. 8, p. 211-234, 2010.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *O General Meira Mattos e a Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro: ESG, 2007.

ENCYCLOPEDIA BRITANNICA. Ptolemy: egyptian, scientist and mathematician. Disponível em: <http://global.britannica.com/EBchecked/topic/482098/Ptolemy/226238/Geographer>. Acesso em: 10 nov. 2014.

FACCHIN, Eugenio Luis. *Antártida, más allá de la soberanía*. Buenos Aires: Instituto de Publicaciones Navales, 2013.

FALCÃO, Armando Ribeiro. *Geisel: do Tenente ao Presidente*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

FERRAZ, Luiz A. de Carvalho. *Relatório especial apresentado à Diretoria de Hidrografia e Navegação*. Rio de Janeiro: Arquivo Técnico do Centro de Hidrografia e Navegação, 1977.

FERREIRA, Felipe R.G. *O sistema do Tratado da Antártica: evolução do regime e seu impacto na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG, 2009.

FIGUEIRA, Ariane C.R. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, v. 1, 2011.

FIGUEIREDO, Eurico de Lima. Os estudos estratégicos, a Defesa Nacional e a segurança internacional. In: LESSA, Renato (org.). *Horizontes das Ciências Sociais: Ciência Política*. São Paulo: Discurso Editorial, 2010.

FLORES, Mario Cesar. O Após Guerra, olhando para o futuro. In: MARTINS, Hélio Leôncio (org.) *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação Geral de Marinha, v. V, tomo II, p. 437-464, 1985.

_____. *Reflexões estratégicas: repensando a defesa nacional*. São Paulo: É realizações, 2002.

FONSECA, Maximiano Eduardo da Silva. *Marinha: uma análise conjuntural*. Palestra. Rio de Janeiro, 6 de abril de 1982, Arquivo da Escola de Guerra Naval.

FREITAS, Jorge Manoel da Costa. *A escola geopolítica brasileira*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2004.

GAN, Irina. Assault on the Interior: establishing the IGY Soviet Antarctic Inner-Continental Stations. In: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). *The history of the international polar years*. Berlim: Springer, cap. 10, p. 246-257, 2010.

_____. Russia, the post-Soviet world, and Antarctica. In: BRADY, Anne-Marie (ed.) *The emerging politics of Antarctica*. New York: Routledge, cap. 7, p. 130-146, 2013.

GAMA, Luiz P. Saldanha. *Notas de viagem tomadas durante a Comissão da Corveta Parnahyba ao Estreito de Magalhães e Costa da Patagonia (1882-83)*. 4. ed., Rio de Janeiro: Imprensa Naval, 1936.

GANDRA, Rogério Madruga. *Geopolítica antártica no limiar do século XXI: a definição de um projeto estratégico-científico para o Brasil na Antártida*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

GASPARI, Elio. *A ditadura derrotada: O sacerdote e o feiticeiro*. 2. ed., Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GOES, Walder de. *O Brasil do General Geisel: estudo do processo de tomada de decisão no regime militar-burocrático*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert (org.). *Ideas & foreign policy: beliefs, institution and political change*. Ithaca, NY: Cornell University Press, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. População e sociedade. In: _____. (org.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 41-89, 2013.

GONÇALVES, Williams; MIYAMOTO, Shiguenoli. Os militares na política externa brasileira. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: CPDOC-FGV, v. 6, n. 12, 1993.

GUERREIRO, Ramiro Saraiva. *Lembranças de um empregado do Itamaraty*. São Paulo: Siciliano, 1992.

GUILHON, José Augusto (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticas*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

GURNEY, Alan. *Abaixo da convergência: expedições à Antártica 1699-1839*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

HENRIQUES, Elber de Mello. *Uma visão da Antártica*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

HERMANN, Margaret G. How decision units shape foreign policy: a theoretical framework. *International Studies Review*, v. 3, n. 2, p. 47-81, 2001.

HUDSON, Valerie M. *Foreign policy analysis: classic and contemporary theory*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2007.

_____. The history and evolution of foreign policy analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (ed.). *Foreign policy: theories, actors, cases*. 2. ed., Oxford: Oxford University Press, 2012.

INSTITUTO ANTÁRTICO ARGENTINO. *Argentina em La Antártida*. Disponível em: <http://www.dna.gov.ar/DIVULGAC/ARGANT.HTM>. Acesso em: 14 dez. 2014.

INSTITUTO ANTÁRTICO CHILENO. *Historia*. Disponível em: <http://www.inach.cl/about/historia/>. Acesso em: 13 dez. 2014.

INSTITUTO CAMÕES. *Fernão de Magalhães (Biografia)*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/navegaport/d28.html>. Acesso em: 25 nov. 2014.

INSTITUTO HISTÓRICO-CULTURAL DA AERONÁUTICA. *Major-Brigadeiro-do-Ar Lysias Augusto Rodrigues: Pioneiro do Correio Aéreo Nacional, Patrono do INCAER*. Disponível em: https://www.incaer.aer.mil.br/opusculo_lyusias_rodrigues.pdf. Acesso em: 14 dez. 2014.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. Notícias da expedição belga ao polo antártico dadas pela Imprensa Fluminense. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LX, parte II, p. 205-234, 1897. Disponível em: <http://www.ihgb.org.br/rihgb.php?s=19>. Acesso em: 10 dez. 2014.

JESUS, Diego Santos Vieira de. Da redução da incerteza estratégica à perpetuação da exclusão: a relevância dos fatores ideacionais na análise de política externa. *Revista Contexto Internacional*, v. 31, n. 3, Rio de Janeiro, set/dez., p. 503-534, 2009.

KELLY, Philip. *Checkerboards and shatterbelts: the geopolitics of South America*. Austin, TX: University of Texas Press, 1997.

LAMPREIA, Luiz Felipe. *Luiz Felipe Lampreia (depoimento, 2008)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2010. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista1576.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2014.

LANATA, Jorge. *Argentinos: Quinientos años entre el Cielo y el Infierno*. 4. ed., Buenos Aires: Sudamericana, 2011.

LIMA, Maria Regina; MOURA, Gerson. A trajetória do pragmatismo: uma análise da política externa brasileira. *DADOS, Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, IUPERJ, v. 25, n. 3, 1982.

LIMA, Telma Cristiane Sasso; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, v.10, n. esp., p.37-45, Florianópolis-SC, 2007.

LUDECKE, Cornelia; LAJUS, Julia. The second international polar year 1932-1933. In: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). *The history of the international polar years*. Berlim: Springer, cap. 6, p. 135-174, 2010.

MAFRA, Roberto M.O. *Geopolítica: introdução ao estudo*. São Paulo: Sicurezza, 2006.

MARTINS, Marcos Antônio Fávaro. *Mario Travassos e Carlos Badia Malagrida: dois modelos geopolíticos sobre a América do Sul*. 2011. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina). Departamento de Geografia. Universidade de São Paulo. São Paulo. 2011.

MATTOS, Carlos de Meira. *Geopolítica*. Rio de Janeiro: FGV, v. 1, 2011.

_____. *A geopolítica e as projeções do poder*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1977.

_____. *General Carlos de Meira Mattos (depoimento, 2003)*. Programa “Memória Política” da TV da Câmara dos Deputados Federais. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historiaoral/Memoria%20Politica/Depoimentos/carlos-de-meira-mattos/texto>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Geopolítica e modernidade*. Rio de Janeiro: Bibliex, 2002.

McINTOSH, Gregory C. *Piri Reis Map of 1513*. Athens, Georgia: University of Georgia Press, 2000.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. *Argentina e Brasil: a balança de poder no Cone Sul*. São Paulo: Annablume, 1996.

_____. *Quem tem medo de geopolítica*. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MENEZES, Eurípides Cardoso. *Os direitos do Brasil na Antártica*. Pronunciamento proferido no Congresso Nacional, em 28 de novembro de 1970. Brasília, DF: Serviço Gráfico do Senado Federal, 1971a.

_____. Antártida. *Revista MAR*, Clube Naval, n. 209, p. 3-9, mar/abr., 1971b.

_____. *Antártica: interesses internacionais*. Conferência proferida em 16 de maio de 1972 - Escola Superior de Guerra, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, 1972.

_____. *A Antártica e os desafios do futuro*. Rio de Janeiro: Capemi, 1982.

MILANI, Carlos R.S.; PINHEIRO, Leticia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. *Revista Contexto Internacional*. Rio de Janeiro, v. 35, n. 1, janeiro/junho, p. 11-41, 2013.

MILNER, Helen V. *Interests, institutions and information: domestic politics and international relations*. New Jersey: Princeton University Press, 1997.

MIYAMOTO, Shiguenoli. *Geopolítica e poder no Brasil*. Campinas: Papyrus, 1995.
MORAVCSIK, Andrew Maitland. The new liberalism. In: REUS-SMIT, Christian; SNIDAL, Duncan (ed.). *The Oxford handbook of international relations*. Nova Iorque: Oxford University Press, p. 234-254, 2008. Disponível em: <https://www.princeton.edu/~amoravcs/library/smit-snidal.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2014.

MOREIRA, Marcilio Marques. *Diplomacia, política e finanças/Marcílio Marques Moreira*; entrevista à Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

MOUTINHO *et al.* Conjuntura internacional. *Segundo trabalho de grupo TG-09-57*. Rio de Janeiro: ESG, 1957.

MUSEU DE ASTRONOMIA E CIÊNCIAS AFINS (MAST). *Arquivo Luiz Cruls: inventário*. Arquivo de História da Ciência. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: http://www.mast.br/inventarios/inventarios_luiz_cruls.pdf. Acesso em: 10 set. 2014.

NUNES, Marcomede Rangel. *O Brasil na Antártica: mais de vinte anos no mundo gelado*. Rio de Janeiro: Régis Aló, 2005.

NYE JR.; Joseph S. *Cooperação e conflito nas relações internacionais*. São Paulo: Gente, 2009.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Fechado outro jornal argentino. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 1, 7 set. 1974a.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Montoneros renovam ameaças. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p.1, 8 set. 1974b.

O GLOBO. Também temos direito à Antártica. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 9 fev. 1956.

O GLOBO. Argentina denuncia acordo sobre uso de Rios do Prata. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1 e p. 8, 11 jul. 1973a.

O GLOBO. Definição para a Antártida. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 25 fev. 1973b.

O GLOBO. Expedição brasileira à Antártida não tem a aprovação da ARENA. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 11, 5 abr. 1973c.

O GLOBO. Lanusse: a Antártida argentina é nossa. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 24 fev. 1973d.

O GLOBO. Brancos rebelam-se em Moçambique. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 8 set. 1974a.

O GLOBO. Geisel pode ter encontro logo com Isabelita. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 2 set. 1974b.

O GLOBO. Isabelita quer criar o cargo de Premier. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 1º set. 1974c.

O GLOBO. Montoneros se lançam à guerra total. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 1, 7 set. 1974d.

O GLOBO. Na Argentina, terror mata com lapiseira. *O Globo*. Rio de Janeiro, p. 1, 6 set. 1974e.

OLIVEIRA, Juscelino Kubitschek de. *50 anos em 5: meu caminho para Brasília*. Rio de Janeiro: Bloch, v. III, 1978.

PALERMO, Vicente. *Sal em las heridas: Las Malvinas em la cultura argentina contemporánea*. Buenos Aires: Sudamericana, 2007.

PENHA, Eli Alves. Geografia política e geopolítica: os estudos e proposições de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro. In: SANTOS, Marco Aurelio Martins (org.) *Geografia e geopolítica: a contribuição de Delgado de Carvalho e Therezinha de Castro*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

_____. *Relações Brasil-África e geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2011.

PESSINI, Jussara. *Ninguém está aqui por acaso*. Revista *Aerovisão*, Força Aérea Brasileira, Centro de Comunicação Social da Aeronáutica, ano 40, jul/ago/set, p. 38-47, 2013.

PINHEIRO, Leticia. Unidades de decisão e processo de formulação de política externa durante o regime militar. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990): prioridades, atores e políticos*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

_____. O Brasil no mundo. In: GOMES, Ângela (org.). *Olhando para dentro: 1930-1964*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 143-177, 2013a.

_____. *Foreign policy decision making under the Geisel Government*. Brasília: FUNAG, 2013b.

PUTNAM, Robert D. Diplomacy and domestic politics: the logic of two-level games. *International Organization*, MIT Press, v. 42, n. 3, p. 427-460, 1988.

REID, Tyler. *Nuclear power at McMurdo station, Antarctica*. Trabalho apresentado no PH 241 Course da Stanford University, 2014. Disponível em: <http://large.stanford.edu/courses/2014/ph241/reid2/>. Acesso em: 29 nov. 2014.

REIS, Gustavo Moraes Rego. *Gustavo Moraes Rego Reis (depoimento, 1992)*. Rio de Janeiro, CPDOC, 2005.

RIBEIRO, Joaquim. Só o Brasil e a Rússia têm direito à Antártica. *O Globo*, Rio de Janeiro, 29 mai. 1956, p. 2.

ROCHA, Flavio Augusto Viana. *Sistema do Tratado Antártico: aspectos geopolíticos e econômicos decorrentes de uma crescente internacionalização do Continente Antártico e seus reflexos para o Brasil e para a MB*. 2011. Monografia do Curso de Política e Estratégia Marítima. Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

SÁ-SILVA, Jackson; ALMEIDA, Cristóvão; GUINDANI, Joel. *Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais, ano I, número I, julho, 2009, p. 1-13.

SALOMON, Mónica; PINHEIRO, Letícia. Análise de política externa e política externa brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 56, n. 1, p. 40-59, 2013.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 49, n. 2, p. 157-177, 2006.

SANTOS, Jorge Calvario dos. *Dimensões da globalização*. Rio de Janeiro: CEBRES, 2000.

SARAIVA, Miriam Gomes. *Encontros e desencontros: o lugar da Argentina na política externa brasileira*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

SCIENTIFIC COMMITTEE ON ANTARCTIC RESEARCH (SCAR). *The History of SCAR*. Disponível em: <http://www.scar.org/about/history>. Acesso em: 10 out. 2014.

SCHILLING, Paulo R. *O Expansionismo Brasileiro: a geopolítica do General Golbery e a Diplomacia do Itamarati*. São Paulo: Global Editora, 1981.

SCOTT POLAR RESEARCH INSTITUTE (SPRI). *History*. Disponível em: <http://www.spri.cam.ac.uk/about/history/>. Acesso em: 14 jan. 2014.

SECRETARIAT OF THE ANTARCTIC TREATY. *Parties*. Disponível em: http://www.ats.aq/devAS/ats_parties.aspx?lang=e >. Acesso em: 04 maio 2013.

SENRA, Nelson de Castro (org.). *Embaixador Macedo Soares, um príncipe da conciliação: recordando o primeiro presidente do IBGE*. Série Documentos para Disseminação. Memória Institucional 12. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO DA MARINHA (SDM). *História naval brasileira*. Rio de Janeiro: SDM, v. IV, 2001.

SERVIÇO DE RELAÇÕES PÚBLICAS DA MARINHA (SRPM). *Brasil - Antártica: 1982/83, Verão Antártico*. Livro comemorativo pela primeira expedição brasileira à Antártica, com prefácio do Ministro da Marinha, Almirante de Esquadra Maximiano Eduardo da Silva Fonseca. Rio de Janeiro, 1983.

SILVA, Alexandra de Mello. Ideias e política externa: a atuação brasileira na Liga das Nações e na ONU. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 41, n. 2, Brasília-DF, p. 139-158, jul/dez. 1998.

SILVA, Golbery do Couto. *Planejamento estratégico*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1955.

_____. *Conjuntura política nacional, o Poder Executivo & geopolítica do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1981. Neste livro consta, integralmente, o livro "Geopolítica do Brasil", lançado em 1967, pelo autor.

SKIDMORE, Thomas E. *Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (ed.). *Foreign Policy: theories, actors and cases*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2012.

SPEKTOR, Matias (org.). *Azeredo da Silveira, um depoimento*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

_____. Origens e direção do pragmatismo ecumênico e responsável. *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 47, n. 2, p. 191-222, 2004. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/4173>. Acesso em: 10 dez. 2014.

_____. *Ruptura e legado: o colapso da cordialidade oficial e a construção da parceria entre o Brasil e a Argentina (1967-1979)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Universidade de Brasília, 2002.

SYRACUSE UNIVERSITY LIBRARIES. *George John Dufek: biographical history*. Disponível em: http://library.syr.edu/digital/guides/d/dufek_gj.htm. Acesso em: 10 set. 2014.

TAMER, Alberto. *Petróleo: o preço da dependência*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

TAMMIKSAAR, Erki; SUKHOVA, Natal'ya Georgievna; LUDECKE, Cornelia. The international polar year 1882-1883. In: BARR, Susan; LUDECKE, Cornelia (ed.). *The history of the international polar years*. Berlim, cap.1, p. 7-33, Springer, 2010.

TEFFÉ, Tetra. *Barão de Teffé, militar e cientista: biografia do Almirante Antonio Luiz Von Hoonholtz*. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1977.

TOSTA, Octavio. *Teorias geopolíticas*. Rio de Janeiro: Bibliex, 1984.

TRAVASSOS, Mario. *Aspectos geográficos sul-americanos*. Rio de Janeiro: Imprensa Militar, 1933.

TULCHIN, Joseph S. Las relacion argentino-brasileña: punto de vista argentino. In: MONETE, Carlos *et al.*(org.). *Geopolítica y política del poder en el Atlántico Sur*. Buenos Aires: Pleamar, p. 43-57, 1983.

U.S. ANTARCTIC PROGRAM. *Dados sobre o Programa Antártico dos EUA*. Disponível em: <http://www.usap.gov/>. Acesso em: 15 ago. 2014.

U.S. DEPARTMENT OF STATE. *Historical Documents*. Pastas 1955-57, v. XI, e 1958-60, v. II - *United Nations and General International Matters*. Disponível em: <https://history.state.gov/historicaldocuments> . Acesso em: 10 set. 2014.

VERBITSKY, Jane. Titanic part II? Tourism, uncertainty, and insecurity in Antarctica. In: BRADY, Anne Marie (ed.) *The emerging politics of Antarctica*. Nova Iorque: Routledge, cap. 11, p. 220-241, 2013.

VIANA, Suhayla M. Kalil. *Da institucionalização à prática: a política externa brasileira para o Terceiro-Mundo nas décadas de 1950 e 1960*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos da Defesa e da Segurança. Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2011.

VIDIGAL, Carlos Eduardo. *Relações Brasil-Argentina: a construção do entendimento (1962-1986)*. Tese (Doutorado em Relações Internacionais). Área de concentração: História das Relações Internacionais do Brasil. Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2007.

VIGEVANI, Tullo; RAMANZINI, Haroldo. Pensamento brasileiro e integração regional. *Revista Contexto Internacional*, v. 32, n. 2, julho/dezembro, 2010.

VILLA, Rafael Antonio Duarte. *A Antártida no sistema internacional: análise das relações entre atores estatais e não-estatais com base na perspectiva da questão ambiental*. São Paulo: Hucitec, 2004.

VILLELA, Anna Marla. O Tratado da Bacia do Prata. *Revista Informação Legislativa*, ano 21, n. 81, Brasília, p. 147-176, jan./mar. 1984. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/186298/000406291.pdf?sequence=5>. Acesso em: 10 nov. 2014.

VILLELA, Rubens Junqueira. Brasil precisa descobrir a Antártida. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, p. 128, 14 mar. 1971.

VISENTINI, Paulo Fagundes. *A projeção internacional do Brasil: 1930-2012*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

WALTZ, Kenneth N. *Man, the state and war: a theoretical analysis*. New York: Columbia University Press, 2001. A primeira edição deste livro é de 1959.

_____. *Theory of international politics*. Reading, Mass: Addison-Wesley, 1979.

WILTGEN, João Aristides. Expedição à Antártida confirmada para novembro. *O Globo*, Rio de Janeiro, p. 10, 8 mar. 1973.

WRATT, Gillian. *A story of Antarctic co-operation: 25 years of the council of Managers of National Antarctic Programs*. Christchurch, NZ: COMNAP, 2013.

YERGIN, Daniel. *O petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2012.